

Estudos de Sociologia

nº 43



Revista Semestral do Departamento de Sociologia e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
FCL – UNESP – Araraquara – v.22 – n.43 – 2º semestre de 2017

EXPEDIENTE

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Reitor: Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini

Vice-reitor: Prof. Dr. Sergio Roberto Nobre

FCLAR – Faculdade de Ciências de Letras de Araraquara

Diretor: Prof. Dr. Cláudio Cesar de Paiva

Vice-diretora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Chefe: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava Junior

Vice-chefe: Prof. Dr. José Antonio Segatto

Secretária: Bruna Nadi de Abreu

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Vice-coordenador: Prof. Dr. Marcelo Santos

Estudos de Sociologia / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. – Vol.1 (1996)-, - Araraquara: UNESP/FCLAR, Laboratório Editorial, 1996-

Semestral

Resumos em português e inglês

A partir de 2008 versão online pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

ISSN 1414-0144

1. Sociologia 2. Política 3. Antropologia 4. Ciências Sociais 4. Ciências

Assistente Editorial: Rafael Afonso Silva

Normalização: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Diagramação: Eron Pedroso Januskevictz

Revisão: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Versão para o Espanhol: Silvia Beatriz Adoue

Versão para o Inglês: Catarina Cotic Belloube

Capa e fotografia de capa: Pierre Yves Refalo

Indexada por / Indexed by:

GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>; ClaseCich-Unam; DOAJ – Directory of Open Access Journals <http://www.doaj.org>; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature on the Humanities and Social Sciences; IBR – International Bibliography of Book Reviews on Scholarly Literature on the Humanities and Social Sciences; IPSA – International Political Science Abstracts; Sociological Abstracts

Redação e Contatos

Depto. de Sociologia FCLAr/UNESP

Rod. Araraquara-Jaú, km 1 – CP 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil Fone: (16) 3334-6219

E-mail: estudosdesociologia@fclar.unesp.br; <http://seer.fclar.unesp.br/estudos>

MISSÃO

A revista Estudos de Sociologia é uma publicação vinculada ao Departamento de Sociologia e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Ar e tem como missão publicar artigos e ensaios nacionais e internacionais na área da Sociologia e afins, buscando contribuir para o debate disciplinar e interdisciplinar das questões sociais clássicas e contemporâneas.

EDITORA

Lucila Scavone, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO DE REDAÇÃO

Maria Aparecida Chaves Jardim, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil;

Maria Ribeiro do Valle, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil;

Maria Teresa Miceli Kerbauy, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Bebiano, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; **Anete Brito Leal Ivo**, UFBA – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, Brasil; **Anita Simis**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Annie Thébaud-Mony**, INSERM – Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, Paris, França; **Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira**, PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Domenico Losurdo**, UNIURB-IT – Università degli studi di Urbino “Carlo Bo”, Urbino, Itália; **Eduardo Garuti Noronha**, UFSCar – Universidade de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil; **Francisco Rüdiger**, PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil; **Gabriel Cohn**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Irllys Alencar Firmo Barreira**, UFC – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil; **István Mészáros**, Universidade de Sussex, Inglaterra; **José Antônio Segatto**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **José Vicente Tavares dos Santos**, UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil; **Joseph Yvon Thériault**, UQUAM – Université de Montréal, Canadá; **Klaus Von Lampe**, CUNY – City University of New York, Estados Unidos; **Lourdes Maria Bandeira**, UnB – Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil; **Magda Maria Bello de Almeida Neves**, PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil; **Marcelo Siqueira Ridenti**, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, Brasil; **Maria Arminda do Nascimento Arruda**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Maria Orlanda Pinassi**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Mariano Fernández Enguita**, USAL – Universidade de Salamanca, Espanha; **Marie-Blanche Tahon**, UOTTAWA – Université de Ottawa, Canadá; **Marta Araújo**, UC – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; **Mauro Guilherme Pinheiro Koury**, UFPB – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, Brasil; **Miriam Adelman**, UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil; **Michael Löwy**, CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique, França; **Pablo Gonzáles Casanova**, UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México, México; **Raimundo Nonato Santos**, UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil; **Russell Parry Scott**, UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil; **Sérgio França Adorno de Abreu**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Tânia Pellegrini**, UFSCar – Universidade de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil

SUMÁRIO

SOCIOLOGIA ECONÔMICA

DOSSIÊ: ESTADO, SOCIEDADE E MERCADO

Apresentação..... 189

Antonio José Pedroso Neto

A construção social do mercado da construção civil nos anos 2000: o caso da habitação e o papel do Estado 197

Maria Chaves Jardim e Gabriela Lanza Porcionato

Atores, ações e dominação cultural na construção da indústria de capital de risco no Brasil..... 217

Martin Mundo Neto e Patricia Saltorato

A formação de dois circuitos da economia urbana por intermédio da ação do Estado: o caso de Cobija (Bolívia) 235

Leonardo Luiz Silveira da Silva

ARTIGOS

Realidade e desejo: as trajetórias formativas e profissionais de um grupo de elite no mundo das finanças..... 263

Thais Joi Martins e Julio Cesar Donadone

A construção da fronteira nacional como mercado: turismo de compras na fronteira Brasil/Uruguai..... 283

Lúcia Helena Alves Müller

Produzir maçãs, construir sentidos: gênese da pomicultura no Sul do Brasil..... 299

Leonardo Silva e Marcia da Silva Mazon

O mercado da intimidade: a relação entre vida pessoal e esfera econômica 321

Mariana Zanata Thibes

A configuração do mercado das folhas na Pedra em Salvador 343

Orlando José Ribeiro de Oliveira

ENTREVISTA

Modernidade dessincronizada: aceleração social, destemporalização e alienação: uma entrevista com Hartmut Rosa..... 365

João Lucas Faco Tziminadis

RESENHA

Resenha do livro Jogada política no esporte: o confronto entre os jogos políticos e os esportes olímpicos..... 387

Quéfren Weld Cardozo Nogueira

SUMMARY

ECONOMIC SOCIOLOGY

DOSSIER: THE STATE, SOCIETY AND THE MARKET

Foreword..... 189

Antonio José Pedroso Neto

The social construction of the civil construction market in 2000: the housing case and the role of the State..... 197

Maria Chaves Jardim and Gabriela Lanza Porcionato

Actors, actions and cultural domination within the social construction of risk capital industry in Brazil 217

Martin Mundo Neto and Patricia Saltorato

The formation of two arrangements of the urban economy through the action of the State: the case of Cobija (Bolivia) 235

Leonardo Luiz Silveira da Silva

ARTICLES

Reality and desire: the training and professional trajectories of an elite group in the world of finance 263

Thais Joi Martins and Julio Cesar Donadone

The building of the national border as a market: shopping tourism on the Brazil/Uruguay border..... 283

Lúcia Helena Alves Müller

Producing apples, building senses: genesis of pomiculture in southern Brazil..... 299

Leonardo Silva and Marcia da Silva Mazon

Market of intimacy: the relationship between personal life and the economic sphere..... 321

Mariana Zanata Thibes

The configuration of the leaf trade in the Pedra market in Salvador ... 343

Orlando José Ribeiro de Oliveira

INTERVIEW

Non-synchronic modernity: social acceleration, de-temporalization and alienation: an interview with Hartmut Rosa..... 365

João Lucas Faco Tziminadis

REVIEW

Review of the book *Political play in sports: the confrontation between political manoeuvres and Olympic sports*..... 387

Quéfren Weld Cardozo Nogueira

Dossiê:
Estado, sociedade
e mercado

APRESENTAÇÃO

*Antonio José Pedroso Neto**

A sociologia econômica é uma disciplina que estuda os fatos, processos e estruturas da esfera econômica da sociedade com base em conceitos e princípios epistemológicos, teóricos e metodológicos das ciências sociais (HIRSCH, MICHAELS e FRIEDMAN, 2003; SWEDBERG, 1993, 2003 e 2004; BOURDIEU, 2000; STEINER, 2006).

Desde o início, os sociólogos da economia se diferenciaram dos economistas, ainda que muitas vezes de modo implícito. De modo geral, em suas pesquisas, os economistas *mainstream* partiram para o uso de métodos mais formais e dedutivos, juntamente com a utilização de dados secundários e nominais (HIRSCH, MICHAELS e FRIEDMAN, 2003). Um dos resultados é que, assim, incorrem em um *take for given*: procuram descolar a economia da sociedade – cultura, política, relações sociais, etc. – através da abstração dos elementos analíticos. Por exemplo, concebem como natural a existência de um indivíduo racional que conhece suas vontades, que calcula, que procura otimizar em todas as situações, etc. O mesmo vale para a concepção de mercado – tido naturalmente como o mecanismo mais eficiente/justo de realizar a alocação dos recursos –, de escassez, de instituições, etc.

Os sociólogos investiram na indução, a partir de trabalhos de levantamentos e produção de dados primários (HIRSCH, MICHAELS e FRIEDMAN, 2003). Assim, entraram em cena procurando demonstrar como essas concepções são produtos e estão enraizadas no mundo social: nas crenças, valores, normas, gostos, relações sociais, estrutura social, instituições, cognição, cultura, política, etc. Mas, é preciso dizer que, entre os extremos, há os compartilhamentos. Em relação ao *savoir-faire* dos economistas, há o reconhecimento, por parte dos sociólogos, de que no espaço

* UFT – Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade. Palmas – TO – Brasil. 77001090 - ajpedroso@uol.com.br

dos economistas há um subespaço daqueles que resolvem seus problemas utilizando os elementos do mundo social e a indução.

Voltando aos sociólogos da economia, há uma gama de objetos sobre os quais detiverem sua atenção, considerando as dimensões citadas. Uma visão geral é oferecida por Swedberg (2003 e 2004), Marques e Peixoto (2003), Abramovay (2004), Mondadore, Pedroso Neto, Leite, Jardim e Sartori (2009), Martes (2014), Lopes Junior (2002 e 2012), dentre outros. De modo geral, os pesquisadores desenvolvem pesquisas teóricas e/ou empíricas, qualitativa e/ou quantitativa, que têm como objeto de estudo agentes, organizações, processos e estruturas das atividades fundamentais de toda e qualquer sociedade humana; produzir, distribuir e consumir (POLANYI, 1980 e 2012).

Estudos de sociologia e antropologia da economia vêm se tornando progressivamente mais numerosos no mundo desde o final dos anos 1970 (SWEDBERG, 2003 e 2004; MARQUES e PEIXOTO, 2003). No Brasil, alguns indicadores institucionais revelam expansão semelhante, especialmente a partir dos anos 1990, várias coletâneas de artigos foram publicadas em livros e revistas¹ nos dois mais importantes congressos brasileiros de ciências sociais: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Desde pelo menos 2004 há vários tipos de eventos como Seminários Temáticos, Grupos de Trabalhos, Seminários de Pós-Graduação, Fóruns e Mesas-Redondas; várias jornadas e vários congressos de sociologia e antropologia econômica foram realizados em diversas universidades²; há várias universidades com programas de pós-graduação em que a perspectiva e a prática da sociologia e antropologia econômica estão presentes em disciplinas, linhas de pesquisa, dissertações e teses, núcleos de pesquisa e revistas³. Vale sinalizar que, em maior ou menor medida, explícita ou implicitamente, os pesquisadores destes espaços desconhecem fronteiras disciplinares, trabalham afinados com a literatura internacional e têm cuidados epistemológicos – vigilância epistemológica (BACHELARD, 1996; BOURDIEU,

¹ Livros como: Mondadore, Pedroso Neto, Leite, Jardim e Sartori (2009), Martes (2014), Jardim e Donadone (2011), dentre outros. Revistas como: **Sociedade & Estado** (2002), **Tempo Social** (2004), **Civitas** (2007), **Política & Sociedade** (2010, 2016), **RAE** (2007), **Pós-Ciências Sociais** (2010), **REDD** (2012), **CRH** (2012), **Agenda Política** (2016), dentre outras.

² Por exemplo, o tradicional *Workshop Empresas, empresários e sociedade* (PUC-RS e outras); *Quantificação e Temporalidade: Perspectivas etnográficas sobre a economia* (UFRJ/MN, 2005); *I Congresso Internacional de Sociologia da Economia e das Finanças* (UFSCar, 2006); *I Jornada Internacional do PPGDR/UFT: sociologia e economia das organizações e do crime* (UFT, 2010); *Centralidades e fronteiras nas empresas do século 21* (UFSCar, 2010); *A Construção social dos mercados* (UNESP, 2012); *Temas Emergentes em Sociologia Econômica no Brasil* (UEM, 2014), dentre outros.

³ Universidades como: UFSCar, UNESP, USP, UFRJ, UFMA, UFF, UFPel, UFRS, UFSC, PUC/RS, UFT, etc.

CHAMBOREDON E PASSERON, 1999) – que tornam as pesquisas brasileiras qualificadas.

Enfim, já há pelo menos dois textos de balanço da dinâmica e dos feitos da sociologia econômica brasileira (LOPES JUNIOR, 2002 e 2012). Eles também nos asseguram que estamos diante de uma linha de pesquisa já fortemente institucionalizada e capilarmente distribuída pelas universidades das mais diferentes regiões do país.

No espaço da sociologia econômica, nacional e internacional, alguns dos processos mais estudados são os mercados e as relações dos agentes e organizações privadas com os Estados, como é o caso dos três textos deste dossiê: **sociedade e mercado**.

O artigo de Jardim e Porcionato – **A construção social do mercado da construção civil nos anos 2000: o caso da habitação e o papel do Estado** – começa demonstrando que nos anos 2000 o setor da construção civil brasileira teve uma ampla expansão. E, logo em seguida, apresenta a hipótese de que a “mão visível do Estado” é a variável fundamental para explicá-la, ou explicar a construção social do setor como um mercado. Em linhas gerais, o texto vai apresentar as ações do Estado que, em grande medida, explicam essa construção; a criação do Ministério das Cidades (MC), os investimentos habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A pesquisa de base para o texto são os relatórios do Tribunal de Contas da União, do PAC e do PMCMV. E as referências teóricas são dos marcos da sociologia econômica. Em relação a elas, as autoras seguem os trilhos bem estabelecidos na literatura. De um lado, pensam os mercados como instituições históricas, localizadas no tempo, no espaço, em determinada cultura e que, em grande medida, se consolidam com a contribuição decisiva da “mão visível do Estado”. De outro, operacionalizam que os mercados podem e devem ser estudados como estruturas sociais – formas recorrentes, padronizadas e sancionadas de relações entre agentes sociais – ou como campos sociais, conforme a sociologia bourdieusiana que, aproveito para explicitar, é bastante presente na pesquisa e no texto, especialmente no que tange à sensibilidade em relação à força do Estado como criador da oferta e da demanda – com inúmeros auxílios, regulamentações, créditos e demais recursos – e das disposições dos consumidores – mas, como veremos, elas se concentraram nas dos criadores.

Estabelecidas as bases teóricas, o texto apresenta a gênese das criações institucionais, dos incentivos estatais e a trajetória e disposições de agentes individuais e coletivos, todos relativos e imbricados nas três principais ações do Estado neste mercado; o MC, o PAC e o PMCMV, como apresentado acima.

É difícil sintetizar, mas o fato é que as autoras apresentam leis, decretos, normais e o histórico da criação de órgãos, de políticas federais, de fundos e programas de crédito, etc. Expõem números sobre investimentos, incentivos financeiros, construções, moradias, orçamentos, empregos gerados, empresas criadas, renda gerada, etc. Por fim, apresentam agentes individuais e coletivos, atuantes na sociedade e depois no Estado, criando e operacionalizando esses órgãos e políticas. No fechamento do texto, avançam em uma afirmação ousada: em parte foram as disposições, os posicionamentos e os vínculos sociais desses agentes que levaram a essas ações governamentais. Dito de outro modo, o mercado da habitação mais recente “seria resultado da visão de mundo dos agentes que compuseram o Governo Federal nos anos 2000”.

O artigo de Silva – **A formação de dois circuitos da economia urbana por intermédio da ação do Estado: o caso de Cobija (Bolívia)** – observa a ação do Estado, no caso criando regras que facilitam a importação de mercadorias em uma cidade gêmea e de fronteira; de um lado a boliviana Cobija e do outro lado da fronteira a brasileira Brasiléia, tendo a primeira adotado regras de Zona Franca e a segunda não.

O autor procura mostrar como as ações do Estado boliviano – “políticas especiais” – que possibilitaram uma “mercantilização anômala do espaço urbano, puderam refletir no arranjo geográfico e social de Cobija”. De início, ele apresenta um histórico das perdas territoriais bolivianas – para Brasil, Chile e Paraguai e relaciona que, por conta disso e por causa da assimetria entre as exportações e as importações bolivianas, em favor dos parceiros comerciais, o Estado gerou políticas territoriais em diferentes pontos estratégicos do território – cerca de quinze Zonas Francas comerciais e industriais com regulamentações distintas – com o objetivo de geri-lo.

Ele enfatiza que no caso de Cobija as políticas territoriais são “mais agressivas” do que as geradas pelo Brasil, e que o objetivo é promover o “desenvolvimento regional” de um espaço periférico e pouco integrado à logística nacional de transporte. Apresenta dados sobre as zonas francas bolivianas e sobre a demografia da cidade – rápido crescimento. Com base nos conceitos de circuitos inferiores e superiores da economia urbana, de Milton Santos, e em trabalhos de campo, desenvolve que “a produção do espaço urbano de Cobija foi muito influenciada pelas legislações especiais que disponibilizaram vantagens comparativas no que tange às importações internadas no espaço intramunicipal”. Fundamentalmente, por isso, a cidade tem posição confortável, vis-à-vis as vizinhas, como ofertante de mercadorias importadas – americanas e europeias, sobretudo – a preços competitivos.

Apresenta as constatações a partir de suas lentes teóricas e observações empíricas. O circuito superior fica na parte central da cidade, em áreas mais valorizadas e verticalizadas. Os produtos comercializados – bebidas, eletrônicos, perfumes e itens de vestuário de alto padrão, prioritariamente – são importados. As lojas são atacadistas e varejistas, ambas com grandes estoques. A clientela se configura por consumidores e revendedores – maior parte brasileiros – mais externos que internos à cidade. E os preços são fixos, isto é, impessoais. Ao mesmo tempo, opera o circuito inferior: ocupa uma área maior; é constituído por pequenos comerciantes com pequenos estoques de itens de vestuário e alimentação, predominantemente; e as barganhas em relação aos preços são correntes. E, por fim, o autor explora algumas incongruências entre o observado e o modelo de Milton Santos, especialmente após a chegada dos chineses.

Mundo Neto e Saltorato apresentam um artigo – **Atores, ações e dominação cultural na construção da indústria de capital de risco no Brasil** – sobre uma dimensão nacional no capitalismo contemporâneo; a financeirização. Mas, longe das análises macro e nominais, exploram finamente sua concretização a partir de agentes, relações, suportes culturais e fluxos de recursos financeiros.

Um dos pontos principais é a emergência, ascensão e poderio de um grupo de agentes; os gestores de fundos *private equity* ou *intermediários financeiros*. Por um lado, eles passaram operacionalizar um mecanismo de investimento e financiamento paralelo e concorrente com o sistema bancário tradicional. Porém, mais que isso, legitimaram valores, crenças, mitos e práticas exercendo uma dominação cultural, inicialmente relacionada a indústria de capital de risco. Os autores explicam as formas e os meios de atuação desses agentes, explorando a gênese da indústria de capital de risco nacional, via as trajetórias desses mesmos agentes, as relações entre eles e as relações entre eles e as esferas pública e privada.

A pesquisa se ancora em referências bibliográficas, documentos e textos da imprensa, todos relativos aos agentes individuais e coletivos “chaves” no campo: de um lado, Roberto da Costa, Thomas Tosta de Sá, Ary Burger; de outro, Comissão de Valores Mobiliários, Associação Brasileira de *Private Equity & Venture Capital*, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Banco Garantia, GP Investimentos e 3G Capital, dentre outros.

Outro ponto principal é a explicação de que a “indústria de capital de risco” tem dois segmentos distintos que são tratados como unidade: *venture capital* e *private equity*. Uma das consequências desse tratamento é que ocorre uma “impregnação da legitimidade” associada ao segmento *venture capital* em direção ao segmento *private equity*. No entanto, objetivamente, os dados da Comissão de Valores Mobiliários não indicam que empresas financiadas via *private equity* tenham sido financiadas por *venture capital* e, assim, realizado um ciclo – do *private equity*

ao *venture capital* – tido como legítimo e virtuoso, especialmente entre as lideranças industriais – uma espécie de auréola de proteção, justificação e defesa da indústria de capital de risco.

Na sequência, apresentam uma gênese do capital de risco no Brasil, desde os anos 1960; com a criação e desenvolvimento de bancos de investimento e do mercado de capitais, ambos sob incentivos do Estado, com a criação da *venture capital* no mundo e com o apoio de uma instituição que se consolidaria na atividade de apoio e fomento à inovação: a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). As análises das trajetórias ilustram como os agentes acumularam diferentes tipos de capitais e como com suas fortes ligações com o Estado – ligações que não cessaram – contribuíram com essa gênese e sua dinâmica.

Outro ponto importante do artigo é a demonstração de um desencontro. Por um lado, conforme um balanço recente, os principais provedores de recursos públicos federais para o capital de risco são o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) – via Associação de Participantes Assistidos e Beneficiários da Fundação Banestes de Seguridade Social (BNDESPAR) – e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), de várias formas, inclusive com quase 25% dos recursos direcionados ao segmento *venture capital*. Mas, por outro lado, apesar dos esforços do Estado para valorizar a esse segmento, a indústria no segmento *private equity* é predominante quantitativamente e culturalmente.

Assim, em seguida, os autores apresentam as origens da dominação cultural do *private equity* brasileiro, com base no modelo do Banco Garantia e dos pioneiros e sócios das primeiras operações de *private equity* no Brasil. Exploram a difusão e, em alguma medida, a legitimação de um *modus operandi*: crença na meritocracia ou reconhecimento pelos resultados; proibição de contratação de membros/herdeiros das famílias dos sócios controladores; avaliação permanente dos resultados da equipe; estrutura societária com base no modelo de *partnership*; dentre outras características.

Nas avaliações dos autores, as disposições citadas são parte da ideologia/cultura do Banco Garantia. Devido à trajetória de seus proprietários e executivos, elas passaram a dominar culturalmente no mercado financeiro – e por extensão no mundo dos negócios – e, em alguma medida, reinventaram as relações entre Estado, mercado e sociedade. As apresentações das trajetórias e das suas relações complexas, que a pesquisa tornou inteligíveis, revelam muito e sugerem muitos pontos a serem pesquisados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, 2004.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J. C. e PASSERON, J. C. **A Profissão de Sociólogo**. Petrópolis, RJ, 1999.

BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Seul, 2000.

HIRSCH, P. MICHAELS, S. FRIEDMAN, R. “Mãos sujas” versus “modelos limpos: estará a sociologia em risco de ser seduzida pela economia? In: MARQUES, R. PEIXOTO, J. (Org.). **A nova sociologia econômica**. Celta Editora: Oeiras, 2003.

JARDIM, M. A. C. e DONADONE, J. C. (Orgs.). **A centralidade e a fronteira das empresas no século XXI**. Bauru, SP: Edusc/Fapesp, 2011.

LOPES JUNIOR, E. Um balanço da sociologia econômica brasileira (2000-2010). In: RASIA, J. SALLAS, A. L. F. SCALON, C. (Org.). **Temas da sociologia contemporânea**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

_____. E. As potencialidades analíticas da Nova Sociologia Econômica. **Sociedade e Estado**, v. 17, n.1, 2002.

MARQUES, R. e PEIXOTO, J. (Orgs.). **A nova sociologia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 2003.

MARTES, A. C. B. (Org.) **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MONDADORE, A. P. C. PEDROSO NETO, A. J. LEITE, E. S. JARDIM, M. A. C. SARTORI, M. S. (Orgs.). **Sociologia Econômica: um projeto em construção**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1980.

_____. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

STEINER, P. **A sociologia econômica**. Atlas: São Paulo, 2006.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, 2004.

_____. **Principles of Economic Sociology**. Princeton, EUA: Princeton University Press, 2003.

_____. **Explanations in economic sociology**. New York: Russel Sage Foundation, 1993.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NOS ANOS 2000: O CASO DA HABITAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO

*Maria Chaves JARDIM**
*Gabriela Lanza PORCIONATO***

RESUMO: Considerando o crescimento do setor da construção civil no Brasil na primeira década dos anos 2000, o artigo estuda, a partir desse grande mercado, a construção social do mercado da habitação entre 2002-2012, tendo como argumento que este mercado estaria enraizado em variáveis sociais, em especial o papel do Estado. O artigo assume como hipótese a importância do Estado na construção do mercado habitacional naquela década, identificando diversas iniciativas, como a criação do Ministério das Cidades, em 2003, o investimento em habitação feito pelo Programa de Aceleração do Crescimento e a criação de um programa específico para a habitação, o Programa Minha Casa Minha Vida. Concluímos tratar-se de uma opção política do grupo dirigente que estava no poder naquele momento. Tem como inspiração teórica, conceitos da sociologia econômica, disciplina que tem buscado aproximar fenômenos ditos econômicos, como os mercados, de análises sociológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Construção Social dos Mercados. Mercado da Construção Civil. Mercado da Habitação.

* UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - majardim@fclar.unesp.br.

** UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - gabiporcionato@gmail.com

Introdução

Nos anos 2000 o setor da construção civil teve uma ampla participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país, partindo de um crescimento de 6,6%, em 2004, para alcançar uma taxa recorde, de 11,6%, em 2010, superando as taxas de crescimento nacional e mundial (7,5% e 5,3%, respectivamente) de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA DATA, 2012).

Ao analisar as séries de investimento bruto da economia brasileira no período 1947-2004, Morandi e Reis (2004) observam que o setor teve uma participação de 64% do investimento bruto total no período. Os autores afirmam que o valor adicionado da construção civil cresceu, em média, 19,6% ao ano para no período de 1996-2007, sendo que o crescimento foi acentuado, a partir do ano de 2002, quando o regime de metas inflacionárias estava consolidado e teve início o processo de queda da taxa de juros básica. (IBGE, 2009a). No período de 2002-2007, a taxa de crescimento anual média do setor no País, se comparada à média para o total dos anos de 1996-2007, foi a mais elevada, 23%. (FOCCHIZATTO & GHINIS, 2011).

É consenso que na década de 2000, especialmente entre 2004-2012, a atividade da construção civil cresceu significativamente, superando a década anterior (anos 1990) (HAGUENAUER *et al.*, 2001); por outro lado, após o ano de 2012 o setor sofreu retração, com destaque para o ano de 2015, quando, segundo o IBGE (2015c), o setor teve uma retração de 16,5% em relação ao ano anterior.

Diante deste cenário, surgem explicações: para o IBGE (2009a), o setor foi influenciado pelo crescimento da renda familiar e do emprego, o aumento do crédito ao consumidor, a maior oferta de crédito imobiliário e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de diversos insumos da construção. Segundo Oliveira (2012), entre 2004-2012, o setor da construção civil foi prioridade na alocação dos recursos da economia e no fortalecimento do setor social, gerando emprego e renda. (BRASIL MTE, 2012). Nos anos de 2004, 2007 e 2010, o PIB da construção civil cresceu mais do que o PIB nacional. Em contraposição, no biênio 2014-2015 o segmento registrou queda de 8,6% (IBGE, 2015).

Trata-se de um setor que contribui para o desenvolvimento nacional e regional, já que a maior oferta de empregos formais é direcionada para a população mais carente, por ser um setor com grande empregabilidade de indivíduos com pouco grau de escolaridade. Assim, toda vez que esse setor está com taxas de crescimento significativas, temos a redução da desigualdade, com o aumento de renda da população pobre (JARDIM e PORCIONATO, 2014).

Considerando o contexto de crescimento do setor da construção civil no Brasil após 2004, assumimos como hipótese que a mão visível do Estado é uma variável fundamental para explicar a construção social desse mercado. Assim, sem

ignorarmos a importância do empresariado da construção civil, nosso artigo tem como recorte analítico o papel do Estado, pois identificamos em nossa pesquisa, iniciativas estatais que ajudariam a explicar a construção social do mercado da construção civil: a criação do Ministério das Cidades (MC), em 2003, o investimento em habitação feito pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de 2007 e, finalmente, a criação de um Programa específico para a habitação, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, ajudariam a explicar esse forte mercado nos anos 2000.

Para realização da pesquisa, nos inspiramos nos marcos teórico da sociologia econômica; para coleta de dados, realizamos consultas em diversas fontes: relatórios do Tribunal de Contas da União, do PAC e do PMCMV.

Além dessa introdução e das considerações finais, o artigo é composto de duas seções. Na primeira seção apresentaremos os conceitos da sociologia econômica que nos ajudarão a compreender a construção social desse mercado. Na segunda seção, abordaremos os incentivos estatais ao mercado da habitação, tais como criação do MC, investimento do PAC no setor habitacional e a implantação do PMCMV.

1. Enraizamento, Construção Social dos Mercados e Estado: a contribuição da sociologia econômica para a compreensão do mercado da habitação

Abramovay (2004) conclui seu artigo considerado seminal na sociologia econômica, afirmando a existência de duas correntes extremas nos estudos sobre mercado: em uma corrente o mercado é enaltecido, na outra, demonizado. Este artigo busca estudar o mercado da construção civil, com foco na habitação, para além da dicotomia encontrada por Abramovay (2004), assim, nem sagrado e nem profano (JARDIM, 2015), apenas uma instituição histórica, localizada no tempo e no espaço e que se consolidou graças à mão visível do Estado, que regulou e estimulou esse mercado no período estudado.

Leituras que consideram que mercados são construídos socialmente, estão em direção oposta à *doxa*¹ vigente na teoria econômica, a qual considera que mercados são apenas mecanismos de formação dos preços e, portanto, de alocação dos recursos, definindo a lei da oferta e da procura e produzindo o conceito de escassez. Tal perspectiva é largamente difundida nos cursos de ciências econômicas, estimulando os estudantes a encararem a economia como esfera autônoma da vida social e a enxergarem os indivíduos como um conjunto atomizado de sujeitos

¹ *Doxa* é um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal. (BOURDIEU, 2011, p. 120).

egoístas. Como mostra Lebaron (2012), a visão *mainstream* de economia encontra eco nas escolas de economia dos Estados Unidos e tem formado os diretores e presidentes dos bancos centrais ao redor do mundo.

No Brasil, a Faculdade Getúlio Vargas seria a representante dessa versão que negligencia o mercado como fato histórico, composto pelas “motivações de homens e mulheres de carne e osso, cristalizadas em instituição”. Essa perspectiva coloca o mercado e a concorrência como fenômenos a-sociais, já que a concorrência seria um estado de equilíbrio e não um processo. (JARDIM, CAMPOS, 2012, p.1).

Assim sendo, a Ciência Econômica promoveria profecias auto-realizantes (MERTON, 1968), tanto na esfera social quanto nas políticas públicas, produzindo mitos: no que se refere à vida econômica, os indivíduos são racionais, livres, interesseiros e procuram otimizar o emprego de seus recursos e, na medida em que podem agir em um ambiente de trocas e disputas livres de intervenções políticas, realizam a melhor forma possível de produção e distribuição dos recursos econômicos (JARDIM, 2015). A consequência desses mitos, é que opções políticas e econômicas se tornam naturalizadas, assim como a ordem social resultante destas, legitimando as desigualdades econômicas e sociais.

Visando questionar o consenso acima, a sociologia econômica, em diálogo crítico com a economia ortodoxa, tende a mostrar que os mercados podem ser estudados como estruturas sociais, ou seja, “formas recorrentes e padronizadas de relações entre atores, mantidas por meio de sanções” (SWEDBERG, 2003, p.255), ou mesmo como campo de força como sinalizou Bourdieu (2001).

De acordo com Abramovay (2004), o estudo dos mercados como estruturas sociais enraíza os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros e não supõe um maximizador abstrato, isolado, por um lado, e a economia, por outro, como resultado mecânico da interação social. Da mesma forma, o estudo do mercado como campo, tal qual sugere Bourdieu (2001), pressupõe a interação entre agentes que possuem suas histórias de vida e seus dispositivos cognitivos (*habitus*²), que por sua vez orientam suas preferências. Assim, tomadas de decisões, discursos e a criação de instituições são resultantes das ações dos agentes, inclusive do agente mais importante, o Estado. Bourdieu (2001) opta pelo conceito de **campo**³, porque, segundo o autor, o conceito de mercado não permite identificar os inúmeros elementos humanos presentes no fenômeno econômico e nem a interação relacional entre as diversas instâncias da sociedade: a econômica, a social, a política (Estado e seus agentes) e a religiosa; assim como a luta de atores para a imposição da *doxa*.

² Para Bourdieu, *habitus* é um produto da história, resultado da socialização do agente.

³ Para Bourdieu, campo é o espaço social de relações de força entre diferentes agentes, providos de diferentes tipos de capitais.

Após esse enquadramento da abordagem teórica que nos inspira, passamos a apresentar os principais conceitos para a compreensão do problema de pesquisa.

1.1. Enraizamento e construção social dos mercados

Em *A Grande Transformação*, Polanyi (1980) argumentou que a economia de mercado não contém o conjunto das atividades necessárias à reprodução social e à sobrevivência humana, pois a autonomia do mercado conduziria à destruição social. Demonstrou que uma sociedade de automercado já nasceria fadada ao fracasso, pois retiraria toda a sua capacidade de coesão social e de solidariedade. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias seria fictícia, pois, mesmo sendo organizados em mercados, estes não são produzidos para a venda, mas para a reprodução da vida social (POLANYI, 1980).

Portanto, a sociedade de mercado é algo artificial, já que é necessário que a própria sociedade seja modelada para que o mercado possa funcionar. Para o autor “uma economia de mercado só pode funcionar em uma sociedade de mercado” (POLANYI, 1980, p.72). Essa constatação está em oposição aos estudos que colocam o mercado como uma esfera desenraizada do social. Nesse sentido, foi em um “contra movimento” que a sociedade autorizou a criação da economia de mercado, que só funciona, segundo o autor, porque está enraizada na sociedade. Logo, a economia de mercado não nasceu dos conceitos abstratos dos economistas e nem foi algo contra a vontade humana. É uma criação histórica, datada, cultural e humana.

Inspirado em Polanyi, Granovetter (2007) desenvolveu o conceito de enraizamento, dando maior ênfase do que Polanyi ao enraizamento do econômico no social. Para Granovetter (2007), se nas sociedades pré-mercantis, o comportamento econômico se encontrava imerso em relações sociais, nas sociedades modernas, a economia se torna uma esfera diferenciada: as transações econômicas não mais se definem por obrigações sociais, mas por cálculo racional voltado para maximizar o ganho. Contudo, o autor entende que os atores econômicos também orientam a sua conduta por objetivos que são sociais (como sociabilidade, reconhecimento, *status*, poder), logo, suas ações estão sempre enraizadas em redes sociais.

Nessa perspectiva, o mercado não seria um livre jogo de forças abstratas, de oferta e procura, entre atores atomizados, mas um conjunto de ações enraizadas em redes concretas de relações sociais. Para Granovetter (2007, p. 13), “fatos econômicos não ocorrem em um vazio, mas dentro de um marco social, composto por relações sociais variadas”. Ampliando o conceito de enraizamento de Polanyi, para quem a sociedade de mercado se desenraizou da sociedade, Granovetter (2007) argumentou que o mercado estaria enraizado no social.

Considerando os postulados da sociologia econômica, argumentamos que construções de mercados não se explicam apenas por variáveis econômicas, mas também por variáveis sociais e políticas. Nesse sentido, decisões econômicas e políticas não são frutos de agentes racionais, que isolados em seus escritórios e de sangue frio, buscam estrategicamente a solução ótima. Trata-se de agentes estatais, culturalmente socializados, de posse de suas disposições cognitivas, que realizam encontros oficiais e de corredores, que sofrem e que fazem sofrer na busca por uma solução que não necessariamente será a ótima (JARDIM, 2015). Assim, o mercado da habitação, estaria enraizado em variáveis sociais, em especial o Estado.

A seguir, outro conceito que nos ajuda a entender nosso tema.

1.2. O Estado e seu poder simbólico

Pierre Bourdieu é um autor bastante referenciado pela sociologia econômica que nos inspira nesta pesquisa, especialmente em seu livro, *As Estruturas Sociais da Economia* (2001), no qual, com base em pesquisas realizadas na França dos anos 1970 mostrou que o Estado contribuiu de forma decisiva na construção da demanda por casas. Isso ocorreu através da construção das disposições individuais dos consumidores e também na atribuição de recursos, concedendo auxílios para as construtoras.

Bourdieu (2001) demonstra que, ao destinar ajuda financeira aos construtores – por meio de créditos mais baratos e de incentivos à produção –, o Estado contribui para produzir o mercado de habitação, orientando direta ou indiretamente os investimentos financeiros. Assim, o Estado cria a oferta, via crédito fornecido pelos bancos públicos e ainda, por meio das campanhas publicitárias, ajuda a criar as disposições econômicas dos agentes compradores das casas.

As ideias de Bourdieu (2001) serão centrais para nos ajudar a pensar o papel do Estado no mercado da habitação no Brasil, já que define Estado como um espaço relativamente autônomo em relação às forças sociais em luta pelo poder, e que assegura uma posição de árbitro nos conflitos políticos. Dizer que o Estado é legítimo, é dizer que ele pode obter a submissão da ordem que impõe, tendo como forma de constrangimento o poder simbólico.

Assim, o Estado não tem a necessidade de dar ordens, ou de exercer coerção física para produzir um mundo social ordenado, pelo menos “enquanto puder produzir estruturas cognitivas incorporadas que estejam em consonância com as estruturas objetivas, assegurando assim a submissão *dóxica* à ordem estabelecida” (BOURDIEU, 2011, p. 119).

Mais do que legislar nas questões econômicas e políticas, para Bourdieu (2011), o Estado legisla nas questões cognitivas, ou seja, na produção de crenças dos agentes, criando formas mentais de classificação, que serão usadas pelos agentes sociais. É considerando a importância do Estado não somente institucional, mas cognitivo – já que na nossa perspectiva o Estado influencia e é influenciado pelas formas de classificações dos agentes nele envolvido – que este artigo se apresenta. Mais do que legislar nas questões econômicas e políticas, o Estado teria legislado nas questões cognitivas, ou seja, na produção de crenças que auxiliaram na construção do mercado da habitação. Para Bourdieu (2011), um Estado que faz a violência simbólica não precisa fazer uso da violência física.

A seguir, as iniciativas do Estado, na construção desse mercado.

2. A construção social do mercado da habitação nos anos 2000: a mão visível do Estado

2.1. A criação do Ministério das Cidades (MC) e de outras institucionalidades

Logo após sua posse em 2003, o presidente Lula criou o Ministério das Cidades (MC), com os objetivos de combater as desigualdades sociais, transformar as cidades em espaços mais humanizados e ampliar o acesso à moradia, saneamento e transporte. No contexto, o ex-prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, foi indicado para o cargo de Ministro. De acordo com Cardoso (2013), a equipe convocada para compor o ministério tinha fortes vínculos com o Fórum Nacional da Reforma Urbana⁴ e já tinha participado de algumas experiências de administração local em Governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

O MC foi criado com o caráter de órgão coordenador, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, envolvendo, de forma integrada, as políticas ligadas à cidade. A criação desta instância veio a ocupar um vazio institucional no cenário nacional (CARDOSO, 2013), com o objetivo de integrar as áreas de habitação, saneamento ambiental e transporte urbano e mobilidade, tendo o uso e ocupação do solo como política transversal. O MC foi criado em diálogo com o Movimento Social da Reforma Urbana e buscou trabalhar de forma articulada com estados, municípios, movimentos sociais, Organizações não Governamentais (ONGs) e o setor privado, tendo na Caixa Econômica Federal (CEF) a operadora dos recursos (CAIXA, 2011).

⁴ Criado em 1987, visando promover a Reforma Urbana.

Ao longo de 2003, a Secretaria Nacional de Habitação desenvolveu as bases normativas e institucionais da política habitacional, a saber, a Medida Provisória (MP) 252 e a Resolução 460. A MP 252 representou benefícios de renúncia fiscal, portanto, incentivou grande parte do setor imobiliário; a Resolução 460 do Conselho Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) permitiu criar um sistema de descontos no FGTS, o que reduziu os custos de financiamento com os recursos do fundo, beneficiando os setores de baixa renda (CARDOSO, 2013).

Também fez parte desse contexto o surgimento do Programa Crédito Solidário em 2004, para atender as reivindicações de movimentos sociais. Trata-se de um programa voltado ao atendimento de necessidades habitacionais da população de baixa renda. O programa buscou a concessão de empréstimo direto ao beneficiário, para produção e aquisição de nova habitação ou para conclusão e reforma de moradias existentes (PORCIONATO, 2016).

No ano de 2005, foi aprovado um projeto de lei para a criação de um fundo de moradia, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A lei que instituiu o FNHIS também estabeleceu as institucionalidades para a criação do Sistema Nacional de Habitação (SNH), que contou com atribuições aos três níveis de governo, dando destaque para os municípios (CARDOSO, 2013).

Portanto, a Resolução 460, que previa descontos do FGTS, somada à criação do FNHIS, marcou um momento inovador na política habitacional, que foi o compromisso do Governo Lula em subsidiar a produção de moradias para as camadas de baixa renda, atendendo a uma demanda que se manifestava a partir das críticas à atuação do modelo vigente, o Banco Nacional da Habitação (CARDOSO, 2013).

Para Maricato (2005), uma das conquistas mais importantes do Governo Lula foi a elaboração de um novo paradigma para estruturar o SNH, inspirado no Projeto Moradia, elaborado no ano de 2000, no Instituto Cidadania. A nova política nacional de habitação previa a construção do MC e a elaboração de uma Política Urbana com as propostas de saneamento, transporte/trânsito e planejamento territorial, além da habitação.

A coordenação do Projeto Moradia foi da arquiteta e ex-deputada estadual pelo PT, Clara Ant, junto com André de Souza, ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT); além disso, o projeto contou com Ermínia Maricato, pesquisadora aposentada da Universidade de São Paulo (USP); Evaniza Rodrigues, mestre em Arquitetura pela USP, e consultora da CEF; Iara Bernardi, que foi Deputada Federal pelo PT, ligada às questões urbanas; Lúcio Kowarick, professor titular aposentado da USP e especialista em urbanização; Nabil Bonduki, professor da USP, especialista em planejamento urbano, relator do Plano Diretor e vereador pelo PT; e Pedro Martoni Branco, economista e diretor do Instituto Via Pública.

As minibiografias acima indicam que a política urbana durante o período foi liderada por agentes com grande *expertise* no tema, por tratar-se de intelectuais que dedicaram suas carreiras às questões urbanas, portanto, à política urbana nelas inclusas. A questão da habitação do Governo Lula, foi resultado das visões de mundos de pessoas sensibilizadas pelo tema.

O Programa contou com a ampliação do mercado privado, via Parceria Público Privada (PPP), para que este atendesse a população com renda superior a 5 salários mínimos (SHIMBO, 2010). O setor privado deveria atender as demandas da classe média, para que os recursos financeiros federais ficassem concentrados nas faixas de renda situadas abaixo dos cinco salários mínimos, estrato onde se concentra 92% do *déficit* habitacional (MARICATO, 2005). Essa nova proposta preencheu a lacuna existente desde o fim do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1988, considerado falido para os coordenadores da nova política urbana, já que este colocou a habitação nas mãos dos bancos privados.

Entre 2005 e 2008, foram criados programas habitacionais para a população de até 3 salários mínimos mensais: Programa da Ação Provisão Habitacional de Interesse Social; Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários; e o Apoio à Produção Social de Moradia.

Mas foi a partir de 2004 que o mercado imobiliário habitacional experimentou uma fase de crescimento constante, com ampliação da produção e aumento dos preços. Para Cardoso (2013), tratou-se de uma profunda reestruturação do setor. A partir de 2004, algumas das maiores empresas da construção civil abriram capital na bolsa de valores. Os recursos obtidos nessas transações foram usados para ampliar suas atividades, assumindo controle acionário das empresas regionais, investindo em terra ou financiando novos empreendimentos.

Assim, já nos primeiros anos do 1º Governo Lula (2003-2006), o Estado construiu as bases institucionais da política habitacional do período. Sob a aparência de neutralidade burocrática, o Estado impôs seus interesses, em diálogo com o Fórum das Cidades, com os movimentos sociais urbanos, com intelectuais sensíveis ao tema e com parcerias com o setor privado (bancos e grandes construtores).

A seguir, os incentivos financeiros estatais para o mercado da construção civil, via PAC.

2.2. PAC: Eixo Infraestrutura Social e Urbano

O PAC foi criado em 2007 e investiu volumosos valores no mercado da habitação. Trata-se de um conjunto de estratégias com o objetivo de promover o desenvolvimento, através da aceleração da economia e do aumento do emprego.

A iniciativa esteve organizada em duas partes: a primeira reuniu os investimentos em infraestrutura e, a segunda, ações para ampliação do crédito. Além da promessa de estimular os setores produtivos, o PAC levou benefícios sociais para todas as regiões do país (BNDES, 2008).

Segundo dados do PAC (2010), de 2007 a 2010 foram investidos R\$ 503,9 bilhões em infraestrutura. Parte desse valor (R\$ 219,20 bilhões), foram investimentos feitos por empresas estatais e R\$ 67,80 bilhões foram investidos com recursos do Orçamento Fiscal da União (OFU) e da seguridade. O restante, R\$ 216,9 bilhões, foi investido pela iniciativa privada (empresas, fundos de pensão e fundos do mercado financeiro). Sobre os investimentos feitos pelo PAC, se somados o setor da infraestrutura social e urbana (R\$ 170,8 bilhões) com o setor de habitação (R\$ 106,3 bilhões), o mercado da construção civil foi o grande beneficiado do PAC e com ele, o mercado da habitação.

O PAC teve continuidade no governo de Rousseff (2011-2014), quando foi batizado de PAC2. Uma característica do PAC2 foi a ênfase na inclusão social dos pobres, por meio do eixo Comunidade Cidadã, assim como a continuidade do PMCMV. Uma novidade em relação ao PAC 1 foram os investimentos em obras para a Copa do Mundo (2010) e para as Olimpíadas (2012), alimentando ainda mais o setor da construção civil. A segunda etapa do PAC2 buscou fornecer infraestrutura por meio dos investimentos de cerca de R\$ 1 trilhão no período de 2011 a 2014. Estimativas indicam que 50% do total desse investimento foram direcionados para o setor de energia e 30% para o PMCMV (JARDIM, 2015).

Esse destaque para o setor habitacional não deve ser isolado da criação do MC, em 2003, que fortificou institucionalmente o tema; é do mesmo período a criação das Conferências das Cidades, que é outro marco do período. Tanto a criação do MC, quanto das conferências das Cidades, assim como a implantação de projetos sociais ligados à habitação, foram efetivados pelo Governo Federal, em diálogo com os movimentos sociais ligados à cidade e com intelectuais sensíveis ao tema.

É no contexto de implantação do PAC, da criação do MC, que o Governo Lula implantou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que ajudou a consolidar o já fortalecido mercado da habitação.

2.3. O PMCMV: papel do Estado

O PMCMV foi criado em 2009, com o objetivo de reduzir o *déficit* habitacional do país, considerado pelo Governo Lula como um problema crônico nacional.

A criação do MC, em 2003, assim como o financiamento do mercado habitacional através do PAC, e demais programas criados fez parte das estratégias

do Estado, visando a estimular a aquisição da casa própria junto às classes menos favorecidas.

A primeira menção ao programa se deu no 7º Balanço do PAC (2009a). No 6º Balanço do PAC (2009b), não havia menção ao PMCMV ainda, mas a apresentação do relatório já apontava que incentivos fiscais e financeiros para investimentos residenciais (habitação para famílias de baixa renda) estavam sendo formulados. A partir do 7º Balanço (PAC, 2009a), notamos a mudança na nomenclatura do Programa para o título de Minha Casa Minha Vida.

De acordo com o Balanço, a alteração justifica-se pela necessidade em dar autonomia ao Programa e criar uma legislação que garantisse a ampliação da oferta de construções. Em 2009, foi criado o Programa, com a meta de construção de 1 milhão de moradias em curto prazo, com orçamento de R\$ 34 bilhões. (PORCIONATO, 2016). Além disso, previa a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, alterando alguns decretos, leis e medidas provisórias anteriores (CARDOSO, 2013).

O PMCMV estabeleceu um patamar de subsídio direto, impactando a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pelo mercado da construção. Além dos subsídios, aumentou o volume de crédito para aquisição e produção de habitação e reduziu os juros. Com a criação do Fundo Garantidor da Habitação (FGH), foram aportados recursos para pagamento das prestações em caso de inadimplência por desemprego ou outras eventualidades (CARDOSO, 2013).

Para a presidente Rousseff, foi o Programa que mais recebeu recursos do Orçamento e foi o primeiro Programa Federal que buscou dar respostas efetivas para o problema (BRAGA; CASTRO, 2014). Ainda para Rousseff, o Estado é central na resolução da questão da habitação, pois o mercado não é capaz de resolvê-lo. A partir do PMCMV, o Estado fixou as regras de funcionamento, com a implantação de um marco jurídico para o setor.

No contexto, o então Ministro da Fazenda, Guido Mantega, declarou que o PIB do país seria favorecido, pois o PMCMV era uma política anticíclica que ajudaria o país a crescer com solidez e baixos riscos. O Presidente do Sindicato da Construção Civil (SINDUSCON), também considerou o programa bem estruturado. Foi por meio do SINDUSCON-SP que seminários e debates foram elaborados visando a discutir os rumos da política habitacional nacional. (PORCIONATO, 2016).

De acordo com a Lei nº 12.424-2011 e as Resoluções do Conselho Monetário Nacional, inicialmente eram 3 faixas que compunham as condições obrigatórias para o financiamento:

Faixa 1 - Famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.600

Faixa 1.5 - Famílias com renda mensal bruta de até R\$ 3.275

Faixa 2/3 - Famílias com renda mensal bruta entre R\$ 3.275- R\$ 5 mil

Para as famílias com renda de até 3 salários mínimos (Faixa 1), a meta foi construir 400 mil unidades habitacionais através do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que recebeu recursos da Ouvidoria Geral da União (OGU) para viabilizar a construção de unidades habitacionais (CAIXA, 2011).

A execução das obras foi realizada por construtoras contratadas pela Caixa Econômica Federal (CEF), que se responsabilizaram pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados, a partir da lista de demanda elaborada pelas prefeituras. Coube aos municípios cadastrar as famílias com rendimento de 0 a 3 salários mínimos, cujo cadastro deveria ser apresentado à CEF. No caso das faixas 1 e 1,5, devido ao valor do subsídio, que podia chegar até 90% do imóvel, era necessário ser sorteado para receber o imóvel.

O PMCMV também disponibilizou recursos para famílias com renda bruta de até R\$ 5.000,00. Para esse grupo, os formatos e as taxas eram diferentes daquelas estabelecidas para as Faixas 1 e 1.5.

Assim, o PMCMV tinha três grupos de compradores, cada um respondendo a critérios específicos. O primeiro grupo era aquele que recebe até 3 salários mínimos e, para concorrer às casas populares, tinha que se inscrever nas prefeituras das cidades. As condições do segundo grupo eram muito parecidas daquelas do primeiro grupo, só aumentava o valor do imóvel. O terceiro grupo era aquele que recebia renda mensal de até R\$ 5.000,00 e realizava a inscrição diretamente na agência da CEF. Trata-se de diferentes mercados em um mesmo mercado, o mercado da habitação, que, por sua vez, faz parte do grande mercado da construção civil.

A distribuição orçamentária dos recursos do FAR foi feita nos 27 Estados do Brasil, conforme a meta física de unidades habitacionais por Estado da Federação e considerando o cálculo do *déficit* habitacional. (CARDOSO, 2013).

De acordo com a CAIXA (2011), entre o PMCMV 1 e o 2 foram contratadas mais de 4 milhões de moradias. O Quadro 1 evidencia o número de moradias construídas por Estado.

QUADRO 1: Moradias construídas por Estado

Norte		Nordeste	
AC	50	AL	3.040
AM	2.170	BA	14.715
AP	580	CE	6.250
PA	4.110	MA	6.740
RO	1.490	PB	7.425
RR	570	PE	4.750
TO	4.680	PI	8.850
Sul		RN	5.690
PR	5.128	SE	2.827
RS	3.484	Sudeste	
SC	950	ES	1.417
Centro-Oeste		MG	7.866
GO	4.885	RJ	581
MS	2.197	SP	2.763
MT	4.140		

Fonte: CAIXA - www.feiraocaixa2016.com.br_Acesso em: 5 jan. 2016.

Alguns dos Estados atingiram cotas muito altas de construção (Bahia e Piauí), enquanto outros ficaram muito abaixo do que foi estimado (Acre e Santa Catarina). Segundo Cardoso (2013, p. 36), no final de 2010, “alguns Estados reclamaram junto ao governo por terem já estourado a sua meta e não disporem de mais recursos, enquanto outros permaneceram aquém da meta original”.

Entre 2009 e 2014, o PMCMV atendeu a 6,8 milhões de beneficiários. Desse total, 52% com renda até R\$ 1.600,00; 39% com renda até R\$ 3.275,00 e 9% com renda de até R\$ 5.000,00. Os dados⁵ de 2016 mostram que 1,7 milhão de moradias foram entregues em 5.288 municípios. Foram gerados 1,3 milhão de empregos e 80 mil novas empresas de construção foram abertas. Dos R\$ 63 bilhões de renda gerados em toda a economia, R\$ 37,55 bilhões foram do setor da construção civil. Segundo Jardim (2015), para esses empregos, houve a orientação do Governo Federal para que as prefeituras priorizassem a mão-de-obra de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), inserindo essas pessoas no mercado de trabalho.

Em diálogo com a criação do MC e do investimento do PAC em habitação, o PMCMV ajudou a consolidar o mercado da construção civil, gerando emprego, renda e reduzindo a desigualdade social, além de realizar o sonho da casa própria

⁵ Disponível em: <http://www.feiraodacaixa2016.com.br/cadastro-minha-casa-minha-vida-2013>. Acesso em: 5 fev. 2016.

para diversos grupos sociais, com destaque para famílias que ganhavam até três salários mínimos, consideradas a prioridades do Programa.

Após esse percurso macrossociológico, o próximo item busca conhecer os agentes que atuaram na criação do PMCMV. Isso é importante para entendermos as motivações desse grupo que elegeu o mercado da construção civil, com destaque para o mercado da habitação, como agenda central na primeira década dos anos 2000.

2.3.1. Agentes responsáveis pela criação do PMCMV

O QUADRO 2 contém os nomes dos responsáveis pela implantação do PMCPM. São esses agentes que, orientados pelas grandes funções estatais, defenderam o mercado da habitação, em oposição à década anterior (1990), quando vigorava o modelo BNH, considerado falido pelos movimentos sociais urbanos, pois o Estado esteve ausente da gestão da habitação via BNH.

QUADRO 2: Comissão para implementação do PMCMC

Nome	Formação	Profissão	Cargo durante a implementação	Partido Político
Luiz Inácio Lula da Silva	Curso Técnico	Torneiro Mecânico	Presidente da República	PT
Tarso Genro	Graduado, especialista em Direito Trabalhista	Advogado	M. Justiça	PT
Guido Mantega	Graduado em Economia, Doutor em Sociologia	Economista	M. Fazenda	PT
Paulo Bernardo Silva	Curso Superior Incompleto	Bancário	M. Planejamento, Orçamento e Gestão.	PT
Carlos Minc	Graduado, Mestre, Doutor em Economia do Desenvolvimento	Economista	M. Meio Ambiente.	PT
Marcio Fortes de Almeida	Graduado, Doutor em Direito Público, Diplomata	Advogado	M. Cidades.	PP

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao elaborar a minibiografia dos principais responsáveis pelo PMCMC, identificamos que a comissão era composta majoritariamente por membros do PT, partido que historicamente manteve forte diálogo com os movimentos sociais, inclusive com os movimentos sociais ligados às cidades, em especial o Fórum Nacional da Reforma Urbana, com o qual os membros do Governo dialogaram para a construção do projeto de habitação. Com exceção de Marcio Fortes (PP), os demais membros sempre estiveram engajados com o tema do *déficit* habitacional, por intermédio do Instituto da Cidadania, onde Lula, então candidato à presidência em 2002, debateu e elaborou suas propostas de políticas públicas em diálogo com intelectuais engajados.

Portanto, o mercado da habitação seria resultado da visão de mundo dos agentes que compuseram o Governo Federal nos anos 2000, ou, nas palavras de Bourdieu (2011), resulta das disposições cognitivas (*habitus*) dos agentes, cujas disposições são construídas socialmente e acionadas, não necessariamente consciente, toda vez que um agente precisa tomar decisões.

Apresentar as minibiografias é importante porque nos ajuda a reforçar a ideia presente em Polanyi (1980) e Granovetter (2007), qual seja, de que mercados não estão desenraizados da sociedade, nem da história de vida dos agentes que os compõem (JARDIM, 2015). Assim, não é coincidência o fato de que são justamente agentes com histórico interesse pelas questões habitacionais, que levantaram essa bandeira, aquecendo não apenas o mercado da habitação, mas também o da construção civil. Como desdobramento, o Estado gerou emprego e renda para trabalhadores da construção civil, setor onde se encontra trabalhadores com menor nível de escolaridade, além de ajudar indivíduos de classes sociais desfavorecidas a adquirirem sua casa própria.

Como desdobramento das energias sociais dispendidas em torno do Programa, alguns meses depois da aprovação da MP, que colocou o PMCMV em vigor, 220 mil contratos já haviam sido assinados (PORCIONATO, 2016).

Diante do exposto, o mercado da habitação construído nos anos 2000, com especial estímulo do PMCMV, foi apoiado e controlado, direta e indiretamente pelo Estado. As motivações dos agentes que compuseram o Estado nesse período nos ajudam a entender a insistência do Estado brasileiro com a pauta da habitação. Afinal, antes de ser um projeto econômico, foi um projeto de um grupo, sensibilizado e interessado pelas questões de habitação.

Considerações Finais

O artigo teve como tema de estudo a construção social do mercado da construção civil no Brasil, na primeira década dos anos 2000, com destaque para o mercado da habitação.

Após identificarmos a criação do MC, em 2003, o volumoso investimento do PAC direcionado à habitação a partir de 2007 e, finalmente, a criação do PMCMV, em 2009, defendemos que o Estado brasileiro viu no mercado da construção civil e da habitação diversas possibilidades: gerar emprego e renda para um grupo com baixa escolaridade – já que o setor da construção civil é o que mais emprega esse perfil de trabalhadores –; possibilitar a aquisição da casa própria para grupos historicamente excluídos do mercado da habitação e responder a uma reivindicação histórica do movimento social ligado às cidades, sobre o *déficit* habitacional.

Através de uma série de intervenções políticas, o Estado foi o responsável pela definição e a imposição das regras do mercado da construção: desde a criação do MC, a aprovação de leis orçamentárias, a criação do PMCMV, os investimentos em infraestrutura via PAC, o controle dos meios de pagamento e o oferecimento de crédito via Caixa, até a formação da mão-de-obra, uma vez que para as obras do PAC, a orientação do Governo Federal era o uso da mão-de-obra dos beneficiários do PBF.

Com todas essas iniciativas, o Estado contribuiu para fertilizar o mercado da construção civil durante o período, em especial o mercado da habitação, criando as bases para a oferta e para a demanda no mercado, especialmente ao reformular sua política de incentivos à construção civil, dando foco à construção habitacional de padrão econômico. Este incentivo fez com que as construtoras começassem a produzir um tipo de habitação mais econômico que, através da melhoria de renda e facilidade de crédito e subsídios, repassados diretamente ao comprador, despertou o interesse das classes populares pela compra da casa própria. Assim, o Estado elaborou um novo paradigma para estruturar a Política Nacional de Habitação, para além do modelo então vigente, o BNH, evidenciando a mão visível do Estado na construção do mercado da habitação e da construção civil.

Quando buscamos entender os agentes estatais engajados nesse tema, identificamos tratar-se de um grupo dirigente oriundo do PT, com forte diálogo com os movimentos sociais e com intelectuais ligados às questões urbanas. Além disso, identificamos que o tema da habitação estava em discussão no PT desde os anos 1990, por meio do Instituto da Cidadania.

Em diálogo com as empresas privadas via PPP, o Governo Lula, composto por agentes que já possuíam alguma sensibilidade com o tema habitação, colocou essa pauta como central. Contudo, na nossa perspectiva, a prioridade dessa agenda

não foi uma decisão técnica ou econômica. Mais do que isso, o tema da habitação dialogava diretamente com as motivações dos agentes que fizeram parte do Governo e também de alguns de seus interlocutores, como movimentos sociais ligados à cidade e o setor de construção. Nesse sentido, o mercado da construção civil e da habitação teria sido resultado das disposições cognitivas dos agentes estatais, portanto, o mercado esteve enraizado em elementos sociais e políticos, em diálogo com os conceitos de Enraizamento e de Estado apresentados no início desse texto.

***THE SOCIAL CONSTRUCTION OF THE CIVIL
CONSTRUCTION MARKET IN THE YEARS 2000:
HOUSING AND THE ROLE OF THE STATE***

ABSTRACT: *Considering the growth of the civil construction sector in Brazil in the first decade of the 2000s, this article studies, on the basis of this large market, the social construction of the housing market between 2002 and 2012, and argues that it might be rooted in social variables, in particular considering the role of the State. Taking as a hypothesis the importance of the State in the construction of the housing market in that decade, the article identifies several initiatives such as the creation of the Ministry of Cities in 2003, the investment in housing made by the Growth Acceleration Program and the creation of a specific program for housing, the Minha Casa Minha Vida Program. We conclude these constitute a political choice by the ruling party in power at the time. The article's theoretical inspiration comes from concepts of economic sociology, a discipline that has sought to link so-called economic phenomena, such as markets, to sociological analyzes.*

KEYWORDS: *Social Construction of Markets. Construction Market. Housing Market.*

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.16, n.2, p.35-64, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **As Estruturas Sociais da Economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) – Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC). Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2012. Disponível em: www.rais.gov.br. Acesso em: 22 ago. 2012.

BNDES. RELATÓRIO ANUAL BNDES. Rio de Janeiro: **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**, 1983. Anual. Continuação de Relatório das Atividades BNDE. 2008.

BRAGA, Mário; CASTRO, José Roberto. Dilma destaca Minha Casa como maior programa do governo. **Estadão**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-destaca-minha-casa-como-maior-programa-do-governo,1144908>. Acesso em: 11 mai. 2014.

CAIXA. Demanda habitacional no Brasil. **Caixa Econômica Federal**. Brasília: CAIXA, 2011. Disponível em: <https://www.pdf-archive.com/2012/09/26/demanda-habitacional2/>. Acesso em: 1 dez. 2017.

CARDOSO, Adauto L. (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

FOCHEZATTO, Adelar; GHINIS, Cristiano Ponzoni. Tendências e determinantes da produção da construção civil no Brasil e no Rio Grande do Sul nas duas últimas décadas: evidências da análise de dados em painel. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 31, 2011.

GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura Social: o Problema da Imersão. **RAE-revista de administração de empresas** - eletrônica vol. 6, n. 1, janeiro-junho 2007. Disponível em: <http://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol6-num1-2007/acao-economica-estrutura-social-problema-imersao>. Acesso em: 20 jul. 2017.

HAGUENAUER, Lia; BAHIA, Luiz Dias; CASTRO, Paulo F. de; RIBEIRO, Márcio B. Evolução das Cadeias Produtivas Brasileiras na Década de 90. **Texto para discussão**. Brasília, n. 768, abr. 2001.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa anual da indústria da construção. Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-98, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=754>. Acesso em: 18 mai. 2017.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa anual da indústria da construção. Rio de Janeiro, v. 22, p. 1-98, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=754>. Acesso em: 18 mai. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa anual da indústria da construção. Rio de Janeiro, v. 25, p.1-52, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=754>. Acesso em: 18 mai. 2017.

IPEA DATA. Dados Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2012. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38414>. Acesso em: 10 jul. 2017.

JARDIM, Maria. A construção social do mercado de trabalho no setor de construção civil nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): consensos e conflitos. **Sociedade e Estado**. Brasília, n. 1, v.30, 165-187, 2015.

JARDIM, Maria; CAMPOS, Ricardo. A Construção social dos mercados e a crítica da Ciência Econômica. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, 1-9. 2012. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/5174/4239>. Acesso em: 10 jul. 2017.

JARDIM, Maria; PORCIONATO, Gabriela. O mercado de trabalho gerado pelas obras do PAC e Araraquara. In: CASAGRANGE, Elton; JARDIM, Maria (Org.). **Araraquara dos anos 2000**. 1 ed., São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 81-100.

LEBARON, Frédéric. A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012.

MARICATO, Ermínia. A Nova Política Nacional de Habitação. **Folha de S. Paulo**, 24 novembro 2005. O Valor, 5-9.

MERTON, Robert. **Theory and Social Structure**. New York: Free Press, 1968.

MORANDI, L.; REIS E. J. Estoque de capital fixo no Brasil - 1950-2002. XXXII Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 07-10 de dezembro, João Pessoa, 2004. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A042.pdf> Acesso em: nov. 2016.

OLIVEIRA, Valéria. O papel da Indústria da Construção Civil na organização do espaço e do desenvolvimento regional. **4º Congresso Internacional de Cooperação Universidade-Indústria**. 2012, Taubaté.

PAC. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO E CRESCIMENTO. 11º Balanço Completo do PAC - 4 anos (2007 a 2010). **Ministério do Planejamento**, 2010. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>. Acesso em: 1 dez. 2017.

_____. 7º Balanço Completo do PAC (Janeiro - Abril de 2009). **Ministério do Planejamento**, maio de 2009a. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>. Acesso em: 1 dez. 2017.

_____. 6º Balanço Completo do PAC 2 - 2 anos (fevereiro 2009). **Ministério do Planejamento**, fevereiro de 2009b. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>. Acesso em: 1 dez. 2017.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORCIONATO, Gabriela. **Programa Minha Casa Minha Vida: a construção social de um mercado**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNESP. Araraquara, 2016.

SHIMBO, Lucia Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado**: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010, 398f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos-UFSCAr.

SWEDBERG, R. A Nova Sociologia Econômica: o que já se atingiu, o que se seguirá?. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. (Org.). A Nova Sociologia Econômica. Lisboa: Celta, 2003. p.235-255.

Recebido em 14/08/2017.

Aprovado em 23/11/2017.

ATORES, AÇÕES E DOMINAÇÃO CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DA INDÚSTRIA DE CAPITAL DE RISCO NO BRASIL

*Martin MUNDO NETO**

*Patricia SALTORATO***

RESUMO: Este artigo aborda a indústria brasileira de capital de risco a partir da trajetória dos agentes que contribuíram para seu desenvolvimento. O Estado desempenhou um papel importante na regulamentação dessa indústria, notadamente a partir da criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da BNDESPar, subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O artigo conclui que, apesar da legitimidade desta indústria estar ligada ao financiamento da inovação tecnológica pelas firmas gestoras que atuam junto ao segmento *venture capital*, aqueles que dominam culturalmente a indústria, preferem investir no segmento *private equity*, onde o retorno sobre o investimento é significativamente maior e o risco, menor. Como resultado, os dados extraídos da CVM, indicam que, o financiamento via *venture capital*, onde a incerteza e os riscos são mais elevados, recaem principalmente sobre as agências governamentais, reproduzindo a dominação cultural predominante na indústria mundial.

PALAVRAS CHAVE: Financeirização. Fundos de investimentos. Capital de risco. Sociologia econômica.

* FATEC-Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga. Taquaritinga-SP, Brasil. 15900000 - martin.neto@fatectq.edu.br.

** UFSCar-Universidade Federal de São Carlos. Campus Sorocaba. Sorocaba-SP, Brasil. 18052780 - patriciasaltorato@gmail.com.

1. Introdução

Nos últimos anos, o mercado financeiro brasileiro ganhou uma relevância inédita na economia do país, que, longe de ser uma particularidade tupiniquim, faz parte de um processo em curso no capitalismo contemporâneo conhecido como financeirização (DAVIS; KIM, 2015). Esse processo engendrou a partir da década de 1980; a emergência, ascensão e o crescente poderio de um grupo de atores do espaço das finanças; os gestores de fundos *private equity* (PE) com variadas implicações para estados, empresas e indivíduos. Tidos como intermediários financeiros (GRÜN, 2013; FROUD; WILLIAMS, 2007, APPELBAUM; BATT, 2014), estes atores passaram a fomentar um mecanismo de investimento/financiamento alternativo ao sistema bancário tradicional. Porém, mais que uma mera alternativa de investimento, estes atores legitimaram junto aos *market-makers actors*, um conjunto de valores, crenças, mitos e ritos exercendo uma dominação cultural, no sentido empregado por DiMaggio (2001), relativa à atuação na indústria de capital de risco.

A atuação desses atores envolve, em linhas gerais, o levantamento de capital junto a investidores institucionais e individuais para a formação de um fundo PE visando seu investimento em empresas cujos retornos financeiros sejam superiores àqueles obtidos a partir de outras oportunidades disponíveis (APPELBAUM; BATT, 2014; MEIRELLES *et al.*, 2008). A participação acionária de um fundo PE em uma empresa-alvo pode chegar a 100% e ser alcançada por meio de uma aquisição hostil (*takeover*) ou não. A decisão sobre como participar da gestão da empresa adquirida/investida cabe aos gestores do fundo PE e pode variar desde uma; diária, intensa e agressiva até uma restrita ao conselho de administração da mesma, assim como a decisão de manter (ou não) os executivos da mesma após a aquisição (SALTORATO; BENATTI, 2017). Em relação à saída do investimento, depois de um período de tempo pré-estabelecido em contrato junto aos investidores (geralmente menos de 10 anos) esses intermediários podem vender a participação do fundo (inclusive para outros fundos) ou abrirem o capital das empresas investidas. Assim, estes intermediários contribuem tanto para incrementar as operações de Fusões & Aquisições (F&A) entre empresas, como para ampliar a dependência das mesmas em relação ao mercado financeiro, como para legitimar um *modus operandi*, exercendo uma dominação cultural sobre os atores do campo.

DiMaggio (2001, p. 167), articulando questões ligadas à racionalidade econômica, à eficiência das empresas, à origem das preferências e suas relações com diferentes níveis do que se considera cultura, ou seja, questões ligadas “à cognição social, ao conteúdo e às categorias do pensamento consciente e a tudo aquilo que tomamos por certo”, conclui que o comportamento econômico está enraizado na cultura. Tal enraizamento é percebido desde um nível mais amplo do que se

entende por cultura, associado às regras, atitudes e normas, passando pela lógica dos agentes, pelas crenças que orientam as estratégias, até os sistemas de classificação e categorização que definem objetos de pensamentos. Em outras palavras, as estruturas cognitivas condicionam e são condicionadas pelas instituições de mercado.

A maior integração da economia brasileira à mundial, a partir da década de 1990, ocorre, sobretudo por meio do fortalecimento do mercado de capitais e da dominação cultural que orienta sua organização, destacando entre essas: a privatização de estatais de energia e telecomunicações; a abertura comercial e a desregulamentação de mercados controlados pelo Estado; o aumento crescente de operações F&A entre empresas com participação de investidores estrangeiros; as alterações na lei das sociedades anônimas e a criação do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, visando ao fortalecimento e à estruturação das empresas como uma sociedade por ações reproduzindo a concepção de controle baseada na cultura *Shareholder Value* (SHV) ou na valorização do acionista (USEEM, 1996; FLIGSTEIN, 2001), da qual as gestoras de fundos PE, apesar de menos evidentes no processo de financeirização, são representantes emblemáticas.

Considerando o exposto, este artigo explora a consolidação da indústria de capital de risco nacional, por meio das trajetórias dos atores melhor posicionados no campo; do Estado; e das relações tecidas entre eles e, destacando a estreita relação entre a esfera pública e a privada na construção social dos mercados. Em relação à metodologia de pesquisa, este trabalho empregou a pesquisa bibliográfica, documental e a imprensa de negócios, relativa aos atores-chave do campo: a Comissão de Valores Mobiliários (CVM); a Associação Brasileira de *Private Equity & Venture Capital* (ABVCAP); a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); e o Banco Garantia precursor daquelas que se tornaram referência nacional (e internacional) da atuação de fundos PE, a GP Investimentos, e a 3G Capital, símbolos da dominação cultural na indústria de capital de risco nacional por fundos PE.

2. O Público e o Privado no Capital de Risco

Historicamente, a indústria de capital de risco engloba dois segmentos com trajetórias distintas, mas que cada vez mais têm sido tratados pelas lideranças da indústria como uma unidade (ABDI, 2011). O primeiro, denominado *venture capital* (VC), é um segmento que opera como uma espécie de mito fundador da indústria, uma vez que os recursos ali aportados têm como destino as empresas que se encontram nos estágios iniciais de desenvolvimento, posicionadas em setores de alta tecnologia, com enorme potencial de crescimento e geração de lucro para

os investidores. A ampliação da oferta e popularização de novas tecnologias que proporcionariam benefícios para a sociedade como um todo seria a contrapartida para as ações dos gestores dos fundos de investimentos e, ao mesmo tempo, sua fonte de legitimidade. O outro segmento do capital de risco é denominado *private equity* (PE). Nele estariam os investimentos destinados a grandes empresas consolidadas, na maior parte das vezes envolvendo operações de F&A entre essas empresas (e menores riscos).

O entendimento de que a inovação tecnológica é uma das principais forças transformadoras da sociedade em geral, e da economia em particular, tem legitimado o seu financiamento (MAZZUCATO, 2013). Neste aspecto a indústria de capital de risco se insere no conjunto de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e, portanto, na discussão sobre qual deve ser o posicionamento do Estado na economia. Para aqueles que seguem à ortodoxia econômica, em particular os representantes da Teoria da Agência (JENSEN; MECKLING, 1976) a indústria de capital de risco seria um subespaço de vanguarda, uma vez que, nele estariam concentrados os negócios com possibilidades de gerar retornos entre os mais altos do capitalismo contemporâneo, desde que controlados os problemas de assimetria de informação entre os envolvidos. Já para quem defende uma orientação mais interventora do Estado na economia, o apoio à indústria de capital de risco decorre, em grande medida, do entendimento de que o incentivo à inovação tecnológica é essencial para o crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável (ARBIX, 2010; MAZZUCATO, 2013); ou, uma das formas de ampliar as capacidades estatais, na construção de um Estado desenvolvimentista, segundo as contribuições da abordagem institucionalista do Estado (DINIZ, 2013).

Mazzucato (2013) sugere uma orientação na economia que combine a necessidade de intervenção do Estado nos momentos de crise econômica, de inspiração Keynesiana, com os investimentos em inovação schumpeterianos. A autora procura desconstruir mitos associados à polarização entre público x privado, analisando o papel dos diferentes agentes no desenvolvimento de novas tecnologias. Segundo a autora, considerando o caso estadunidense, haveria uma divisão assimétrica dos riscos e dos resultados entre os agentes públicos e privados envolvidos na indústria de capital de risco. O Estado se ocupa dos investimentos iniciais, quando há incerteza e maior risco, tanto fornecendo infraestrutura e recursos humanos disponíveis na rede de instituições públicas de ciência e tecnologia, mas também, por meio de políticas específicas para fomentar a criação de produtos e serviços inovadores, contribuindo para o financiamento das empresas que surgem de pesquisas em universidade e centros de pesquisas, as *spin offs* acadêmicas. Numa fase posterior quando as incertezas acerca da tecnologia e os riscos são menores (e as taxas de retorno, maiores) o capital privado ingressa

com mais intensidade e o Estado raramente tem participação suficiente para repor os recursos investidos.

Bourdieu (2005) indica como as ações governamentais são determinantes na organização dos mercados, pois o mesmo é responsável por criar as categorias de pensamento válidas, princípios de classificação naturalizados que ordenam a sociedade. O autor analisa as origens do Estado e sua importância para a estruturação da sociedade contemporânea, mesmo no espaço mais privado que se possa imaginar. Segundo o autor, a produção estatística pelo Estado, através, por exemplo, do recenseamento “constrói os princípios de divisão legítimos, princípios de divisão tão evidentes que não são objetos de discussão” (BOURDIEU, 2005, p.38). Assim, o autor afirma sobre a oposição entre público x privado, que “o que se chama de privado é, em grande parte, habitado pelo público, em especial a empresa. Poderia mesmo dizer mais: pensando bem, não há privado.” (BOURDIEU, 2005, p.401). Ele ainda sugere que o mercado seja estudado como um campo de disputa entre dominantes e dominados, que ora concorrem, ora cooperam na construção da oferta de determinado produto ou serviço. Os agentes que ocupam a posição dominante agem no sentido de manter ou melhorar sua posição na estrutura do campo, disputando os diferentes capitais disponíveis no espaço em questão. No caso do mercado de capital de risco, além das empresas privadas que atuam diretamente no mercado existem as organizações estatais ligadas à indústria.

3. Desenvolvimento do Capital de Risco no Brasil

Segundo Macarini (2008), na segunda década de 1960, sob o regime militar, a política econômica liderada pelo economista Delfim Netto incentivou o fortalecimento do mercado financeiro, por meio de incentivos à criação de bancos de investimento e desenvolvimento do mercado de capitais. Os bancos de investimentos foram os primeiros a desempenhar o papel de intermediários financeiros e operarem segundo a lógica que, posteriormente, iria se tornar especialidade das gestoras PE. O segmento VC surgiu na mesma década. No âmbito privado investidores norte americanos por meio da *Adela Investment Company S.A* investiam em diversos países, inclusive no Brasil (ABDI, 2011). No âmbito do Estado este segmento ganhou o apoio da instituição que iria se destacar no apoio a inovação: a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Para Bourdieu (2005) os organismos governamentais assim como as organizações de representação de interesses ocupam posições relevantes na construção dos mercados. Assim, a análise da trajetória de agentes, individuais e coletivos, ilustra como estes e as organizações das quais participam acumulam

capitais e contribuem nesta dinâmica. No âmbito privado as primeiras iniciativas de VC têm fortes ligações com o Estado. No prefácio do livro *O capital de risco no Brasil: conceito, evolução perspectivas* (PAVANI, 2003), Roberto Binder, na ocasião, diretor da Associação Brasileira de Capital de Risco, atual ABVCAP (financiadora do livro com a gestora FIR Capital) destacava o papel de três executivos: “Homenagem justa seja feita, então, a Roberto Teixeira da Costa, Ary Burger e Thomas Tosta de Sá, pelo seu trabalho pioneiro e visionário.” Estes três homenageados desempenharam papel chave em organizações governamentais relacionadas à indústria de capital de risco, além de suas contribuições enquanto agentes privados.

Roberto da Costa, economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi o primeiro presidente da CVM (1977-1979) participando da criação daquela que controla a indústria. Em seu currículo também está a participação da estruturação do primeiro fundo VC privado (Brasilpar em 1976), que teve o BNDES como um dos principais cotista. Atua hoje tanto na esfera privada como na pública, como conselheiro de empresas como a Sul América Seguros e BNDESPar. Também ocupa a presidência da câmara de arbitragem da Bovespa e mantém ligações com o espaço acadêmico, publicando livros sobre a história do mercado financeiro brasileiro e participando de conselhos acadêmicos.

Thomas Tosta de Sá, engenheiro da PUC-RJ com mestrado em administração na Universidade de Nova York, também presidiu a CVM (1993-1995) e atuou como sócio da Mercatto Gestão de Recursos (2001-2011). Possui uma trajetória profissional marcada por participar direta e indiretamente do mercado de capitais, na presidência do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC); na coordenação do comitê executivo do plano diretor do mercado de capitais; como diretor-conselheiro da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA) e conselheiro da Associação Brasileira de *Venture Capital & Private Equity* (ABVCAP).

Ary Burger, terceiro homenageado, o foi, pelo protagonismo no desenvolvimento deste subcampo econômico. Falecido em 2010, Burger foi professor de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e fundou a Companhia de Participações em 1981, empresa que desde sua fundação se destacou entre as principais gestoras de VC no Brasil (MUNDO NETO, 2013), contando com os recursos de um grupo seleto de investidores institucionais em seus fundos: o BNDES, a FINEP, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), os principais fundos de pensão nacionais (PETROS, VALIA, FUNCEF, FAPES), o *International Finance Corporation* (IFC), o *Inter-American Development Bank* e o SEBRAE. Antes de fundar a CRP, Ary Burguer foi Secretário da Fazenda do Estado do RS, presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo

Sul (BRDE), do Banco de Desenvolvimento do Estado do RS S/A (BADESUL), diretor do Banco Central do Brasil e diretor financeiro do grupo Gerdau.

As trajetórias dos homenageados, em relação à indústria de capital de risco, guardam semelhanças; desde suas formações acadêmicas, passando por suas participações em grupos influenciados pela tradição econômica neoclássica; até suas passagens por órgãos estatais ligados à legislação e fiscalização da indústria. Já na esfera privada, todos atuaram como sócios de gestoras de investimentos nos anos seguintes à expansão da indústria de capital de risco. Todos contribuíram para a fundação da ABVCAP e segundo Pavani (2003), entre as instituições que fundaram a ABCR destacavam-se a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e a UFRS. Atualmente percebe-se forte influência da FGV, por meio do Centro de Estudos em *Private Equity* e *Venture Capital* (GVCEPE), não apenas na formação de profissionais, mas na elaboração e difusão de estudos em capital de risco, tornando-se um dos atores mais atuantes na coleta e organização de dados sobre esta indústria.

3.1. Composição e Contrastes da Indústria de Capital de Risco no Brasil

A consolidação da indústria de capital de risco impulsionou a difusão de uma literatura institucional que retrata discursivamente a atuação nas vertentes de VC e PE como uma mesma indústria (LOPES; FURTADO, 2006; ABDI, 2011; SIQUEIRA; CARVALHO; GALLUCCI NETTO, 2011; ABVCAP, 2016) visando impregnar a vertente PE com a legitimidade associada à vertente VC. Apesar das tentativas de ressignificar a vertente PE, os dados da CVM não indicam que empresas financiadas via PE (prioritariamente envolvendo F&A) tenham, num momento anterior sido financiadas por VC, realizando o denominado (e idealizado) ciclo PE/VC, um ciclo virtuoso defendido (também) discursivamente pelas lideranças da indústria (ABDI, 2011; ABVCAP, 2016). A Tabela 1 também evidencia a discrepância entre os fundos das duas modalidades registrados na CVM em 2013 e 2017.

Comparando os dados de 2013 e 2017, constata-se que, em 4 anos, o volume de investimento na indústria cresceu 388%. E, considerando o crescimento por segmento, tem-se que os fundos PE (FIPs - Fundos de Investimentos em Participações) cresceram 392% nesse período, enquanto o VC cresceu 47%. Além disso, no segmento PE, tanto o número de firmas gestoras como o número de fundos cresceu, enquanto no segmento VC, ambos, diminuiram.

TABELA 1: Modalidades dos fundos VC/PE, total de recursos por modalidade, número de fundos e firmas gestoras por modalidade de fundos (Julho/2013)

	Modalidade	US\$ (em milhares)	% Total	Número de Fundos	Número de Firms Gestoras
2013	FMIEEs	436.821,46	0,87	33 (5,4%)	19 (8 controlam mais de 90% do total de recursos do segmento)
	FIPs	49.785.305,50	99,13	576 (94,6%)	62 (20 controlam 92% do total de recursos do segmento)
	FMIEEs + FIPs	50.222.127,01	100	609 (100%)	
2017	FMIEEs	643.933,74	0,27	24 (2,5%)	17 (8 controlam mais de 90% do total de recursos do segmento)
	FIPs	244.358.249,88	99,73	936 (97,5%)	70 (24 controlam 92% do total de recursos do segmento)
	FMIEEs + FIPs	245.002.183,62	100	960 (100%)	

Fonte: Organizado pelos autores a partir da CVM (2013, 2017) e Mundo Neto (2013)

Mundo Neto (2013), ao analisar a Tabela 1, apurou que a participação dos principais agentes estatais que operam na indústria (BNDES Participações e FINEP) equivalia a quase 25% dos recursos aportados no segmento VC.

Em se tratando de gestão privada de VC no Brasil, Fernando Reinach ganhou destaque à frente das operações da Votorantim Novos Negócios (VNN), subsidiária do grupo Votorantim. Segundo Bernardes *et al.* (2013), os investimentos em biotecnologia da VNN foram realizados após a contratação de Fernando Reinach, ex-Professor Titular do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (IQ-USP) e coordenador do Projeto Genoma da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), responsável pela prospecção/seleção de projetos acadêmicos que receberiam investimento.

Reinach ilustra uma conversão de capitais, no sentido de Bourdieu (2005), pois sua trajetória acadêmica e reconhecimento internacional (capital cultural e simbólico) foram convertidos para o campo econômico. Atualmente, ele também administra um fundo VC, o Pitanga Invest, considerado um fundo de grife e entre os cotistas estão Pedro Moreira Salles, cuja família possui a *holding* Cambuhy Investimentos e a Brasil Warrant Investimentos; Roberto Leal, controlador do grupo Natura; e a Itaúsa, gestora de investimentos da família Setúbal (FAUST, 2011).

3.2. O Estado como Investidor: BNDESPAR e FINEP

Os principais provedores de recursos públicos federais para o capital de risco são o BNDES e a FINEP. Segundo Desidério (2013) o BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPar, tem ampliado de forma significativa sua participação no mercado de capitais brasileiro tanto em fundos de investimentos, destinados a empresas de capital fechado, como através de participação acionária em empresas de capital aberto. Desde 2007, momento de grande expansão dos investimentos internacionais no país e crescimento do número de administradoras de capital de risco, a BNDESPar passou a integrar o quadro de associadas da ABVCAP (VALOR ECONÔMICO, 2006).

Em FMIEEs e FIPs, a BNDESPar investe, diretamente, um montante de R\$2,5 bilhões. Este total significa uma participação de 2,18% no total de recursos alocados na indústria. Os recursos diretos destinados ao VC totalizam R\$ 61,9 milhões, uma participação de 2,47% do total dos recursos para o segmento, distribuídos em dois FMIEEs: o CRIATEC (R\$49,9 milhões ou 80% do fundo); e o Fundo Empreendedor Brasil (R\$12 milhões ou 10% do fundo) (BNDES, 2013).

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) tem se voltado para o desenvolvimento do VC desde o final dos anos 1990, sendo o projeto INOVAR, do início dos anos 2000, uma das principais iniciativas neste sentido, cujo objetivo era fazer um diagnóstico da indústria de capital de risco no Brasil (FINEP, 2012). Atualmente a FINEP vem sendo apresentada como Agência Brasileira da Inovação.

As iniciativas da FINEP para fortalecer a indústria de capital de risco tem ocorrido em conjunto com o BNDES e com as agências de fomento à inovação tecnológica estatais. Junto à iniciativa privada, desde o início dos anos 2000, ainda quando a ABVCAP era ABCR (Associação Brasileira de Capital de Risco), a FINEP mantém relações visando aproximar empreendedores e os investidores. Até o final de 2012, a FINEP investia em VC, um montante de R\$171,9 milhões, alocados em fundos setoriais considerados estratégicos para o país (agronegócio, petróleo e gás natural, energia, infraestrutura, etc.) (FINEP, 2012).

Do total de recursos destinados à indústria de VC a FINEP participa com 17,18% e a BNDESPar com 6,19%. Mundo Neto (2013), ao analisar os dados agregados da Tabela 1, apurou que a participação dos principais agentes estatais que operam na indústria (BNDES Participações e FINEP) equivale a quase 25% dos recursos aportados no segmento VC.

Apesar dos esforços do estado e das instituições-chave na valorização da vertente VC da indústria de capital de risco, a atuação na vertente PE domina não só quantitativamente a indústria, como também, culturalmente a partir da reprodução de um modelo percebido como referência entre os atores daquele espaço.

4. Origens da Dominação Cultural do PE Brasileiro: O Modelo Garantia

Um dos principais grupos de investimento da indústria de capital de risco brasileira, seja pelo pioneirismo, seja pela perenidade, mas, principalmente, por ter se tornado referência entre os que dominam o espaço, está reunido em torno da liderança de Jorge Paulo Lemann e seus principais parceiros, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles. Eles participaram de operações pioneiras no gênero PE, segundo o formato predominante nos EUA, no início de 1980. A essa época, por meio do Banco Garantia, eles adquiriram as Lojas Americanas, uma das poucas empresas listadas em bolsa de valores, na época (CORREA, 2013). Tratava-se de uma empresa que seguia a configuração da *public corporation*, estadunidense, com alto grau de pulverização de seus acionistas. Adquirindo ações da empresa no mercado de capitais, o grupo assumiu o controle por meio de um *takeover*, no estilo das gestoras pioneiras da indústria americana.

Segundo Lemann, tal tomada de decisão foi sustentada pela análise de que o valor de mercado da empresa era menor do que o valor de seus ativos, sobretudo considerando seus imóveis (FUNDAÇÃO ESTUDAR, 2014). A empresa estava subavaliada, e na pior hipótese, venderiam os ativos e ainda teriam um resultado positivo. Esta tomada de posição ilustra a lógica financeira típica dos gestores de PE: o negócio é tratado de forma extremamente racional, tratando-se da avaliação de um ativo financeiro, transformado em números que indiquem os riscos, as possibilidades de redução de custos, as possibilidades de crescimento, sempre no sentido de dominar ou estar entre os que dominam o mercado no qual atuam.

A aquisição da cervejaria Brahma, além de ilustrar o *modus operandi* do grupo, sustentado por sucessivos processos de F&A, transformaria suas lideranças em exemplos emblemáticos de banqueiros que viraram empresários. Desta forma, ampliavam cada vez mais a legitimidade de sua atuação não apenas em seu espaço nativo, o financeiro, mas também no espaço organizacional. Segundo Correa (2013), a aquisição da Brahma contrariava o padrão estabelecido para a decisão de investimento, pois Lemann afirma não ter feito o dever de casa, ou seja, estudar exaustivamente o negócio, o mercado e os riscos envolvidos na transação. Sua análise focara mais no potencial do negócio do que nele em si. Ele, teria se orientado por sua pesquisa sobre as maiores cervejarias do mundo e seus respectivos controladores, em particular na América Latina. Este levantamento demonstrava que a maioria constituía fortuna estando bem posicionados nos mercados que exploravam. A aquisição da Brahma se revelou a primeira de uma série delas, tanto no mercado interno, como no externo, que transformariam o grupo na AB-INBEV, a maior cervejaria no mundo.

Lemann, Sicupira, Telles e Roberto Thompson fundaram, em 1993, a primeira empresa especializada em fundos PE no país, a GP investimentos. Após a venda do Banco Garantia em 1997, para o *Credit Suisse*, a gestora passou a reunir aqueles que se dedicavam a prospectar novos negócios. Segundo Correa (2013), duas experiências negativas contribuíram para a gestora definir seu foco em aportes via PE: uma delas ligada à atuação via VC na empresa Submarino, que apesar de lucrativa, demandou muita dedicação da equipe da GP; e a outra ligada ao aporte na Telemar, na condição de minoritários, o que dificultou a consolidação da cultura Garantia e acelerou a saída do grupo do negócio.

A GP investimentos investiu em muitos outros negócios tornando-se um mecanismo para reter os talentos formados na casa. Conforme adquiriam experiência, os profissionais assumiam cargos de comando nos novos investimentos, sempre na posição de sócios, difundindo a cultura da meritocracia e da empresa estruturada como *partnership*, ou seja, todos que trabalham poderiam tornar-se sócios do negócio, pagando a aquisição de suas quotas com os resultados alcançados. A participação societária motivava aqueles que eram alçados a esta posição, uma vez que, esta seria bonificada com a distribuição de dividendos, atrelada ao bom desempenho do novo negócio. À medida que os novos sócios surgiam, os fundadores da GP viram a necessidade de transferir o controle da gestora para os novos sócios em 2010, visando garantir vazão à nova geração de sócios e reorientar a atuação dos fundadores, que criaram uma nova gestora de investimentos, a 3G Capital, voltada para aquisições de grandes corporações norte americanas.

Entre as principais características da cultura de negócio forjada por Lemann está a crença na meritocracia, onde os indivíduos são reconhecidos pelos resultados que apresentam, e membros/herdeiros das famílias dos sócios controladores são proibidos de participar das empresas do grupo, denotando a preocupação em não permitir que os negócios sejam permeados por relações orientadas pela emoção e não pela razão. A permanência no grupo e suas promoções será fruto do desempenho, do cumprimento e superação das metas estabelecidas e sob sua responsabilidade. Outro elemento da cultura de negócio de Lemann é a avaliação permanente dos resultados da equipe, o que permite tanto a ascensão como o desligamento dos indivíduos, uma vez que, aproximadamente 10% do quadro com pior desempenho era dispensado no fim de cada ano.

A maioria do pessoal que trabalhava no Garantia e depois na GP tinha a possibilidade de assumir a condição de sócio dos negócios, seja das gestoras seja das empresas investidas e que passavam a ser conduzidas de acordo com a cultura do grupo. Este ponto está fortemente relacionado à estrutura societária sustentada pelo modelo de *partnership*, no qual a organização era estruturada com base em participações (*equity*), ainda que a empresa não fosse uma empresa de capital aberto.

Esta influência está fortemente relacionada à trajetória de Lemann, sobretudo à sua graduação em economia em Harvard. Num primeiro momento, conforme depoimento na Fundação Estudar (2014) e Correa (2013), Lemann recrutava pessoal buscando candidatos que ao mesmo tempo: tivessem origem humilde (*poor*), fossem espertos (*smart*) e tivessem desejo de ficar rico (*deep desire to get rich*). A identificação, treinamento e retenção de talentos é outra marca da cultura do grupo. A própria expansão dos negócios era pressionada pela necessidade de criar oportunidades para reter os talentos formados dentro da cultura do grupo. Lemann ainda defende a ideia de que é preciso conscientizar aqueles em relação ao acúmulo de riquezas, a aquisição de bens de luxo e os investimentos em negócios paralelos durante o trabalho. Segundo ele, tanto um como outro contribuiriam para enfraquecer o negócio principal, minando o foco e comprometendo o desempenho individual e do grupo como um todo. A filosofia era ter uma vida confortável, sem privações, mas sem ostentação e exibicionismo. Sobre esta questão, Telles explica:

Tudo bem que as pessoas comprem carros novos, comprem seu apartamento ou aluguem casa fora. Mas dentro do trabalho nossos cérebros pertencem à firma e todo nosso tempo e esforço devem ser dedicados a ela. A gestão da própria grana e a perda de tempo com isto, por mais proveitosa que possa parecer, é pensar pequeno. Muito mais importante do que operar uma reserva ou um depósito em caderneta é estar comprometendo nossa inteligência, tempo e esforço na firma. Nós como comissionados somos sócios de seu sucesso e de seu lucro (CORREA, 2013, p. 143).

Na fala de Telles fica evidente o extremo da lógica financeira: na visão das lideranças os novos sócios tornam-se um de seus principais ativos, para quem não custa lembrar que os primeiros são sócios de seu sucesso e de seu lucro.

O conjunto de disposições acima seria parte da ideologia/cultura do Banco Garantia, que apesar de adquirido para o suíço *Credit Suisse*, teve tal cultura reproduzida nas demais organizações controladas/criadas por suas lideranças: sejam gestoras financeiras, empresas investidas (que após o aporte de investimento passam pelo famoso choque de gestão promovido pelo grupo), organizações sem fins lucrativos (como as iniciativas da Ismart, Instituto Endeavor, Fundação Estudar, Fundação Brava, Fundação Lemman, etc). Por meio da 3G Investimentos, o trio passou a investir em grandes companhias estrangeiras (Anheüser Busch em 2008; Burger King em 2010; Tim Hortons em 2011; Kraft Foods e Heinz em 2013; SabMiller em 2016).

Estas incursões demonstram que a legitimidade da atuação exercida por estes atores, não se restringe ao território nacional. O grupo atraiu a parceria de

investidores como Warren Buffet, (um congênere de Lemann, nos EUA) e de Abílio Diniz, com quem, por meio dos fundos *Ocean* e *Innova Capital*, em 2015, adquiriu a rede de padarias *Benjamim*, mostrando que a dominação cultural exercida pelo PE também pode ser observada entre as elites econômicas nacionais e internacionais. Após perder o controle do grupo *Pão-de-Açúcar*, Abílio Diniz também concentrou as operações da *holding* da família, a *Península Investimentos*, em PE, adquirindo participações na *BRF* e no *Carrefour*, além de reorientar as estratégias da *Fazenda da Toca*, produtora de orgânicos da família (POZZI, MUNDO NETO, 2017).

Em meio a toda badalação que o grupo de Lemman faz jus, como bem observa Almeida (2013) apesar do trio 3G agir segundo características atípicas dos grupos empresariais brasileiros, atuando de forma totalmente desvinculada do modelo de empresa familiar, os mesmos desfrutam de financiamentos públicos subsidiados pelo BNDES. Segundo o economista entre os dez maiores emprestadores do BNDES em 2011, na categoria indústria e varejo, constavam três empresas ligadas ao 3G; *AmBev*, *Lojas Americanas* e *B2W*, prática que não se restringe à Lemman, tendo outro financista brasileiro, André Esteves (*BTG Pactual*) também se aliado ao governo (*Caixa Federal*) na aquisição do banco *PanAmericano*. Ao levantar, o que o economista chama de ironia, ela ainda destacou a importância do papel desempenhado pelo ex-diretor de *Relações Corporativas* da *Ambev* entre 2001-2014, Milton Seligman (ex-Ministro da *Justiça* no governo de Fernando Henrique Cardoso e também ocupante de vários cargos no setor público) ao intermediar as relações da empresa com o governo e demais órgãos públicos, apontando a atuação do 3G como “uma aula viva sobre o funcionamento e as vantagens do capitalismo liberal” (ALMEIDA, 2013, n.p.).

5. Considerações finais

A análise da trajetória da construção da indústria de capital de risco no Brasil é marcada pela proximidade entre as esferas pública e privada. Foi possível identificar a relação entre indivíduos e organizações na construção de novas institucionalidades para a indústria, contribuindo para o desenvolvimento de sua cultura no sentido indicado por DiMaggio (2001), uma vez que estes atuam ora na esfera pública, ora na esfera privada, ou simultaneamente em ambas, como demonstrado nas trajetórias de Roberto Teixeira da Costa, Ary Burger e Thomas Tosta de Sá.

A vertente VC, tanto, nacional como internacionalmente, apresenta os maiores índices de fracassos da indústria. Nesta vertente atuam, sobretudo, as agências governamentais e as gestoras novatas que, historicamente, operam com recursos governamentais. É nesse contexto, que se observa a participação direta do estado

brasileiro como investidor de capital de risco neste segmento onde os recursos da BNDESPar e FINEP representam quase 25% do total de recursos deste segmento, indicando a importância dos aportes governamentais para esta vertente, onde os riscos são maiores e os retornos menores. No Brasil, outros bancos governamentais, como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e o Banco do Nordeste do Brasil também operam como investidores de fundos de capital de risco.

Além disso, a vertente VC, representa a absoluta minoria da indústria, donde se conclui que o ciclo virtuoso do VC/PE idealizado como forma de legitimar o financiamento à inovação, não tem se realizado, uma vez que, os dados da CVM apontam que os financiamentos via PE não estão relacionados à continuidade dos investimentos previamente realizados em operações de VC. Nesta vertente (PE) predominam as grandes gestoras, nacionais e internacionais, movimentando não apenas o mercado de F&A entre empresas, mas também contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento do mercado de capitais nacional, ampliando cada vez mais o número de atores (intermediários financeiros) no processo de financeirização da economia brasileira, consolidando a dominação cultural pelos fundos PE.

Em relação a tal dominação, o artigo identificou elementos que contribuíram para a consolidação de uma cultura para os negócios financiados via PE amplamente influenciada pelo estilo de gestão ultra agressivo desenvolvido por JP Lemann à frente do Banco Garantia na década de 1970, e depois transplantada para os fundos, GP Investimentos e 3G Capital, transformando-os em máquinas de aquisições de empresas referências no mercado brasileiro (e internacional) de PE.

O trio formado por Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira idealizou uma estrutura empresarial fundada no conceito de *partnership*, sustentado pela meritocracia, avaliação periódica da equipe e cortes baseados em resultados. À época, esta foi uma inovação, não só para o mundo das finanças, mas também para mundo dos negócios em geral. Também, o surgimento do Banco Garantia nos anos 1970, representou uma inovação financeira inclusive para os nativos do espaço financeiro brasileiro, dominado por bancos estatais e grandes bancos comerciais, enquanto no espaço industrial, prevaleciam a grande empresa estatal, as subsidiárias de multinacionais e as empresas nacionais familiares (DINIZ, 2013) e não havia tradição de abertura de capital de empresa em bolsa de valores. A cultura de negócio cunhada por Lemann tem uma característica que nem todas as gestoras de PE têm: a demanda do exercício do controle visando à implantação integralmente da cartilha e do choque de gestão. Esta autonomia exigida pelas gestoras lideradas por Lemann simboliza a percepção de que financistas de vanguarda seriam os mais bem preparados para administrar os ativos. Estratégias de F&A que resultem em demissões, ou outras medidas agressivas de valorização dos ativos, poderiam

encontrar resistências caso o controle fosse compartilhados por outros investidores, sobretudo fundos de pensão, que encontrariam dificuldades para sustentar tais estratégias junto a suas bases.

Os capitais, no sentido de Bourdieu (2005), que conferem legitimidade à atuação de Lemman no campo econômico nacional e internacional, estariam relacionados à sua formação acadêmica, sua trajetória profissional internacional, sua rede de relações sociais e políticas e ao capital simbólico acumulado em sua carreira. A trajetória deste ator emblemático no mundo das finanças passou a dominar culturalmente o *modus operandi* no mercado financeiro (e no mundo dos negócios); contribuindo para o desenvolvimento de um *habitus* na indústria de capital de risco (e fora dela); influenciando as gerações que o sucedem ligadas aos negócios de PE, às empresas investidas ou às organizações criadas (ainda que sem fins lucrativos); e reinventando as relações entre estado, mercado e sociedade.

**ACTORS, ACTIONS AND CULTURAL DOMINATION
WITHIN THE SOCIAL CONSTRUCTION OF THE
RISK CAPITAL INDUSTRY IN BRAZIL**

ABSTRACT: *This article approaches the Brazilian venture capital industry through the trajectories of agents who contributed to its development. The State played an important role in regulating this industry, most notably through the creation of the Securities and Exchange Commission (CVM), the Financier of Studies and Projects (FINEP) and BNDESPar, the subsidiary of the National Bank for Economic and Social Development (BNDES). The article concludes that, although the legitimacy of this industry is linked to the financing of technological innovation by the firms that operate in the venture capital segment, those who dominate the industry prefer to invest in the private equity segment, where the return on investment is significantly higher and the risk, lower. As a result, the CVM's data indicate that venture capital financing, where uncertainty and risks are highest, falls mainly on government agencies, reproducing the prevailing ideology in the global industry.*

KEYWORDS: *Financialization. Investment funds. Risk capital. Economic sociology.*

REFERÊNCIAS

- ABDI-AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **A Indústria de Private Equity e Venture Capital – 2º Censo Brasileiro**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011. 420p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/8419> Acesso em: 23 Fev. 2014.
- ALMEIDA, M. Por que no Brasil, Lemman precisa do BNDES? **Blog do Mansueto Almeida**, São Paulo, 15 Fev. 2013, n.p. Disponível em: <https://mansueto.wordpress.com/tag/livre-concorrencia/>. Acesso em: 16 Jun. 2017.
- APPELBAUM, E.; BATT, R. **Private Equity at Work: When Wall Street Manages Main Street**. Russell Sage Foundation, 2014. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7758/9781610448185>. Acesso em: 2 Jun. 2017.
- ARBIX, G. Estratégias de inovação para o desenvolvimento. **Tempo Social**, n.22, v.2, p.167-185, 2010.
- ABVCAP-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE *PRIVATE EQUITY & VENTURE CAPITAL*. **Consolidação de dados da indústria de private equity e venture capital no Brasil**. Local: São Paulo. Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital, 2016. 15 p. Disponível em: <http://www.abvcap.com.br/pesquisas/estudos.aspx?c=pt-br>. Acesso em: 23 Jun. 2017.
- BERNARDES, R. C. *et al.* Ensaio sobre as virtudes do capital de risco corporativo para projetos de alta tecnologia no setor agrícola: a trajetória inovadora da Alellyx Applied Genomics e da CanaVialis. **Revista de Administração da USP**, v.48, n.2, p.327-340, 2013.
- BNDES. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**, 2013. Disponível em: www.bndes.gov.br. Acesso em: 27 Nov 2017.
- BOURDIEU, P. O campo econômico. **Revista Política e Sociedade**. Santa Catarina, n.4, v.6, p.15-57, 2005.
- CORREA, Cristiane. **Sonho Grande**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.
- DAVIS, G. F.; KIM, S. Financialization of the Economy. **Annual Review of Sociology**, v.41, p.203-221, 2015.
- DESIDÉRIO, W. A. **O estado enquanto acionista: a atuação do BNDESPar no capitalismo brasileiro contemporâneo**. São Carlos, 2013. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) – UFSCar, São Carlos, 2013.
- DiMAGGIO, P. **The Twenty-first Century Firm: Changing Economic Organization in International Perspective**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

DINIZ, E. Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI. **Rev. Sociol. Polit.**, v.21, n.47, p.9-20, 2013.

FAUST, A. Fundo Pitanga, capital de risco de grife. **Revista Exame**. São Paulo, Jun, 2011. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/fundo-pitanga-capital-de-risco-de-grife/>. Acesso em: 12 Ago. 2017.

FINEP-FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. **Relatório de Gestão do Exercício de 2012**. Brasília: Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação, 2013. 361p. Disponível em: http://www.finep.gov.br/images/a-finep/transparencia/relatorios/relatorios-de-gestao/2012/relatorio_gestao_finep_2012.pdf. Acesso em: 18 Ago. 2014.

FLIGSTEIN, N. **The Architecture of Markets: An Economic Sociology of Twenty-first-century**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

FROUD, J.; WILLIAMS, K. *Private equity and the culture of value extraction*. CRESC, The University of Manchester. Version 2 – February 2007. Disponível em: <http://www.cresc.ac.uk/publications/documents/wp31.pdf> Acesso em: 10 Ago. 2017.

FUNDAÇÃO ESTUDAR (2014). Disponível em: <https://www.estudar.org.br/bate-papo-com-jorge-paulo-lemann/> Acesso em: 03 Mar. 2016.

GRÜN, R. A dominação financeira no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**, v.25, n.1, p. 179-213, 2013.

JENSEN M. C.; MECKLING W. H. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. **Journal of Financial Economics**, v.3, n.4, p.305-360, 1976.

LOPES, A. B.; FURTADO, C. V. Private equity na carteira de investimentos das entidades de previdência privada. **Revista de Contabilidade e Finanças**, v.17, n.spe2, p.108-126, 2006.

MACARINI, J. P. Um aspecto da política econômica do milagre brasileiro: a política de mercado de capitais e a bolha especulativa 1969-1971. **Estudos Econômicos**, v.38, n.1, p.151-172, 2008.

MAZZUCATO, M. **The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths**. United Kingdom: Anthem Press, 2013.

MUNDO NETO, M. Indústria de capital de risco no Brasil: a dinâmica do financiamento da inovação tecnológica no início do século XXI. In: **XVI Congresso Brasileiro de Sociologia – A Sociologia como Artesanato Intelectual**, 2013, Salvador. **Anais...** Salvador, 2013.

PAVANI, C. **O capital de risco no Brasil: conceito, evolução perspectivas**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2003.

POZZI, G. J.; MUNDO NETO, M. Conflitos entre a produção orgânica em grande escala e a agroecologia. **Revista Interface Tecnológica**, v.14, n.1, p.16, 2017.

SALTORATO, P.; BENATTI, G. O Ato Performático da Reestruturação Organizacional Sob a Ideologia de Gestão Shareholder Value. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v.19, n.64, p. 263-288, 2017. Disponível em: <https://rbgn.fecap.br/RBGN/article/view/2875/pdf> Acesso em: 13 Ago.2017.

SIQUEIRA, E. M. R.; CARVALHO, A. G. de; GALLUCCI NETTO, H. Determinantes do Sucesso dos Investimentos de *Private Equity* e *Venture Capital* no Brasil. (Determinants of Success in Private Equity-Venture Capital Investments). **RBFIn - Brazilian Review of Finance**. Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.190-208, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbfin/article/view/2825/2223>. Acesso em: 27 Nov. 2017.

USEEM, M. **Investor Capitalism: How Money Managers Are Changing the Face of Corporate America**. New York: Basicbooks, 1996.

VALOR ECONÔMICO. BNDES une-se ao setor privado e passa a integrar associação de capital de risco. **Valor Econômico**. Rio de Janeiro, 22 Nov. 2006. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2006/11/22/ult1913u60826.jhtm>. Acesso em: 22 Nov. 2014.

Recebido em 14/08/2017.

Aprovado em 23/11/2017.

A FORMAÇÃO DE DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA POR INTERMÉDIO DA AÇÃO DO ESTADO: O CASO DE COBIJA (BOLÍVIA)

*Leonardo Luiz Silveira da SILVA**

RESUMO: Situada na periferia territorial boliviana, a cidade de Cobija, capital do Departamento de Pando, desfruta de uma política territorial especial: a regulamentação de uma Zona Franca. A ação do Estado no planejamento territorial permitiu realçar as premissas do modelo de Milton Santos (2004) dos dois circuitos da economia urbana. O estudo de caso em questão apresenta como o Estado pode, por meio de suas políticas que interferem na ordem mercantil, segregar espacialmente o tecido urbano e promover o arranjo da ordem social.

PALAVRAS-CHAVE: Zona Franca. Estado. Ordem Mercantil. Ordem Social.

Introdução

A cidade de Cobija, capital do Departamento de Pando, na Bolívia, desfruta de condição *sui generis*: situada na periferia territorial boliviana, em meio ao bioma amazônico, forma juntamente com as cidades brasileiras de Brasília e Epitaciolândia, uma conurbação transfronteiriça que as coloca na condição de cidades gêmeas. Portanto, formam por meio da conurbação uma região híbrida composta por elementos nacionais e internacionais, guardando para si uma identidade local única. (COELHO, 2013; TERCENIANI, 2012). A unicidade de suas características surge na literatura como um desafio para a elaboração de uma legislação que seja adequada às demandas locais. Silva e Oliveira (2008) destacam que se trata de uma estratégia de

* IFNMG - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - Campus Salinas. Salinas – MG – Brasil. 39560000 - leoluizbh@hotmail.com.

grande parte dos pesquisadores de fronteira concentrar os seus estudos nas cidades gêmeas, onde melhor são esboçadas as interações das sociedades transfronteiriças. Nas cidades gêmeas, as assimetrias e simetrias entre sistemas territoriais nacionais e internacionais são mais visíveis, o que reforça o seu papel de alicerce da cooperação entre os países vizinhos. (MACHADO *et. al.*, 2005).

As cidades gêmeas possuem a capacidade de articular as relações entre os países vizinhos que as abrigam. Tal articulação se dá em diversas escalas: a local, a regional, a nacional e até mesmo a internacional. As cidades gêmeas assumem, nesse sentido, um caráter de porta de entrada dos fluxos, concentrando-os e dispersando-os. As redes de transporte acabam por reforçar este caráter das cidades gêmeas ao se organizarem de tal modo que fazem das mesmas um importante nó de sua malha. Em muitos casos, as cidades gêmeas foram fundadas para promover a territorialização *de facto* nos confins territoriais do Estado, na sensível zona de fronteira. Ainda que muitas das ameaças do passado não prevaleçam na contemporaneidade, as cidades gêmeas permanecem como pontos de importante valor estratégico de um mundo menos conflitivo e mais cooperativo.

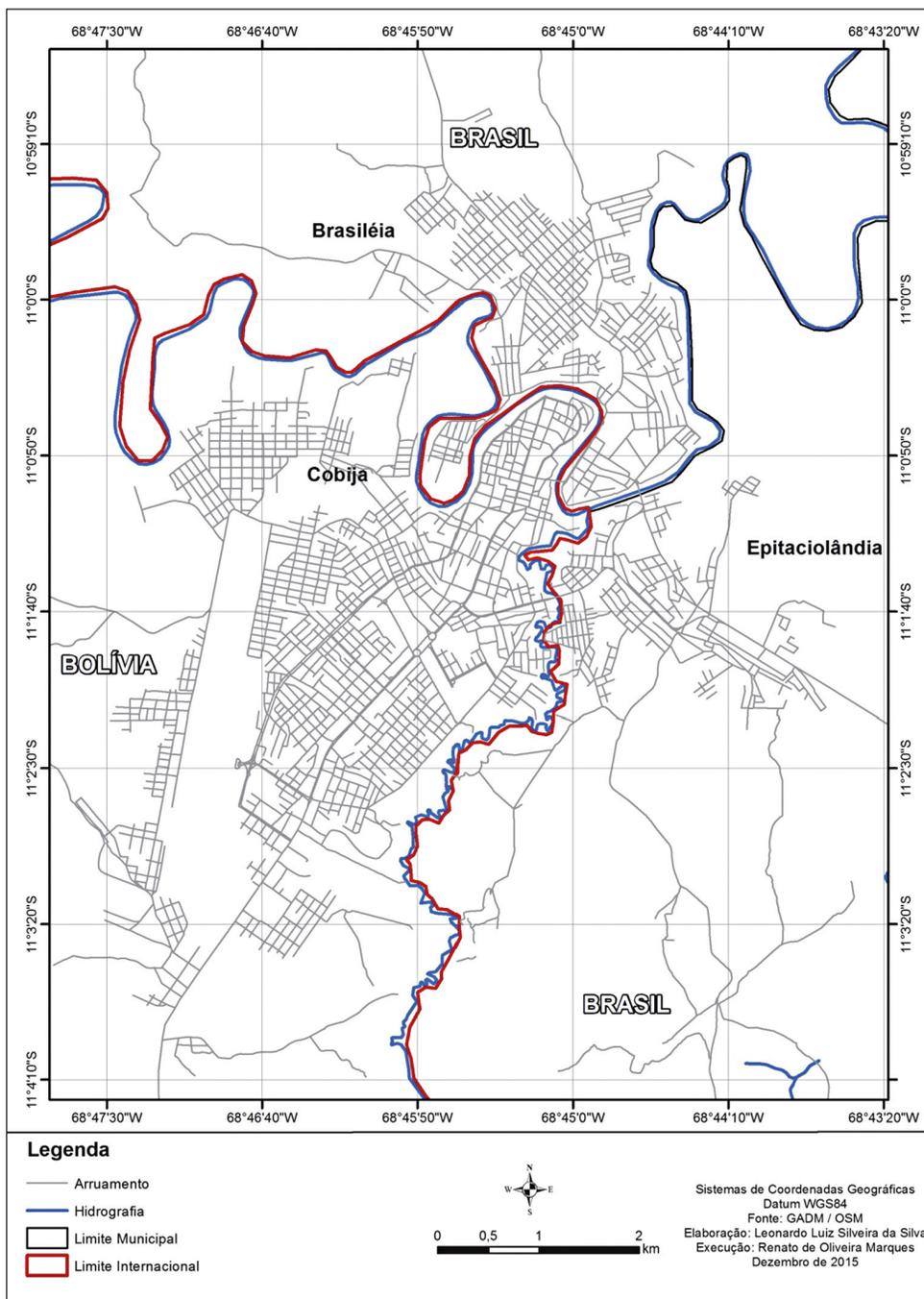
A Bolívia, que guarda um histórico relevante de perdas territoriais, apresenta políticas territoriais especiais mais agressivas, com vistas à promoção do desenvolvimento regional de uma área periferia e mal integrada às redes de transporte boliviano, do que aquelas apresentadas pelo lado brasileiro da conurbação. Assim como acontece em outros pontos estratégicos do território boliviano, são adotadas em Cobija as regras de uma Zona Franca, dotada de facilidades para a importação. Tal interferência do Estado, em porções específicas do território, colaborou para a modificação da realidade geográfica e social fazendo com que a produção do espaço urbano se arranje de modo a pronunciar explicitamente o modelo do circuito superior e inferior da economia urbana, teorizado por Milton Santos (2004).

O artigo em questão objetiva mostrar de que forma as políticas especiais praticadas pelo Estado, possibilitando a mercantilização anômala do espaço urbano, puderam refletir no arranjo geográfico e social de Cobija. Para tanto, apresenta aprioristicamente o histórico de perdas territoriais bolivianas, porque ele auxilia na compreensão da prática de políticas agressivas para o desenvolvimento da fronteira. Posteriormente são apresentados em sequência, dados das zonas francas bolivianas e demográficos da cidade de Cobija. Em seguida, é analisado o arranjo urbano do circuito superior e inferior da sua economia urbana, tendo como base os fundamentos do modelo de Milton Santos (2004). As reflexões foram endossadas por dois trabalhos de campo realizados na cidade, nos meses de janeiro dos anos de 2014 e 2015.

MAPA 1: Posição de Cobija na Bolívia



MAPA 2: A conurbação Brasília/Epitaciolândia/Cobija: arruamento básico



Bolívia: histórico de perdas territoriais

Para se compreender a dinâmica da dilapidação do território boliviano, deve-se analisar a sua constituição física no plano intranacional. Nesta análise estaremos diante de inúmeras dificuldades de conexão e imposição de redes no espaço boliviano (as redes são formidáveis agentes de territorialização), marcadas pelos inúmeros acidentes geográficos. Por outro lado, “deve-se destacar que as suas vastas riquezas naturais, ao mesmo tempo em que impulsionaram o desenvolvimento do país, também bafejaram a cobiça dos vizinhos”. (DINIZ; CAMPOLINA, 2006, p.522). Tal argumento serve para a compreensão dos interesses dos brasileiros nos seringais bolivianos do Acre e do interesse chileno no salitre e posteriormente no cobre da antiga costa boliviana. O país ainda conta com reservas de gás e petróleo que foram almeçadas por argentinos e paraguaios. Na contemporaneidade, o departamento de Santa Cruz, por exemplo, recebe investimentos brasileiros que visam a exploração destes recursos energéticos.

A região em questão era tida como um anecúmeno desprovido de valor econômico, embora, desde a independência boliviana em 1825, a área fosse tratada como território prioritário para o governo boliviano, sobretudo por representar a única saída marítima. Por um lado, a Bolívia apresentou dificuldades de ocupar a sua porção litorânea, e por outro, os chilenos foram motivados a, paulatinamente, ocupar a região ao norte de Antofagasta (porção extremo-setentrional do atual Chile). O fato da área ter sido considerada por muito tempo um deserto sem atratividade econômica, fez com que os limites entre Bolívia e Chile não fossem muito esclarecidos. Tudo mudou a partir de 1842, em função da descoberta da aplicabilidade agrícola do nitrato de sódio (salitre) e do guano (adubo rico em nitrogênio, proveniente das fezes de aves migratórias) presentes na região (REYES, 2009). Tal descoberta incentivou a exploração econômica chilena, deixando a Bolívia em posição desconfortável. Em 1878 o governo boliviano decidiu aumentar os impostos sobre o salitre exportado pelos chilenos para a Inglaterra, o que levou ao estado de guerra – Guerra do Pacífico (KLEIN, 2011). O Peru, que também possuía uma parte do seu território inserido na área em questão, lutou ao lado da Bolívia.

Com o triunfo chileno, o resultado foi a subtração de cerca de 120.000 quilômetros bolivianos (e também perdas peruanas), ainda hoje fonte de contestação boliviana. A busca pela saída marítima que foi perdida neste conflito pertence não somente ao pensamento da alta diplomacia, mas, a todo o seio da sociedade boliviana.

FIGURA 1 - Adesivo alusivo à campanha pelo acesso territorial boliviano ao mar afixado na portaria da embaixada boliviana em Brasília

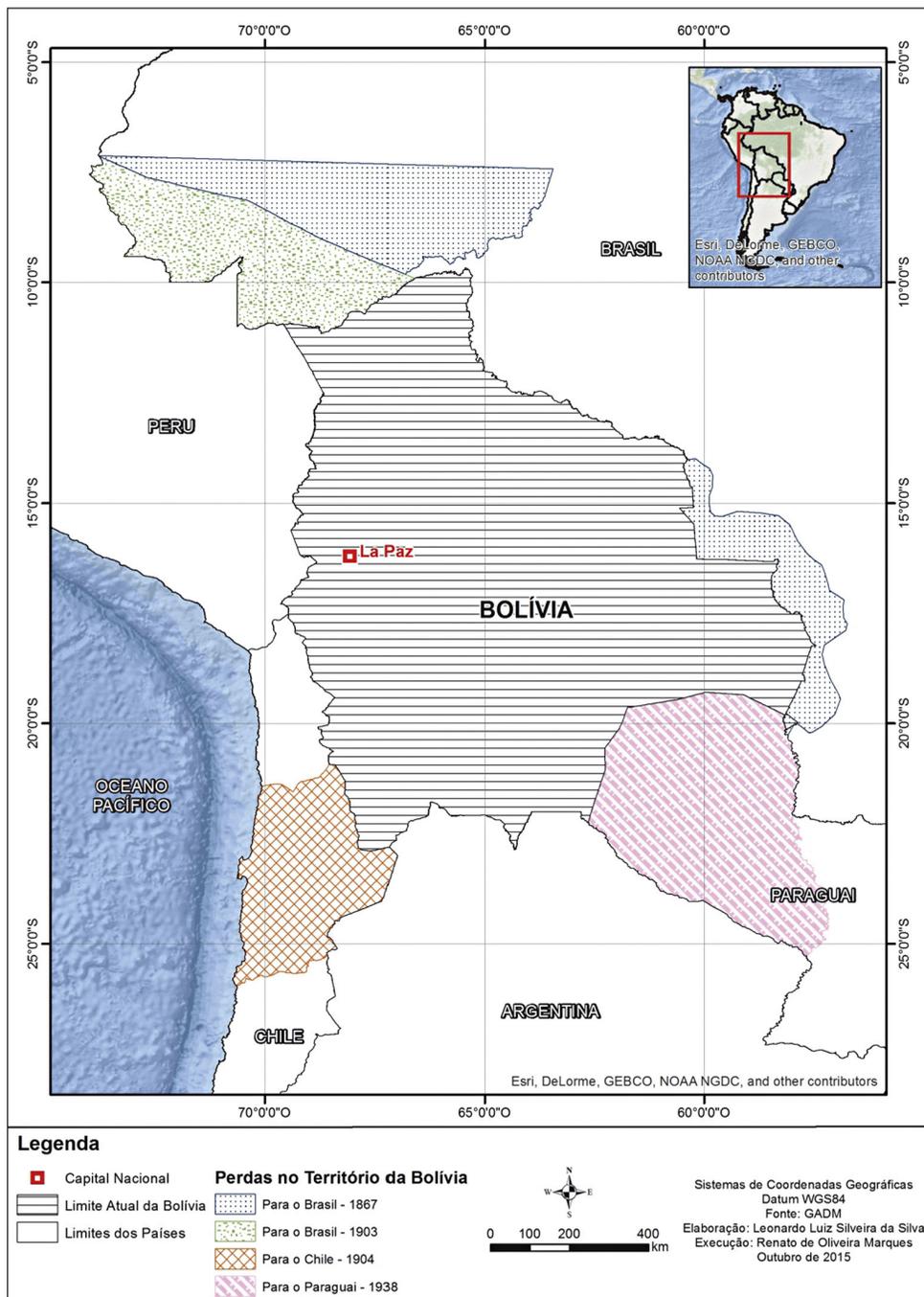


Fonte: Foto do autor

Embora pareça que a Guerra do Pacífico foi aquela que mais deixou sequelas no imaginário boliviano e nas relações contemporâneas com seus vizinhos, há outros eventos políticos responsáveis pela subtração de porções do território original do país. Destaca-se entre eles a Guerra do Chaco (1932-1935), que envolveu a Bolívia e o Paraguai. A planície do Chaco permitiria à Bolívia o acesso ao Rio Paraguai e daí ao rio da Prata, que conduz ao mar. Após a perda da saída marítima para o Chile, a posse do Chaco tornou-se estratégica. A dificuldade logística de apoio às tropas bolivianas (que estavam batalhando e marcando posições em locais distantes dos principais centros econômicos da Bolívia) facilitou a derrota inesperada com o saldo de 65.000 homens mortos e 240.000 quilômetros quadrados perdidos para o Paraguai. (REYES, 2009).

Entre a Guerra do Pacífico (1879-1884) e a Guerra do Chaco (1932-1935) se posiciona historicamente a Questão Acriana, que tem como desfecho o Tratado de Petrópolis (1903) e significou a subtração territorial do Acre. Somado a estes eventos estão inúmeras negociações diplomáticas com os seus vizinhos que conduziram a perdas no seu território original (a Bolívia cedeu terras através da via diplomática ou militar para todos os seus vizinhos). (DINIZ; CAMPOLINA, 2006). Inegavelmente, o histórico da formação territorial boliviana é marcado pelas perdas, o que contribui para o entendimento da gestão boliviana do seu território na contemporaneidade, bem como o seu posicionamento geopolítico.

MAPA 3 - Perdas Territoriais da Bolívia para o Brasil, Paraguai e Chile



Zonas francas bolivianas

A Bolívia possui 15 zonas francas, sendo que as mesmas têm regulamentação distintas. Existem zonas francas de incentivo comercial, industrial e ambos. Parcela destas zonas francas situa-se junto aos limites internacionais, como é o caso das cidades gêmeas de Cobija, junto ao Brasil e Desaguadero, junto ao Peru. O grande número de zonas francas na Bolívia evidencia a importância desta estratégia como elemento de gestão territorial do país.

Zona Franca é a área estabelecida dentro do território nacional onde se pode introduzir – temporariamente –, à espera de um destino posterior, mercadorias nacionais ou estrangeiras sem submetê-las ao pagamento de impostos aduaneiros. O objetivo do regime é a geração de empregos sustentáveis e capacitação permanente, a atração de investimentos intensivos principalmente em mão de obra, a captação e desenvolvimento de tecnologia, a geração de valor agregado e o desenvolvimento de uma infraestrutura comercial, industrial e de serviços vinculados ao comércio internacional para a realização de processos produtivos destinados ao mercado interno e fundamentalmente às exportações e a facilitação do comércio. (BOLÍVIA, 2015, TRADUÇÃO NOSSA).

O quadro a seguir lista as zonas francas bolivianas, destacando aquelas que se situam junto ao limite territorial do país.

QUADRO 1 - Zonas Francas Bolivianas

Zona Franca	Departamento	Tipo	Situa-se junto ao limite internacional
Desaguadero	La Paz	Comercial	Sim
La Paz Comercial	La Paz	Comercial	Não
Zona Franca Industrial GIT La Paz	La Paz	Industrial	Não
Zona Franca de Patacamaya	La Paz	Industrial	Não
Cochabamba	Cochabamba	Comercial e Industrial	Não
Puerto Aguirre	Santa Cruz	Comercial	Sim
Puerto Suarez	Santa Cruz	Comercial e Industrial	Sim
Santa Cruz Winner	Santa Cruz	Comercial e Industrial	Não
Santa Cruz Warnes	Santa Cruz	Comercial e Industrial	Não

A formação de dois circuitos da economia urbana por intermédio da ação do Estado: o caso de Cobija (Bolívia)

Zona Franca	Departamento	Tipo	Situa-se junto ao limite internacional
Zona Franca de San Matías	Santa Cruz	Comercial	Sim
Oruro	Oruro	Comercial e Industrial	Não
Villazón	Potosí	Comercial	Não
Yacuiba	Tarija	Comercial	Não
Guayaramirim	Beni	Comercial	Sim
Cobija	Pando	Comercial e Industrial	Sim

Fonte: BOLÍVIA, 2015, organizado pelo autor.

As aglomerações urbanas de Puerto Aguirre, Puerto Suarez, San Matías, Guayaramirim e Cobija, que são contempladas pelo regime da Zona Franca, se situam junto ao limite com o Brasil. O desenvolvimento econômico das áreas lindeiras, que já é uma estratégia importante para a maioria dos países, parece ser uma das políticas prioritárias da gestão do território boliviano, fato que encontra explicação no seu histórico de subtrações territoriais, como já foi visto. Outra explicação é a assimetria entre as exportações e as importações bolivianas, que se manifesta à medida em que o país, frente a maioria dos seus parceiros comerciais, apresenta baixa diversificação econômica, fazendo com que as exportações se concentrem em poucos produtos e as importações se distribuam em vários produtos, como pode ser visto nas TABELAS 1 e 2, que mostram as relações comerciais Bolívia-Brasil.

TABELA 1 - Os dez principais produtos exportados pela Bolívia ao Brasil de Janeiro a Agosto de 2014 e 2015

Produto	2014 (JAN/AGO)		2015 (JAN/AGO)	
	Valor em US\$ FOB	Participação Relativa %	Valor em US\$ FOB	Participação Relativa %
Gás Natural Gasoso	2.589.789.295	98,29	1.778.780.668	98,18
Boratos Naturais	16.662.139	0,63	10.614.029	0,59
Feijão	7.098.703	0,27	4.828.060	0,27
Madeira	2.532.875	0,10	2.839.762	0,16
Resíduo de Alumínio	1.868.030	0,07	2.628.018	0,15
Trióxido de Antimônio	2.515.705	0,10	1.918.802	0,11

Produto	2014 (JAN/AGO)		2015 (JAN/AGO)	
	Valor em US\$ FOB	Participação Relativa %	Valor em US\$ FOB	Participação Relativa %
Sementes Forrageiras	971.633	0,04	1.422.219	0,08
Grãos de outros cereais	784.954	0,03	720.742	0,04
Feltro para chapéus	763.457	0,03	673.000	0,04
Quinoa	1.505.456	0,06	644.400	0,04
Outros	10.323.730	0,38	6.614.691	0,34
Total	2.634.815.977	100,00	1.811.684.391	100,00

Fonte: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015.

TABELA 2 - Principais produtos brasileiros importados pela Bolívia em dólares de janeiro a agosto de 2014 e 2015

Produto	2014 JAN/AGO		2015 JAN/AGO	
	US\$ FOB	Participação Relativa %	US\$ FOB	Participação Relativa
Barras de Ferro	102.064.849	10,00	76.808.254	8,09
Betume de Petróleo	28.150.707	2,76	22.560.398	2,38
Tratores	22.454.395	2,20	20.084.816	2,11
Condutores elétricos	19.231.084	1,88	16.497.144	1,74
Polietilenos	19.303.977	1,89	14.345.871	1,51
Móveis de madeira	11.909.803	1,17	11.795.663	1,24
Polipropilenos	16.848.487	1,65	11.771.963	1,24
Papel	11.172.540	1,09	10.971.748	1,16
Arroz	14.626.664	1,43	10.014.430	1,05
Locomotivas à diesel-elétricas	Sem registro	Sem registro	9.557.056	1,01
Total dos 100 principais produtos	567.341.626	55,60	549.167.332	57,82
Total Geral	1.020.463.767	100,00	949.863.230	100,00

Fonte: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015.

Zona Franca de Cobija

Os primeiros benefícios fiscais concedidos à Cobija, capital do Departamento de Pando, datam de setembro de 1965. Desde então, a legislação se modificou várias vezes até chegar ao atual formato. A Zona Franca de Cobija propriamente dita foi criada em 1983, sendo a primeira experiência deste tipo no território boliviano. (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2014). Os benefícios da Zona Franca se estendem às atividades industriais e comerciais, válidos para a área urbana de Cobija. Em 2012, cerca de 110 milhões de dólares entraram na área da Zona Franca, sendo que a taxa de crescimento anual oscila de 10 a 15%. Em 2011, 49% das mercadorias que foram importadas pela Zona Franca vieram do Chile. No mesmo ano, cerca de 34% vieram do Brasil e 11% dos Estados Unidos. Recentemente, as importações diretas da China têm registrado aumento. (LA ZONA FRANCA, 2013).

Na Zona Franca de Cobija, os importadores só pagam 1,5% pela internação das mercadorias, sendo que estes recursos são transferidos ao Tesouro Geral da Nação (TGN). Contudo, todas as mercadorias que são vendidas deverão gerar notas fiscais, sendo que o lucro do vendedor é passível de ser tributado. (LA ZONA FRANCA, 2013). Este é o motivo de podermos ver na paisagem urbana alguns estabelecimentos fechados. A existência de estabelecimentos fechados em diversos pontos da cidade sugere a atuação de uma fiscalização efetiva.

Em 2006 encontravam-se instaladas em Cobija 208 empresas, sendo que, deste montante, somente 10% pertenciam a estrangeiros (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2014). Estima-se que nessa Zona Franca cerca de 90% dos compradores sejam brasileiros (LA ZONA FRANCA, 2013). Nesse sentido, a variação cambial no Brasil pode impactar dramaticamente nas suas vendas. A alta do dólar registrada no período 2014-2016, diminuiu a participação de brasileiros nas vendas, pois o produto internado na Zona Franca perdeu a competitividade. Por outro lado, um cenário contrário (de queda do dólar) tende a estimular a compra de brasileiros, pois o produto vendido no comércio da Zona Franca ganha competitividade.

Nem todas as empresas de Cobija são usuárias da regulamentação da Zona Franca. Em dezembro de 2011 estavam registrados 153 usuários, sendo que 15% destes se encontravam inativos (se registraram somente para efetuar uma ou poucas importações) (CARLO, 2013).

FIGURA 2 - Estabelecimento comercial fechado pelo não recolhimento de impostos na Zona Franca de Cobija

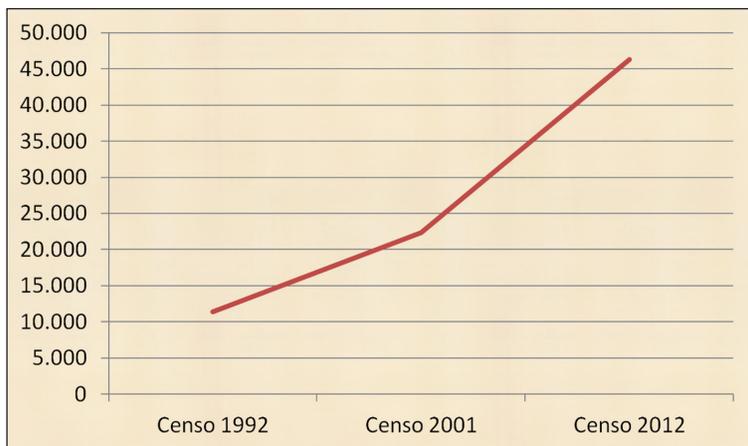


Fonte: Foto do autor

Aspectos demográficos de Cobija

Apesar do município de Cobija apresentar a menor população dentre as capitais departamentais bolivianas (46.267 habitantes), exhibe, por outro lado, forte crescimento demográfico relativo, como atestam os dados a seguir.

FIGURA 3 - Crescimento populacional de Cobija



Fonte: INE, 2015d, 2015c, 2015e

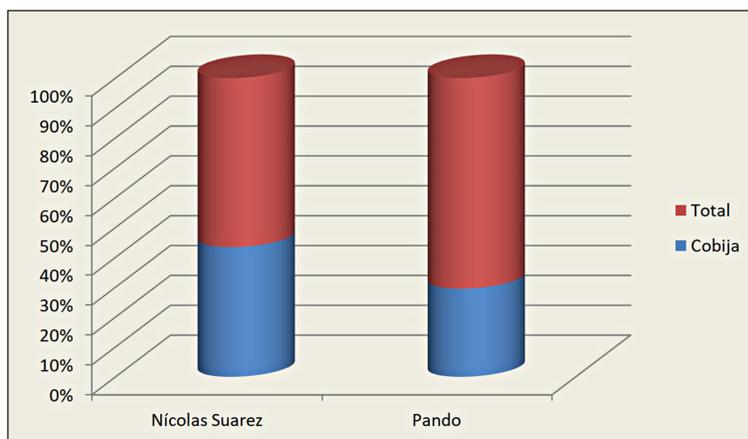
TABELA 3 - Município de Cobija: Taxa de crescimento entre censos 2001 e 2012

2001	2012	Crescimento absoluto	Crescimento relativo	Taxa média de crescimento anual
22.324	46.267	23.943	107,3%	6,5%

Fonte: INE, 2015a, 2015b.

O Departamento de Pando é fracamente povoado no comparativo com os demais departamentos bolivianos. Cobija, contudo, concentra uma parcela importante da população total da sua província e do seu departamento, conforme atestam as informações a seguir.

FIGURA 4 - Concentração da população da província de Nicolás Suarez e do Departamento de Pando na cidade de Cobija



Fonte: INE, 2015d

TABELA 4 - População do departamento de Pando por município

Município	População
Cobija	46.267
Sena	8.258
Puerto Gonzales Moreno	8.160
Porvenir	7.948

Município	População
San Lorenzo	7.652
Puerto Rico	6.239
Filadelfia	5.756
Bella Flor	3.909
San Pedro	2.991
Villa Nueva	2.801
Santa Rosa	2.395
Bolpebra	2.173
Santos Mercado	2.165
Nueva Esperanza	2.068
Ingavi	1.654
Total	110.436

Fonte: INE, 2015d.

A TABELA 5 expressa a pequena participação de Pando no conjunto da população total boliviana, o que reforça o seu papel periférico dentro do conjunto territorial que integra.

TABELA 5 - Participação absoluta e relativa dos departamentos bolivianos no conjunto da população do país.

Departamento	População	Concentração relativa
Chuquisaca	581.347	5,78%
La Paz	2.719.344	27,03%
Cochabamba	1.762.761	17,52%
Oruro	494.587	4,92%
Potosí	828.093	8,23%
Tarija	483.518	4,81%
Santa Cruz	2.657.762	26,42%
Beni	422.008	4,19%
Pando	110.436	1,10%
Total	10.059.856	100%*

Fonte: INE, 2015d. * Os valores não totalizam 100% devido aos arredondamentos.

A formação de dois circuitos da economia urbana por intermédio da ação do Estado: o caso de Cobija (Bolívia)

O rápido crescimento demográfico de Cobija explica a característica marcante da naturalidade de sua população: uma parcela expressiva dos seus habitantes não nasceu na capital de Pando, como atestam os dados a seguir, indicando o caráter de cidade de oportunidades que se consolidou com a implementação e a expansão na Zona Franca.

TABELA 6 - Naturalidade do habitante de Cobija

Local de nascimento	Total	Homens	Mulheres
Cobija	24.022	11.869	12.153
Em outro lugar do País	21.279	11.673	9.606
No exterior	966	436	530
Total	46.267	23.978	22.289

Fonte: INE, 2015d.

Apesar de quase a metade da população de Cobija não ter nascido na cidade, existe fidelidade entre os que hoje a habitam e o município. A maioria expressiva da população faz da mesma o seu principal local de residência, como pode ser observado na TABELA 7.

TABELA 7 - Local de residência habitual do entrevistado pelo INE em Cobija

Local de residência habitual	Total	Homens	Mulheres
Cobija	45.434	23.500	21.934
Em outro lugar do país	777	449	328
No exterior	56	29	27
Total	46.267	23.978	22.289

Fonte: INE, 2015d.

A população de Cobija possui a razão de sexo pendendo a favor dos homens e uma característica essencialmente urbana, como atesta a TABELA 8.

TABELA 8 - Município de Cobija: População por área e por sexo a partir de dados do Censo de 2012

Área	Mulheres	Homens	Total
Urbana	21.445	22.675	44.120
Rural	844	1.303	2.147
Total	22.289	23.978	46.267

Fonte: INE, 2015d.

A diferença entre homens e mulheres se expressa através do seguinte número: 48,6% da população de Cobija é composto por mulheres, tendência que acompanha a cidade há pelo menos três recenseamentos.

Circuito inferior e superior da economia urbana de Cobija

A produção do espaço urbano de Cobija foi muito influenciada pelas legislações especiais que disponibilizaram vantagens comparativas no que tange às importações internadas no espaço intramunicipal. A cidade tem vantagens ligadas à sua posição urbana, uma vez que desfruta também do *status* de cidade gêmea, conurbada às cidades brasileiras de Brasília e Epitaciolândia. As cidades brasileiras em questão, de menor porte, (somam juntas cerca de 40.000 habitantes), não oferecem séria concorrência comercial à capital do Departamento de Pando, o que encontra explicação no fato da legislação das mesmas não permitir vantagens nas importações. Assim, Cobija reina no que tange à oferta de produtos americanos e europeus, a preços competitivos, na região em que está inserida. Há de se ressaltar que os brasileiros, que compõem a maior parcela da clientela da Zona Franca de Cobija (estima-se em 90% deste mercado), são sensíveis às oscilações cambiais, fazendo com que as receitas da cidade boliviana oscilem ao sabor do enfraquecimento ou fortalecimento do real frente ao dólar.

O quadro desenhado para Cobija ressalta para a cidade boliviana, de forma acentuada, o modelo de Milton Santos (2004) apresentado na obra *O Espaço Dividido*. Trata-se do modelo dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Apresentaremos as premissas do modelo de Santos para posteriormente inferirmos o papel das políticas territoriais especiais bolivianas para que tal modelo fosse realçado no espaço intramunicipal de Cobija.

Para Milton Santos (2004, p. 20), “os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem em

função de interesses distantes, sendo que não são atingidos de um modo maciço pelas forças de transformação”, cujo impacto é localizado, ou seja, centrado em determinadas áreas em detrimento de outras. Ele considera ainda que a “cada modernização, novos pontos ou novas zonas são conquistas ao espaço neutro e tornam-se uma nova porção de espaço operacional” e conclui a partir desse raciocínio que o impacto dessas forças modernizadoras “não é o mesmo para as diversas variáveis, cuja combinação dá a característica do lugar”, disse resultando “uma grande instabilidade na organização do espaço com repetidos desequilíbrios e ajustamentos” (SANTOS, 2004, p.20-21).

Por intermédio desse raciocínio, Santos (2004) preconiza que as forças hegemônicas que atuam na produção do espaço auxiliam na construção de paisagens heterogêneas a medida em que fatias do espaço podem ser mais ou menos atrativas a sua atuação. O raciocínio condiz com outras passagens do conjunto de sua obra, quando argumenta que as diferenças das técnicas empregadas garantem a perpetuação da desigualdade do espaço (SANTOS, 2012a) ou ainda, que a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza, residindo nela as rugosidades espaciais (SANTOS, 2012b).

Assim, na obra *O Espaço Dividido*, Milton Santos (2004) apresenta um modelo de leitura do arranjo urbano das cidades subdesenvolvidas, que apresentaria notória ruptura que daria origem a duas unidades regionais, batizadas como o circuito inferior e o circuito superior da economia urbana. Nas palavras do autor,

O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e os seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região. (SANTOS, 2004, p.22).

Milton Santos (2004) sintetizou o modelo em que aponta a dicotomia expressa pelos alardeados circuitos da economia urbana. Tal quadro, reproduzido a seguir, aponta para diferenças que repercutem nas esferas econômica e social, caracterizando os dois circuitos.

QUADRO 2: Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	não-obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	pequena quantidade/ qualidade inferior
Preços	fixos (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor (haggling)
Crédito	bancário institucional	pessoal não institucional
Margem de Lucro	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (com a exceção de produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume dos negócios
Relações com a Clientela	Impessoais	diretas, personalizadas
Custos Fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
Overhead Capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda Governamental	Importante	nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	grande, atividade voltada para o exterior	reduzida ou quase nula

Fonte: SANTOS (2004)

A cidade de Cobija, submetida à legislação de Zona Franca Boliviana, aglutinou em sua porção central, próxima a ponte Wilson Pinheiro (que liga as cidades de Cobija e Brasiléia), o seu circuito superior da economia urbana. Importadores trazem produtos de diversos países e se apropriam das áreas mais valorizadas e verticalizadas da cidade para comercializarem. Nesta área, os estabelecimentos comerciais possuem a clientela mais voltada ao exterior do que para a própria cidade. Assim, o circuito superior da sua economia urbana se associa

tanto no abastecimento de produtos para revenda quanto para a comercialização internacional. Lojas varejistas e atacadistas se distribuem na área central com grandes estoques e estabelecem relações impessoais com a clientela, composta por maioria de brasileiros. Destacam-se entre os produtos comercializados as bebidas, eletrônicos, perfumes e itens de vestuário de alto padrão. Preços fixos e relação impessoal inibem a barganha no circuito superior.

A atratividade que a função comercial que Cobija desempenha vai além do estado do Acre, atraindo brasileiros de múltiplas localidades, conforme foi possível observar nas informações sobre a origem dos hóspedes de hotéis selecionados, coletadas em trabalho de campo na cidade.

TABELA 9 – Local de residência dos hóspedes de cinco hotéis de Cobija em distintos períodos entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015

Cidade	Estado/País	Nº de hóspedes
La Paz	Bolívia	791
Santa Cruz de la Sierra	Bolívia	452
Cochabamba	Bolívia	234
Rio Branco	Acre/Brasil	173
Trinidad	Bolívia	161
Potosí	Bolívia	138
Oruro	Bolívia	111
Sucre	Bolívia	78
Cobija	Bolívia	55
Tarija	Bolívia	48
Lima	Peru	44
Porto Velho	Rondônia/Brasil	39
Riberalta	Bolívia	25
Santana del Yacuna	Bolívia	13
Guayaramerín	Bolívia	12
Puerto Maldonado	Peru	10
Brasileia	Acre/Brasil	7
Oklahoma	Estados Unidos	6
Iquique	Chile	5
Manaus	Amazonas/Brasil	5

Cidade	Estado/País	Nº de hóspedes
Tambopata	Peru	5
Puno	Peru	4
Trujillo	Peru	4
Buenos Aires	Argentina	3
Cuzco	Peru	3
Porto Rico	Bolívia	3
Tokyo	Japão	3
Zurique	Suíça	3
Altstatten	Suíça	2
Beijing	China	2
Fortaleza	Ceará/Brasil	2
Reyes	Bolívia	2
San José	Costa Rica	2
Santiago del Chile	Chile	2
São Paulo	São Paulo/Brasil	2
Texas	Estados Unidos	2
Belo Horizonte	Minas Gerais	2
Outras		32
Total		2485

Fonte: Levantamento das fichas cadastrais dos hóspedes junto à administração dos hotéis Nanijos, El Cristo, Avenida, Diana e Paititi, realizado pelo autor.

Como foi apresentado, Rio Branco, Porto Velho, Manaus, São Paulo, Fortaleza e Belo Horizonte são municípios de origem de alguns hóspedes, no ínterim de janeiro de 2014 a janeiro de 2015, com forte concentração nas duas primeiras. Outras cidades internacionais em relação à Cobija foram exibidas como origem do hóspede, o que atesta certo cosmopolitismo, construído, por sua vez, pelas redes transnacionais cuja cidade desfruta do *status* de nó. Este *status* é facilitado também pela existência de um aeroporto, ainda que o mesmo não opere em linhas diretamente ligadas ao exterior (é necessária a escala em La Paz).

A formação de dois circuitos da economia urbana por intermédio da ação do Estado: o caso de Cobija (Bolívia)

FIGURA 5 - Aspecto do circuito superior da economia urbana de Cobija – Calle Enrique Fernandez Cornejo



Fonte: Foto do autor

FIGURA 6 - Aspecto do circuito superior da economia urbana de Cobija – Calle Enrique Fernandez Cornejo



Fonte: Foto do autor

Concomitantemente à existência do circuito superior da economia urbana, opera o circuito inferior da economia, composto por pequenos comerciantes dotados de lojas de pequeno estoque, em que a barganha é possível e a relação entre proprietário e cliente é mais próxima. O circuito inferior é mais extenso em superfície do que o circuito superior, sendo basicamente composto por itens de alimentação e vestuário (itens de consumo básico). Os itens de vestuário são abastecidos, principalmente, pelas indústrias têxteis de Santa Cruz de La Sierra, tanto as peças novas quanto as de segunda mão (existe uma rede de distribuição de roupas de segunda mão no território boliviano que tem Santa Cruz de La Sierra como importante nó) (OLIVEIRA; FERREIRA, 2015).

Contudo, há em Cobija uma incongruência frente aos pressupostos do modelo de Milton Santos (2004). No circuito inferior, pelo menos no que tange aos pequenos mercados responsáveis pelo abastecimento de itens de alimentação, existe forte relação com o exterior. Parcela importante dos itens industrializados de alimentação é de origem brasileira. Tal fato se explica pelas condições de exceção que envolvem a Bolívia e a posição urbana de Cobija. O fato da Bolívia ser um país fracamente industrializado e com a economia pouco diversificada, ajuda a entender a dependência. O abastecimento de itens predominantemente brasileiros se justifica pelo caráter lindeiro da posição urbana de Cobija. Além disso, há de se considerar que ela é vizinha de dois municípios brasileiros que desfrutam do regime de Área de Livre Comércio, o que faz com que os mesmos possam internar mercadorias de diversas regiões do Brasil com descontos expressivos no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Apesar de não estar regulamentada a permissão de exportação com vantagens comparativas, é plausível considerar que os mercados de Brasília e Epitaciolândia abastecem o circuito inferior de Cobija, fato que encontra a plausibilidade justamente pelo pequeno estoque dos estabelecimentos bolivianos, o que facilita a sua reposição por intermédio de fluxos não declarados/ilegais.

Nos estabelecimentos do circuito inferior que vendem produtos *in natura*, a premissa trazida por Santos (2004) de que o circuito inferior estabelece relações muito fortes com o local e desprezíveis com o internacional se mostra válida. Um fenômeno crescente e que Santos não poderia ter previsto (seu texto original remonta ao ano de 1979) é a invasão de produtos chineses, tanto no circuito inferior quanto no superior. Ainda assim, é possível uma análise em separado à medida em que a diferença na tipologia dos produtos chineses aponta para a concentração de produtos de maior valor no circuito superior e os de menor valor no circuito inferior.

A formação de dois circuitos da economia urbana por intermédio da ação do Estado: o caso de Cobija (Bolívia)

FIGURA 7 – Aspecto do circuito inferior da economia urbana de Cobija: Pequeno mercado situado na avenida 9 de fevereiro



Fonte: Foto do autor

FIGURA 8 – Aspecto do circuito inferior da economia urbana de Cobija: Feira Comercial situada na avenida 9 de Fevereiro



Fonte: Foto do autor

Considerações finais

Por se posicionar em uma região estratégica e pelo fato da Bolívia ter registrado um histórico de perdas territoriais marcantes, Cobija está submetida a uma política territorial agressiva: constitui-se como uma das diversas Zonas Francas bolivianas. Tal regulamentação favorece a importação de produtos livres de certos impostos, fazendo com que o comércio ofereça produtos de alto padrão da Europa e dos Estados Unidos. Contudo, tais produtos não são acessíveis (por motivos econômicos) ao consumidor boliviano médio, fazendo com que o arranjo urbano da cidade pronuncie de forma notória os fundamentos do modelo dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos (2004). As desigualdades espaciais pronunciadas são passíveis de serem agrupadas naquilo que o autor chamou de circuito superior (que comercializa produtos de alto padrão e mantém relações de clientela e abastecimento com o exterior) e circuito inferior da economia urbana (centrado principalmente na alimentação e no vestuário, com clientela centrada nos habitantes da própria cidade).

As condições *sui generis* às quais Cobija está submetida ajudam a entender a contradição encontrada frente ao modelo de Santos (2004): o circuito inferior se abastece, pelo menos no que tange ao setor de produtos de alimentação de origem industrial, principalmente do mercado brasileiro.

O estudo de caso apresentado mostra de forma notória como o Estado pode, por intermédio de suas políticas territoriais especiais, modificar a realidade mercantil e o arranjo social de uma cidade. Mostra, assim, como a interferência do Estado na ordem mercantil atua drasticamente na ordem social.

THE FORMATION OF TWO CIRCUITS OF URBAN ECONOMY THROUGH THE ACTION OF THE STATE: THE CASE OF COBIJA (BOLIVIA)

ABSTRACT: Located on the Bolivian territorial periphery, the city of Cobija, capital of the Department of Pando, has a special territorial policy: the regulation of a Free Trade Zone. The state's action in regards to territorial planning highlighted the premises of Milton Santos' (2004) model of the two urban economy circuits. This paper highlights the manner in which the State can, through policies that interfere with the mercantile order, spatially segregate the urban space and promote the rearrangement of the social order.

KEYWORDS: Free Zone. State. Trade Order. Social Order.

REFERÊNCIAS

BOLIVIA. Embajada del Bolivia em Brasil. **Directorio de zonas francas**. Disponível em: <http://www.embolivia.org.br/nota.php?idn=43>. Acesso em: 18 jul. 2015.

CARLO, Carol. Grupos econômicos em el comercio de importaciones: Cobija, migración y zona franca. **T'inkazos**, La Paz, número 33, 2013, p.47-66.

COELHO, Karla Nunes de Barros. O planejamento urbano regional e a sua importância para as cidades de fronteira. In: XV ENANPUR Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 2013, Recife, **Anais do XV ENANPUR Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2013, v. XV, p.1-12.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; CAMPOLINA, Maíra. Raízes histórico-geográficas da formação e dilapidação do território boliviano. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, volume 31, número 3, set/dez, 2006, p.505-526.

INE, Instituto Nacional de Estadística. **Nota de Prensa**. Cobija Tiene uno de los mayores crecimientos poblacionales del siglo XXI, 2015. Disponível em: http://www.ine.gob.bo/pdf/boletin/NP_2015_13. Acesso em: 29 nov. 2015a.

_____. **Ficha Resumen Censo población e Vivienda 2001**. Disponível em: <http://www.ine.gob.bo>. Acesso em: 15 nov. 2015b.

_____. **Ficha Resumen Censo población e Vivienda 1992**. Disponível em: <http://www.ine.gob.bo>. Acesso em: 15 nov. 2015c.

_____. **Ficha Resumen Censo población e Vivienda 2012**. Disponível em: <http://censosbolivia.ine.gob.bo/censofichacomunidad/>. Acesso em: 10 nov. 2015d.

KLEIN, Hebert S. **A concise history of Bolivia**. New York: Cambridge University Press, Second Edition, 2011, p.361.

LA ZONA FRANCA de Cobija, Pando, generó \$US 110 millones em 2012. **La Razón**, La Paz, 12 de Mayo de 2013, caderno Economía Bolivia. Disponível em: <http://www.economiabolivia.net/2013/05/12/la-zona-franca-de-cobija-pando-genero-us-110-millones-en-2012/>. Acesso em: 29 nov. 2015.

MACHADO, Lia Osório. et.al. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T.C.M. de (Org.). **Território sem limites: estudo sobre as fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005, 87-112.

MACHADO, Lia Osório; RIBEIRO, Leticia Parente; MONTEIRO, Lício Caetano do Rego. Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia.

Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía. Bogotá, Volume 23, Número 2, Jul/Dez de 2014, p.15-30.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, República Federativa do Brasil. **Intercâmbio comercial brasileiro: Países e blocos.** Brasília. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>. Acesso em: 13 dez. 2015.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado e FERREIRA, Fernanda Loureiro. A fronteira Brasil-Bolívia na rede de distribuição de roupas de segunda mão. Salvador: **Revista Geotextos**, Vol 11, número 2, p.63-88, 2015.

REYES, Fernando Siliano. As perdas territoriais do Estado Boliviano. **Espaço e Tempo**, São Paulo, Edição especial, p.161-181, 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido.** São Paulo: Edusp, 2. ed., 2004, 433 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2012a, 174 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2012b, 384 p.

SILVA, Ricardo Marques; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. O mérito das cidades-gêmeas nos espaços fronteiriços. **Observatório Ibero Americano Del Desarrollo Local Y La Economía Social**, Málaga, Ano 1, Número 5, p.1-11, Dezembro de 2008.

TERENCIANI, Cirlani. Interculturalidade e “Cidades-Gêmeas”: ¿novas configurações identitárias? En: **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Febrero 2012. Disponível em: www.eumed.net/rev/cccss/18/. Acesso em: 30 nov. 2017.

Recebido em 29/06/2017.

Aprovado em 25/11/2017.

Artigos/Articles

REALIDADE E DESEJO: AS TRAJETÓRIAS FORMATIVAS E PROFISSIONAIS DE UM GRUPO DE ELITE NO MUNDO DAS FINANÇAS

*Thais Joi MARTINS**

*Julio Cesar DONADONE***

RESUMO: A ideia central deste artigo é a de trazer as luzes um estudo realizado sobre os engenheiros de produção da Universidade Federal de São Carlos. Analisamos os capitais simbólicos desses estudantes enquanto cursavam seus últimos anos na graduação e posteriormente os encontramos para verificar quais eram as primeiras posições ocupadas no mercado de trabalho por esse grupo profissional. Consideramos os capitais sociais e a origem social dos estudantes e as confrontamos com sua posição ocupada no mercado através da metodologia de Análise de Correspondência Múltipla. Por fim, pudemos verificar as homologias e a reprodução social existente entre as frações de classes representadas pelo grupo profissional e seus capitais simbólicos. A importância de estudar a trajetória desse grupo social para a sociologia está diretamente atrelada ao fato de que os engenheiros de produção são os novos agentes dominantes que detém os cargos de controle nas grandes empresas no atual capitalismo financeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia de Pierre Bourdieu. Capitais simbólicos. Estado e Universidade pública. Mercado de trabalho. Finanças.

* UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes Humanidades e Letras. Cachoeira – BA – Brasil. 44300-000 - thaisjoi@gmail.com

** UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Engenharia de Produção. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - donadojc@uol.com.br

Introdução: A teoria da ação de Pierre Bourdieu e a Sociologia Econômica

O presente artigo busca mapear o caminho que percorre a sociologia econômica contemporânea (ou nova sociologia econômica) no que diz respeito à sua relação com a teoria da ação de Pierre Bourdieu. Por isso, partiremos para análise e aplicação dessa teoria ao nosso objeto de pesquisa, tal qual, a análise dos capitais simbólicos e da futura ocupação de egressos de um curso de engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cujos alunos almejam ocupar majoritariamente cargos nas áreas de finanças.

No entanto, para além de traçar o perfil e mapear o funcionamento dos mecanismos de dominação que estão circunscritos à trajetória do grupo, teremos também a tarefa de mostrar como um agente detentor de um diploma de engenharia passa a ser uma das peças centrais para alavancar e enaltecer o capitalismo financeiro. Ou seja, o engenheiro passa a fazer o papel do antigo economista na articulação e nos jogos do capital.

Dados os devidos esclarecimentos passamos aos passos sequenciais do presente artigo levando em conta no primeiro momento a discussão que relaciona o fio condutor teórico do campo da sociologia econômica com a teoria da ação de Pierre Bourdieu buscando mostrar a ponte que podemos construir entre as críticas que se fazem ao *homo economicus* e as preferências relevadas da economia ortodoxa, para então, refletirmos sobre escolhas profissionais dos agentes sociais.

Após exposta a parte teórica do artigo, incorreremos em discutir brevemente como se deu a construção metodológica de nosso objeto de pesquisa, a fim de que se possa compreender que a escolha metodológica (que se utiliza das técnicas da construção do questionário e de entrevistas semiestruturadas) abre a possibilidade de se trabalhar com a análise de correspondência múltipla que também é utilizada por Pierre Bourdieu em algumas de suas obras com intuito de validar a sua exploração teórica.

Sendo assim, daremos prosseguimento ao artigo para a discussão da construção do questionário e das entrevistas seguida da explicitação sociológica da análise de correspondência múltipla, a fim de testar a nossa proposição central: A preferência/interesse por uma determinada posição no mercado de trabalho está associada aos capitais simbólicos que determinado grupo profissional possui e carrega consigo desde sua origem social? Esta escolha, portanto, seria construída socialmente e permeada por elementos simbólicos?

Estabelecidos os elementos sequenciais que serão discutidos no presente artigo podemos dar início a nossa discussão teórica que relaciona a sociologia econômica à teoria de Pierre Bourdieu. De acordo com Frédéric Lebaron (2001), Bourdieu

avançou em relação aos seus parceiros na pesquisa francesa, já que os mesmos ainda pontuam que a sociologia econômica deveria substituir os pressupostos da teoria econômica, enquanto ele lançou suas ideias no sentido de pensar a ciência econômica a partir de uma sociologia do conhecimento (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1968).

Para Bourdieu (2005), o cientista deve deixar de lado as categorias sociais pré-existentes, romper com as pré-noções do senso comum através do processo de ruptura epistemológica e se esforçar para pensar em novos conceitos como *habitus*¹ e campo. Dessa forma, Bourdieu (2005, p.17) afirma sobre a sociologia econômica que “[...] tudo o que a ortodoxia econômica considera como um puro dado, a oferta, a demanda, o mercado, é produto de uma construção social, é um tipo de artefato histórico, do qual somente a história pode dar conta.”

Pierre Bourdieu (2000) também é um dos autores que faz uma forte crítica à teoria econômica e à noção de *homo economicus*, quer dizer, é contra as afirmações de que os indivíduos agem somente em função de uma ação econômica racional e, nesse aspecto, reivindica que os estudos culturais abram portas para análises ainda não dimensionadas pela teoria econômica. A partir de seus conceitos e teorias, ele buscou reinsserir o econômico no social: “o cálculo estritamente utilitarista não pode dar conta completamente de práticas que permanecem imersas no não econômico” (BOURDIEU, 2000, p.21).

Uma das dimensões estudadas pelo autor, que contribuiu muito para o presente artigo, é a noção de interesse. O autor assinala que “há tantas formas de libido, tantos tipos de ‘interesse’, quanto há campos. Cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse que, do ponto de vista de outro campo, pode parecer desinteresse (ou absurdo, falta de realismo, loucura etc.)” (BOURDIEU, 1996, p. 149). Mas, simultaneamente, é válido reportar que o interesse mencionado é diferente do interesse visto de forma a-histórica pela teoria econômica, enquanto Bourdieu (1980) menciona que existe um lado social voltado para a noção de interesse. Essa afirmação pode ser confirmada quando ele menciona as trocas, declarando que essas não possuem conteúdos estritamente econômicos.

No entanto, ainda coexistem premissas com teor calculador, a saber, a de John Stuart Mill (1988), quando o mesmo assinalou que a economia era uma ciência separada que empregava o método dedutivo e se baseava no pressuposto de que os homens preferem uma quantidade de riqueza maior a uma menor. Ou seja, essas afirmações apontam o fato de que os indivíduos agem de acordo com seus próprios interesses e esses se baseiam na maximização de seus resultados. Logo, o comportamento dos agentes sociais é totalmente previsível.

¹ O *habitus* pode ser pensado como um conceito que carrega em si uma noção menor de racionalidade, contemplando questões simbólicas e a noção de *ethos* moral, que alicerçam a ideia da teoria do *habitus*.

Essa abordagem pode se tornar ainda mais forte a partir de análises que se baseiam no conceito das preferências reveladas, que carrega a asserção contundente, a saber: não importa de onde vêm e como se formam os gostos dos indivíduos. Ou seja, seus comportamentos devem ser explicados em concordância com seus desempenhos individuais e não em função de outras extrapolações explicativas de qualquer origem.

Dessa forma, a economia não necessita estudar a origem ou como se formam os gostos, pois, eles seriam advindos de escolhas racionais e essas se dariam de acordo com as preferências de cada indivíduo. As mesmas obedeceriam a regras invariáveis de comportamento, ou seja, não haveria espaço para a sociologia ou para a psicologia nas explicações de fenômenos econômicos pautados na ação dos indivíduos. Bianchi e Muramatsu (2004) assinalam que seria importante refletir sobre - um aspecto que a economia tem dificuldade de explicar - as escolhas que advêm de compromissos e planos. Esses últimos podem se referir às escolhas contrapreferenciais, pois, existe uma lacuna entre o que os indivíduos preferem e entre o que eles realmente escolhem, ou seja, muitos planos podem ir contra a perspectiva das preferências autointeressadas.

É seguindo essa lógica de pensamento, que David Gauthier (1996) aponta que para além das escolhas determinadas pela razão, existem situações que ultrapassam as preferências autointeressadas dos agentes. Em outras palavras, o autor relata que, muitas vezes, os agentes sociais traçam um plano que pode ser diferente de suas preferências reais. A saber, temos a ilustre frase de Homero em *Ilíada* e *Odisseia*, obras nas quais, Ulisses opta por um plano ao invés de seguir o seu real desejo e acaba por confirmar a asserção anterior: “Honre sua obrigação de obter glória para o povo grego independentemente de seu desejo pessoal de navegar em direção às sereias” (BIANCHI; MURAMATSU, 2004, p.34).

Para além da previsibilidade: O grupo profissional dos engenheiros de produção, capitais simbólicos e a ocupação

O estudo da profissão da engenharia, profissão bastante renomada em muitos países do mundo e no Brasil (incluída no grande tripé das profissões mais promissoras como medicina e direito, ou seja, das grandes profissões do Estado), tem grande destaque afirmando-se sempre como uma profissão escolhida pelas classes mais altas, pela elite no caso do Brasil. Pois bem, essa profissão de grande sucesso, que apresenta não somente um grande *status* como também faz a honra dos homens endinheirados no Brasil, sofre ramificações e especializações de acordo com as demandas e transformações do sistema capitalista.

A emergência da engenharia de produção é um exemplo de um tipo de arranjo, dentro da engenharia, que tomará conta principalmente do complexo industrial, que é criado e alicerçado com as duas grandes revoluções industriais. A modificação tanto no quadro de formação dessa especialidade quanto no destino que esses indivíduos ocuparão no mercado de trabalho, irá ocorrer sucessivamente desde quando essa elite ultrapassa os muros do Estado até embrenhar-se no mais novo tipo de capitalismo, o das finanças. Pode-se dizer, portanto, que essa possível elite financeira, ou melhor, elite que está inserida no contexto e no mundo das finanças irá traçar e retrazar suas escolhas, direcionamentos e condutas de acordo com as mudanças na história política e econômica de diversos países no mundo.

É importante ressaltar que essas escolhas foram analisadas a partir da teoria da ação de Pierre Bourdieu e da contribuição que o autor oferece à sociologia econômica. Nesse aspecto, o que queremos dizer é que nos apoiamos na ideia de que as escolhas desses agentes e suas trajetórias escolares e profissionais não são dadas pelo cálculo racional, ou seja, não são feitas maximizações para se obter o maior lucro a partir de suas escolhas e atitudes. Ou melhor, afirma-se que os agentes sociais são dotados de razão e do que os filósofos clássicos denominavam de princípio de razão suficiente e dirigem suas escolhas racionalmente, todavia, elas não implicam diretamente no cálculo.

Pierre Bourdieu (1996, p. 139-140) substitui a palavra interesse pela noção de *Ilusio*, que tem sua raiz em *ludus* (jogo), portanto, a *Ilusio* é “estar preso ao jogo”, é “acreditar que este jogo vale apenas”, é um tipo de encantamento que se dá pela cumplicidade incorporada nas estruturas mentais dos indivíduos e objetivada no mundo social. Dessa forma, os agentes sociais acham interessantes os jogos que fazem sentido para eles, pois, foram postos e impostos em suas mentes e corpos através do que podemos chamar de jogo social. Em vez de reduzir as escolhas ao cálculo, o autor pensa nelas através da cumplicidade ontológica existente entre *habitus* e campo. Ou melhor, os agentes sociais incorporam esquemas práticos de percepção e de visão de mundo e passam a agir a partir desses esquemas incorporados, motivo pelo qual suas ações não partem do cálculo puro.

Portanto, o objetivo fundamental é o de analisar e estudar os capitais simbólicos inseridos nas distintas trajetórias de vida², ou melhor, “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, 1996, p.74) Esses deslocamentos, no espaço social, se deram através das trajetórias e de forma distinta, de acordo com a distribuição dos diferentes tipos de capitais entre os indivíduos. Diante disso, a hipótese de nosso trabalho consiste

² Gostaríamos de ressaltar que não fizemos um estudo de trajetória e sim de momentos contidos na trajetória dos indivíduos que serão analisados a partir de seus capitais simbólicos.

na questão que se coloca: Podemos afirmar que a origem social, carregada de seus capitais simbólicos (contida da ausência de cálculos e presivibilidade de condutas), poderia destinar as escolhas que os indivíduos farão no que diz respeito as suas áreas de ocupação no mercado de trabalho?

Desse modo, levamos em conta a aquisição de capitais entre os indivíduos estudados bem como a noção de *habitus* carregada não somente de “regularidades objetivas de comportamento”, mas também, a “modalidade de práticas baseadas na improvisação, e não na execução de regras” (PINTO, 2000, p.38) Nossa proposição é a de que as escolhas profissionais dos estudantes do curso de engenharia de produção estão diretamente relacionadas aos seus capitais simbólicos e alinhadas também às novas perspectivas do capitalismo financeiro, que pode ser expresso através da lógica das empresas ou organizações ditas financeirizadas. Parte dos profissionais analisados e formados caracteriza uma classe média alta das finanças no Brasil e outra parte os ditos entrantes (emergentes), que estão dispostos no espaço social através de uma luta de forças e de uma dominação inscrita no campo social.

É nesse sentido que este artigo demonstra um movimento por parte dos agentes que emerge através do desejo de ser elite, da busca em se tornar uma suposta elite. Essa categoria não foi marcada como um conceito fixo em nosso estudo, antes, como um conceito fluído que, constantemente, passa pela noção de classe média (inseridos na UFSCar) e retorna à questão da elite (os engenheiros do Império)³. Ou explica-se, por exemplo, na França, através de um processo histórico em que o termo elite desloca-se entre os demais termos como burguesia, pequena burguesia, classe dominante, classes altas e classes médias.⁴ Essa fluidez está diretamente ligada à metodologia de pesquisa usada nesse artigo, que marca um campo em que esse grupo profissional, jamais está fixo, antes, coloca-se em luta e disputa constante, ora se comportando como vanguarda e ora através da tradição.

Ao mesmo tempo em que colocamos como objetivo principal a análise dos capitais simbólicos e sua interferência na posição ocupada pelos agentes sociais no mercado de trabalho não podemos deixar de mencionar a importância da conduta histórica dos agentes. Ou seja, cabe lembrar de forma breve as transformações de atuação dos indivíduos e modalidades de práticas de improvisação através do episódio do processo da revolução dos gerentes⁵, ocorrência em que a queda da gerência acompanhada dos movimentos de governança corporativa nos seios

³ Lembramos aqui a relação direta que existe entre universidade e Estado, ou a existência de uma nobreza de Estado (profissões dos engenheiros) cujos formados divulgam ritos republicanos, a ideia da meritocracia e de uma possível escola liberal que alcança a todos.

⁴ Recomenda-se a leitura de Serge Bosc (2008), estudioso francês das classes médias, que nos apresenta uma discussão sobre o surgimento semântico do conceito de classe média e suas diversas etapas e transformações dentro de uma cronologia histórica.

⁵ Ver Grün (1990) em sua tese: **A revolução dos gerentes brasileiros**.

das empresas, se relaciona diretamente (de maneira mais macro) ao momento da complexa passagem do capitalismo produtivo para o capitalismo financeiro.

Essas mudanças, nesse processo histórico, tanto no perfil dos agentes como no das organizações foram decisivas no processo das escolhas profissionais dos indivíduos quando se tinha um modelo de empresa mais tradicional, e passa-se para um modelo financerizado, como ressalta Grün (1992). Todavia, esse peso das mudanças históricas acaba se atenuando, uma vez que, os capitais simbólicos adquiridos ou herdados pelos indivíduos passam a ter papel preponderante no processo de decisões e escolhas pelas ocupações e carreiras. É por esse motivo que gostaríamos de justificar o peso maior dado aos estudos dos capitais simbólicos, mas, ao mesmo tempo, não deslegitimamos o papel das mudanças históricas dentro das organizações e a própria mudança no capitalismo, que também foram fatores importantes para o posicionamento dos agentes no mercado de trabalho.

O princípio da prática da pesquisa: A construção dos questionários e as entrevistas

É importante salientar que a construção do questionário da presente pesquisa não foi realizada de forma aleatória. Por isso, nos debruçamos sobre as obras de Pierre Bourdieu, *La noblesse d'État* (1989), *La distinction* (2008), *Homo academicus* (1992) e *Les héritiers* (BOURDIEU; PASSERON, 1985). Ademais, elaboramos maneiras diversas de questionar baseando-nos na realidade brasileira. A primeira seção do questionário exigiu que o indivíduo questionado contribuísse com referências básicas pessoais tais como nome, endereço, idade, estado civil e etc.

Todavia, esses dados básicos dos entrevistados nos serviram como variáveis estruturais, pois, como ressalta Bourdieu (2008), algumas variáveis mais simples podem ser utilizadas como instrumento de classificação pelos indivíduos. Podemos observar esse fato quanto ao endereço do entrevistado. Demos relevância a isso, principalmente porque Gisèle Sapiro (2002, 2013), menciona a importância de se conhecer o local de residência dos indivíduos em pelo menos três momentos de sua trajetória de vida, pois essa informação pode denotar a sua ascensão ou conversão (morava em um bairro ou cidade mais popular e passou a morar em bairros mais nobres) ou a sua decadência no sentido econômico (passou a habitar em bairros e endereços mais populares).

Em contrapartida algumas variáveis escolhidas foram primeiramente, averiguadas como variáveis ilustrativas ou secundárias. Essas serão sexo, raça/cor, opção sexual. Para esses conceitos usamos as obras, *The Norwegian Field of Power* (HJELLBREKKE *et al*, 2007), *La analyse géométric de données dans*

un programme de recherche sociologique: Le cas de La sociologie de Bourdieu e How Bourdieu quantified Bourdieu: the geometric modelling of data (LEBARON, 2010, 2009). Sobre a trajetória familiar dos entrevistados, usamos algumas questões para medir o capital econômico dos indivíduos advindas das obras *La Distinction e La noblesse d'État* (BOURDIEU, 2008, 1989), a saber, casa própria, casa de veraneio, renda, automóveis, endereço residencial, natureza do trabalho dos pais, aplicações em ações, natureza de sua conta bancária, classe social familiar, ensino dos pais, titulação/profissão do avô paterno e trajetória financeira do pai, escolha pautada pelas leituras de *Les Héritiers* (BOURDIEU; PASSERON, 1985) com base na discussão sobre origem social. Nesse sentido, Bourdieu e Passeron (1985) assinalam que, dentre todos os fatores de distinção social, é a origem social o fator que se exerce mais fortemente no meio estudantil.

A origem social se estende a todos os outros domínios, aos níveis de experiência e condições de existência, o habitat e o tipo de vida cotidiana, os recursos e a utilização do orçamento, a intensidade e modalidade do sentimento de dependência. (Bourdieu, 2008, p.23)

Sobre a trajetória pessoal dos graduandos, optamos por dividir as questões em tópicos tais como educação, finanças pessoais, cultura e profissão. No primeiro tópico, a questão mais importante seria sobre especializações feitas fora do país, já que a maioria dos indivíduos entrevistados possui um currículo formativo semelhante dentro das mesmas escolas universitárias.

Já o tópico finanças pessoais foi constado nas questões para averiguar através de quais meios financeiros o entrevistado se mantém economicamente. Essa questão é muito importante para mensurarmos através do estilo de vida mencionado por Pierre Bourdieu (2008), a conformação econômica dos agentes sociais da pesquisa. Sequencialmente temos o tópico sobre a cultura, no qual foram feitas várias questões sobre lazer, leituras, esportes, mídia, alimentação, vestuário, móveis e refinamento musical. Todas as categorias mencionadas buscarão medir o gosto dos entrevistados considerando com Bourdieu (2008), a existência de predisposições práticas e cotidianas que, além de serem naturalizadas, são aceitas como um plano, padrão ou modelo que deve ser seguido para assegurar a distinção social.

Por último, elencamos a última questão que diz respeito à escolha profissional dos sonhos dos alunos que ainda se localizavam nos últimos anos da graduação, e posteriormente, depois de formados, averiguamos qual foi a primeira real ocupação desses egressos no mercado de trabalho, bem como, analisamos a mesma situação no que diz respeito aos antigos alunos do curso que já haviam se formado.

De maneira mais prática, dividimos a amostra não probabilística da seguinte forma: alunos do curso de engenharia de produção da UFSCar do quarto e quinto ano

(aproximadamente 119 alunos que iniciaram o curso em 2008 e 2009) responderam aos questionários em sala de aula. Depois de realizadas as últimas entrevistas, buscamos o contato desses alunos depois de formados e averiguamos qual a primeira posição que eles ocupavam no mercado de trabalho depois de formados. Posteriormente entrevistamos 35 alunos formados em anos anteriores (sendo que nos preocupamos em ter alunos representantes de cada década em que a UFSCar fora contemplada com o curso de engenharia de produção, a saber, décadas de 1970, 1980, 1990, 2000). Finalmente buscamos averiguar em nossa análise final qual seria a relação existente entre todas as variáveis anteriormente citadas (capitais simbólicos) e a ocupação desse grupo geral de egressos.

As análises de correspondência múltipla do curso de Engenharia de Produção da UFSCar

A metodologia da presente pesquisa conta nesse artigo com a análise de correspondência múltipla que podemos definir como um método adaptado para estudar o conceito de campo em Pierre Bourdieu (2008). Desta forma, o conceito teorizado pelo autor designa um subespaço dentro do espaço social onde uma atividade específica pode ser realizada, assim como o campo científico, o campo da arte, o campo da moda, etc.

Dentro de um campo, existem regras que orientam as atividades e que estruturam uma relação de forças que ocorrem dentro dele. Essas regras são autônomas quando relacionadas às determinações sociais que se colocam externas ao campo. Os agentes sociais podem ser hierarquizados no campo de acordo com o volume de capitais (econômico, social, cultural, simbólico) que possuem.

De acordo com Coradini (2014), essa seria a técnica mais adequada para se estabelecer a relação de interdependência entre variáveis distintas, pois podemos verificar o efeito de algumas variáveis sobre as outras. Assim, pode-se examinar o quanto cada variável contribui em relação a sua hipótese de pesquisa e aos seus dados.

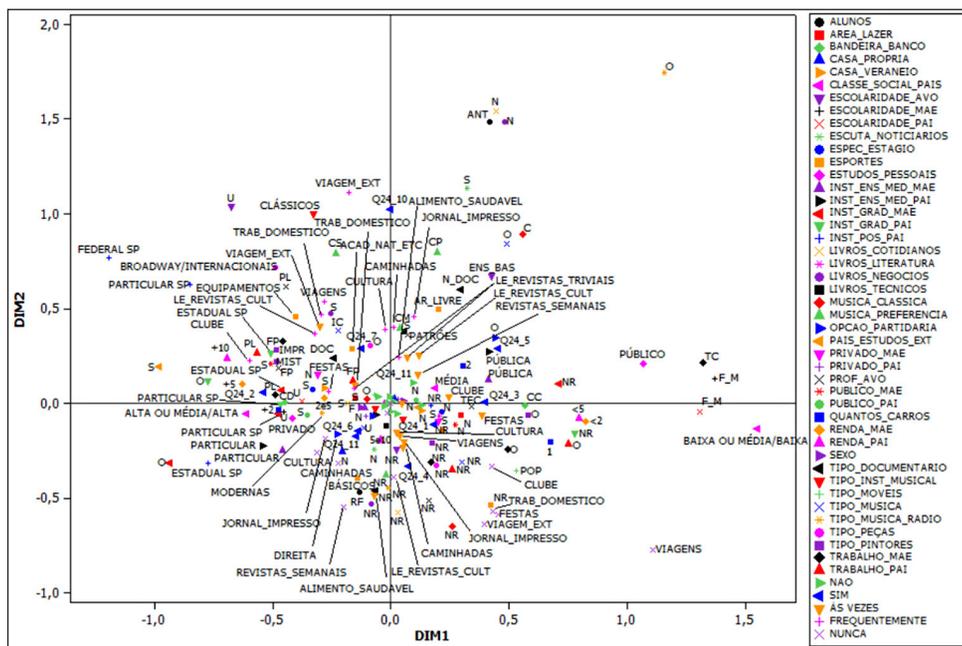
Constam do GRÁFICO 1, os dados dos engenheiros de produção que ainda estavam realizando os últimos anos de graduação e escolhiam as possíveis profissões dos sonhos⁶, ou seja, a ocupação que pretendiam ocupar depois de formados⁷. No

⁶ Legenda para os setores profissionais que aparecem no gráfico: 24.1= engenharia de operações e processos da produção; 24.2=logística; 24.3=pesquisa operacional; 24.4=engenharia da qualidade; 24.5=engenharia do produto; 24.6=engenharia organizacional; 24.7=engenharia econômica (bancos e finanças);

⁷ Legenda das demais profissões dos sonhos que aparecem no gráfico: 24.9=engenharia da sustentabilidade; 24.10=educação em engenharia de produção (setor acadêmico); 24.11 =consultorias.

que diz respeito aos engenheiros que já estavam formados, não notamos validade em suas respostas, já que, os capitais simbólicos desses engenheiros posicionam-se muito distantes dos demais capitais que deveriam se encontrar com uma certa centralidade no gráfico.⁸

GRÁFICO 1 – Análise de correspondência Múltipla macro da UFSCar



Analisando o gráfico sociologicamente: capitais simbólicos versus ocupação dos sonhos dos entrevistados

Sobre as cinco associações observadas no GRÁFICO 1, percebemos que apenas três são as mais importantes. A primeira delas mostra que no **quadrante inferior direito** justamente as mães que têm baixa escolaridade (ensino fundamental e médio) trabalham no lar e estão localizadas de acordo com as classes mais baixas, relacionam-se à renda média baixa, aos pais que recebem salário abaixo de R\$5.000,00 reais, e constata-se que as rendas das mães são menores que R\$2.000,00

Até a variável 24.6 temos as áreas voltadas para o que chamados de gestão do chão de fábrica (industrial).

⁸ No sentido popular-estatístico podemos dizer que houve uma explosão desses dados no gráfico, eles se posicionavam muito distantes das outras variáveis analisadas em associação.

reais. Esses grupos associam-se ao capital econômico mais baixo relatado pela ausência de casa própria e de área de lazer; à presença de móveis populares em casa e ao dado de nunca possuírem trabalhadores domésticos em casa.

O capital cultural desses indivíduos associados no GRÁFICO 1 também é baixo, pois nunca viajam para o exterior, não lêem livros de cotidianos de negócios e de literatura, praticam esportes que denominados como básicos (esportes associados às camadas mais populares no Brasil), não escutam música clássica, noticiários ou documentários. Podemos observar também que todos esses capitais simbólicos citados estão associados às escolhas profissionais (dos sonhos) do **setor industrial**, tais como engenharia de operações e processo de produção; pesquisa operacional; engenharia do produto e engenharia da qualidade.

O segundo grupo observado no **quadrante inferior esquerdo**, relaciona-se à renda média; os pais recebem entre R\$ 5.000,00 e R\$10.000,00 reais; as mães recebem entre R\$2.000,00 e R\$5.000,00 reais; a escolaridade dos pais é universitária; estudaram em colégios particulares; as mães e pais se graduaram em universidades particulares ou estaduais; os pais fizeram pós-graduação em universidades estaduais em São Paulo; as mães são profissionais liberais ou funcionárias públicas; os pais possuem como profissão mais citada a de profissional liberal; já os avôs citados nessa associação eram em boa parte funcionários públicos.

Outras associações que encontramos com as variáveis de capitais simbólicos supracitadas são as contas correntes diferenciadas (de alto padrão) e alunos que realizaram o ensino escolar (fundamental e médio) em escolas privadas. No que diz respeito ao capital cultural e econômico dos alunos ou egressos entrevistados, visualizamos em associação as variáveis relacionadas aos pintores impressionistas ou mistura de estilos de pinturas; observa-se também os pais que possuem mais de dois carros em casa; e que realizaram especialização ou estágio no exterior. Ou seja, podemos observar que esse quadrante associa-se a uma renda mais alta, mas a um capital cultural mais limitado. No que diz respeito à ocupação dos sonhos citadas pelos engenheiros entrevistados anteriormente, elas se compreendem em escolhas ocupacionais na área de **logística** (maior parte *supplychain*) e as área de **consultorias** financeiras.

No terceiro grupo, no **quadrante superior esquerdo do gráfico**, temos como capitais simbólicos, os maiores capitais culturais e as maiores rendas (acima de R\$10.000,00 reais para os pais dos entrevistados) associadas aos maiores capitais econômicos, a saber: lê revistas culturais e jornais impressos frequentemente; viaja; vai a centros culturais e caminha com assiduidade; viaja ao exterior com constância ou às vezes; pratica esporte (ao ar livre, de equipamentos sofisticados; vai à academia; pratica natação, etc.); toca instrumentos musicais clássicos; assiste documentário; escuta noticiários; lê livros técnicos e de negócios; ouve músicas internacionais clássicas; assiste a peças da *Broadway*/internacionais no teatro.

No que diz respeito ao ensino básico do avô, sua profissão era a de pequeno e grande empresário. As ocupações associadas a esses capitais simbólicos (ocupação dos sonhos preferencialmente escolhida pelos alunos ainda não formados) são a **educação em engenharia de produção** (carreira acadêmica como escolha ocupacional dos sonhos dos entrevistados) e **engenharia econômica** (bancos e mercado financeiro).

Considerações sobre as associações no gráfico

Concluimos que o baixo capital econômico e cultural de alguns indivíduos os levou a eleger a ocupação dos sonhos ligada ao setor industrial. As ocupações voltadas para o trabalho relativo ao chão de fábrica e, geralmente, caracterizadas como trabalhos mais técnicos são marcados pelos menores salários para a área de engenharia.

Existe outra categoria intermediária, cujo capital econômico é médio e o capital cultural é baixo. Esses marcadores se relacionaram com as preferências pelas ocupações dos sonhos na área de logística (marcadas pela denominação moderna do *supply chain*) que pode ser considerada uma ocupação intermediária, uma vez que os salários designados a esses cargos, nos sites de vagas de emprego, costumam pagar no mínimo R\$10.000,00 reais para a vaga.

Temos também o sonho de atuar na área de consultorias, área muito requisitada entre os engenheiros. Todavia, percebemos que a maioria dos alunos não consegue acessar essas áreas. Através de nossa análise de correspondência múltipla, pudemos verificar que as nossas indicações sobre o baixo capital cultural estavam corretas. Os engenheiros que dão preferência a essa área, podem não conseguir passar nos processos seletivos devido ao seu baixo capital cultural.

No caso do último grupo, temos um elevado capital econômico e um elevado capital cultural, relacionados às preferências dos sonhos em trabalhar nas áreas de educação em engenharia de produção (docência) e na área de engenharia econômica (bancos e mercado financeiro). Quanto ao mercado financeiro, observamos que nem todos conseguem seguir essa carreira. Dos 18% que tinham essa escolha como profissão dos sonhos, somente 14% conseguiu concretizá-la. E quanto aos que adentram esse setor, percebemos que, depois de cinco anos de trabalho, as porcentagens dos que trabalham nessa área e que se formaram na UFSCar caiu consideravelmente.

Esse quadrante, nessa análise, está associado aos egressos que, atualmente, trabalham com **bancos e finanças**.

Um dado interessante é o de que, na análise de correspondência anterior a esta, os alunos que escolhiam como profissão\ocupação dos sonhos a área de banco e de finanças (normalmente os mesmos que escolhiam finanças escolhiam consultorias também) se destacavam por seus altos capitais culturais e econômicos. No entanto, observamos que dentre os vinte e dois alunos (egressos) que gostariam de trabalhar com finanças como carreira dos sonhos, apenas sete deles foram realmente trabalhar na área de finanças, os outros sete foram trabalhar na área de consultorias e os últimos oito não conseguiram trabalhos nessas áreas e, conseqüentemente, foram trabalhar no chão de fábrica em setores industriais.

Esses últimos (que foram trabalhar no chão de fábrica) eram justamente os que não tinham um alto capital cultural e econômico mais elevado. Em suma, concluímos que os alunos que escolheram a área de finanças como profissão\ocupação dos sonhos e que tinham capitais simbólicos altos conseguiram ir para área de finanças ou consultorias.

No **quadrante superior esquerdo** (que era o quadrante com maior capital cultural na análise anterior), temos as seguintes composições e associações: titulação dos avôs universitária; avôs são funcionários públicos e profissionais liberais; os pais dos alunos trabalham como profissionais liberais; as mães trabalham como funcionárias públicas; profissionais liberais; consultoras e gestoras e elas recebem entre R\$5.000,00 e R\$10.000,00 reais.

Sobre o capital cultural dos entrevistados, os esportes destacados são aqueles com equipamentos distintos (tênis, equitação, escalada, atletismo, golfe, squash e polo aquático) e esportes médios (academia, musculação, ginástica, yoga e natação). Comem alimentos saudáveis com frequência; assistem às peças da *Broadway*. Lêem revistas culturais às vezes e frequentemente. Esse quadrante está associado aos egressos que trabalham como **consultores** atualmente.

Considerações sobre as associações nos gráficos

É interessante ressaltar que, dos cinquenta e dois egressos que escolhiam a carreira da consultoria como carreira dos sonhos na outra análise (representados pela maior parte com capital econômico médio e cultural mais baixo), apenas vinte e três deles conseguiu trabalhar na área de consultorias, seis deles foram para área de finanças e os vinte e três restantes foram para outras áreas (em boa parte para indústrias nas áreas voltadas para o chão de fábrica). Em suma, os que realmente conseguiram ir para as áreas de consultorias são os que têm capital cultural mais alto.

Concluimos que os alunos que tinham capitais culturais (médio) e econômicos mais altos são os que conseguem realmente ocupar espaço entre as ocupações de **bancos, finanças e de consultorias**. Ainda assinalamos que os capitais culturais mais altos estão associados aos que atuam como consultores e um capital médio são associados aos que atuam na área de finanças e bancos. Por suposto, a última associação era esperada, já que, de acordo com as asserções de Roberto Grün (1992) pode-se afirmar que o cargo de consultor necessita de um maior capital cultural para ser desempenhado.

Conclusão

Observamos nesse mesmo universo, engenheiros técnicos que cumprem ordens industriais, engenheiros médios que lideram os *stakeholders* organizacionais e os engenheiros dirigentes que tomam decisões importantes no ramo das finanças mundiais dentro de um mesmo curso de engenharia de produção. Um mesmo curso que circunda as mesmas expectativas e desejos ao mesmo tempo - devido à força das disposições inscritas nesses agentes – os dissipa e os converge, cada qual para um destino diferente.

Conseguimos averiguar, com o presente estudo que, mais uma vez, as preferências reveladas, ou preferências utilitárias, a escolha racional e a ação que se dá através de um *homo economicus* existem, porém, muitas vezes, caminham acompanhadas de outros elementos construídos socialmente que podem direcionar as preferências dos indivíduos para novos caminhos, de acordo com as suas disposições exteriorizadas na forma de *habitus*, contidas em seus gostos e estilos de vida.

Esse caminho aponta para a subjetividade dos agentes através de suas estratégias, fabulações e processos cotidianos que podem ter real influência sobre a lógica estrutural. No entanto, o intuito deste artigo era o de compartilhar uma proposição dentro da teoria da ação ou do senso prático por se aparelhar de uma metodologia primeiramente quantitativa. Essa ação ou senso prático são contidos dos princípios de visão e divisão (gosto) que encaminhavam o seguinte questionamento: As preferências por algumas áreas de atuação da engenharia de produção sofrem algum tipo de influência dos marcadores de origem social, cultural, econômico e sociais dispostos aos agentes sociais?

Para buscar respostas, amarramos nossas constatações iniciais com o uso da análise de correspondência múltipla. Assim, pudemos realmente verificar quais eram os capitais associados aos indivíduos da universidade pública estudada, bem como, averiguamos a diferenciação contida dentro das próprias frações de classe num mesmo curso de graduação da UFSCar e constatamos um maior distanciamento da

cultura legítima e uma proximidade a uma cultura média dentro dessa universidade. Percebemos, ainda, que os indivíduos que escolhiam a área industrial possuíam capitais econômicos e culturais mais reduzidos, enquanto outros egressos que escolhiam a área de finanças possuíam capitais econômicos e culturais mais elevados.

Confirmamos, então, a existência de um espaço social a partir de um sistema de relações próprias, as quais apresentam homologia, associação e correlação entre os capitais econômicos, culturais e a origem social com as preferências reais dos engenheiros de produção analisados no presente estudo. Todavia, não podemos nos esquecer de que o espaço social está em constante movimento e a fotografia que tiramos e analisamos a partir da representação do real está em constante mutação.

A partir dessa fotografia do espaço social, conseguimos mostrar como se localizam os capitais simbólicos. Assim, pudemos visualizar como as estruturas cognitivas se ajustam às estruturas objetivas, ou seja, analisamos as preferências dos sonhos e as escolhas reais dos agentes. Conseguimos vislumbrar também o jogo de dominação existente na instituição pública estudada dentro do curso de engenharia de produção. A partir da obtenção dos diferentes tipos de capitais, mapeamos a escolha das consultorias e finanças como uma estratégia das classes mais altas para perpetuarem seu *status quo*. Todavia dentro desse universo contido e repleto de cálculo, de maximização de lucros e de benefícios, encontramos preferências e interesses que nem sempre associam desejo e realidade, estruturas mentais e estruturas objetivas no espaço social.

Constatamos ser afirmativa a proposição de Lebaron (2012) que aposta na ciência econômica como uma formação que contribui para formatar uma ordem simbólica centrada no mercado. Afirmamos que a engenharia de produção no Brasil sinaliza a socialização de agentes dominantes, que servirão de referência para o mercado através de suas atuações profissionais, como consultores de gestão e de finanças, e profissionais atuantes na área do mercado financeiro.

A nossa contribuição ao realizar esse estudo, além de perfilar e descrever o funcionamento das trajetórias do grupo social estudado, foi averiguar a dinâmica de reprodução do *status quo* e de reconversão dessa elite para o mundo das finanças, e reconhecer que ela acaba por fortalecer e fundamentar cada vez mais os alicerces do capitalismo financeiro. Por isso, além das organizações dos capitais simbólicos e do mecanismo de reprodução assinalado pelo artigo, cabe salientar que esse novo grupo que gesta e geri as finanças passa a dar as cartas mediante um capitalismo que tem sua lógica modificada do produtivismo para o financismo. Portanto, cabe à sociologia atentar-se para esse novo agente e para as novas agências que fortalecem cada vez mais os jogos de dominação no Brasil.

**REALITY AND DESIRE: THE TRAINING AND PROFESSIONAL
TRAJECTORIES OF AN ELITE GROUP IN THE WORLD OF FINANCE**

ABSTRACT: *The central idea of this article is to bring to light a study about production engineers from the Federal University of São Carlos (UFSCar). We started by analyzing the symbolic capital of these engineers in their last years of undergraduate studies and, afterwards, sought them out to discover which were the first positions this professional group occupied in the labor market. We take into account the social capital and the social background of the students and compare them to the position they occupy in the market through the methodology of multiple correspondence analysis. Finally, we verify the homologies and the social reproduction that exists between the class fractions represented by the professional group and their symbolic capital. The importance for sociology of studying the trajectory of this social group is directly linked to the fact that production engineers are the new dominant agents that fill supervisory positions in big companies in the current capitalist financial market.*

KEYWORDS: *Sociology of Pierre Bourdieu. Symbolic capitals. State and public university. Labor market. Finance.*

Agradecimentos: Agradecemos as sugestões da Profa. Dra. Nádia Araújo que através da discussão na Oficina de Sociologia Econômica e do trabalho na USP nos auxiliou na formatação e adequação da ideia central deste artigo.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Ana Maria M.; MURAMATSU, Roberta. A volta de Ulisses: anotações sobre a lógica de planos e compromissos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.25, n.2, p.23-44, abril/julho, 2004.

BOSC. Serge. **Sociologie des classes Moyennes**. Paris: Éditions la découverte, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction: Critique Sociale Du Jujement**. Paris: Minuit, 2008.

_____. O campo econômico. **Política & Sociedade**, v.4, n.6, p.15-58, abr. 2005.

_____. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Seuil, 2000.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. **Homo Academicus**. Réédition augmentée d'une postface de l'auteur. Paris: Éditions de Minuit, 1992. (Collection Le sens comum).

_____. **La Noblesse d'État**: Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Éditions de Minuit, 1989. (Collection Le sens commun).

_____. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON Jean-Claude. **Les Héritiers**: Les étudiants et la culture. Nouvelle édition augmentée. Paris: Éditions de Minuit, 1985. (Collection Le sens commun).

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude. **Le métier de sociologue**. Paris: Mouton, 1968.

CORADINI, Odaci Luis. Efeitos da educação formal, categorias ocupacionais e posição social. **Revista Sociedade e Estado**, v.29, n.2, maio\agosto, 2014.

GAUTHIER, David. Commitment and choice: an essay on the rationality of plans. In: FARINA, Francesco; HAHN, Frank; VANUCCI, Stefano (Org.). **Ethics, Rationality, and Economic Behaviour**. Inland: Oxford University Press, 1996. p.217-243.

GRÜN, Roberto. Japão, Japões: Algumas considerações sobre os papéis dos conflitos intergerenciais na difusão das novidades organizacionais. In: SOARES, Rosa Maria S. de M. (Org.). **Gestão da qualidade: tecnologia e organização**. Brasília: Cadernos Codapan, 1992. p.61-81.

_____. **A revolução dos gerentes brasileiros**. Tese. (Doutorado em sociologia) – Instituto da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.

LEBARON, Frédéric. A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil. **Revista Reed**, v.4, n.2, p.136-152, janeiro/julho, 2012.

_____. La analyse géométrique de données dans un programme de recherche sociologique: Le cas de la sociologie de Bourdieu. **Revue MODULAD**. Numéro 42, p.102-109, 2010.

_____. How Bourdieu “Quantified” Bourdieu: The Geometric Modelling of Data. In: ROBSON K., SANDERS C. (eds). **Quantifying Theory**: Pierre Bourdieu. Springer, Dordrecht, 2009.

_____. Bases of a sociological economy: from François Simiand and Maurice Halbwachs to Pierre Bourdieu. **International Journal of Contemporary Sociolog**, v.38, n.1, p. 54-63, 2001.

MILL, Stuart. **Système de logique**. Paris: Madarga, 1988.

*Realidade e desejo: as trajetórias formativas e profissionais
de um grupo de elite no mundo das finanças*

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

HJELLBREKKE, Johs; LE ROUX, Brigitte; KORSNES, Olav; LEBARON, Frédéric; ROSENLUND, Lennart & ROUANET, Henry. The Norwegian Field of Power. **European Societies**. Volume 9, 29 mar. p.245-273, 2007.

SAPIRO, Gisèle. Le champ est-il national? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l'histoire globale. **Actes de la recherche en sciences sociales**, vol. 200, no. 5, p. 70-85, 2013.

_____. The structure of the French literary Field during the German Occupation (1940–CHAMBOREDON 1944): a multiple correspondence analysis. **Poetics**, n.30, p.387-402, 2002.

Recebido em 16/07/2017.

Aprovado em 17/10/2017.

A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA NACIONAL COMO MERCADO: TURISMO DE COMPRAS NA FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI

*Lúcia Helena Alves MÜLLER**

RESUMO: Esse trabalho aborda as dinâmicas sociais envolvidas no processo historicamente recente de constituição de um mercado de produtos globalizados na fronteira Brasil/Uruguai a partir da criação, em 2010, dos chamados *free shops* em algumas das cidades daquela região. Embora o comércio – legal e ilegal – faça parte dos fluxos que cruzam a linha divisória entre os dois países desde a sua formação, a recente criação das zonas de isenção fiscal propiciou o estabelecimento de novos circuitos do chamado turismo de compras. Além dos aspectos políticos-legais que os instituíram, o estabelecimento desses novos circuitos se baseia na atuação de uma grande diversidade de agentes que estão implicados na logística de transporte e hospedagem, na divulgação dos estabelecimentos comerciais e dos produtos, na orientação e fiscalização dos viajantes/consumidores em relação às regras aduaneiras, etc. A etnografia dessas dinâmicas nos permite identificar atores e processos envolvidos na construção da fronteira nacional como um mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteiras nacionais. Antropologia dos mercados. Antropologia do consumo.

Introdução

Esse trabalho aborda as dinâmicas sociais envolvidas no processo historicamente recente de constituição de um mercado de produtos globalizados na fronteira Brasil/Uruguai a partir da criação, em 2010, dos chamados *free shops* em algumas das cidades uruguaias daquela região.

* PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Sociais. Porto Alegre – RS – Brasil. 90619-900 - lucia.helena@puccrs.br.

Núcleos e fluxos de comércio existem em diversos locais da fronteira do Brasil com os países vizinhos. Esses núcleos já foram alvo de importantes estudos que identificaram os agentes sociais que deles participam, descreveram as redes sociais e a rotas que possibilitam a circulação de mercadorias e investigaram a sua participação nos circuitos internacionais de pessoas e bens (DORFMAN, 2012 e 2009; RABOSSI, 2004a e 2004b; MARQUEZINI, 2010; PINHEIRO MACHADO, 2011). Esses trabalhos nos ajudaram a compreender a complexidade dos mercados de fronteira tal como o que tratamos aqui.

O que torna interessante voltarmos a essa temática é a peculiaridade do contexto em que se desenvolveu o circuito de compras na fronteira Brasil/Uruguai a partir da criação dos *free shops*, não apenas pela especificidade dessa região em termos de sua configuração histórica e cultural, mas principalmente porque, sendo um processo recente, podemos acompanhar praticamente a olho nu as dinâmicas sociais que estão constituindo esse novo mercado (ZELIZER, 2005). Num espaço de tempo muito curto, essas dinâmicas, que tiveram como catalizador a iniciativa do Estado uruguaio de permitir a criação dos *free shops*, mobilizaram uma ampla gama de agentes que produziram a oferta e também a demanda por um tipo muito específico de produtos, na medida em que estabeleceram um mercado de serviços que garante o transporte, a hospedagem, o acompanhamento e orientação dos consumidores.

Assim, a análise de alguns dos processos sociais implicados no desenvolvimento do circuito de consumo da fronteira Brasil/Uruguai visa a contribuir para o conhecimento acerca dos processos de constituição social das fronteiras nacionais e também dos mercados (CARNEIRO, 2007; LAFERTÉ, 2008).

Por outro lado, na medida em que nos permite identificar os processos cognitivos, valorativos e estratégicos envolvidos nas escolhas realizadas, a observação de situações concretas de compras, ainda mais quando realizadas de uma forma intensiva como no caso dos viajantes/consumidores da fronteira Brasil/Uruguai, também abre possibilidades para explorar o fenômeno do consumo como prática social (MILLER, 2002; BARBOSA *et al.* 2009; BARBOSA, 2004; GOIDANICH e MEZABARBA, 2014).

Esse artigo tem como referência dados que foram recolhidos em sites de agentes de turismo, de *shoppings centers* e de lojas situados na fronteira Brasil/Uruguai. Baseia-se ainda em observações que foram realizadas ao longo de 2016 e 2017, em excursões de compras que partiam de Porto Alegre, dirigindo-se à cidade uruguaia de Rivera, gêmea da brasileira Santana do Livramento.¹

¹ O levantamento e sistematização dos dados da internet, bem como em algumas das excursões a campo tiveram a participação de Nayara Anhanha Silva, bolsista de iniciação científica da FAPERGS.

Fronteiras: limites e fluxos

Fronteiras nacionais podem ser consideradas instituições totais, pois sua existência implica as mais diversas dimensões da vida social: territorial, política, econômica, simbólica. As fronteiras nacionais também são instituições muito vivas, já que seu estabelecimento se baseia em processos sociais complexos e permanentes que envolvem conflitos, tensionamentos, negociações e acordos entre diversos atores sociais (estados nacionais, governos regionais, instituições e populações locais).

As dinâmicas envolvidas na construção das fronteiras nacionais são muito evidentes nas localidades que se constituíram ao longo do tempo como pontos de passagem de pessoas e mercadorias e também onde há uma população estabelecida que compartilhou processos históricos significativos. São mais evidentes ainda quando junto à linha divisória entre os países existem conglomerados urbanos contínuos, como no caso das chamadas cidades-gêmeas (SÁNCHEZ, 2002; SANTOS, 2006).

É o que acontece com as fronteiras Brasil/Uruguai e Brasil/Argentina. A definição da linha divisória entre o Brasil e esses dois países, assim como a própria constituição do Uruguai como nação, resultaram das mesmas guerras e negociações (GOLIN, s/d). A linha de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e com a Argentina é muito maior do que a extensão da divisa desse estado com o estado de Santa Catarina, que o conecta com os demais estados brasileiros, sendo que a fronteira do Uruguai como o Brasil situa-se inteiramente no território do estado do Rio Grande do Sul. Junto à linha de fronteira entre esses países existem diversos núcleos urbanos contíguos e uma população estabelecida que compartilha largamente seus padrões culturais, além de transitar com grande fluidez entre os idiomas e dialetos vigentes (português, espanhol,portunhol). Além disso, no estado do Rio Grande do Sul a identidade gaúcha se constituiu em contraste ou mesmo em oposição à identidade brasileira (OLIVEN, 2006). Todos esses aspectos ajudam-nos a compreender porque o estado do Rio Grande do Sul como um todo é percebido como fronteiriço, e porque a noção de fronteira é um elemento tão essencial na conformação do imaginário dos habitantes dessa região, a ponto deles se perceberem como partilhando a cultura da fronteira.

A quase inexistência de barreiras físicas entre o Brasil e o Uruguai permitiu, desde os primórdios da formação dos dois países, um fluxo constante - legal e ilegal - de pessoas, de gado e de mercadorias (DORFMAN, 2009 e 2012). O montante e a direção desses fluxos sempre oscilaram de acordo com as variações cambiais e de preços que tornavam vantajosa a compra de bens e serviços de uso cotidiano (gasolina, alimentação, móveis, eletrodomésticos, vestuário, etc.), ora em um, ora em outro país.

A oscilação na direção do fluxo de comércio envolvendo a população local e o comércio estabelecido nas cidades da fronteira entre Brasil e Uruguai segue acontecendo. Além disso, em alguns pontos de passagens (Chuí/Chuy, Jaguarão/Rio Branco, Livramento/Rivera) que se constituíram como rotas tradicionais para destinos mais longínquos no interior de cada um dos países estabeleceu-se já há mais tempo um comércio dirigido especificamente aos viajantes. Entretanto, a partir de 2010, quando o governo uruguaio autorizou a criação dos *free shops* nessas e em outras localidades, novas dinâmicas comerciais se evidenciaram na região. A criação das zonas de isenção fiscal propiciou o estabelecimento de novos circuitos do chamado turismo de compras.

A ação do governo uruguaio tinha como objetivo promover o crescimento de oportunidades econômicas na região da fronteira com o Brasil. A instalação desses centros de compras nas cidades uruguaias gerou, por sua vez, reações nas comunidades fronteiriças do lado brasileiro, que passaram a pressionar o governo federal para obterem o licenciamento para a instalação de centros similares no Brasil e promoverem mudanças nas regras de isenção fiscal estabelecidas até então². A autorização para a criação de *free shops* em cidades brasileiras foi obtida em 2012, mas sua implantação ainda não foi totalmente regulamentada e vem sendo adiada desde então.

Assim, num curto período de tempo, diversas cidades uruguaias situadas na fronteira com o Brasil³ criaram centros de comércio de produtos que participam dos circuitos globais de mercadorias cotadas em dólar norte-americano que são oferecidas a viajantes não uruguaios com isenção de tributos (bebidas, cosméticos, eletrônicos, perfumes, acessórios e artigos de vestuário de marcas com prestígio internacional, etc.). A criação de *free shops* no lado uruguaio da fronteira fez com que os núcleos urbanos em que eles se instalaram, assim como as cidades brasileiras próximas, tivessem um crescimento expressivo de visitantes que têm como principal objetivo de sua viagem a compra dos produtos oferecidos nesse tipo específico de comércio.

Ao contrário do comércio tradicional, que tinha os habitantes e comerciantes locais como seus principais clientes, grande parte dos frequentadores das lojas *free shops* provêm de outras cidades do estado do Rio Grande do Sul e de outros estados do Brasil. A instalação desse mercado implicou, assim, o crescimento de visitantes inclusive em localidades que não faziam parte das rotas tradicionais de passagem entre os dois países nem eram vistas como locais de especial interesse

² A proposta é a de que a quota de isenção fiscal para compras nos *free shops* uruguaios, que é de US\$ 300, seja repartida, passando para US\$ 150 de isenção para compras no Uruguai e US\$150 para compras nos *free shops* brasileiros a serem instalados.

³ As cidades uruguaias que possuem *free shops* são: Aceguá, Artigas, Bella Unión, Chuy, Rio Branco e Rivera.

turístico. Além dos aspectos políticos-legais de sua instauração, o estabelecimento desses novos circuitos se baseia na atuação de uma grande diversidade de agentes que estão implicados na logística de transporte e hospedagem, na divulgação dos estabelecimentos comerciais e dos produtos, na orientação e fiscalização dos viajantes/consumidores em relação às regras aduaneiras, etc.

Turismo de compras

As cidades gêmeas Santana do Livramento/Rivera formam um conglomerado urbano único e sem barreiras que limitem a circulação de pedestres ou de carros entre o território do Brasil e o do Uruguai. No lado uruguaio é que se encontra o comércio voltado para o turismo de compras. As lojas *free shop* se espalham em alguns quarteirões centrais da cidade de Rivera que podem ser esquadrinhados a pé, e também em dois grandes *shoppings centers* que se localizam em zonas mais afastadas cujo acesso exige transporte específico.

Durante os finais de semana, sobretudo quando a cotação do dólar está mais favorável para os brasileiros, a cidade fica lotada com turistas que vêm de diversas cidades do Rio Grande do Sul e, em menor número, de outros estados do Brasil. Nas ruas estreitas da região central de Rivera, já de madrugada pode-se escutar o movimento de ônibus e vans em busca de um lugar para estacionar. Este não pode ser muito afastado do centro de comércio pois os veículos deverão ficar à espera do embarque das mercadorias que os viajantes trarão ao longo de sua jornada de compras.

Uma das características do turismo de compras, pelo menos nas cidades da fronteira Brasil/Uruguai, é que raramente a viagem é feita por indivíduos avulsos. Em geral, quem vai aos *free shops* são familiares que se deslocam conjuntamente, às vezes em mutirões de compras que são organizados com antecedência, tendo prioridades previamente definidas. Grupos de amigos e conhecidos também se programam tendo um objetivo comum (bebidas para uma festa, por exemplo). Alguns indivíduos participam dessas viagens apenas para colaborar com o projeto, fornecendo a sua cota de isenção fiscal.

Muitas pessoas viajam em excursões organizadas, sendo comum que familiares, colegas de trabalho e grupos de amigos combinem de se acompanhar nessas viagens de compras que podem acontecer sob a forma de comboios de automóveis ou através da contratação de empresas que oferecem pacotes que incluem o transporte e a hospedagem. Em Santana do Livramento, alguns hotéis participam desses pacotes e oferecem a seus hóspedes transporte gratuito para levá-los até os *shoppings centers* que se localizam em Rivera, longe do centro da cidade.

Mas, nos últimos anos, o que movimentou de fato as ruas de comércio das cidades uruguaias da fronteira com o Brasil é o público trazido por excursões rodoviárias que são organizadas de forma periódica para quem se dispõe a viajar exclusivamente para fazer compras. Essas excursões costumam ser oferecidas pelas empresas com uma certa regularidade (uma vez por mês) e de forma extraordinária na véspera de datas especiais como natal, páscoa, dia das mães, dia das crianças.

As excursões de compras partem de diversas cidades do estado do Rio Grande do Sul e funcionam no esquema conhecido como bate-e-volta, isto é, os viajantes não pernoitam na cidade. Quando partem de lugares distante, as viagens são noturnas e chega-se à fronteira ao amanhecer. Depois de um percurso que pode durar entre 2 e 12 horas, dependendo da cidade de origem, os passageiros têm entre 5 e 7 horas para realizarem as compras antes de iniciarem a viagem de volta. Com exceção de alguns pacotes que oferecem café da manhã e também o acesso às instalações sanitárias em algum hotel, esses passageiros têm os ônibus em que viajam como única referência e apoio na cidade.

A divulgação dessas excursões é feita através da internet, em sites de agências de turismo e de empresas de transporte rodoviário. Também encontramos anúncios de excursões colados em locais públicos (postes, paradas de ônibus urbanos) e publicados em jornais ou pequenas publicações que são distribuídas gratuitamente. O *Facebook* e o aplicativo *WhatsApp* também são muito utilizados pelos agentes de viagem para se comunicarem com os viajantes costumazes que já fazem parte da sua clientela.

As agências de viagem geralmente utilizam ônibus ou vans fretadas. Empresas de transporte rodoviário regular e empresas que possuem uma frota de veículos para frete também organizam excursões específicas para compras. As viagens partem dos próprios terminais das empresas ou de algum estacionamento próximo à estação rodoviária da cidade de origem.

É muito difícil contabilizar o número de pessoas envolvidas nesse circuito de consumo. Ele já foi muito grande no período entre a época da implantação dos *free shops*, em 2010, e o ano de 2014, quando o real estava muito valorizado frente à moeda norte-americana. Sofreu forte queda ao longo de 2015 e 2016 em razão da crise econômica e da desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar, mas, segundo depoimentos dos agentes de viagem, voltou a crescer moderadamente ao longo de 2017. Atualmente, podemos apenas estimar o volume do turismo de compras na cidade de Rivera observando o movimento dos ônibus de excursões que estacionam frente a um restaurante localizado à margem da principal rodovia que liga Porto Alegre a Santana do Livramento, utilizado como ponto de descanso por muitas das empresas envolvidas nesse tipo de turismo. Apesar da crise econômica que assola o Brasil e do câmbio não muito favorável para quem usa o Real, em

maio de 2017, durante a madrugada de um sábado próximo ao dia das mães (época considerada propícia para compras), em torno de 15 ônibus de grande porte se encontravam estacionados naquele local para que seus passageiros jantassem.

Em geral, os preços cobrados pelas excursões são mais baixos do que o cobrado pela mesma viagem realizada em um ônibus regular. Mesmo assim, eles variam conforme o tempo de uso e o padrão de conforto do veículo utilizado. Algumas excursões utilizam ônibus muito novos, com poltronas que reclinam como leitos. Também oferecem lanches e filmes para distração dos passageiros. Outras usam veículos mais antigos, sem maiores confortos ou cuidados com a manutenção. Essas oferecem um serviço de bordo muito simples (água, café).

A diversidade na qualidade do serviço e o preço cobrado pelas excursões corresponde claramente à diferenciação socioeconômica dos passageiros. E essa diferenciação corresponde a uma hierarquia moral construída a partir de uma apreciação acerca da relação dos indivíduos com a atividade de consumo. Assim é que, embora grande parte dos viajantes comprem produtos com o objetivo de revendê-los (voltaremos a esse ponto), é evidente o esforço por parte dos que têm maior poder aquisitivo no sentido de se distinguir daqueles que são percebidos como compradores de produtos baratos ou considerados de má qualidade, assim como dos consumidores profissionais (pagos para trazerem mercadorias para terceiros) ou dos que dependem economicamente dessa atividade. “O preço que cobramos é mais alto porque nós não levamos moambeiros”, foi o que informou a funcionária de uma agência de turismo, ao justificar o alto valor que sua empresa cobrava pela excursão.

Produtos da fronteira

Durante décadas, as cidades situadas nas fronteiras Brasil/Uruguai e Brasil/Argentina abasteceram a população rio-grandense e também os viajantes oriundos de outros estados do Brasil com artigos de couro e de lã (cobertores, confecções), vinhos, laticínios, doces elaborados com leite ou com frutas, quase todos originários dos dois países platinos.

Hoje em dia esses produtos ainda são comercializados. Os laticínios são oferecidos em pequenas lojas ou armazéns e as roupas de lã, em pequenas lojas de confecções com uma apresentação muito tradicional. Mas já não se encontra mais cobertores de lã, que perderam a concorrência para as mantas e cobertores de origem chinesa, feitos de material sintético.

O que pode surpreender a quem anda pela região central da cidade de Rivera é encontrar, entre as lojas *free shop* situadas na principal rua comercial, uma espécie de loja-museu, testemunha do tempo em que os produtos de lã eram valorizados

e em que a durabilidade dos produtos era vista como uma qualidade positiva, em contraste gritante com o atual padrão de consumo, em que são valorizados os produtos de marcas globais e em que um dos principais motores do consumo é a obsolescência dos produtos em função da acelerada dinâmica do código da moda e das inovações tecnológicas. O proprietário dessa loja é herdeiro do que já foi um importante lanifício, mas, segundo afirma, hoje vive de rendas e mantém a loja apenas como um hobby.

Assim é que em um espaço comercial cuja fachada não tem adereços para chamar a atenção dos passantes, grandes rolos de tecido de lã de diversas cores e estampas são expostos sobre um estrado de madeira que ocupa praticamente toda a extensão da loja. As prateleiras laterais a esse estrado estão repletas de objetos antigos (caixas registradoras, calculadoras, recipientes de uso domésticos, instrumentos musicais, ferramentas) que foram doados por moradores, comerciantes e industriais da região que sabiam que o proprietário dessa loja iria conservá-los. Nem os tecidos de lã nem os objetos antigos estão à venda. As mercadorias comercializadas são os palas de lã escura, confeccionados segundo um modelo muito tradicional da indumentária típica gaúcha que, segundo uma atendente da loja, podem durar 30 anos, fato que justificaria o preço relativamente alto cobrado pelo artigo. Também estão à venda palas confeccionados com tecido sintético de diversas cores. Conforme o proprietário da loja, esses produtos são oferecidos ali exclusivamente para ajudar as costureiras que os confeccionam.

Nas ruas centrais de Rivera também pode-se encontrar lojas, pequenos centros de compras e também vendedores ambulantes que oferecem produtos de baixo preço produzidos na China (roupas, mantas, brinquedos, acessórios para a casa, aparelhos eletrônicos). Encontramos ainda lojas que vendem confecções produzidas na Índia e outras onde são oferecidos aparelhos de ar condicionado e pneus.

Existem lojas especializadas em produtos de baixo custo (confecções, cobertores, artigos de cozinha, algumas marcas de bebidas e eletrônicos). Nelas, os artigos são expostos sem muita ordem e limpeza, sendo comum que sejam apresentados nas mesmas caixas de papelão que os embalavam quando chegaram às lojas. Algumas delas contratam divulgadores que, vestidos de forma a chamar a atenção (usam perucas coloridas, roupas de palhaço, etc.), ficam na calçada apregoando as ofertas através de megafones.

Já as grandes lojas *free shop* estabelecidas em Rivera fazem parte de redes que têm filiais nas cidades de Chuy e Rio Branco e também são proprietárias ou estão presentes nos shoppings centers da cidade. Nessas lojas, que têm uma decoração cuidada similar às lojas dos *free shops* presentes em aeroportos de todo o mundo, encontramos uma enorme quantidade de produtos com origens diversas (países europeus, Estados Unidos, Índia, China), mas que têm em comum o fato de

participarem do mercado global de marcas consideradas de alto padrão (aparelhos, eletrônicos, roupas, calçados, perfumes, cosméticos, artigos de cozinha, chocolates, biscoitos, alimentos processados do tipo *delicatessen* e uma grande variedade de bebidas). Essas mercadorias são precificadas em moeda norte-americana e vendidas por um preço relativamente elevado.

As boas compras

O fato de se disporem a mobilizar recursos econômicos, tempo e esforços para chegarem a esses locais de comércio nos leva a supor que os frequentadores dos *free shop* detêm algum grau de conhecimento acerca dos produtos oferecidos e, também, capacidade de os apreciar, isto é, de avaliar se a aquisição desses produtos compensa o investimento e os esforços empreendidos.

As informações sobre produtos e preços circulam entre os participantes desses grupos e as avaliações sobre o que vale a pena comprar, ou não, costumam ter como referência os familiares, amigos ou companheiros de jornada. Na decisão sobre a compra também entra em jogo a capacidade de apreciação acerca das variações da cotação do câmbio entre as moedas envolvidas nesse mercado e também das regras que regulam o uso do cartão de crédito (WEBER, 2011).

A procura por alguns dos produtos disponíveis nas cidades da fronteira tem uma variação claramente sazonal: compra-se muitos cobertores sintéticos e chaleiras elétricas no inverno, muitos aparelhos de ar condicionado e ventiladores no verão, e uma grande quantidade de bebidas (espumantes, vinhos) no período anterior às festas de final de ano.

Nas excursões que fizemos a Rivera pudemos encontrar indivíduos que demonstram uma grande desenvoltura na apreciação e escolha de produtos sofisticados. São pessoas com renda alta que provavelmente já viajaram ao exterior e frequentaram lojas *free shops* de aeroportos internacionais. Esses indivíduos conhecem o mapa das marcas e os padrões globais da moda. Esse tipo de consumidor é capaz de andar por todas as lojas *free shop* da cidade e passar em revista os incontáveis estandes em que são expostas as marcas mais prestigiosas de perfumes, cosméticos, tênis ou bebidas até resolver-se sobre a aquisição de determinados produtos. Nesses casos, a diferença dos preços não é o critério principal para a decisão pela compra (a vantagem em relação ao preço do produto vendido no Brasil já está dada pela isenção fiscal que incide sobre os *free shops*) e sim a especificidade do produto em pauta no que se refere à marca, ao modelo ou à coleção a que pertencem.

Por outro lado, encontramos pessoas de aparência muito simples que buscavam por produtos que elas mesmas não conheciam ou cujo nome, anotado em

um papel, elas não sabiam pronunciar. Tratava-se de encomendas feitas por quem financiou a viagem. Na época das festas de final de ano, esse tipo de comprador de bebidas por encomenda é mais comum, embora eles também estejam presentes em outros períodos do ano, fornecendo bebidas e produtos alimentícios para donos de restaurantes e promotores de eventos de todo o estado.

Entre esses extremos há uma grande variedade de viajantes/consumidores. Nas lojas que vendem produtos baratos, eles formam longas filas na calçada, para conseguirem entrar na loja, ou em frente às caixas registradoras, na saída. Essas pessoas compram produtos para si, para os parentes e também para revender.

Independentemente do nível econômico dos viajantes, a grande maioria dos frequentadores das excursões de compras revendem os artigos adquiridos nessas viagens, mesmo que esse comércio tenha como único objetivo financiar o custo da viagem ou envolver apenas familiares, vizinhos ou colegas de trabalho. Alguns fazem as viagens para obter uma renda extra, contando com uma clientela que é formada a partir de sua inserção profissional, como acontece com quem trabalha em salões de beleza, com pessoas que trabalham em repartições públicas, que atuam como professores, etc. Tem ainda aqueles viajantes que são pagos para buscar mercadorias específicas para abastecer lojas e revendedores de todas as categorias, das butiques mais refinadas aos sacoleiros e camelôs, além de restaurantes e lojas especializadas em *delicatessen*. Nesses casos, a decisão sobre as compras leva em consideração principalmente o preço que poderá ser alcançado na revenda do produto no Brasil.

Os mediadores

Para que ocorra o encontro entre a oferta dos produtos nas cidades fronteiriças do Uruguai e os consumidores brasileiros uma figura exerce um papel muito importante: o guia das excursões. São pessoas que conhecem os caminhos, os serviços oferecidos nas cidades de destino, as regras do controle aduaneiro, e que acompanham a dinâmica das oportunidades de compras na fronteira (o que vale a pena comprar, onde achar, os preços, o câmbio, etc.).

A atividade dos guias de excursões é muito intensa. Eles viajam com muita frequência para diversos centros de compras (Rivera, cidade de São Paulo, algumas cidades do estado de Santa Catarina e de Minas Gerais, Ciudad del Leste, no Paraguai). Esses profissionais trabalham com as empresas de turismo e de transporte, nem sempre mantendo um vínculo permanente com elas. Sua reputação frente aos clientes é, portanto, fundamental para a sua sobrevivência nesse mercado. Quando o guia tem uma clientela fiel, pode levá-la consigo quando se transfere de uma

empresa para outra. Por isso, eles atendem aos viajantes de uma maneira muito pessoalizada e gentil, buscando estabelecer laços e garantir sua presença em novas viagens.

Além de orientar os turistas nas suas jornadas de compras, os guias são responsáveis pela organização das bagagens nos ônibus pois dela depende não só a agilidade na devolução dos volumes no retorno à cidade de origem, mas principalmente a gestão da relação com a fiscalização, numa eventual parada no controle aduaneiro. Em todas as excursões de que participamos, durante a viagem de ida os guias reforçavam a importância do respeito às regras estipuladas pela Receita Federal. Já na volta, eles buscavam colocar-se de forma neutra em relação a pequenas transgressões praticadas pelos passageiros, embora tentassem controlar maiores abusos para que sua reputação frente aos fiscais não fosse atingida. Numa das viagens que realizamos, nosso ônibus carregava um grande excedente de bagagem e só foi liberado pela fiscalização depois de alguns momentos de grande tensão. O guia atribui a boa-vontade demonstrada pelos fiscais ao fato dele não ter tentado disfarçar o deslize ocorrido no controle da quantidade de mercadorias, o que demonstrava a lisura com que desempenhava a sua atividade profissional.

Considerações finais

Os circuitos de pessoas e mercadorias que se formam em torno das fronteiras nacionais é uma temática complexa, sendo assim, nesse artigo, procuramos fazer apenas uma primeira abordagem dos dados obtidos até aqui, com o objetivo de mapear os agentes e as dinâmicas envolvidos nas transformações que aconteceram na fronteira entre Brasil e Uruguai a partir da criação e instauração dos *free shops*, em 2010.

Vimos que, ao longo de toda a sua história, essa região foi perpassada por uma infinidade de fluxos de pessoas, animais, mercadorias, dinheiro, etc., e que esses fluxos se constituíram a partir de configurações políticas, econômicas e culturais definidas em diversos planos: o plano dos interesses geopolíticos e das relações formais entre os Estados nacionais, o plano dos interesses e identidades definidos em nível regional e local, e o plano da convivência cotidiana das populações que ali habitam. Essas configurações constituíram os diversos contextos a partir dos quais os fluxos foram estimulados ou refreados, reconhecidos como legais e legítimos, ou não, e produziram padrões de cooperação, de concorrência e de conflito entre as populações envolvidas.

No processo recente que analisamos aqui, o governo uruguaio foi o motor das mudanças através da legislação que permitiu a instalação de lojas *free shops*

nas cidades da fronteira com o Brasil. A ação governamental visava estimular o investimento comercial e a criação de empregos na região uruguaia da fronteira. O sucesso dessa iniciativa dependia, no entanto, da criação da demanda pelos produtos oferecidos por esse comércio, que não existia localmente e que foi criada a partir da iniciativa de agentes econômicos brasileiros, mobilizando empresas e trabalhadores de diversas cidades que passaram a se dedicar à prestação dos serviços de transporte, acolhimento e orientação de consumidores brasileiros. Assim, podemos dizer que a ação do governo uruguaio estimulou, não apenas o crescimento do comércio em suas cidades da fronteira, mas também o desenvolvimento de um mercado de serviços do lado brasileiro que se estende por todo o território do Rio Grande do Sul.

Todo esse processo fez crescer o comércio de artigos que não são produzidos na região da fronteira nem nos países nela implicados. Trata-se de produtos cuja especificidade não está em sua procedência nem em seu pertencimento a um repertório cultural particular. Eles compõem um universo de artigos que, embora possam eventualmente ser valorizados por estarem associados a uma tradição particular (perfumes e vinhos franceses, uísques escoceses, artigos esportivos de determinadas marcas europeias ou norte-americanas, por exemplo), podem ser produzidos e comprados em qualquer lugar do mundo, fazendo parte de uma gramática de marcas e modelos que ordena o mundo do consumo globalizado (ORTIZ, s/d). Esses produtos têm seus preços definidos por um mercado global e comercializados em dólar norte-americano. E, em contraste com o comércio tradicional dessas cidades, que ainda mantêm especificidades locais, as lojas *free shops* seguem um padrão de apresentação similar em todos os locais onde se instalam mundo a fora, podendo ser classificadas como não-lugares, conforme a definição de Marc Augé (1992).

As cidades brasileiras envolvidas nesse circuito tiveram algum ganho econômico com o crescimento do movimento de viajantes que se dirigem à fronteira. Elas também reivindicaram que o governo brasileiro legislasse de forma a permitir a criação de *free shops* no lado de cá da fronteira. Essa legislação foi criada, mas os *free shops* brasileiros ainda não foram implementados na prática. Além disso, em algumas dessas cidades os governos, juntamente com empresários e outros agentes da sociedade local, passaram a buscar formas de desenvolver e divulgar as atrações turísticas da região, de forma a canalizar o interesse dos frequentadores dos *free shops* uruguaiois, retendo-os ao menos por algum tempo no lado brasileiro da fronteira. Muitos atrativos que as cidades da fronteira brasileira com o Uruguai têm a oferecer aos turistas estão relacionados aos costumes e práticas (alimentares, musicais, produtivas) consideradas típicas do que se conhece como cultura da fronteira, em um claro contraste com a experiência desterritorializada proporcionada pelo turismo de compras do circuito dos *free shops*.

Vemos, assim que, de uma situação em que os fluxos de pessoas e produtos entre os dois países se definiam com base nos contrastes relacionados às especificidades nacionais (entre legislações, entre padrões nacionais de desenvolvimento econômicos e seus reflexos no valor relativo de suas respectivas moedas) ou na possibilidade de um compartilhamento de identidades e de vivências cotidianas por parte das populações que vivem nas cidades-gêmeas, produziu-se um novo contexto que atrela essas regiões aos circuitos globalizados de bens de consumo. Essa mudança partiu de uma iniciativa governamental unilateral mas depende absolutamente da dinâmica econômica dos dois países envolvidos e, sobretudo, da manutenção da fronteira funcionando como um limite (monetário e fiscal) entre eles.

Com essa primeira abordagem sobre o tema, descobrimos que os estudos sobre a criação social dos mercados têm muito a contribuir para o conhecimento da instituição das fronteiras nacionais no mundo contemporâneo.

THE ESTABLISHMENT OF THE NATIONAL BORDER AS A MARKET: SHOPPING TOURISM ON THE BRAZIL/URUGUAY BORDER

ABSTRACT: *This work addresses the social dynamics involved in the historically recent process of establishing a globalized product market on the Brazil/Uruguay border, as a result of the creation, in 2010, of so called free shops in some of the cities in that region. Although trade - legal and illegal - is part of the flows that cross the dividing line between the two countries since their formation, the recent creation of tax free zones has led to the establishment of new circuits called “shopping tourism”. In addition to the legal and political aspects that instituted them, the establishment of these new circuits is based on the action of diverse agents that are involved in the logistics of transportation and lodging; in the promotion of shops and products; in the guidance and inspection of travelers/ consumers in regards to customs rules, etc. The ethnography of these dynamics allows us to identify actors and processes implicated in the establishment of the frontier as a market.*

KEYWORDS: *National border. Anthropology or markets. Anthropology of consumption.*

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. **Non-lieux**: introduction à une anthropologie de la surmodernité. Paris, Seul, 1992.
- BARBOSA, L. *et al.* (Org.) **Consumo**: cosmologias e sociabilidades. Rio de Janeiro, Mauad X; Seropédica, RJ, EDUR, 2009.
- BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.
- CARNEIRO, M. A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 681-713. set./dez. 2007.
- DORFMAN, A. Representações, normas e lugares? Contos de contrabando na fronteira gaúcha. **Para Onde!?** v. 6, n 2, p. 102-113, jul./dez. 2012.
- _____. A cultura do contrabando e a fronteira como lugar de memória. **Estudios Historicos** – n.1, maio 2009.
- GOIDANICH, M. E.; MEZABARBA, S. (Orgs.). **Etnografias possíveis**: experiências etnográficas sobre consumo no ambiente urbano. Rio de Janeiro, Ponteio, 2014.
- GOLIN, Tau. **A fronteira**: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre, L&PM, e-book, s/d.
- LAFERTÉ, Gilles. Imagem social ou luta política e cultural pelo controle do mercado. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 399-427, out. 2008.
- MARQUEZINI, Ana Carolina T. Circuitos espaciais de fronteira: cidades gêmeas de Foz do Iguaçu e Cidade do Leste. **Entre-Lugar**, ano 1, n. 2, p. 33-55, 2º semestre 2010.
- MILLER, D. **Teoria das compras**: o que orienta as escolhas dos consumidores. São Paulo, Nobel, 2002.
- OLIVEN, Ruben G. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil- nação. Petrópolis, Vozes, 2006.
- ORTIZ, Renato. **Um outro território**: ensaios sobre a mundialização. São Paulo, Olho D'água, s/d.
- PINHEIRO MACHADO, Rosana. **Made in China**: (in)formalidade, pirataria e redes sociais na rota China-Paraguai-Brasil. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 2011.
- RABOSSÍ, F. Dimensões da espacialização das trocas: a propósito de mesiteros e sacoleiros em Ciudad del Este. **Ideação**, v. 6. p. 151-176, 2004a.

*A construção da fronteira nacional como mercado: turismo
de compras na fronteira Brasil/Uruguai*

RABOSSI, F. **Nas ruas de Ciudad del Este**: vidas e vendas num mercado de fronteira
Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu
Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004b.

SÁNCHEZ, Andrea Q. **A fronteira inevitável**: um estudo sobre as cidades da fronteira de
Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica.
Tese de doutorado. Porto Alegre, PPG Antropologia Social UFRGS, 2002.

SANTOS, Ana Rosa D. dos. **A organização social das fronteiras**: etnografia do cotidiano
fronteiriço Chuí/Chuy. Dissertação de Mestrado. Brasília, Centro de Pesquisa e Pós-
Graduação sobre as Américas. 2006.

WEBER F. Calculs économiques. **Genèses**, n° 84, p. 2-5, 2011.

ZELIZER, V. Circuits within capitalism. In: NEE, V.; SWEDBERG, R. (Eds.). **The economic
sociology of capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

Recebido em 14/08/2017.

Aprovado em 28/11/2017.

PRODUZIR MAÇÃS, CONSTRUIR SENTIDOS: GÊNESE DA POMICULTURA NO SUL DO BRASIL¹

*Leonardo SILVA**

*Marcia da Silva MAZON***

RESUMO: À luz da Sociologia Econômica, neste artigo analisamos aspectos da gênese da indústria brasileira de maçãs seguindo os passos da família Frey. Argumentamos que as atividades econômicas desenvolvidas pelos Frey contribuíram de forma determinante não apenas para a emergência do município de Fraiburgo (SC), como também para o desenvolvimento da moderna pomicultura brasileira. Longe da ideia do movimento espontâneo dos mercados, mostramos como a tomada de posição de um agente reconfigura o campo reconvertendo outros agentes e aproveitando uma janela de oportunidade da lei de incentivo ao reflorestamento que passa a fazer parte do universo dos possíveis. Seguimos a trajetória sócio-profissional de Willy Frey e apontamos sua habilidade em mobilizar uma rede de relações que lhe permitiu obter – tanto diretamente, como através de mediadores – intervenções favoráveis do Estado e recursos que foram essenciais à implantação de grandes pomares em Fraiburgo e, por conseguinte, à conversão da região Sul no primeiro e principal polo produtor de maçãs do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria brasileira de maçãs. Agentes econômicos. Tomada de posição. Estado. Mercado.

* UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis – SC – Brasil. 88049900 - leosociais2011@hotmail.com.

** UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis – SC – Brasil. 88049900 - marciadasilvamazon@yahoo.com.br.

¹ Este artigo é uma síntese de um dos capítulos da dissertação intitulada: *A gênese do valor econômico dos serviços de polinização prestados pelas abelhas à indústria de maçãs de Fraiburgo (SC): análise à luz da Nova Sociologia Econômica (NSE)*. Mais detalhes sobre a pesquisa e metodologia de análise ver: <http://tede.ufsc.br/teses/PSOP0557-D.pdf>

Introdução

Porque ao subirmos a Serra Catarinense a paisagem que surge é marcada por grandes pomares de maçãs? Um especialista com pendor liberal provavelmente argumentaria que condições de clima e solo favoráveis a esse cultivo foram aproveitadas por atores racionais maximizadores de suas oportunidades. Adeptos da chamada vertente estruturalista provavelmente diriam que isto é parte inexorável do processo de penetração do capitalismo no mundo agrário introduzindo alternativas para a produção em grande escala que muitas vezes expulsam pequenos produtores. Propomos neste artigo um caminho do meio entre essas duas vertentes, uma perspectiva institucionalista apoiada na Sociologia Econômica.

Com base em uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental descrevemos uma série de eventos históricos buscando demonstrar, entre outras coisas, a intensa interatuação – frequentemente sublinhada pelos autores ligados à Sociologia Econômica – entre os agentes econômicos, agentes estatais e agentes científicos no processo de constituição da indústria de maçãs de Fraiburgo. Mais precisamente, analisamos o processo em questão seguindo os passos da família Frey. À luz das contribuições da Sociologia Econômica, buscamos demonstrar como Willy Frey – assim como Thomas Edson no caso analisado por Granovetter & McGuire (1998) – foi capaz de mobilizar um grande contingente institucional em torno de si o qual, por sua vez, lhe permitiu promover a evidência da alternativa da produção de maçãs em Fraiburgo e fazer dessa cidade catarinense o berço da pomicultura nacional.

O presente artigo está dividido em três seções. Na primeira, esboçamos algumas considerações sobre as contribuições da Sociologia Econômica para a compreensão da construção das indústrias. Na segunda seção, abordamos brevemente o movimento de ascensão econômica da família Frey e tecemos alguns apontamentos sobre a constituição do município de Fraiburgo com ênfase no papel desempenhado pelos agentes econômicos – em especial, pela referida família – nesse processo. Tão bem como acompanhamos o processo de criação do Grupo SAFRA e de estabelecimento dos primeiros grandes pomares experimentais em Fraiburgo. Na terceira seção, analisamos a trajetória sócio profissional de Willy Frey buscando demonstrar as condições sócio econômicas e culturais de gênese de um agente econômico racional e finalizamos abordando a interatuação entre agentes econômicos, científicos e políticos no processo de formação da indústria de maçãs de Fraiburgo.

1. Sociologia Econômica e a construção das indústrias: algumas considerações

Neste artigo nos baseamos na distinção feita por Fligstein (2001) entre mercados e indústrias. Como argumenta o autor, estes não podem ser considerados sinônimos, já que, “os mercados envolvem compradores e vendedores de uma mercadoria, enquanto as indústrias referem-se a produtores de mercadorias similares.” (FLIGSTEIN, 2001, p. 41). No caso aqui tratado essa distinção é importante, sobretudo, porque o mercado brasileiro de maçãs² surgiu antes da indústria de maçãs. Com efeito, até a emergência de uma indústria brasileira de maçãs a demanda do mercado interno era suprida através de importações, sobretudo da Argentina (BRANDT, 2005; FREY, 2004). No início dos anos 1960 a maçã era o segundo principal produto agrícola importado pelo Brasil, sendo responsável pelo envio de aproximadamente 100 milhões de dólares por ano ao exterior (BRANDT, 2005; FREY, 2004).

No campo da Sociologia Econômica, o estudo clássico de Granovetter & McGuire (1998) sobre o modelo de produção de energia elétrica nos EUA fornece alguns interessantes *insights* à pesquisa sobre a constituição das indústrias. Posicionando-se contra a tendência dos economistas em tratar a gênese das indústrias meramente como uma questão de eficiência, nesse trabalho Granovetter & McGuire (1998) demonstram que o resultado da luta entre o modelo de geração de energia centralizado (baseado em grandes centrais elétricas) proposto por Thomas Edson e o modelo descentralizado (baseado em geradores individuais) proposto pelo banqueiro J.P. Morgan não foi o produto de uma equação benthamista ou de uma racionalidade otimizadora, mas sim, de parcerias antigas, experiências similares, dependências comuns, conexões corporativas e ativa criação de novas relações sociais. Como argumentam Granovetter & McGuire (1998), as redes de relações pessoais e de negócios mobilizadas pelo secretário e braço direito de Edson, Samuel Insull, foram essenciais para que o modelo das grandes centrais elétricas saísse vitorioso deste embate. Inspirando-se no clássico estudo sobre o teclado QWERTY e o *lock-in* de tecnologias ineficientes, Granovetter & McGuire (1998) argumentam que uma vez que novas formas institucionais – assim como a indústria elétrica centralizada – são

² Esse mercado não existia da forma como o conhecemos hoje, já que, o crescimento da oferta de maçãs nacionais (mais baratas do que as importadas) gerado pelo surgimento de uma indústria da pomicultura no país sem dúvida contribuiu para alavancar a demanda. Como demonstram os dados disponíveis, enquanto em 1960 a produção brasileira de maçãs foi de 9.513 toneladas e o consumo per capita de 0,65kg por habitante, em 1979 a produção foi de 37.850 toneladas e o consumo per capita de 1,90kg por habitante (KREUZ et al., 1986; KLANOVICS, 2007). O caso do mercado e da indústria de maçãs no Brasil corrobora, desse modo, a hipótese bourdieusiana de que a “[...] demanda [por um bem] se especifica e se define completamente apenas em relação a um estado particular da oferta [...]”. (BOURDIEU, 2005, p. 18).

criadas, elas tendem não apenas a modificar o ambiente social externo para que ele seja compatível com suas necessidades, mas também a excluir possibilidades que num momento anterior haviam se mostrado inteiramente plausíveis (nesse caso, o modelo descentralizado de geração de energia elétrica). O modelo de instituição vencedor não é, portanto, o mais eficiente e sim aquele bem sucedido num processo político-cultural passível de contestações (BOURDIEU, 2005).

Contudo, a Sociologia Econômica não demonstra apenas que “os processos políticos que geram regras refletem frequentemente os interesses organizados de um dado conjunto de empresas num mercado [ou indústria]” (FLIGSTEIN, 2001, p. 34), mas também que dentre “todas as trocas com o exterior do campo [econômico], as mais importantes são as que se estabelecem com o Estado” (BOURDIEU, 2001, p. 253). Como Bourdieu (2001, 2005) argumenta em sua análise sobre a disputa entre os modelos coletivo e individual de habitação na França, em razão da capacidade do aparato estatal de contribuir para a estruturação do campo econômico, “a competição entre as empresas assume muitas vezes a forma de uma competição pelo poder sobre o poder do Estado, – nomeadamente, sobre o poder de regulamentação e sobre os direitos de propriedade – e pelas vantagens asseguradas pelas diferentes intervenções estatais” (BOURDIEU, 2001, p. 253).

Conectando leituras mais focadas nas redes de relações pessoais como a de Granovetter & McGuire (1998) e leituras mais focadas no Estado como a de Bourdieu (2001, 2005), a Sociologia Econômica permite compreender que um dos modos como os agentes econômicos condicionam o Estado a executar as políticas que lhe são favoráveis é por meio dos agentes intermediários que Aldrich (2005) chama de *brokers*. Os *brokers* são via de regra pessoas de posição elevada que lançam mão de seus recursos sociais, poder e/ou prestígio para criar ligações onde o empreendedor não possui laços diretos. Nos âmbitos onde não existem conexões diretas entre o Estado e o campo econômico – isto é, onde existem os chamados buracos estruturais –, a ação dos *brokers* pode muitas vezes contribuir para a redução das incertezas e/ou custos envolvidos nas transações (ALDRICH, 2005).

Por fim, a Sociologia Econômica fornece uma leitura bastante fecunda acerca do comportamento dos agentes econômicos. Indo contra a pressuposição da economia neoclássica de que as convicções e preferências individuais são dadas e fixadas exogenamente, ou seja, de que dependem de uma natureza humana universalmente compartilhada e estável no tempo, autores como Bourdieu (2001, 2005) e Fligstein (2001) enfatizam a dimensão cognitiva das instituições ao argumentarem que elas não apenas regulamentam as atividades mercantis e os conflitos de interesses delas derivados, como também são responsáveis pela própria definição das disposições, interesses e estratégias dos agentes. Desse modo, a Sociologia Econômica permite compreender, por um lado, que a razão calculadora

e maximizadora é um patrimônio histórico-cultural das sociedades capitalistas e, por outro, que mesmo em tais sociedades “[...] há condições econômicas e culturais de acesso às condutas que [a economia neoclássica] considera como racionais [...]”. (BOURDIEU, 2005, p. 19). Além disso, a Sociologia Econômica demonstra que mesmo nos âmbitos onde a teoria econômica pressupõe que a racionalidade maximizadora se faz absolutamente dominante – assim como na bolsa de valores, por exemplo – dificilmente o pressuposto neoclássico da informação perfeita se concretiza efetivamente, de modo que mesmo os agentes mais racionais “habitam [sempre] um mundo obscuro em que nunca está [totalmente] claro quais ações terão quais consequências” (FLIGSTEIN, 2001, p. 31).

2. A ascensão econômica dos irmãos Frey e o mito do empreendedor pioneiro

Com o término da Primeira Guerra Mundial na Europa, a família Frey decidiu se mudar da região da Alsácia – que já havia pertencido tanto à França como à Alemanha – para o Brasil. No ano de 1919, os Frey chegaram ao país instalando-se inicialmente no município de Triunfo no Rio Grande do Sul onde permaneceram por cerca de quatro anos. Em 1923 eles se mudaram para o município de Castro no Paraná. Nessa cidade René (então com 19 anos) e Arnaldo (com 15 anos) adquiriram seus primeiros empregos em um açougue, onde aprenderam “[...] o ramo de preparo de salames e friambreteria” (BURKE, 1994, p. 15).

Condicionado pela intensa publicidade que se fazia no início da década de 1930 sobre as oportunidades de enriquecimento pessoal que a recente colonização da região vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina, havia aberto, “René Frey se entusiasmou com a ideia de abrir açougue próprio na então incipiente Perdizes (hoje cidade de Videira)” (FREY, 2005, p. 31). Já casado, René Frey se estabeleceu com sua família nessa localidade e foi seguido, alguns meses depois, por seu irmão Arnaldo Frey. Este último foi à região com o intuito de tornar-se sócio no açougue. O açougue – nomeado de René Frey & Irmão Ltda. – alcançou grande êxito passando em pouco tempo a incluir também uma fábrica de derivados de carne.

Em meados da década de 1930, os irmãos Frey buscaram diversificar ainda mais seus empreendimentos empresariais e acabaram percebendo que “na região, havia madeira em abundância e a maior parte dos proprietários das terras e florestas tinha as árvores, mas lhes faltavam capital e iniciativa para extração da madeira, sua comercialização e seu aproveitamento industrial” (FREY, 2005, p. 52). A modalidade contratual proposta por René e Arnaldo Frey aos proprietários das florestas era serrar a madeira à meia, isto é, dividindo-se os lucros obtidos em 50% para os donos da

propriedade e 50% extratores da madeira (BURKE, 1994; FREY, 2005). Assim, em 1935 os irmãos Frey instalaram sua primeira serraria na localidade chamada Anta Gorda para serrarem às meias o pinheiral situado na propriedade de Possanski e obtiveram resultados econômicos altamente positivos (FREY, 2005). Em 1937 eles instalaram uma serraria em Rio das Pedras para explorarem as florestas existentes nas terras de Carlos Putkamer e Ermínia Ribeiro (FREY, 2005).

Seguindo a tendência que deu origem ao chamado ciclo da madeira³, em 1939 os irmãos Frey optaram por direcionar seus investimentos principalmente para o setor madeireiro (FREY, 2005). Contudo, em razão da exploração desenfreada das matas nativas pelas diversas madeireiras da região, os irmãos Frey decidiram deslocar suas atividades madeireiras instalando uma nova serraria numa região pouco explorada repleta de pinheirais denominada Campo da Dúvida (BURKE, 1994; FREY, 2005). Essa área de 5.000 hectares coberta de pinheiros era de propriedade da família Ramos de Lages, que na época já detinha grande poder político e econômico. Por meio do estabelecimento com os Ramos de um acordo de serrar às meias, os irmãos Frey instalaram uma serraria de grande porte em Campo da Dúvida. Os lucros gerados pela serraria permitiram aos irmãos Frey estabelecerem na região de Butiá Verde, um açougue, um armazém, uma escola e um salão para a realização de reuniões, bailes e manifestações artísticas (BURKE, 1994; FREY, 2005).

A partir da análise dos relatos sobre a história empresarial de sucesso dos irmãos Frey, observa-se que os autores Willy Frey (2005) e Ary Nogueira da Silva (2006) mobilizam constantemente àquilo que Bourdieu (2014) chamou de estratégias de **sociodiceia**⁴. Estes biógrafos atribuem certos talentos empresariais inatos – como a aptidão ao trabalho duro, o dinamismo, a austeridade, a atitude, o pragmatismo, o arrojo, etc. – aos irmãos Frey; talentos estes que são apresentados como o fundamento central do sucesso econômico destes agentes. Do mesmo modo, as habilidades mercantis dos Frey igualmente surgem associadas à origem europeia não-lusa. Em certos trechos, os biógrafos referem-se, por exemplo, à disciplina rígida e à severidade germânica de René Frey e lembram como ele era conhecido por exigir de seus empregados uma conduta irrepreensível no trabalho.

³ A partir nomeadamente de 1920, a madeira tornou-se alvo de um processo de valorização “[...] em relação ao campo [que servia de pastagem], até então de principal interesse, despertando a cobiça de muitos grupos políticos e econômicos [...]” (BRANDT, 2007, p. 237) os quais, por sua vez, decidiram então dedicarem-se à exploração madeireira. Este intenso movimento de exploração das reservas florestais, que se prolongou até mais ou menos à década de 1960 ficou conhecido como ciclo da madeira (BRANDT, 2007).

⁴ Sociodiceia é um termo que foi forjado por Bourdieu (2014, p. 319) “[...] a partir do modelo da palavra de Leibniz, a teodiceia, que é justificação de Deus; a sociodiceia é a justificação da sociedade [ou de alguma parte dela]. Essa noção designa estratégias que tem como função justificar as coisas pelo fato de serem o que são.”

Por outro lado, tais biógrafos igualmente sublinham que René era sensível aos problemas pessoais de seus empregados e que muitas vezes participava ativamente nas soluções dos mesmos (SILVA, 2006). Sobre este ponto, Willy Frey (2005, p. 86) afirma que a tenacidade “[...] com que demandavam ampliação de seus empreendimentos era sempre também direcionada para a solução de problemas de ordem social e comunitária, envolvendo melhoria de vida para todos aqueles, que, de alguma forma, lhes prestavam serviços.” E mais adiante ele reconhece: “Indubitavelmente, esse modo de agir em muito contribuiu para a solidificação de seus empreendimentos porquanto existia um engajamento solidário de todos os empregados, nas atividades das empresas.” (FREY, 2005, p. 86). Ao que tudo indica, temos aqui um exemplo de um agente econômico que possui certas disposições e estratégias que são típicas ao patriarca patrimonial weberiano ou, o que seria provavelmente mais preciso, que deve parte da eficácia de sua dominação econômica ao seu capital simbólico. Por sua vez, tal capital simbólico tende a ser acumulado notadamente por meio da distribuição de benefícios e dons aos agentes submetidos à dominação econômica. Como argumenta Weber (2012, p. 321), “[...] o patrimonialismo patriarcal tem que legitimar-se diante de si mesmo e dos súditos como protetor do bem-estar destes últimos.” Contudo, o patrimonialismo patriarcal não surge “[...] da livre camaradagem baseada no juramento de fidelidade, mas sim de um relação autoritária entre pai e filhos: o “pai do povo” [...]” (WEBER, 2012, p. 321).

Uma consequência dessa relação de dominação econômica parcialmente fundada em certos aspectos do patrimonialismo patriarcal, é a tendência que os biógrafos supracitados tiveram ao colocar em grande destaque, não apenas os talentos empresariais supostamente inatos, mas também os grandes benefícios socioeconômicos que os empreendimentos empresariais dos irmãos Frey teriam trazido para a região do Vale do Rio do Peixe, de um modo geral, e para a cidade de Fraiburgo, em particular. Para tanto, tais autores tendem a acionar, conforme propõe Renk (1998), estratégias representacionais tais como construtores do progresso, missão civilizadora, as quais acabaram por fazer do enriquecimento pessoal e familiar dos Frey não apenas um fato moralmente aceito como também benéfico para o restante da sociedade. Os Frey teriam civilizado uma região inóspita, transformado uma terra erma e reconhecidamente violenta em um centro gerador de empregos, renda e progresso. É nesse sentido, por exemplo, que o ex-funcionário Irineu Secchi (2005, p. 8), por ocasião da homenagem prestada ao centenário do nascimento de René Frey, afirma: “Acima de seus interesses e negócios pessoais, [René] colocava a preocupação com o desenvolvimento de sua cidade de Fraiburgo, e o bem-estar da população.”

Nesse ponto, os biógrafos e outros agentes de celebração deixam logicamente de mencionar, entre outras coisas, que antes da chegada das correntes de

colonizadores europeus não-lusos já haviam habitantes instalados nessa região há mais de uma geração (RENK, 1998; BRANDT, 2007). Contudo, como fica claro a partir de análises como a de Renk (1998), estes habitantes (geralmente chamados de caboclos ou brasileiros) estavam longe de possuir as disposições, capitais, estratégias, interesses e tomadas de posições que se adequassem ao projeto de modernização estabelecido pelos dirigentes do Estado brasileiro.

2.1. A constituição do município de Fraiburgo: a contribuição dos agentes econômicos para a gênese de uma unidade política

No ano de 1958 a empresa René Frey e Irmão Ltda., já bastante diversificada em seus empreendimentos mercantis, era composta por duas grandes serrarias, um potente moinho, fábrica de caixas, fábrica de crina vegetal, cantina vinífera, açougue com matadouro próprio, granja de suínos, olaria e fábrica de pasta mecânica. Nesse período havia se instalado outras serrarias na região o que atraiu muitos trabalhadores, gerou lucros e levou à rápida extinção das matas nativas.

Com a chegada, em janeiro de 1959, de João Marques Vieira para ocupar o cargo de diretor contábil da empresa dos irmãos Frey, surgiu a ideia “[...] de [...] substituir o nome [Butiá Verde] por outro mais prático e adequado.”⁵ (BURKE, 1994, p. 24). Ao perceber que as pessoas da região ao se referirem “[...] ao povoado nem sequer mencionavam mais o nome Butiá Verde, apenas Frey (pronuncia-se Frai).”, João Marques “[...] não teve dúvidas em sugerir a mudança [...] para Fraiburgo: a “Vila dos Frey.” (BURKE, 1994, p. 24). Após recolher as assinaturas dos moradores, Marques encaminhou uma petição à Prefeitura de Curitiba que rapidamente aprovou a mudança do nome da vila de Butiá Verde para Fraiburgo (BURKE, 1994).

Com o intuito de transformar a vila operária de Fraiburgo em uma cidade planejada, em 1959 o filho de René, Willy Frey, em parceria com o grupo empresarial René Frey e Irmão Ltda., iniciou um projeto de urbanização na região (SILVA, 2006). Após vender rapidamente aos operários as casas em que residiam e mais alguns terrenos, Willy Frey decidiu encomendar no Rio de Janeiro um plano urbanístico para a futura cidade (BURKE, 1994; FREY, 2005; SILVA, 2006).

⁵ Indo contra a visão autóctone de que a alteração do nome de Butiá Verde para Fraiburgo deveu-se apenas à uma busca por maior praticidade e adequação à linguagem popular, Klanovicz & Nodari (2005, p. 36) propõem que “[...] a principal motivação com relação à mudança do nome da localidade residia na implementação do discurso modernizador, por meio da utilização de um nome que se assemelhava ao progresso, um nome “estrangeiro” e que remetia, simbolicamente, a uma “europeização”, em detrimento de um nome indígena, Butiá. A palavra burgo remetia à noção de cidade permanente, oficial, sólida, espaço da burocracia, das leis, da burguesia, da ordem, espaço no qual se engendra a civilização.”

De acordo com Burke (1994, p. 25), devido ao “[...] grande desenvolvimento da economia privada e [à] expansão do setor comercial, Fraiburgo tornou-se o maior contribuinte do Município de Curitiba, o que levou a população, em 1960, a começar a sonhar com sua emancipação.” Aos poucos tal ideia tomou vulto e em janeiro de 1961 foi eleita Comissão Pró-criação do Município de Fraiburgo, a qual tinha René Frey como presidente (BURKE, 1994; FREY, 2005). Até o fim deste ano foram travadas “[...] lutas nos bastidores da política [catarinense]. A 16 de dezembro, René [Frey] dirigiu-se a Florianópolis para promover gestões junto aos Deputados, na Assembleia Legislativa do Estado.” (FREY, 2005, p. 96). Tal conflito se deu porque os propositores do projeto de emancipação de Fraiburgo tiveram que vencer “[...] a oposição daqueles que eram contra a ideia, especialmente os representantes de Curitiba, que não queriam perder uma parte importante do seu Município e seu maior contribuinte [...]” (BURKE, 1994, p. 26). Nesse sentido, Willy Frey (2005, p. 96) argumenta que o “[...] relacionamento [de seu pai René Frey] com personalidades políticas do Estado e da cidade de Curitiba, a cujo município estava integrada Butiá Verde, foram fatores preponderantes para a concretização do projeto [de emancipação de Fraiburgo].” Assim, no dia 20 de dezembro de 1961 foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, através da Lei Estadual nº 797, a criação do município de Fraiburgo (BURKE, 1994; FREY, 2005). Em 31 de dezembro de 1961 foi oficialmente instalado, em meio a grandes festejos públicos, o município de Fraiburgo.

Com base nessa breve descrição do processo de instituição do município de Fraiburgo pode-se perceber como o inter-relacionamento que se estabelece entre o Estado e o campo econômico (e os diferentes agentes que o compõem) está longe de ser uma via de mão única. Não é apenas, como corretamente se tem insistido no âmbito da Sociologia Econômica contemporânea, o Estado que ao se construir contribui para a formação da esfera econômica, mas também, a esfera econômica que ao se construir contribui para a criação do Estado. Com efeito, a história da constituição do município de Fraiburgo demonstra como a emergência de indústrias e de um mercado consumidor em uma região anteriormente desabitada pode conduzir à criação de uma nova unidade política (nesse caso uma cidade).

Essa constatação, apesar de algumas vezes esquecida não é, contudo, nova. Weber (2012) já havia proposto que alguns tipos de mercados podem transformar o lugar em que se realizam em cidades. Em sua tipologia das cidades, ele argumenta que dois fatores são fundamentais à emergência de uma cidade: (1) “a existência de uma [...] sede principesca [i.e., de uma “sede de autoridades estatais”], como centro, para cujas necessidades econômicas ou políticas trabalham [em parte] as indústrias, com especialização da produção, e o comércio adquire bens.” e; (2) “a realização de uma *troca de bens* não apenas ocasional mas regular, na localidade, como

componente *essencial* das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores: a existência de um *mercado*.” (WEBER, 2012, p. 409). No caso específico de Fraiburgo pode-se notar como o surgimento do mercado (ou, mais especificamente, do mercado consumidor local e das indústrias locais) não é apenas anterior à instituição de uma sede de autoridades estatais (ou, mais especificamente, de unidade político-administrativa autocéfala) na localidade, como ainda é um elemento fundamental no processo de emancipação política da mesma. Isso, não apenas porque Fraiburgo nasceu de uma vila construída pela empresa René Frey & Irmão Ltda. para abrigar seus trabalhadores, a instituição do próprio município foi produto da luta dos empresários locais organizados em torno da Comissão Pró-criação do Município de Fraiburgo.

2.2. O Grupo SAFRA e os primeiros pomares experimentais em Fraiburgo

Devido ao declínio das reservas de madeira causado pela extração continuada, Arnoldo e René Frey decidiram entrar, já na década de 1950, no ramo da fruticultura por meio do cultivo de ameixas destinadas à comercialização *in natura* e de uvas destinadas nomeadamente à produção de vinhos (SCHMIDT, 1990; BRANDT, 2005). Contudo, como faltava aos irmãos Frey recursos econômicos, tecnológicos e humanos suficientes para deslançarem seu novo empreendimento empresarial, eles começaram a procurar por possíveis sócios (BRANDT, 2005). Por meio de sua rede de relações pessoais, Willy Frey acabou conhecendo os empresários franco-argelinos Gabriel e seu filho Henri Evrard que devido ao processo de independência da Argélia vieram ao Brasil à procura de novas oportunidades de investimento no setor vinícola (SCHMIDT, 1990; SILVA, 2004; BRANDT, 2005). Com a proclamação da independência da Argélia em 1962, a família Evrard se dirigiu para o município de Fraiburgo com a família francesa Mahler à qual era associada. Juntamente com René e Arnoldo Frey as famílias Evrard e Mahler fundaram em março desse mesmo ano a Sociedade Agrícola Fraiburgo Ltda. (SAFRA) (BURKE, 1994; PETRI *et al.*, 2011). Para a criação desta nova empresa os irmãos Frey entraram com 1.000 hectares de terra que possuíam na região de Fraiburgo onde já se encontravam alguns parreirais de uvas, um pomar de ameixas e uma cantina na qual o vinho era fabricado, enquanto que o grupo Evrard-Mahler entrou com o capital necessário para a expansão da produção de uvas e para modernização da cantina, sendo que à cada família associada coube 33% do capital (SCHMIDT, 1990; BRANDT, 2005).

Buscando expandir ainda mais seus experimentos com a fruticultura de clima temperado em Fraiburgo, nos anos de 1963 e 1964 o grupo SAFRA realizou duas

grandes importações de porta-enxertos e mudas de árvores frutíferas da França (destaque para as macieiras) (BURKE, 1994; FREY, 2004). Essas importações tornaram possível o maior e mais diversificado viveiro experimental de fruteiras de clima temperado do Brasil no período. Segundo Willy Frey (2004), no ano de 1967 as pesquisas realizadas pelo SAFRA já concluíam que o cultivo de macieiras era a opção mais rentável economicamente. Com base nesses resultados preliminares e no fato que a maior parte das maçãs consumidas no Brasil na época eram importadas, o grupo SAFRA decidiu iniciar imediatamente tanto a produção e comercialização de mudas de macieiras em escala comercial como o plantio de seus primeiros pomares próprios (FREY, 2004).

Contudo, não obstante a moderna pomicultura nacional ter início com as atividades pioneiras do grupo SAFRA, o cultivo de grandes pomares de macieiras somente ganhou impulso com a criação da empresa Reflorestamento Fraiburgo Ltda. (REFLOR) por Willy Frey no ano de 1967 (FREY, 2004; SILVA, 2006). Com efeito, Willy Frey foi o empresário brasileiro responsável tanto pela introdução das macieiras no âmbito das árvores frutíferas citadas pela legislação que regulava o uso de incentivos fiscais concedidos pelo governo militar a partir da década de 1960 para a realização de florestamentos, como pelo cultivo e administração dos primeiros grandes pomares de macieiras plantados com tais incentivos no país (BURKE, 1994, FREY, 2004; SILVA, 2006). Tendo-se em vista esse papel fundamental desempenhado por Willy Frey no processo de constituição da indústria brasileira de maçãs na seção seguinte abordamos em maiores detalhes a sua trajetória sócio profissional.

3. Willy Frey: as condições sócio econômicas e culturais de gênese de um agente econômico racional

Silva (2006) relata, em seu livro *Trajatória de um empreendedor*⁶, que em suas iniciativas econômicas Willy Frey sempre buscou implementar um modo de gestão metódico e racional baseado em cálculos precisos para aferição de custos e lucros. De acordo com Silva (2006), Willy Frey teria buscado convencer os irmãos Frey a substituírem o modo de gestão predominantemente empírico utilizado por eles em

⁶ Não obstante o caráter profundamente celebrativo e apologético deste livro – o qual foi produzido como uma homenagem a Willy Frey – ele sem dúvida traz uma série de informações importantes sobre a trajetória sócio profissional de Willy Frey. Além disso, como demonstram sobretudo os autores ligados à Sociologia das elites, a própria natureza das fontes disponíveis sobre um dado agente ou grupo de elite traz à tona certas propriedades que podem ser essenciais aos mesmos. Como argumenta Miceli (2001, p. 349), “[...] as fontes impressas e aquelas manuscritas (materiais constantes de arquivos históricos e familiares) retêm a marca dos interesses, dos valores e das estratégias dos grupos sociais a que se referem.”

suas empresas, por métodos mais racionais de administração e contabilidade, os quais permitiriam, por sua vez, “[...] descobrir pontos de estrangulamento e calcular custos com rigor absoluto.” (SILVA, 2006, p. 34). Porém, não obstante os relatórios repletos de cálculos demonstrativos elaborados por Willy Frey, nas firmas de sua família, “[...] suas ideias inovadoras eram recebidas com reserva até mesmo por parte de colaboradores mais antigos, com base no raciocínio simplista de que, “se havia lucro, nada precisava ser mudado”.’” (SILVA, 2006, p. 35). Pode-se perceber, desse modo, certo descompasso entre as disposições e estratégias econômicas dos irmãos Frey – pautadas predominantemente por aquilo que Weber (2012) chamou de racionalidade (econômica) material – e as disposições e estratégias econômicas de Willy Frey – pautadas nomeadamente em uma racionalidade (econômica) formal. Enquanto o primeiro tipo-ideal de racionalidade econômica envolve considerações valorativas do gênero se há lucro, nada precisa ser mudado, o segundo tende a ser pautado sobretudo pelas prerrogativas técnico-financeiras de progressiva (e teoricamente infinita) minimização dos custos e maximização dos lucros.

Assim, poder-se-ia sugerir que Willy Frey personifica, em certo sentido e até certo ponto, o ator economicamente racional – *homo economicus* – que tende a ser tido como um pressuposto, como um dado, pela teoria econômica neoclássica. Contudo, as disposições, interesses, estratégias e tomadas de posição economicamente racionais de Willy Frey estão longe de ser inatas ou universais. Como demonstra Bourdieu (2005, p. 23), as aptidões ao trabalho, ao cálculo, ao investimento, à poupança, etc. “[...] não são exógenas, isto é, dependentes de uma natureza humana universal [ou mesmo de um talento individual inato], mas endógenas e dependentes de uma história [...].” Consequentemente, mesmo um agente economicamente racional é necessariamente um constructo sócio histórico do qual apenas uma análise genética pode dar conta. Nesse sentido, o mapeamento da trajetória sócio profissional de sucesso de Willy Frey demonstrou que este agente: (1) passou sua infância em comunidades pequenas e relativamente pouco diferenciadas; (2) foi exposto à disciplina rígida e à severidade germânica de seu pai René; (3) estudou durante anos num internato católico (Maristas) e numa escola protestante de elite (Mackenzie); (4) teve uma socialização precoce e continuada no mundo do negócios e; (5) formou-se em áreas que preparam para a atuação no campo econômico como contabilidade e administração (SILVA, 2006).

Como Lahire (2002) permite compreender, a vida em sociedades tradicionais e a passagem pelo regime de internato estão dentre as situações históricas que contribuem para a constituição de um sistema de disposições homogêneo, durável e

⁷ Como argumenta Bourdieu (2001, p. 271), “[...] os diferentes membros da direção [tendem a ter] sobre a empresa, e sobretudo sobre seu futuro, pontos de vista que [dependem] estreitamente da sua posição na empresa e do seu capital escolar.”

transponível. Grün (2003, p. 67), por seu turno, demonstra que “[...] a escolarização realizada em instituições privadas [de elite], como a Mackenzie, [tem] a grande virtude de parecer diminuir o ardor corporativo que as profissões universitárias tradicionais costumam produzir em seus seguidores, não deixando embotar o tino comercial.”, enquanto que Nogueira (2003, p. 56) demonstra que “a concepção de que a formação para o empreendedorismo deve começar cedo [e muitas vezes ocupando funções subalternas nos negócios familiares] parece ser [bastante] comum no meio empresarial.”

Além de poder ser inferido, com base nas características de sua trajetória sócio profissional, o caráter significativamente homogêneo e racionalmente orientado do sistema de disposições de Willy Frey e também constatado empiricamente a partir, por exemplo, da homologia entre as suas tomadas de posição no campo econômico e no campo político. Conforme indicam os dados disponíveis, quando foi prefeito de Fraiburgo em 1973 Willy aplicou os mesmos princípios racionais de gestão econômica que utilizava em suas empresas. Entre outras coisas, ele tabulava e analisava cuidadosamente as sugestões da população para um eventual aproveitamento administrativo e publicava todo mês uma Carta Circular na qual apresentava aos cidadãos um balanço financeiro das receitas e despesas do município – numa clara analogia com o modo como são geridas as sociedades por ações na economia capitalista (SILVA, 2006).

3.1. Agentes e ações na formação da indústria de maçãs de Fraiburgo

Sabe-se que no início da década 1960 o Estado brasileiro tinha certa preocupação com os gastos crescentes relacionados ao aumento das importações de maçãs, que era o segundo produto agrícola mais importado pelo Brasil, ficando atrás apenas do trigo (BRANDT, 2005). Contudo, apesar dessa preocupação com a perda de divisas, nesse período o poder estatal ainda não havia tomado nenhuma iniciativa concreta objetivando superar as dificuldades técnicas associadas ao cultivo de maçãs (uma fruta de clima temperado) no Brasil (um país predominantemente tropical).

Esse quadro começa a mudar, sobretudo, a partir de meados de 1960 quando a família Evrard solicitou ao francês Georges Delbard, então maior viveirista e especialista em fruticultura da Europa, que prestasse consultoria aos pomares do grupo SAFRA em Fraiburgo (SCHMIDT, 1990). Ao inspecionar tais pomares, Delbard chegou à conclusão de que “[...] era possível cultivar com sucesso (ou lucro) árvores frutíferas dos países temperados no Sul do Brasil nas altitudes acima de 1.000 metros.” (SCHMIDT, 1990, p. 68). Buscado transmitir suas impressões às autoridades brasileiras e assim angariar seu apoio Delbard, agora associado ao

grupo SAFRA, voltou a Paris e contactou o Ministro de Comércio Exterior da França, Charles de Chambrum, e conseguiu que ele fosse oficialmente convidado para vir ao Brasil (SCHMIDT, 1990). Assim, no início de 1967 Delbard expôs seu parecer sobre a possibilidade de se produzir maçãs em escala comercial no Sul do país ao Ministro do Planejamento Roberto Campos e ao Ministro do Comércio Exterior Vilar Queiroz (SCHMIDT, 1990).

Para fazer com que a questão da produção de maçãs adquirisse maior ressonância em diferentes instituições públicas e privadas, tais como ministérios, bancos, associações profissionais, etc., Delbard apresentou em março de 1967 um projeto-modelo integrado de fruticultura para o Brasil nomeado “Produção Industrial Brasileira de Frutas de Clima Temperado” (SCHMIDT, 1990). Como demonstrou Schmidt (1990), todo esse esforço feito de Delbard para impulsionar o desenvolvimento da pomicultura no Brasil estava diretamente ligado aos interesses do grupo SAFRA em converter-se em um grande fornecedor de mudas.

Além de convencer autoridades estatais e privadas brasileiras quanto à possibilidade de se produzir com êxito maçãs no país, Delbard e o grupo SAFRA igualmente se aproximaram dos produtores agrícolas. Juntamente com Willy Frey, que lhe servia de intérprete, Delbard percorreu “[...] toda a região Sul do país [...], fazendo reuniões com proprietários rurais e incentivando-os ao plantio de macieiras. Ensinava que a cultura da macieira é uma das mais rentáveis atividades agrícolas.” (FREY, 2004, p. 29).

Nesse período, as áreas cultivadas com macieiras em Santa Catarina ainda se restringiam, em grande medida, ao pomar experimental da SAFRA em Fraiburgo e ao pomar de Rogério Campos em São Joaquim (SCHMIDT, 1990). Com efeito, seria apenas com a inclusão das macieiras na chamada lei federal dos incentivos fiscais ao florestamento e reflorestamento, que o processo de constituição da indústria brasileira adquiriu o impulso de que precisava para lhe conduzir a um novo estágio.

3.2. Maçãs e a constituição do ambiente legal

Promulgada no dia 2 de setembro de 1966 pelo governo do General Castello Branco, a lei nº 5.106 estabelecia que as pessoas jurídicas poderiam “[...] descontar do imposto de renda que devam pagar, até 50% do valor do imposto, as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento, que poderá ser feito com essências florestais, árvores frutíferas [...]” (BRASIL, 1966, p. 1). Enquanto despesas de florestamento e reflorestamento, essa legislação compreendia as importâncias investidas diretamente pelo contribuinte ou “[...] mediante a contratação de serviços de terceiros [...]” (BRASIL, 1966, p. 1).

Contudo, apesar de abrir tanto a possibilidade de se utilizar incentivos fiscais para florestar e reflorestar com árvores frutíferas”, quanto a possibilidade de se criar uma prestadora de serviços para realizar tais florestamentos e reflorestamentos, essa lei não especificava quais árvores frutíferas poderiam ser cultivadas. Coube a Willy Frey ter a ideia e tomar a iniciativa de tentar incluir efetivamente a macieira no âmbito do conceito de árvores frutíferas utilizado pela legislação instituída pelo governo militar.

No início de 1967 Willy Frey, que desde a instituição da lei nº 5.106 observava seus desdobramentos, decidiu retornar ao município de Fraiburgo e fundar a empresa Reflorestamento Fraiburgo Ltda. (REFLOR). Na prática, a REFLOR seria utilizada como plataforma para a captar recursos de incentivos fiscais do imposto de renda junto às grandes empresas comerciais e industriais para serem aplicados em reflorestamentos, inicialmente de pinus e depois de macieiras. Restava, contudo, convencer os empresários da rentabilidade do investimento em reflorestamento. Nessa época, porém, prevalecia o desconhecimento e, em alguns casos, a desconfiança por parte do empresariado brasileiro com relação aos incentivos fiscais concedidos pelo Estado, fato que levou Willy a buscar a orientação da empresa de publicidade carioca Abaeté Propaganda (FREY, 2003). Assim, Willy passou a mobilizar o recurso audiovisual com projeção de *slides* (uma novidade na época) nas suas palestras e reestruturou sua proposta inicial de adesão aos projetos de reflorestamento alicerçando-a tanto na confiança aos nomes da empresa reflorestadora e de seu responsável⁸ quanto na comprovada rentabilidade e bons resultados econômicos do empreendimento⁹ (FREY, 2003). Ainda no ano de 1967, Willy teve a oportunidade de proferir uma palestra durante o encontro empresarial promovido pela Associação Comercial de Joinville, a qual se mostrou decisiva para estabelecer a confiança no projeto e atrair investidores (SILVA, 2006).

Assim, após obter os recursos financeiros necessários, a recém fundada REFLOR de Willy Frey iniciou suas atividades reflorestando áreas do município de Fraiburgo com pinus. Concomitantemente a isso, Willy passou a realizar pressões junto ao Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) visando obter a extensão do benefício federal também à cultura da macieira. De acordo com ele houve, no entanto, certa resistência inicial por parte da burocracia do IBDF em

⁸ Segundo o próprio Willy (2003), esse nome de confiança lhe era dado pela “Família Frey, “[...] dos irmãos fundadores de Fraiburgo e empreendedores tradicionais na região [...]”. Como pode-se perceber, Willy tem certa consciência de que o prestígio do sobrenome Frey pode lhe servir como um trunfo no campo econômico. Por sua vez, à luz da sociologia bourdieusiana, poder-se-ia argumentar que este prestígio nada mais é do que o capital simbólico acumulado pelos irmãos René e Arnoldo Frey em sua trajetória de progressiva ascensão econômica.

⁹ O argumento principal nesse ponto era de que caso “[...] não fosse aplicados em reflorestamento os valores da dedução permitida integrariam o total de imposto de renda a ser recolhido pelo fisco. E sem retorno às empresas.” (FREY, 2003, p. 49-50).

aceitar a inclusão da macieira na lei dos incentivos fiscais (FREY, 2003). Segundo Willy, para tais funcionários prevalecia a perspectiva de que o deferimento de tal proposta abriria precedente “[...] para o ingresso de pedidos assemelhados, sobretudo possivelmente provenientes do nordeste do país, para estender a aplicação dos incentivos fiscais a outros cultivos de árvores frutíferas, como de goiabeiras, mangueiras e até de bananeiras, etc.” (FREY, 2003, p. 56). De modo a superar tais resistências, Willy Frey – mobilizando seu significativo capital de relações sociais – acionou seu amigo Luiz Gabriel¹⁰ para que intercedesse em seu favor¹¹. Luiz Gabriel, que era engenheiro agrônomo e tinha ligações empresariais com grupo agroindustrial catarinense Perdigão, ocupava nesse momento o cargo de Secretário da Agricultura de Santa Catarina. Ao que tudo indica, a ascensão de Luiz Gabriel ao cargo de Secretário da Agricultura teria sido o produto da ação de grupos empresariais catarinenses do setor agroindustrial no campo político visando a expansão de seu poder frente às decisões estatais (KLANOVICS, 2007). Assim, à luz de sociologia bourdieusiana poder-se-ia propor que a nomeação de Luiz Gabriel seria simultaneamente um produto e uma arma nas lutas pela obtenção das vantagens asseguradas pelas diferentes intervenções do Estado no campo econômico ou, o que dá no mesmo, nas lutas pelo poder sobre o poder do Estado (BOURDIEU, 2005).

Lançando mão das excelentes relações que desde o golpe de 1964 mantinha com os militares, Luiz Gabriel iniciou uma série de contatos com o então presidente do IBDF, o General Silvio Pinto da Luz, visando a inclusão da macieira na lei de incentivos fiscais. Desse modo, a inclusão foi finalmente obtida e a REFLOR pode iniciar, em 1969, a implementação dos primeiros 100 hectares de macieiras cultivadas com incentivos fiscais. Foi a partir desses primeiros grandes pomares cultivados com incentivos fiscais que a cultura da macieira espalhou-se, “[...] principalmente, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, formando-se [os] três [principais] polos de produção [no Brasil]: Fraiburgo, São Joaquim e Vacaria.” (PETRI et al., 2011, p. 50). Assim como o caso das centrais elétricas analisado por Granovetter & MacGuire (1998) aqui igualmente a mobilização política de alguns agentes não só permite o sucesso do empreendimento como

¹⁰ Devido à sua função de representante de muitas madeireiras catarinenses no Rio de Janeiro, Willy mantinha contatos constantes e continuados com os dirigentes do Instituto Nacional do Pinho (INP). Porém, com a transformação deste último em IBDF e sua transferência para a nova capital federal Brasília, Willy acabou perdendo seus antigos contatos. Nesse ponto, entrou em cena o amigo da família Frey, Luiz Gabriel, que devido a sua multiposicionalidade – empresário e secretário de agricultura estadual – e aos capitais dela decorrentes pode atuar como um legítimo *broker*. A partir do buraco estrutural gerado pelas alterações institucionais feitas pelo governo militar, ele estabeleceu uma ponte entre o campo econômico e o campo político-administrativo ao fazer com que a demanda de Willy Frey não apenas chegasse ao dirigente do IBDF, como ainda fosse devidamente acatada.

¹¹ Sobre sua relação de amizade com a família Frey, Luiz Gabriel afirmou em entrevista concedida a Schmidt (1990, p. 73): “Eu me dava muito bem com o (René) Frey. Tinha contatos seguidamente com ele.”

reconfigura culturalmente o campo no sentido dado por Bourdieu, como veremos adiante.

3.3. O Projeto de Fruticultura de Clima Temperado (PROFIT) em Santa Catarina

A importância de Luiz Gabriel para a constituição da indústria brasileira de maçãs não se limitou, contudo, à sua contribuição para a inclusão da macieira na lei federal dos incentivos fiscais ao reflorestamento. Com efeito, como Secretário da Agricultura ele também apresentou o Programa Executivo Frutícola para Santa Catarina (PEDF), primeira tentativa estatal para o incentivo da fruticultura de clima temperado no âmbito estadual (KLANOVICS, 2007). O PEDF foi à base sobre a qual em 24 de dezembro de 1968 a Secretaria da Agricultura de Santa Catarina, ainda sob o comando de Luiz Gabriel, promulgou a Lei nº 4.263 que criou o Projeto de Fruticultura de Clima Temperado (PROFIT) (SCHMIDT, 1990). Elaborado pelo engenheiro agrônomo e então presidente da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), Glauco Olinger, o PROFIT surgiu com a finalidade de “[...] trazer uma alternativa econômica para as regiões Meio Oeste e Planalto Catarinense, que, à época, sofriam os efeitos da quase extinção do ciclo madeireiro, que fora importante.” (SOUZA, 1996, p. 93). Contudo, dado o grande número de atividades econômicas que teriam possibilidades de ser desenvolvidas nessa região, pode-se perceber que a opção das autoridades estatais por investir na pomicultura não foi, de forma alguma, natural ou necessária. Como demonstra Schmidt (1990, p. 73), o próprio Luiz Gabriel “[...] destacava a importância que teve o “relatório” apresentado por Delbard, para sua tomada de decisão com relação à criação do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado.”

No âmbito das atividades que foram desenvolvidas pelo PROFIT durante seu período de existência estão incluídas não apenas pesquisas, treinamentos e ações de assistência técnica, mas também a oferta de financiamentos através de linhas de crédito específicas para a execução de projetos de fruticultura (SCHMIDT, 1990). De acordo com Schmidt (1990), somente entre 1970 e 1972 o PROFIT financiou entre 60 e 80% dos processos de instalação de 510 pomares de fruteiras de clima temperado (destaque para macieira) em Santa Catarina.

Nesse processo de estabelecimento de novos pomares financiados pelo PROFIT, quem mais uma vez se beneficiou significativamente foi a família Frey através de sua empresa SAFRA. Devido ao seu amplo pomar experimental de fruteiras de clima temperado, a SAFRA tornou-se uma das principais fornecedoras das mudas utilizadas na implantação dos pomares financiados pelo PROFIT. A

participação da SAFRA nos mercados regional e nacional de mudas cresceu ainda mais a partir de 1969, quando o Ministério da Agricultura proibiu a importação de materiais genéticos (KLANOVICS & NODARI, 2005). A partir desse momento a SAFRA começou a produzir em Fraiburgo suas próprias variedades de mudas (as quais, antes da nova lei, provinham sobretudo dos viveiros de Delbard na França) (KLANOVICS & NODARI, 2005). Como demonstram dados de Brandt (2005), enquanto em 1969 a SAFRA comercializou apenas 35.186 mudas de macieira, em 1971 ela comercializou 262.810 mudas, o que corresponde a um crescimento de mais de sete vezes em apenas dois anos.

Em suma, o PROFIT teve grande importância para o desenvolvimento da pomicultura em Santa Catarina, haja vista que foi partir dele que o cultivo de macieiras, até o momento concentrado sobretudo na região de Fraiburgo, se espalhou para diversos outros municípios catarinenses (SCHMIDT, 1990; FREY, 2004; KLANOVICS, 2007).

Considerações finais

Lançando mão do instrumental fornecido pela Sociologia Econômica, nesse artigo buscamos analisar o processo de gênese da indústria brasileira de maçãs seguindo os passos da família Frey. Demonstramos que as atividades econômicas desenvolvidas pelos Frey contribuíram de forma determinante não apenas para a emergência do município de Fraiburgo (hoje considerado “berço da maçã brasileira”), mas também para a vinda dos empresários e técnicos franceses e franco-argelinos, os quais contribuíram para a gênese da indústria de maçãs tanto com capital econômico quanto com capitais social técnico-científico. Em associação com a famílias Evrard e Mahler, os Frey criaram a Sociedade Agrícola Fraiburgo Ltda. (SAFRA), grupo que realizou os experimentos que permitiram verificar que dentre as frutas clima temperado a maçã era a opção mais viável tecnicamente e rentável economicamente para a região de Fraiburgo. Contudo, como argumentamos, não obstante a grande importância do grupo SAFRA, foi apenas com a criação da empresa parceira REFLOR por Willy Frey que a indústria de maçãs de Fraiburgo realmente emergiu. Devido à sua trajetória sócio profissional particular – marcada, entre outras coisas, pela rigorosa disciplina familiar, a passagem num internato, a socialização precoce e continuada no mundo empresarial e a formação em áreas como contabilidade e administração –, Willy ocupou uma posição e constituiu disposições e capitais que lhe permitiram aproveitar a oportunidade em estado potencial aberta pela promulgação da lei de incentivos fiscais ao reflorestamento e convencer os demais atores do campo.

Além disso, Willy foi igualmente hábil em construir e mobilizar uma rede de relações sociais que lhe permitiu obter – tanto diretamente, como por meio da ação de *brokers* (assim como Luiz Gabriel) – acesso a intervenções favoráveis do Estado (como a alteração na lei de incentivos fiscais) e recursos (como capital econômico) que se mostraram essenciais ao aproveitamento de tal oportunidade e, por conseguinte, à implantação de grandes pomares de macieiras em Fraiburgo pela sua empresa REFLOR. Longe da ideia do mercado espontâneo promovido por atores estratégicos, este artigo mostra a trajetória e tomada de posição de um agente que convence seus pares à produção de maçãs como parte do universo dos possíveis e contribui para identidade de produtora nacional deste cultivar em uma região, em particular.

***PRODUCING APPLES, BUILDING SENSES: GENESIS
OF POMICULTURE IN SOUTHERN BRAZIL***

ABSTRACT: *In the light of the Economic Sociology, in this article we analyze aspects of the genesis of the Brazilian apples industry in the footsteps of the Frey Family. We argue that the economic activities developed by the Frey contributed decisively not only to the emergence of the city of Fraiburgo (SC) but also to the development of modern Brazilian pomiculture. Far from the idea of the spontaneous movement of the markets, we show how the position of an agent reconfigures the field by reconverting other agents and taking advantage of a window of opportunity of the law to encourage reforestation that becomes part of the universe of possibilities. We followed Willy Frey's social and professional trajectory by pointing out his ability to mobilize a network of relationships that allowed him to obtain – both directly and through broker's action – favorable State interventions and resources that were essential to the establishment of large orchards in Fraiburgo and, consequently, the conversion of the Southern region into the first and main pole producing apple in Brazil.*

KEYWORDS: *Brazilian apples industry; economic agents; position taken; State; market.*

REFERÊNCIAS

ALDRICH, Howard E. Entrepreneurship. In: SMELSER, Neil J. & SWEDBERG, Richard (Eds.). **The handbook of economic sociology**. New York: Russell Sage Foundation, 2005.

BRASIL. **Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966.** Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5106.htm. Acesso em: 18 nov. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado:** Cursos do Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. O campo econômico. **Política & Sociedade**, vol. 1, n. 6, 2005.

_____. **As estruturas sociais da economia.** Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BRANDT, Marlon. **Uso comum e apropriação da terra em Fraiburgo-SC:** do Contestado à Colonização. Dissertação de Mestrado em Geografia Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007.

_____. A criação da Sociedade Agrícola Fraiburgo (SAFRA) e o início da pomicultura em Fraiburgo/SC, na década de 1960. **Revista Discente Expressões Geográficas**, n. 1, jun. 2005.

BURKE, Thomas J. **Fraiburgo:** do machado ao computador. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1994.

FLIGSTEIN, Neil. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Revista Contemporaneidade e Educação**, ano VI, n. 9, 1º semestre 2001.

FREY, Willy. **Lá nos Frai.** Curitiba: Sépia Editora e Gráfica Ltda., 2005.

_____. **Fraiburgo:** berço da maçã brasileira. Curitiba: Sépia Editora e Gráfica Ltda., 2004.

_____. **Reflorestar é a solução.** Curitiba: Sépia Editora e Gráfica Ltda., 2003.

GRANOVETTER, Mark & MCGUIRE, Patrick. The making of an industry: eletricity in the United States. In: CALLON, Michel (Ed.). **Laws of the markets.** Oxford: Blacwell, 1998.

GRÛN, Roberto. Dinheiro no bolso, carrão e loja no shopping: estratégias educacionais e estratégias de reprodução social em famílias de imigrantes armênios. In: ALMEIDA, Ana M. F. & NOGUEIRA, Maria A. (Orgs.). **A escolarização das elites:** um panorama internacional da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2003.

KLANOVICS, Jó. **Natureza corrigida:** uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990). Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007.

KLANOVICS, Jó & NODARI, Eunice S. **Das araucárias às macieiras:** transformações da paisagem em Fraiburgo - Santa Catarina. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

KREUZ, Carlos L. et al. História e importância econômica da macieira. In: EMPASC. **Manual da cultura da macieira**. Florianópolis: EMPASC, 1986.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MICELI, Sergio. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: _____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOGUEIRA, Maria A. Estratégias de escolarização em famílias de empresários. In: ALMEIDA, Ana M. F. & NOGUEIRA, Maria A. (Orgs.). **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PETRI, José Luiz et al. Avanços na cultura da macieira no Brasil. **Revista Brasileira de Fruticultura**, volume especial, out. 2011.

RENK, Arlene. Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no Sul do Brasil. In: **Anais do XXII Encontro Anual da ANPOCS**: Caxambu, 1998.

SCHMIDT, Wilson. **O setor macieiro em Santa Catarina**: formação e consolidação de um complexo agroindustrial. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, RJ, 1990.

SECCHI, Irineu. Homenagem de um colaborador no centenário de nascimento de René Carlos Frey. In: FREY, Willy. **Lá nos Frai**. Curitiba: Sépia Editora Ltda., 2005.

SILVA, Ary N. **Trajatória de um empreendedor**. Curitiba: Gigapress Gráfica e Editora Ltda., 2006
SOUZA, Nilton R. O PROFIT. In: FURTADO FILHO, D.; SILVA, F. da C.; FRANCO, H.M. (Org.). **Gotas de suor: uma trajetória de 40 anos**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume II. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

Recebido em 10/08/2017.

Aprovado em 23/11/2017.

O MERCADO DA INTIMIDADE: A RELAÇÃO ENTRE VIDA PESSOAL E ESFERA ECONÔMICA

*Mariana Zanata THIBES**

RESUMO: A exposição da vida pessoal nos meios virtuais tornou-se um fenômeno ubíquo e corriqueiro, que povoa fartamente o cotidiano das pessoas com acesso à internet. Nesse artigo procuramos examinar o fenômeno, propondo uma hipótese explicativa à luz das transformações que envolvem a relação entre sistema econômico e vida pessoal no presente.

PALAVRAS-CHAVE: Intimidade. Economia. Privacidade. Internet.

Introdução

À época em que Walter Benjamin (1989) escreveu, a loja de departamentos era uma das grandes atrações para o *flâneur* nas ruas de Paris após a Revolução Industrial. Em seu vagar pelas ruas, ele observava o espetáculo urbano, a multidão, as modas, as galerias e as novidades do mundo moderno. As vitrines de vidro refletiam os objetos prontos para capturar o desejo dos passantes, e o *flâneur* deixava-se inebriar por elas em seu andar contemplativo.

Não por acaso, a figura do *flâneur* foi lembrada para pensar sobre determinadas experiências relativas à utilização das redes sociais (PRICKETT, 2013). Na *flânerie* virtual, somos conduzidos a uma dimensão povoada por imagens ávidas por capturar o desejo dos usuários nas telas dos celulares e computadores. A partir delas, é possível visitar a intimidade dos amigos e das celebridades e contemplar seu estilo de vida. Uma nova legião de influenciadores divulga seu bom-gosto em moda,

* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05579000 - mthibesster@gmail.com

decoração e gastronomia. Os pertences, cuidadosamente arranjados e fotografados em composições que mostrem o estilo e a autenticidade do proprietário, tornam-se objetos de desejo para os seguidores. O usuário de rede social, por sua vez, parece sentir-se habituado diante dos, quiçá, milhares de olhos virtuais que o podem ver, assim como o *flâneur* sentia-se em casa em meio à multidão da metrópole. Ele percorre os meandros da rede exibindo os objetos que garantirão a admiração e as curtidas, selecionados cuidadosamente em meio ao repertório dos símbolos de sucesso e *coolness*. Porém, a analogia da Internet com a *flânerie* provavelmente foi mais apropriada nos tempos iniciais da rede, em que ainda havia o encanto de surfar pela *web*, e a esperança de fazer isso anonimamente. No presente, a própria expressão surfar na *web* entrou em desuso, assim como tornou-se raro aquilo que faria a *cyberflânerie* possível: solidão, anonimato, individualidade, mistério e ambivalência.

Georg Simmel (2002) escreveu sobre a importância do segredo nas sociedades modernas, e sua relação com a individualidade. Ele nos lembra que uma relação só pode ser íntima quando o que se partilha nela é considerado único. Quando o conteúdo de uma relação se torna trivial, ou seja, é replicado com outras pessoas, ela perde seu caráter íntimo e o que a fazia diferente das outras relações. Hoje, boa parte das atividades que antes eram consideradas privadas ou compartilhadas com poucos, são transformadas em dados que expõem nossos interesses, crenças, pensamentos e emoções. Comunicamo-nos por e-mail, mensagens e redes sociais, estabelecemos relações amorosas por meio de aplicativos, procuramos respostas para questões íntimas no *Google*, transportamo-nos utilizando aplicativos que monitoram nossa localização, celebramos o nascimento e lamentamos a morte nas redes sociais.

Um dos propósitos do *Facebook*, segundo seu fundador Mark Zuckerberg, é fazer com que tudo se torne social. Isto significa a construção de uma Internet em que assistir filmes, ouvir música, ler livros e até mesmo navegar é feito não apenas de forma aberta, mas partilhada e colaborativa. Com isso, boa parte de nossas atividades seriam compartilhadas não apenas com os aplicativos que promovem os serviços (*Facebook*, *Google*, *Netflix*, *Spotify*, *Waze*, etc), mas com a toda a nossa rede social.

Além do compartilhamento ativo das informações pessoais, há o monitoramento invisível e contínuo delas por parte de empresas e governos, que levanta questões relativas ao controle e ao poder das entidades detentoras desses dados. Ademais, o excesso de abertura da vida privada também pode gerar outra sorte de constrangimentos, mais comezinhos, mas que não são de menor importância para a vida social dos indivíduos, como perda de empregos, de reputação, fim de relações e sentimentos negativos.

Por outro lado, a abertura da vida pessoal promove gratificações importantes, tais como aumento do capital social, manutenção da sociabilidade, acesso a informações relevantes, bem como a possibilidade de retorno monetário àqueles que se expõem. Portanto, é preciso levar esses dois lados do fenômeno em consideração se quisermos compreendê-lo adequadamente. Para isso, retomaremos às origens históricas e sociais do fenômeno e como ele foi debatido pela literatura sociológica mais antiga e recente. Em seguida, apresentaremos o que nos parece ser a explicação mais abrangente e que considera mais profundamente os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais relativos ao significado da exposição da vida privada online.

Nos primórdios, ainda era a televisão

Embora costumemos pensar que a exposição da vida privada e falta de privacidade sejam fenômenos recentes e diretamente relacionados com a disseminação da Internet, é importante lembrar que a exposição de intimidade em canais de comunicação públicos constitui um fenômeno anterior à disseminação da rede mundial de computadores (embora com muito menos expressividade). O primeiro registro desse tipo parece ter ocorrido no início da década de 1980, na França, quando uma mulher declarou em um programa de auditório que seu marido sofria de ejaculação precoce e, por essa razão, ela nunca havia experimentado um orgasmo em sua vida de casada. Em meados dos anos 1970, tornaram-se populares os programas televisivos de auditório. Tais programas tinham um formato - utilizado até o presente - de abordar problemas pessoais de convidados junto a plateia. Essa prática despertou a atenção dos pensadores da época, preocupados não apenas com a publicização da vida privada, mas com o fato de que aqueles problemas passaram a ser percebidos como questões de ordem estritamente pessoal e psíquica, deixando de lado as causas sociais e políticas.

Essa interpretação foi a base para o rol de debatedores da tese da decadência da esfera pública, que tomou forma no final dos anos de 1970 e começo dos 1980 e foi bastante disseminada nos anos posteriores como tentativa de explicar o que parecia ser o recuo da política para dar lugar a uma esfera privada cada vez mais voraz e ávida por ocupar seus espaços. Essa tese foi também posteriormente mobilizada para explicar o individualismo típico da ordem neoliberal, em que o estímulo à competição mina formas de cooperação e solidariedade essenciais para a ação coletiva (EHRENBERG, 2010).

Para o sociólogo francês Alain Ehrenberg (1995), por exemplo, a crise da política estaria relacionada com o fim do Estado de bem-estar social e de suas promessas de emprego e bons salários para todos. A crise econômica e a falência da

política em dar respostas aos problemas pungentes da sociedade teria feito com que as frustrações e os sofrimentos passassem a ser codificados em linguagem psíquica e buscar resolução na esfera privada. A arena midiática da televisão, do rádio e das revistas ganharam destaque como palco para solução de problemas que passaram a ser vistos como essencialmente privados e individuais. Para Ehrenberg (1995), a TV apenas tornou visível uma crise que já estava disseminada em toda a sociedade e que foi responsável pela recomposição do privado e do público. Assim, além da exibição dos dramas privados, a popularidade dos *psy-shows* mostra como a TV se torna a via privilegiada para comunicar, de modo privado, as questões pessoais no espaço público. Assim, um dos principais resultados da chamada crise política do pós-80 foi, segundo Ehrenberg (1995), a transferência do campo de batalha para dentro do homem: restaria ao indivíduo lidar com as questões que a política não conseguiria mais responder. O resultado disso seria um processo de inflação da responsabilidade individual e da subjetividade. A decadência da política torna-se, portanto, a explicação principal para a exposição da vida e dos problemas privados na mídia e outros espaços públicos (mas não políticos).

No mesmo sentido vai a tese de Richard Sennett no livro *O Declínio do Homem Público: as tiranias do privado*, publicado em 1977, em que o autor procura entender as razões pelas quais, na sociedade contemporânea, as questões públicas não suscitariam mais paixão, que só seria despertada quando o problema fosse tratado como questão pessoal. A superposição do imaginário privado sobre o imaginário público ocorrida ao longo do século XX teria resultado em uma confusão comportamental e ideológica entre os dois âmbitos. Para o autor, o caráter repressivo da sociedade vitoriana, apesar de condenável, era mais compreensível do que o arranjo da sociedade íntima contemporânea, na medida em que a repressão dos sentimentos representava um modo de manter certo grau de invulnerabilidade. Nessa sociedade, a exposição do vigor da personalidade era reservada para arenas públicas com essa função, tais como o teatro. A teatralidade como um todo, no sentido de preservação das convenções e regras de comportamento que marcam distância estaria relacionada a uma vida pública vigorosa. Na sociedade íntima, ao contrário, seriam desprezadas quaisquer formas de teatralidade por seu caráter supostamente inautêntico e não espontâneo que serviria para esconder a verdade do eu. Segundo essa tese, quando a intimidade se sobrepõe aos valores coletivos, a principal forma de reconhecimento é pautada por qualidades pessoais e o sentimento torna-se a principal forma de identificação. Disso resulta a decadência da esfera pública, minada por uma realidade governada por normas narcísicas.

Outro livro que ficou célebre ao tratar da decadência da esfera pública foi *A Cultura do Narcisismo* de Christopher Lasch (1979). Embora ele parta das mesmas constatações de Sennett (1977) e Ehrenberg (1995), seu diagnóstico inverte a causa

do fenômeno ao postular que a decadência da política não teria sido causada por um culto à intimidade, mas pelo colapso da própria intimidade e da personalidade, ocasionado por uma cultura fundada em traços narcisistas. A cultura do narcisismo sinalizaria o recuo dos norte-americanos para as preocupações puramente pessoais: o desenvolvimento psíquico, entrar em contato com os próprios sentimentos, praticar uma alimentação saudável, aprender a relacionar-se, etc. Em outras palavras, o voltar-se para si mesmo mediante o cultivo de tais preocupações egoístas e, por que não, banais, seria o triunfo de um modo de vida narcísico, para o qual soluções políticas não funcionam.

Essas abordagens constituíram um importante diagnóstico de época, mas tornaram-se insuficientes por não refletirem mais as transformações sociais, culturais e econômicas recentes. Os autores foram capazes de identificar importantes transformações nas esferas pública e privada, mas seu diagnóstico limitou-se ao lado puramente negativo das mudanças, vaticinando a decadência de ambas as esferas e a destruição de um determinado estado de coisas imposta pela ascensão imperiosa de uma nova ordem e de um individualismo que minava formas de ação política tradicionais. No entanto, não tiveram condições de observar o que essa nova ordem tinha de positivo, isto é, o que, para além da destruição, ela seria capaz de produzir. Isso foi realizado, cerca de duas décadas depois, pelo sociólogo francês Luc Boltanski e Ève Chiapello, no livro *O Novo Espírito do Capitalismo* (2009), no qual, além de constatar e atribuir causas e consequências ao que fora extinto, foram competentes para demonstrar como vinha sendo gestada uma nova ordem normativa e valorativa, denominada pelos autores como capitalismo conexcionista, e que é, basicamente, o que vivenciamos hoje.

A popularização da Internet e das novas tecnologias da informação e comunicação também adicionaram outras camadas de complexidade à questão, exigindo novas explicações e análises. Se, por um lado, a Internet acentua como nunca a presença da vida privada em meios públicos, criando um nexo nunca antes tão estreito entre vida privada e econômica, por outro, ela também amplia o acesso à informação e as possibilidades de participação política. Assim, se a exposição da vida privada nas redes sociais não pode mais ser pensada a partir da tese da decadência da esfera pública, então qual seria a explicação mais viável para seu entendimento tendo em vista o contexto histórico atual?

O uso das redes sociais e suas motivações

O Brasil é o país da América Latina com mais usuários de redes sociais, somando um total de 93,2 milhões de pessoas, de acordo com uma pesquisa da

agência e Marketer do ano de 2016. Outra pesquisa, *Digital in 2016* (KEMP, 2016), calculou que o Brasil possuía, no final de 2015, 45% de sua população ativa nas redes sociais. Dentre estas, o *Facebook* foi a mais utilizada: em 2016, a pesquisa estima que 74% de todas as pessoas que usam a internet no país tenham uma conta no *Facebook*. Em seguida, no ranking das redes sociais mais utilizadas pelos brasileiros aparecem o *Whatsapp*, o *Youtube* e o *Instagram*.

As redes sociais¹ são diversas em sua composição e motivações de uso. Os dados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (BRASIL, 2015), mostram que 65% dos jovens entrevistados, com até 25 anos, acessam a internet todos os dias no país. Entre esses jovens, cerca de 70% afirmaram que o uso é principalmente destinado à diversão e à busca de notícias.

As redes sociais também se tornaram muito utilizadas por celebridades, empresas e profissionais que buscam visibilidade, ou simplesmente por pessoas que investem na exibição de suas vidas para obter um maior número de seguidores. Grande quantidade de seguidores as classificam no mercado como influenciadoras e atraem empresas interessadas em divulgar produtos, assim como garante notoriedade em determinado campo. Por essa razão, a palavra investimento pode ser utilizada sem que se distancie de sua acepção literal: o retorno obtido com a exibição da vida privada tornou-se, para diversos usuários, financeiro. Esse, entretanto, é um aspecto que escapa à boa parte das abordagens e pesquisas sobre o fenômeno. A maior parte delas centra-se nos aspectos relativos à sociabilidade, tais como obtenção e troca de informação sobre os outros e a manutenção das relações interpessoais (ELLISON; VITAK; STEINFELD; GRAY; LAMPE, 2011). Outros afirmam que as mídias sociais servem para encontrar pessoas, bem como para receber apoio social (WELLMAN & GULIA, 1999).

Não se pretende negar a importância de tais motivações para a utilização das mídias sociais pelos indivíduos. A questão da sociabilidade é central para compreender os trânsitos entre o público e o privado nas redes sociais. Todavia, essas abordagens desconsideram aspectos importantes do fenômeno, como a busca por retorno monetário e a crescente profissionalização que envolve o uso da rede. Esses são elementos centrais para compreendermos o balanço entre abertura e proteção das informações pessoais, mesmo entre usuários que não fazem uso profissional da rede. É preciso lembrar que a manutenção da sociabilidade nesses ambientes requer a renúncia de parte da privacidade, de nosso tempo e nossa vida

¹ Redes sociais são um subdomínio das mídias sociais, definidas como plataformas de comunicação em rede nas quais os participantes 1) tem perfis com uma identificação singular cujo conteúdo é fornecido pelo próprio usuário, por outros usuários e/ou pela própria plataforma; 2) podem criar conexões que podem ser visualizadas por outros usuários; e 3) podem consumir, produzir, e/ou interagir com fluxos de conteúdos gerados por suas conexões no site. (Ellison & boyd, 2013, p.157).

privada para compartilhá-los com os outros. Tais ações acabam sendo naturalizadas quando se perde de vista o contexto histórico em que ocorrem. A Internet é uma tecnologia relativamente recente e não era usual, antes dela, a abertura da vida privada em canais de comunicação públicos. Por isso, é importante assumir como ponto de partida para a discussão que o equilíbrio entre a abertura da vida privada e a privacidade dependerá do contexto social em que se vive: excessos de abertura e de segredo podem desestabilizar essa relação, comprometendo a vida social. Desse modo, é preciso entender de que modo se dá o jogo de compensações que motiva a exposição de si online nesse delicado equilíbrio entre segredo e abertura dos fatos que compõem a vida de um indivíduo.

A exposição de si online: o balanço entre abertura e segredo e suas possíveis explicações

Uma das mais significativas contribuições da sociologia clássica sobre o tema do equilíbrio entre abertura e segredo está presente na obra de Georg Simmel (2002), para quem certo grau de transparência seria fundamental para as interações sociais e para qualquer tipo de comunicação:

Para o bem da interação e da coesão social, o indivíduo deve saber certas coisas sobre o outro. Este tampouco tem o direito de se opor a esse conhecimento, a partir de um ponto de vista moral, exigindo a discrição do primeiro: ele não pode exigir a posse sem perturbações de seu ser e sua consciência, já que tal discrição pode comprometer os interesses da sociedade. (SIMMEL, 2002, p.323, tradução minha).

A transmissão de informações sobre si, suas ideias e sentimentos é necessária para criar proximidade social e para que relações de confiança se estabeleçam. Nas sociedades modernas, Simmel (2002) identificou diferentes padrões de abertura nas relações: entre conhecidos, desconhecidos, amigos e amantes, naturalmente o grau de exposição irá variar.

Mas o que ocorre quando a exposição de si é cada vez mais intensa e as formas de segredo parecem sofrer um recuo significativo? No presente tornou-se comum o incômodo com excessos de abertura e de vigilância da vida privada, já que boa parte de nossas ações é gravada, armazenada e rastreada por ferramentas digitais. Entretanto, esse incômodo não impediu que a exposição da vida privada tenha se tornado parte do conjunto de ações corriqueiras de todas as gerações, sobretudo, das mais jovens. Compartilhar o que pensamos, comemos, nossas opiniões, viagens,

passeios, fotos e boa parte daquilo que compõe nossas vidas pessoais deixou de ser algo que realizamos apenas com pessoas íntimas e conhecidas. Cada usuário de rede social tem, hoje, em média, 155 usuários em sua rede com quem compartilha informações. Embora certamente haja aqueles que preferem agir com cautela no que diz respeito a compartilhar informações privadas, o arsenal das redes sociais é fartamente composto de dados pessoais e privados de seus usuários.

O que torna as redes vivas é o fluxo de informações entre nós de rede individuais. Sem informação que flui entre indivíduos, a rede se tornaria um ambiente estático e socialmente pobre (PAPACHARISSI, 2009). Stutzman (2006) referiu-se a este atributo como a socialidade inerente das comunidades de redes sociais e explicou que ela é responsável pelo alto nível de divulgação de informações pessoais *on-line*. Para se manterem sociais, mas também gerenciar a informação privada e pública com habilidade, os indivíduos devem tomar decisões críticas sobre como compartilhar informações em ambientes em rede que instigam essa prática.

Pesquisa conduzida por Acquisti, Stutzman e Gross (2012), entre os anos de 2005 e 2011, com usuários do *Facebook*, para entender as mudanças de comportamento em relação à privacidade nesse período, descobriu que, nos primórdios da rede havia uma preocupação maior com a privacidade, e os usuários procuravam limitar progressivamente os dados publicamente compartilhados com estranhos (usuários de *Facebook* não pertencentes à mesma rede). No fim do período pesquisado, a tendência inverteu-se, e os usuários passaram a compartilhar publicamente cada vez mais informações privadas, isto é, tornando-as visíveis para qualquer usuário daquela rede social. Com isso, as revelações para os ouvintes silenciosos também aumentaram: o próprio *Facebook*, outros aplicativos e os anunciantes passaram a ter amplo acesso a informações voluntariamente reveladas pelos *facebookers*. Trepte e Heinecke (2011) também mostraram que, quanto maior a frequência de uso das redes sociais, maior a tendência à abertura de si online, já que essa ação seria reforçada por meio do capital social que circula nesses ambientes.

Porém, se por um lado a exibição da vida privada nas redes sociais pode aumentar o capital social de quem se exhibe, por outro, ela também pode causar certos tipos de incômodo. Um estudo feito pelo *Pew Research Center* (MADDEN, MARYET *et al*, 2013) mostrou que os jovens se sentem desgastados com o excesso de informações compartilhadas, mas eles continuam a utilizar as redes sociais porque elas são cruciais para sua vida social. De modo similar, a pesquisadora Ilana Gershon (2011) descobriu, a partir de entrevistas com estudantes da Universidade de Indiana, que seus entrevistados se incomodavam com o excesso de informações pessoais presentes no *Facebook*, que julgavam ser uma ameaça a seus relacionamentos, por transformá-los em pessoas ansiosas, ciumentas, controladoras e invejosas, o que

levou alguns deles a desativar a conta na rede social. Porém, apesar de parecer fácil, a saída da rede social criou outros problemas para os desistentes, obrigando-os a abrir mão de conexões e informações importantes para a manutenção de sua sociabilidade, o que os fez, depois de pouco tempo, reativar a conta.

Para Gershon (2011), os sentimentos negativos relatados pelos estudantes de sua pesquisa eram sintomas de dois problemas principais. O primeiro seria a falta de contexto que circunda as informações publicadas na rede social. Seus entrevistados afirmaram ter dificuldade para interpretar as relações estabelecidas por seus companheiros por meio de uma comunicação sem contexto, permeada pelo excesso e pela incompletude informacional simultaneamente. Mas se a exposição gera problemas e sentimentos negativos, por que continua a ocorrer? Para que o usuário das redes sociais continue a se expor, ainda que como resultado possa ter problemas pessoais e sentimentos negativos, é preciso que haja também algum recurso bastante poderoso que motive a adesão a esse tipo de prática. Já se tornou parte do discurso corrente a ideia de que as pessoas abrem mão de sua privacidade por desconhecimento das consequências que a exposição geraria. No entanto, embora isso possa ocorrer, não está entre as razões fundamentais. Uma pesquisa conduzida por Alessandro Acquisti e Ralph Gross (2006) com usuários universitários do *Facebook* mostrou que os mais preocupados com a privacidade *online* tendiam a se expor mais do que os que revelavam menor preocupação com o assunto. Os autores detectaram pouca ou nenhuma relação entre as atitudes de proteção à privacidade relatadas pelos participantes e suas propensões a publicar informação pessoal *online*. Mesmo entre os estudantes mais preocupados com a sua privacidade, cerca de 40% revelavam os horários de suas aulas na rede, 22%, o endereço de suas casas e 16% publicavam ambas as informações. Isso mostra que, mesmo conscientes acerca dos perigos relativos à exposição de si na Internet, os jovens não deixam de fazê-lo.

Essa constatação vincula-se ao segundo problema identificado por Gershon (2011) qual seja, a transposição de princípios neoliberais aos *selves* dos jovens. O Facebook os encoraja a se apresentarem como um “conjunto flexível de habilidades, traços úteis e gostos (de consumo) que precisam ser constantemente aprimorados”, bem como a se engajarem em relações do tipo “neoliberal”, isto é, conexões fracas e funcionais a serem ampliadas constantemente (GERSHON, 2011, p.867). Isto resultaria na pressão relatada para gerenciar o perfil como um conjunto flexível de habilidades e gostos que precisam de cuidado e melhoramento contínuos. Em outras palavras, o **eu** do perfil seria administrado como se fosse um negócio, de modo a estar pronto a se aliar e competir com outros *selves* estruturados da mesma forma. Essas alianças seriam sentidas como arriscadas e necessárias e também obedeceriam a um critério quantitativo. Desse ponto de vista, quanto mais qualidades o **eu**

apresentar, melhor; e quanto mais conexões tiver, também melhor, pois significa que há mais capital social em jogo.

A própria Internet, nesse sentido, não escapa à lógica neoliberal. Citando Jodi Dean (2009), Gershon (2011) lembra que a lógica a mover a rede é quantitativa: a do maior número de acessos a uma página e do maior número de amigos numa rede social. Preocupações com a duração e a profundidade das relações tornaram-se problemas de *baby-boomers* presos ao passado. Uma de suas entrevistadas afirmou: “Você tem de apresentar a foto perfeita no perfil, que deve ser atualizada pelo menos uma vez em poucos meses. Se você não o fizer, você é um *loser*” (GERSHON, 2011, p. 874). Outra entrevistada deixava claro como se sentia competitiva em relação a uma garota de quem suspeitava estar paquerando seu namorado:

Eu tenho mais amigos do que ela no *Facebook*, mais amigos que ativamente escrevem na minha página e mais fotos do que ela, então sou uma cyber-persona mais popular, embora, na verdade, eu seja uma eremita. Moro sozinha e tenho um cachorro. Não saio, de fato, com essas pessoas. Mas parece que saio (GERSHON, 2011, p.874).

Assim, há dois aspectos em questão: por um lado, os excessos de abertura da vida privada podem ter consequências danosas, mas, por outro, a exposição de si também proporciona gratificações importantes, de ordem simbólica e material. Acreditamos que não é possível compreender devidamente o problema sem levar em consideração esses dois lados.

Gershon (2011) notou um aspecto fundamental em sua etnografia dos estudantes usuários de redes sociais: na competição por bens sociais importantes (o amor do namorado, a popularidade, entre outros) é preciso agir conforme determinados critérios (ter a foto perfeita, ter maior número de amigos. A autora não apenas conclui que há uma relação entre abertura da vida pessoal e maiores gratificações por meio das redes sociais, mas que essa abertura deve obedecer a determinados padrões, estar de acordo com uma determinada ordem normativa, que ela denominou como neoliberal. Resta entender como essa ordem se impôs e quais são as formas de ação e as crenças que ela incita, e como elas se refletem no fenômeno aqui examinado.

A exposição de si *online* e os valores do capitalismo conexcionista

No começo do texto indagamo-nos acerca das motivações em jogo na exibição de informações pessoais *online*. Como mostrou a entrevistada de Gershon

(2011), a competição por bens sociais de importância fundamental entra em ação na hora de criar e gerenciar o eu virtual, desde os simbólicos – como a reputação (ou a preservação da face/fachada, usando o conceito de Goffman [2005]), o reconhecimento dos pares, o capital social e o *status* –, aos bens concretos – como parceiros amorosos, empregos, amigos e renda. No caso da entrevistada de Gershon (2011), havia a competição pelo amor do namorado. Por meio do que ela chamou de sua popularidade, ou de sua correta apresentação na rede social, ela sentia que ganhava a competição com a outra garota, ao ostentar uma imagem ideal, pouco importando se, na verdade, não conseguisse sustentá-la na vida *off-line*. Resta entender quais são os critérios que informam essa competição e embasam a construção dessa imagem ideal, garantindo o acesso às gratificações simbólicas e materiais.

O que se pretende argumentar aqui é que a constelação valorativa própria ao **capitalismo conexcionista** cria um cenário no qual se expor, publicizar os feitos, as realizações e as qualidades do eu, nas redes sociais e na Internet em geral, se torna extremamente importante para obter acesso a bens sociais fundamentais: um trabalho, um par amoroso, amigos, conexões, capital social, popularidade, reconhecimento e dinheiro.

Na etapa histórica denominada por Boltanski e Chiapello (2009) como terceiro espírito do capitalismo, ou capitalismo conexcionista, a vida pessoal, tendo estado distante do mundo do trabalho e da esfera pública como um todo no começo do século XX, é novamente trazida à baila e incorporada ao sistema produtivo, adquirindo papel central na constelação valorativa do capitalismo avançado. Uma série de mudanças dá início ao novo espírito identificado por Boltanski e Chiapello (2009). Seu grande marco simbólico são as revoltas ocorridas em maio-junho de 1968 na França, que desferiram um golpe mortal no segundo espírito do capitalismo, desacreditando suas formas de justificação como arcaicas, autoritárias e irrealis. A confluência entre as críticas estética e social² que aparece nessa crise promove uma contestação geral dos pilares que organizam o antigo espírito: o descrédito na possibilidade de construir uma carreira estável, o descontentamento com a impessoalidade, a frieza e a rígida hierarquia das grandes organizações racionalizadas, a inautenticidade, a falta de autonomia e flexibilidade, assim como diferentes formas de opressão do mundo moderno. Na esfera do trabalho e da produção predomina a crítica ao poder hierarquizado, ao autoritarismo, aos horários

² A crítica estética, simbolizada pelas revoltas de 1968, corresponde a uma demanda por liberdade em relação às formas hierárquicas e burocratizadas, e ao clamor por autenticidade como reação à massificação característica das grandes sociedades industrializadas. A crítica social, por sua vez, articulada pelos movimentos trabalhadores, centrou-se nas demandas sociais, principalmente na concessão de melhores salários e condições de trabalho.

impostos, às tarefas prescritas, à separação tayloriana entre concepção e execução (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Um dos pontos-chaves do livro de Boltanski e Chiapello (2009) é mostrar como essas críticas foram desarmadas pelo capitalismo conexcionista (que muitos preferem chamar de neoliberal), a partir da incorporação de seus diversos pilares ao próprio sistema. Assim, se nos anos 60 temia-se qualquer presença de laços familiares entre os empregadores que pudessem comprometer a racionalidade ou objetividade da administração, a literatura gerencial da década de 1990 passa a conferir um lugar completamente diferente para a vida pessoal. A crítica à inautenticidade e às formas rígidas hierárquicas é respondida com uma mudança dos princípios gerenciais, que trazem para o centro da cena as qualidades e méritos pessoais dos funcionários. Estes, também passam a ser avaliados de modo individualizado, a partir de seu desempenho e produtividade, que são considerados como parte indissociável de suas qualidades pessoais. Dessa forma, o envolvimento dos indivíduos nos projetos do mundo conexcionista depende diretamente de suas qualidades pessoais – o modo como se relaciona com os pares, autonomia, empreendedorismo, iniciativa, flexibilidade (para trabalhar em múltiplos projetos), comunicabilidade, equilíbrio psicológico (capacidade de suportar pressão), sociabilidade (para fazer contatos), entre tantas outras características que devem ser cultivadas e reveladas oportunamente.

Essas qualidades serão utilizadas como medida de valor para julgar competências e méritos; elas criarão um repertório, uma linguagem, que transpassará o âmbito das corporações e irá se instalar em outras esferas. Como explicam Boltanski e Chiapello (2009), diferente do segundo espírito do capitalismo, em que vigorava a nítida separação das aptidões profissionais e pessoais dos trabalhadores, no terceiro, essas duas dimensões da vida foram fundidas. As qualidades mais pessoais dos indivíduos, isto é, aquelas relacionadas ao seu caráter, passaram a ser vigorosamente valorizadas. Mediante técnicas da psicologia do trabalho, passa a ser feita a seleção de candidatos que possuam essas características e que são, presumidamente, mais adaptados (ou adaptáveis) às novas exigências do mundo empresarial.

No entanto, a posse dessas características não é apenas um dado genético. É preciso cultivá-las para desenvolver os recursos internos individuais e assim garantir uma boa imagem de si. Esta, por sua vez, resulta em boas redes, boas conexões e amplo reconhecimento. Entretanto, apenas o cultivo das qualidades individuais não é suficiente. Nesse ponto, é possível estabelecer mais claramente a relação entre o capitalismo conexcionista e as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC). Embora os autores não realizem essa conexão de modo explícito no livro, ela certamente pode ser aventada na medida em que as afinidades são claras e já

percebidas por outros autores³. As redes sociais, por exemplo, têm papel evidente como vitrine para a apresentação do eu e para a exibição das características certas, dos sinais de sucesso, que garantirão a ampliação das conexões e o reconhecimento dos pares. Como afirmam Boltanski e Chiapello (2009) sobre o *networker* (ou redeiro), o tipo ideal bem sucedido desse sistema, é preciso que, no fim de um projeto, algo lhe seja atribuído e publicamente associado a seu nome. Sem esse último passo, isto é, sem a publicização dos feitos, das realizações e dos atributos que constituem as provas, o exercício não está completo. A apresentação do eu nesses ambientes seria pautada pelo gerenciamento cuidadoso dos símbolos que conferem status, respondendo à demanda de adaptação dos *selves* ao universo simbólico do capitalismo conexcionista. A capacidade de ser bem-sucedido dependeria da exibição correta dos símbolos de sucesso desse universo simbólico e seria o caminho para aumentar a rede de contatos e amigos, um dos maiores sinais de aprovação que o indivíduo pode ter.

Tornou-se frequente os empregadores checarem as informações disponíveis na Internet sobre candidatos a vagas de emprego ou mesmo de candidatos ingressantes em universidades, no caso dos Estados Unidos. É suposto que as informações encontradas online revelem tanto ou mais do que se apreende na entrevista tradicional. A quantidade de amigos no *Facebook*, por exemplo, pode ser quesito a ser julgado numa seleção profissional. Na pesquisa de Gershon (2011), alguns estudantes relataram que potenciais empregadores checaram seus perfis no *Facebook* para saber quantos amigos tinham, como medida de seu potencial para constituir redes de contatos. Na tentativa de ajudar os estudantes a evitarem o comprometimento de sua imagem online, consultores especializados passaram a ajudá-los a gerenciar sua identidade digital para apagar rastros comprometedores.

O mesmo ocorre no mundo do trabalho. Além da quantidade de amigos e o número de comentários recebidos em cada postagem, as informações divulgadas nas mídias sociais podem ser decisivas para uma contratação. Uma pesquisa realizada pela empresa *CareerBuilder* em 2017 descobriu que 70% dos 2.186 gerentes e profissionais de Recursos Humanos (RH) entrevistados utiliza(va)m redes sociais para verificar potenciais candidatos (SALM, 2017). Isso significa que 2 em cada 5 companhias procuram informações online sobre seus candidatos, a fim de avaliar seu caráter e personalidade. Acerca das razões para o uso das redes sociais com esse propósito, 65% afirmaram que o fazem para verificar se o candidato se apresenta profissionalmente online, 50% queriam saber se o perfil do candidato se encaixava na cultura da empresa e outros 45% queriam conhecer melhor suas qualificações.

³ Ver, por exemplo, o artigo de Carla Rodrigues (2010), em que a autora também explora as afinidades entre o capitalismo informacional e a manifestação de suas exigências profissionais nas redes sociais.

A mesma pesquisa mostrou que um terço dos empregadores disse que encontrou em sua busca algo que os fez não contratar algum candidato, como fotos provocativas, informações inapropriadas ou evidência de uso de álcool e outras drogas. Outras razões para a desistência da contratação seriam a demonstração de poucas habilidades comunicativas no perfil, a difamação de antigos empregadores, ou comentários ofensivos relacionados a gênero, etnia ou religião.

Contudo, os empregadores também disseram encontrar informações que incentivaram a contratação, tais como a demonstração de uma personalidade interessante no perfil da rede social e um amplo número de conexões. Houve ainda casos de postagens de boas referências sobre os candidatos feitas por colegas ou a demonstração de qualidades, tais como criatividade, boas conexões e habilidades comunicacionais.

A orientação da empresa que realizou a pesquisa e dos redatores da revista Forbes (SMITH, 2013) é de que os candidatos não deixem de postar informações nas redes sociais por medo da rejeição de potenciais empregadores, mas sim que “trabalhem para criar boas redes e perfis online que representem positivamente suas habilidades e suas experiências profissionais”. E acrescentam: “candidatos silenciosos ou invisíveis *online* estão em desvantagem. Eles precisam engajar-se nas redes sociais para aumentarem sua visibilidade e sua procura para eventuais empregadores”.

Helene Cavalli, vice presidente de marketing na Lee Hecht Harrison (SMITH, 2013, n.p.), concorda: “Não é suficiente apenas manter um perfil e checar as atualizações. É preciso ser ativo, produzir conteúdo, participar em discussões de grupo, compartilhar expertise, indicar um artigo para alguém. Você tem de trabalhar em cima de seu perfil. Ainda que se sinta desconfortável fazendo isso, se está à procura de emprego, ser tímido só irá prejudicá-lo”.

A coleta de informações pessoais, entretanto, não se limita ao processo seletivo. Muitas empresas têm utilizado tecnologias de medição digital e monitoramento de atividades para descobrir quais características e comportamentos estão envolvidos no desempenho bem-sucedido de tarefas, para identificar com precisão não somente os melhores desempenhos, mas quais características pessoais apresentam. Cada *e-mail*, mensagem, ligação telefônica e página navegada deixa rastros que podem ser seguidos pelos gestores. O time de cientistas especialistas em comportamento em Knack uma firma do tipo *start-up* do Vale do Silício, por exemplo, utiliza jogos de computadores e medições constantes, para testar a inteligência emocional, as habilidades cognitivas, a memória de trabalho e a propensão a assumir riscos de seus empregados (LOHR, 2013). Essas informações, obtidas com a ajuda das novas tecnologias, fornecem insights sobre como as pessoas trabalham e se comunicam no ambiente de trabalho, com a justificativa de aumentar a eficiência e a inovação das empresas.

Assim o número de conexões e participação ativa nas redes sociais tornaram-se medidas de avaliação para verificar a demonstração de qualidades prezadas pela ordem simbólica conexionista. Outro dado fundamental que deve ser reiterado é a relação direta entre a popularidade de um perfil (número de seguidores) e a quantidade de informações privadas que o perfil revela. Perfis populares nas mídias sociais, que ficaram conhecidos como influenciadores, ou seja, pessoas que influenciam outras no seu comportamento ou na compra de produtos, em geral são usuários que ativamente exibem seu cotidiano e sua vida pessoal com riqueza de detalhes.

Em 2017, tornou-se popular no Instagram a *hashtag* #vanlife, que retrata a vida de jovens casais que deixaram seus empregos nas grandes cidades para viverem em uma van, ou furgão, viajando e tirando fotos das paisagens paradisíacas que atravessam suas aventuras e postando-as no Instagram para milhares de seguidores que acompanham as postagens. A *hashtag* tinha mais de 1 milhão e meio de publicações públicas no Instagram em meados de 2017, sendo que a maioria procede dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra. Com suas fotos retratando o cotidiano da vida na van, esses jovens atraem milhares de seguidores para seus perfis, o que, por sua vez, atrai anunciantes e permite que eles possam extrair renda a partir de seu estilo de vida. Esse é um aspecto fundamental do fenômeno, já que em nenhum outro momento da história é possível identificar esse vínculo direto, sem mediações, entre a intimidade e a esfera econômica. A despeito do argumento, defendido por autores como Zelizer (2002), de que as relações econômicas sempre fizeram parte da esfera íntima, é imprescindível observar que, embora isso seja verdadeiro, a relação entre intimidade e economia foi significativamente transformada ao longo do tempo⁴ na direção de uma proximidade cada vez maior entre uma e outra.

Em abril de 2017, o *The New Yorker* publicou um artigo contando algumas histórias de pessoas que vivem a #vanlife (MONROE, 2017). O casal King e Smith, por exemplo, tornou-se uma espécie de celebridade das mídias sociais, com mais de um milhão de seguidores, documentando sua vida invejável. King, 32 anos, trabalhava como executiva, e Smith, 31 anos, era um ciclista profissional e gerente de uma loja de artigos esportivos. Ambos deixaram seus empregos para trás e decidiram viver numa van, viajando pelos Estados Unidos. O casal já postou mais de 1300 fotos em seu perfil. As primeiras fotos ainda continham certo amadorismo – e menos curtidas – do que as mais recentes, que revelam como as habilidades de compor e editar as imagens de King melhoraram com o tempo, assim como sua capacidade de perceber o que a audiência quer ver. King afirma ter adquirido uma percepção desconcertante de observar a própria vida tornar-se uma marca. Conforme adquiria mais seguidores e mais anunciantes para seu perfil, diminuía a distância

⁴ Para mais informações, ver Thibes (2014).

entre a marca e a vida. Eles são patrocinados por várias empresas cujos produtos divulgam nas fotos, incluindo o *TruthPaste*, que faz pasta de dentes à base de argila e a *Four Sigmatic*, uma empresa de *super foods* que vende café instantâneo com elixires de cogumelos (MONROE, 2017).

A busca por celebridades para fazer propaganda não é nova, mas agora o *marketing* de influência expande a categoria de celebridade para incluir blogueiras, *it-girls*, adolescentes que contam piadas e cachorros fotogênicos. Segundo o artigo (MONROE, 2017), os anunciantes não procuram pessoas como King e Smith porque eles são celebridades no sentido tradicional, mas porque eles possuem um vínculo emocional com seus seguidores. Esse vínculo é criado a partir da sensação que os seguidores adquirem de intimidade em relação ao perfil, uma vez que acompanham o cotidiano e a vida pessoal retratados pelas fotos e vídeos. O vínculo criado entre os seguidores e os influenciadores é, desse modo, aproveitado pelas marcas. Um estudo estimou que o mercado de mídia social-influente valia 500 milhões de dólares em 2015; espera-se que esse mercado aumente para pelo menos cinco bilhões de dólares até 2020.

Os principais influenciadores das mídias sociais recebem dezenas de milhares de dólares por endossar um produto. No Brasil, a *#vanlife* ainda não é tão popular como nos Estados Unidos, mas o fenômeno dos influenciadores das mídias sociais é tão importante aqui quanto lá e no resto do mundo. Camila Coelho (2017), por exemplo, é uma blogueira e maquiadora brasileira que se tornou conhecida em 2010 com um canal no *YouTube* apresentando vídeos tutoriais sobre maquiagem. Seus vídeos não apenas ensinam as pessoas a se maquiar, mas mostram sua vida pessoal, suas viagens pelo exterior, seu cotidiano e os produtos que ela consome. Seu perfil do *Instagram* é povoado por imagens de sua vida íntima, tais como uma foto dela tomando café da manhã de roupão em um hotel em Paris, por exemplo. Atualmente, ela possui milhões de seguidores no *Youtube* e no *Instagram*, o que a torna uma grande influenciadora no mercado do marketing online.

A retratação da intimidade por meio de fotografias não é um fenômeno novo. O costume de capturar cenas íntimas em retratos data de meados do século XIX, quase junto ao surgimento da própria câmera fotográfica, num século que prezava como nenhum outro o âmbito íntimo e a separação entre as esferas pública – considerada perigosa e mundana – e o privado, vinculado, por sua vez, à santidade do lar, da família e da própria subjetividade do sujeito. As fotos íntimas tinham como propósito “manter viva a memória familiar, algo primordial para as subjetividades típicas dessa época”, criando uma conexão com o passado e um “mergulho na própria interioridade” (SIBILIA, 2011, p.131). Uma boa foto deveria registrar a verdadeira personalidade do fotografado, captando aquilo que emanava do interior de sua pessoa e de certa maneira se expressava em seu aspecto visível, por isso,

não faria sentido serem amplamente exibidas (SIBILIA, 2011). Citando o exemplo de Roland Barthes, Sibilia (2011) recorda que, no ensaio intitulado *A câmara clara* (1984), o autor se propôs a definir o que era a fotografia em si, no entanto, mesmo depois de analisar uma diversidade de imagens históricas, publicitárias e artísticas, sentia-se pesaroso por não ter conseguido atingir a meta. Foi quando decidiu prestar atenção a outro tipo de fotografia, observando as fotos de sua mãe recentemente falecida. Num único retrato de sua mãe, quando ela ainda era uma menina de cinco anos de idade, Barthes afirmou ter encontrado “a verdade” sobre o que havia sido aquela mulher – posto que “essa fotografia reunia todos os predicados possíveis do que constituía o ser de minha mãe” (BARTHES, 1984, p.106, *apud* SIBILIA, 2011, p.132), assim como a essência da própria fotografia em si. Porém, a despeito disso, Barthes tomou a decisão de não mostrar a foto de sua mãe no livro, já que seu significado não poderia ser compartilhado. Como observa Sibilia (2011), do mesmo modo que certas fotografias impressas em papel ou álbuns antigos, essa imagem era tão íntima e reveladora da personalidade da mãe de Barthes, que devia ser preservada e mantida a salvo dos olhos intrusos.

Confrontando os exemplos mobilizados das imagens publicadas nas redes sociais e aquelas registradas no álbum de fotos antigo, fica claro como o sentido dado ao registro da intimidade mudou. Se antes havia o propósito de se conectar com o passado e com a própria interioridade, ou ainda com aqueles com quem se tinha uma relação próxima, fortalecendo esses vínculos, hoje há um imperativo quantitativo em jogo: a ampliação de conexões fracas, com observadores da intimidade anônimos.

Como observa Simmel (2002), algumas relações só podem ser manter por seu caráter íntimo. A intimidade aparece como um tipo de relação que ocorre no que ele denomina de formação sociológica mais simples, isto é, a díade, ou mais simplesmente, a relação que ocorre entre duas partes. O que há de específico nessa relação é que cada uma das partes se sente confrontada apenas pelo outro e não pela coletividade que há acima deles. A díade é sujeita a tonalidades que a tornam especial ou trivial; especial quando as partes sentem que o que existe em sua relação é único, ou raro, e trivial quando o conteúdo pode ser usualmente repetido. A trivialidade nas relações entre duas partes aparece, pois, como uma característica negativa, uma ameaça. O fato de que a díade não se torne uma estrutura maior, que ultrapassa os dois elementos, é a base da intimidade, de acordo com Simmel (2002). O que por sua vez conforma o caráter íntimo de algumas relações está estritamente ligado à crença do indivíduo que o que ali transcorre não é partilhado por mais ninguém além das duas partes.

Assim, a condição para a existência da intimidade é a própria exclusividade do que ocorre em uma relação. Portanto, quando passamos a compartilhar cenas de

nossa intimidade com uma pluralidade de seguidores, o registro certamente perderá seu caráter íntimo. Dando consequências a essa constatação, podemos afirmar que, quando a vida pessoal, a personalidade e a própria intimidade relacionam-se à esfera pública e econômica de modo nunca antes tão próximo, os sentidos conferidos ao privado e sua própria essência são transformados, tornando sua vivência cada vez mais restrita na contemporaneidade.

**MARKET OF INTIMACY: THE RELATIONSHIP BETWEEN
PERSONAL LIFE AND THE ECONOMIC SPHERE**

ABSTRACT: *The Online self disclosure has become ubiquitous and regular in the daily lives of people with Internet access. In this article we review some theories that intend to explain this phenomenon. After that, we propose an explanatory hypothesis based on the transformations regarding the contemporary relation between the economic system and the personal life.*

KEYWORDS: *Intimacy. Economy. Privacy. Internet.*

REFERÊNCIAS

- ACQUISTI, A., STUTZMAN, F., GROSS, R. Silent Listeners: The Evolution of Privacy and Disclosure on Facebook. **Journal of Privacy and Confidentiality**, Number 2, 7 – 41, 2012.
- ACQUISTI, Alessandro e GROSS, Ralph. Imagined communities: awareness, information sharing and privacy on Facebook. Paper presented at the **Privacy Enhancing Technology Workshop**. Cambridge, 2006.
- BARTHES, R. **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BENJAMIN, W. Charles Baudelaire: Um Lírico no Auge do Capitalismo. **Obras Escolhidas III**. Ed. Brasiliense, 1ª.edição, 1989, p.33-65.
- BOLTANSKI, Luc, CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. Trad. Ivone C. Beneditti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2014. Disponível em: ww.secom.gov.br/.../pesquisa/...pesquisas.../pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015. Acessado em: 2 dez. 2017.

COELHO, Camila. **Blog**. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCnmaW_YVh9iJAFVOSLR7W2w. Acessado em: 2 dez. 2017.

DEAN, Jodi. **Democracy and Other Neoliberal Fantasies: Communicative Capitalism and Left Politics**. Durham: Duke University Press, 2009.

EHRENBERG, Alain. **O Culto da Performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Trad. Pedro F. Bendassolli. Aparecida: Idéias e Letras, 2010.

_____. **L'individu Incertain**. Calmann-Lévy, 1995.

ELLISON, Nicole B., VITAK, Jessica, STEINFIELD, Charles, GRAY, Rebecca and LAMPE, Cliff. Negotiating Privacy Concerns and Social Capital Needs in a Social Media Environment. In: TREPTE, S. AND REINECKE, L. (Eds.). **Privacy Online: Perspectives on Privacy and Self-Disclosure in the Social Web**. Berlin, Heidelberg, Germany: Springer-Verlag, 2011.

ELLISON, N. B. & boyd, d. Sociality through Social Network Sites. In Dutton, W. H. (Ed.). **The Oxford Handbook of Internet Studies**. Oxford: Oxford University Press, p. 151-172, 2013.

GERSHON, Ilana. Un-friend my heart: Facebook, Promiscuity, and a Hesrtbreak in a Neoliberal Age. **Anthropological Quarterly**, vol. 84, No. 4, p.865-894, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Interaction ritual: essays in face-to-face behavior**. New Brunswick, N.J.: Aldine Transaction, 2005.

KEMP, Simon. DIGITAL IN 2016. **We Are Social**. 27 january 2016. Disponível em: <https://wearesocial.com/uk/special-reports/digital-in-2016>. Acessado em: 2 dez. 2017.

LASCH, Christopher. **The Culture of Narcissism: american life in an age of diminishing expectations**, New York - London: W. W. Norton & Company, 1979.

LOHR, Steve. Big Data, Trying to Build Better Workers. **The New York Times**. APRIL 20, 2013.

MADDEN, MARYET *et al.* Teens, Social Media, and Privacy. Washington, DC: **Pew Research Center**, Internet and American Life Project, 2013. Disponível em: pewinternet.org/Reports/2013/Teens-Social-Media-And-Privacy/Summary-of-Findings.aspx. Acessado em: 11 dez. 2017.

MONROE, Rachel. #Vanlife, the Bohemian Social-Media Movement: What began as an attempt at a simpler life quickly became a life-style brand. **The New Yorker**. American Chronicles, April 24, 2017 Issue. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2017/04/24/vanlife-the-bohemian-social-media-movement>. Acessado em: 2 dez. 2017.

PAPACHARISSI, Zizi. The virtual geographies of social networks: a comparative analysis of Facebook, LinkedIn and ASmallWorld. **New Media & Society**. Vol 11, Issue 1-2, pp. 199 – 220. First Published February 1, 2009.

PRICKETT, Sarah Nicole. Look Out, It's Instagram Envy. **The New York Times**. Style Magazine. NOV. 6, 2013.

RODRIGUES, Carla. Capitalismo informacional, redes sociais e dispositivos móveis: hipóteses de articulação. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 20, p. 70-83, dez. 2010.

SALM, Lauren. 70% of employers are snooping candidates' social media profiles. **CareerBuilder Survey**. June 15, 2017. Disponível em: <https://www.careerbuilder.com/advice/social-media-survey-2017>. Acessado em: 11 dez. 2017.

SENNET, Richard. **The Fall of Public Man**. New York – London: W. W. Norton & Company, 1977.

SIBILIA, Paula. Vitrines da intimidade na internet: Imagens para guardar ou para mostrar? **Revista Estudos de Sociologia**. UNESP, Araraquara, v.16, n.30, p.127-139, 2011.

_____. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIMMEL, Georg. The Sociology of Secrecy and of Secret Societies. **American Journal of Sociology**, Volume 11, Issue 4 Jan. p. 441-498, [1906] 2002.

SMITH, Jacquelyn. “How Social Media Can Help (Or Hurt) You In Your Job Search”. **Revista Forbes**. 16 de abril de 2013, n.p. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/jacquelynsmith/2013/04/16/how-social-media-can-help-or-hurt-your-job-search/#6d807f857ae2>. Acessado em: 11 dez. 2017.

STUTZMAN, Frederic. An Evaluation of Identity-Sharing Behavior in Social Network Communities. **Journal of the International Digital Media and Arts Association**. 3 (1), p.10-18, 2006. Disponível em: citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.91. Acessado em: 2 dez. 2017.

THIBES, Mariana Z. A vida privada na mira do sistema: a Internet e a obsolescência da privacidade no capitalismo conexcionista. 2014. 222 f. **Tese (Doutorado em Sociologia)**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

TREPTE, S.; REINECKE, L. (Eds.). **Privacy Online: Perspectives on Privacy and Self-Disclosure in the Social Web**. Berlin, Heidelberg, Germany: Springer-Verlag, 2011.

WELLMAN, B., & GULIA, M. Virtual communities as communities: Net surfers don't ride alone. In Smith, M.A., & Kollock, P. (Eds.), **Communities in Cyberspace**. (p. 167–194). New York: Routledge, 1999.

ZELIZER, Viviana A. **The Purchase of Intimacy**. Princeton University Press, 2005.

Recebido em: 14/08/2017.

Aprovado em: 23/11/2017.

A CONFIGURAÇÃO DO MERCADO DAS FOLHAS NA PEDRA EM SALVADOR

*Orlando José Ribeiro de OLIVEIRA**

RESUMO: Este artigo analisa a configuração do mercado das plantas rituais/medicinais (folhas) usadas no candomblé de Salvador-BA, considerando a circulação dessas mercadorias produzidas e comercializadas por extrativistas e horticultores que as levam, regularmente, à Feira de São Joaquim, polo distribuidor para outros circuitos do comércio retalhista (feiras, mercados, lojas e bancas de rua). O Mercado da Pedra, uma transação mercantil de grandes quantidades que transcorre na madrugada, foi a base empírica da pesquisa etnográfica que possibilitou a compreensão das estruturas e dos agentes sociais envolvidos na produção, circulação e consumo das folhas que podem resultar de extrativismo ou de horticultura, provindo de hortas e quintais e de manchas florestais remanescentes no entorno de Salvador e interior da Bahia. A singularidade desse mercado revela-se, dentre outros fatores, pela justaposição das esferas da circulação (simples e desenvolvida, segundo Marx) que, de forma dinâmica, articulam um mercado tradicional (africano) ao mercado capitalista contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Plantas rituais/medicinais. Mercado. Religiões afrobrasileiras.

Introdução

Este artigo, baseado em pesquisa empírica, de caráter socio-antropológico, sobre o mercado de plantas rituais em Salvador-BA, tem o objetivo teórico de aplicar a categoria econômica da teoria marxista sobre **mercado** a um contexto

* UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Vitória da Conquista – BA – Brasil. 45083900 - ojro.furioso@gmail.com.

social tradicional, buscando estabelecer um diálogo interdisciplinar com categorias do debate conceitual econômico-social contemporâneo.

Mercado da Pedra ou Pedra é o nome dado às transações de compra e venda de plantas rituais/medicinais, chamadas de **folhas** e amplamente consumidas por fiéis do candomblé, que ocorrem em local a céu aberto, na Feira de São Joaquim, em Salvador-BA, entre 4 horas e 7 horas, três vezes por semana. A circunstância em que tais mercadorias, trazidas por pequenos produtores agrícolas e extrativistas da cidade e do entorno, são expostas diretamente na pedra do calçamento ou no chão do local, sem mediação de qualquer tipo de mobiliário, deu origem ao nome Pedra, como é conhecida e referida a atividade pelos participantes e usuários.

Para efeito deste enfoque, denominamos de **mercado das folhas** o mecanismo de oferta-procura-preço, mediante o qual se pratica o comércio dessas mercadorias, destacando que tal mecanismo não ocorre apenas na Feira de São Joaquim, mas alcança outros lugares (Mercado das Sete Portas, Mercado de São Miguel, Centrais de Abastecimento de Salvador (CEASA) do Rio Vermelho, feiras de bairros populares, barracas e bancas de vendedores ambulantes dispersas pela cidade) e nem se restringe ao comércio exclusivo de folhas, além de raízes, cascas, frutos e sementes vegetais, também são vendidos produtos artesanais e vários itens da base material de práticas rituais afro-brasileiras - bonecos de pano para feitiço, folhas de bananeira sapecadas para acondicionamento de comida ritual, alguns tipos de alimentos como açaçá¹ branco, broto de dendezeiro para confecção de *mariwô*², etc.

Seguindo o enfoque proposto por Karl Polanyi (2012) em sua análise do mercado como união de determinados traços institucionais, identificamos na configuração do Mercado da Pedra os seguintes elementos constitutivos:

- i) um local físico, o Mercado da Pedra, na Feira de São Joaquim, que ocorre três vezes por semana, durante a madrugada, a partir do qual as mercadorias circulam por outros locais de troca dispersos pela cidade e região;
- ii) as mercadorias disponíveis, certas espécies de plantas de uso ritual e/ou medicinal denominadas de **folhas**;
- iii) um grupo ofertante, constituído por vendedores (os próprios produtores) de folhas, subdivididos em mateiros (extrativistas/coletores de espécies

¹ O açaçá é uma iguaria afro-baiana feita de farinha de milho branco ou de arroz, cozida em ponto de gelatina e envolvida, ainda quente, em folhas de bananeira previamente sapecadas na chama, bastante utilizada na preparação de oferendas e composição de vários rituais do candomblé.

² O *mariwô*, termo iorubá, é um adereço decorativo e ritual confeccionado apenas pelos homens, com a folha nova (e ainda não aberta) do dendezeiro (*Elaeis guineensis*) que, desfiada manualmente, fica com o aspecto de cortina ou franja, e é colocado sobre vãos de portas e janelas das edificações religiosas, com a função de demarcar o espaço sagrado e proteger umbrais e limiares.

nativas que chamam de **grossas**) e horticultores (cultivadores de espécies mais frágeis e delicadas, chamadas de **frias** ou **cheirosas**);

- iv) um grupo demandante de compradores, constituído por comerciantes (proprietários de barracas em feiras e mercados públicos e vendedores ambulantes em logradouros públicos) e consumidores finais (povo-de-santo, populares);
- v) costumes ou normas que orientam e regulam as transações.

No contexto do Mercado da Pedra, portanto, se dão relações de troca (compra e venda), confrontando, de um lado, um grupo de compradores – comerciantes e consumidores finais –, e, do outro lado, um grupo de vendedores – pequenos agricultores e extrativistas –, na condição de produtores e fornecedores dessas mercadorias. Assim, o Mercado da Pedra funciona como centro distribuidor das folhas em Salvador-BA, abastecendo diversos postos do comércio varejista dessas mercadorias, dispersos pela própria Feira de São Joaquim e por outras feiras, mercados e logradouros da cidade.

A pesquisa que fundamentou este artigo foi realizada entre 2012 e 2015, tendo como interlocutores os agentes sociais envolvidos na produção, distribuição, circulação e consumo das folhas. Além do período de observação direta das atividades cotidianas praticadas no local, da coleta de dados primários e da realização de entrevistas com agentes do Mercado da Pedra e da Feira de São Joaquim, foram feitas incursões em áreas de produção das plantas. A observação direta e o registro etnográfico se concentraram nas transações mercantis matinais entre produtores e consumidores na Pedra.

O Mercado da Pedra e seus Agentes

Em Salvador, o comércio de plantas de uso ritual e terapêutico pelas religiões afro-brasileiras opera com duas categorias, denominadas pelos agentes sociais como folhas **grossas** e folhas **frias/cheirosas**. Desse modo, **grossas** define certas espécies de plantas nativas, não cultivadas, oriundas de áreas naturais (o mato), de onde são extraídas/coletadas pelos mateiros que detêm o conhecimento das espécies, enquanto o termo **frias/cheirosas** define as plantas cultivadas por horticultores em quintais domiciliares e pequenas hortas, sendo ambas objeto de amplo uso mágico-religioso e medicinal.

As transações que ocorrem na Pedra, portanto, são protagonizadas por (i) um grupo de dezenas de compradores conhecidos, constituído por

comerciantes instalados em barracas, boxes e lojas de produtos religiosos afro-brasileiros e vendedores ambulantes, considerados como a clientela/freguesia de (ii) um grupo de dezenas de fornecedores-vendedores de folhas **grossas e cheirosas**, na condição de mateiros e/ou de horticultores, e os raizeiros (TABELA 1), como se chamam os agentes que revendem raízes, cascas, sementes e outros itens³. Na Pedra também comparecem, com frequência habitual, (iii) alguns dos consumidores finais – povo-de-santo⁴ e populares – para adquirir folhas frescas e viçosas diretamente da mão dos produtores, sejam plantas rituais e/ou medicinais. Completando o quadro dos agentes sociais envolvidos nas transações, há também (iv) os carregadores, elementos fundamentais para o transporte e distribuição das mercadorias.

TABELA 1 – Número de Fornecedores por Categoria de Atividade e Sexo (N) – Mercado da Pedra, Feira de São Joaquim

Categoria de Atividade	Masculino	Feminino	Total
Total	20	49	69
Horticultor	4	1	5
Mateiro	7	47	54
Raizeiro	9	1	10

Fonte: Levantamento de Campo, 2012-2015

Na Pedra, entre as mercadorias comercializadas, predominam as folhas **grossas**. A quantidade de fardos destas, trazidas regularmente pelos mateiros suplanta a das folhas **cheirosas** dos horticultores e a dos itens dos raizeiros. A preponderância das folhas **grossas** se evidencia mesmo pelo número de fornecedores, os mateiros – extrativistas/coletores, em que se destacam as mulheres.

Uma característica importante do Mercado da Pedra é a composição do grupo de vendedores de plantas de uso ritual/medicinal: os fornecedores, responsáveis pelo abastecimento do mercado de folhas em Salvador-BA, são os próprios produtores tanto os mateiros (extrativistas de plantas nativas), quanto os horticultores (pequenos agricultores de plantas delicadas em quintais ou hortas). Assim, não há intermediação de outros agentes entre os produtores diretos e os vendedores de folhas. Na Pedra não existe a figura do atravessador⁵, o sujeito que adquire a produção do pequeno produtor para comercializá-la em feiras e mercados, como é comum nas atividades

³ Entre tais itens úteis encontram-se objetos artesanais bastante procurados, como bonecos de pano (brancos, vermelhos e pretos), conhecidos como “bonecos de feitiço”.

⁴ Povo-de-santo é o termo genérico usado para se referir aos adeptos e praticantes do candomblé.

⁵ Com exceção do raizeiro, que não é o produtor da mercadoria que comercializa.

agrícolas. O agente que pode ser classificado como atravessador, nessa acepção, é o comerciante retalhista, ou seja, o grupo de compradores que são comerciantes estabelecidos em pontos de venda fixos (boxes, barracas, lojas de mercados, de feiras ou de bairros) ou o vendedor ambulante, disperso pelas ruas da cidade. Na Pedra, incluem-se, portanto, nessa categoria, os habituais indivíduos que compram dos produtores as folhas em grandes quantidades para revendê-las, fracionadas, ao consumidor final, em lojas na própria Feira de São Joaquim ou em outros locais. Ressalte-se que na Pedra o consumidor final também compra, diretamente das mãos do produtor-vendedor, as folhas de que necessita para fins rituais e/ou terapêuticos, a preços mais em conta do que os do comércio retalhista.

Na época da pesquisa, a Pedra reunia, em dias de maior movimento, mais de uma centena de pessoas, incluindo os habituais fornecedores de folhas, sua clientela de compradores e consumidores, os poucos e indispensáveis carregadores da Feira, além de curiosos e vendedores-ambulantes. No entanto, a frequência dos mateiros e horticultores oscilava nas jornadas do Mercado: uns compareciam todos os dias e outros apenas uma ou duas vezes por semana. Tal flutuação na frequência dos produtores provocava, às vezes, pequenos transtornos aos compradores que ficavam sem os habituais fornecedores de mercadorias.

O movimento na Pedra começa por volta das 3h30, quando chegam os primeiros mateiros e horticultores vindos de bairros periféricos da cidade (Cabrito, Palestina, São Cristóvão, Sete de Abril, Estrada Velha do Aeroporto etc.) e de locais da Região Metropolitana de Salvador, como Camaçari (Arembepe, Abrantes, Jauá), Lauro de Freitas (Areia Branca, Itinga), Simões Filho (Mapele, Cotegipe, Tiro Seguro) e Dias D'Ávila. Os mateiros usam as linhas do transporte coletivo urbano para trazer os fardos de folhas coletadas na véspera, numa jornada iniciada por volta das 2horas, 2h30, como relatam Helena e Dalva, mateiras de Mapele e Simões Filho:

[...] O dia de vim prá feira começa muito cedo porque o transporte passa [às] três horas da madrugada lá no ponto e a gente ainda tem que levar os fardos com as folhas de casa pro ponto do ônibus. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2015).

[...] venho toda vez no transporte coletivo, tem um ônibus bem cedo da [empresa] Litoral Norte, a gente traz os pacotes das folhas tudo no ônibus. (...) me levanto às duas da madrugada prá estar no ponto antes de três e meia, com as folhas prá pegar a condução prá cá... aí chega aqui lá prá quatro horas, mais ou menos... (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2015).

As mercadorias trazidas pelos mateiros vêm acondicionadas em grandes fardos de 40 quilos cada um, contendo de 80 a 100 molhos de diversas espécies de folhas. Para envolver tal volume de folhas, os mateiros reutilizam embalagens

industriais do tipo saco de ráfia, usadas para a comercialização de produtos como rações, cereais e sementes. As embalagens vazias, em forma de sacos, são abertas, transformando-se no que os mateiros chamam de panos, bastante disputados para acondicionar e transportar as mercadorias vendidas.

Geralmente seguindo de perto o transporte dos fardos de folhas pelos carregadores ou, por vezes, carregando suas próprias mercadorias, os fornecedores adentram a área do mercado e logo ocupam os lugares habituais. Embora o arranjo resultante da ocupação do espaço na Pedra pelos produtores estabeleça, nitidamente, três grupos distintos de vendedores, a inclusão de cada um em determinado grupo não é rígida, observando-se uma flutuação nessa composição. O arranjo espacial não tem forma racionalmente estabelecida: os pontos de venda se aglutinam, lado a lado, deixando uma estreita passagem para circulação de compradores entre os montes de folhas caprichosamente arrumadas no chão, em camadas superpostas por espécie de planta, atrás das quais se postam, ficando de pé por até quatro horas. Como afirma Tia Elzira:

[...] a gente chega e vai arrumando no chão mesmo, cada monte por qualidade da folha, uma do lado da outra, compreende? Separadas por qualidade. (Tia Elzira, mateira de Dias D'Ávila, entrevista, 2015).

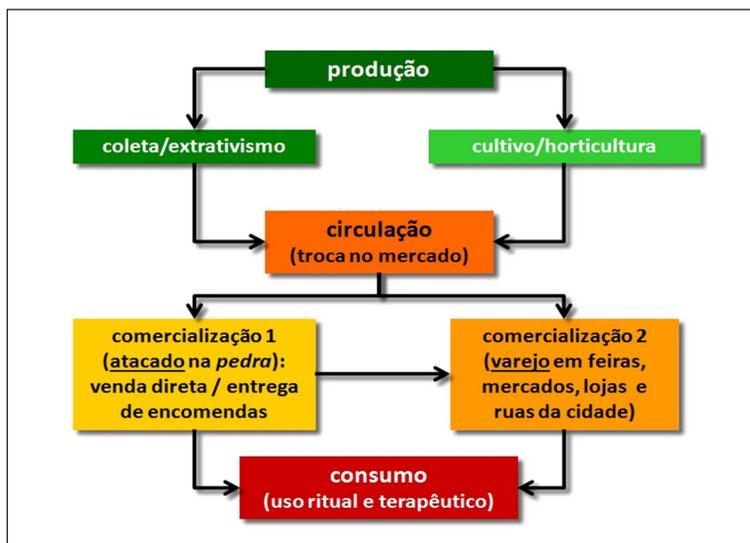
Assim, as pilhas de espécies distintas de folhas de cada produtor expostas lado a lado, vão definindo, a cada momento, uma amostra precisa da diversidade de plantas disponíveis em cada jornada da Pedra. À medida em que chegam, os mateiros vão cobrindo a pavimentação do local com suas folhas que, àquela hora da madrugada, exalam um aroma de mato, naturalmente agradável e que a brisa marinha espalha por todo o ambiente, sobrepondo-se ao habitual e característico odor fermentado de frutas, verduras e restos impregnantes de toda feira.

Mercado, Produção e Circulação das Folhas

Na Pedra, tudo gira em torno das folhas. O mercado das folhas em Salvador-BA abrange os domínios da produção (e distribuição⁶), da circulação (troca) e do consumo dessas mercadorias, envolvendo diversos agentes sociais e suas interações recíprocas nesses contextos. Sua configuração compreende três estruturas sociais bem definidas: *a*) a produção/distribuição; *b*) a circulação e *c*) o consumo (DIAGRAMA 1).

⁶ Usamos, aqui, o termo distribuição no sentido do provimento da mercadoria folha pelos produtores (mateiros e horticultores) no Mercado da Pedra, onde os comerciantes se abastecem regularmente.

DIAGRAMA 1 – Configuração do Mercado das Folhas em Salvador



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A estas estruturas correspondem determinados agentes sociais envolvidos nas atividades aí desenvolvidas (DIAGRAMA 2). Além disso, a esfera da produção abrange duas categorias de produtos, as folhas **grossas** e as folhas **cheirosas/frias**, que resultam de distintos processos de produção (coleta-extrativismo e cultivo-horticultura, respectivamente) e a que se relacionam também agentes sociais específicos – mateiros e horticultores –, responsáveis pela produção e fornecimento regular dessas mercadorias ao Mercado da Pedra.

DIAGRAMA 2 – Agentes sociais do mercado das folhas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Os agentes sociais da produção são, os mateiros, trabalhadores informais que se ocupam de atividade extrativista para coletar determinadas espécies de plantas

nativas em áreas de manchas florestais remanescentes, às margens de estradas e vias urbanas, suburbanas e rurais – a que chamam de **mato** –, e os horticultores, pequenos agricultores que cultivam outras espécies de plantas, domesticadas, mais frágeis e delicadas, em hortas e/ou quintais domiciliares. O mateiro e o horticultor, utilizando-se de práticas específicas (extrativismo e cultivo), são, assim, os produtores e fornecedores das folhas **grossas e frias/cheirosas** que abastecem o Mercado na Feira de São Joaquim, iniciando o circuito de trocas que as folhas fazem, enquanto valores de troca (VT), até saírem da condição de mercadorias, ao serem vendidas para serem consumidas. Aqui, já na esfera do consumo, em comunidades religiosas de terreiros de candomblé ou na privacidade dos domicílios, as folhas se efetivam como valores de uso (VU). Marx (2013) assinala essa passagem da mercadoria entre os domínios (circulação e consumo) como metabolismo social:

Na medida em que o processo de troca transfere mercadorias de mãos em que elas não são valores de uso para as mãos em que elas são valores de uso, ele é metabolismo social. [...]. Quando passa a servir de valor de uso, a mercadoria transita da esfera da troca de mercadorias para a esfera do consumo. (MARX, 2013, p. 178).

A produção dessas mercadorias articula-se com o seu consumo, na medida em que as práticas rituais das comunidades religiosas afro-brasileiras estabelecem a demanda das espécies prescritas e necessárias aos usos rituais. Sabe-se que certas espécies de plantas são consideradas constituintes de fundamentos e preceitos, cercadas de segredos, com cultivo restrito às áreas de **mato** dos terreiros. Há até um circuito de trocas e permutas de mudas e sementes de plantas entre as comunidades religiosas para sanar o problema da escassez de áreas verdes naturais.

A circulação dessas mercadorias tem início com as trocas no mercado e se efetivam em duas formas de comercialização, em locais e momentos também distintos. A primeira forma, que chamamos de **comercialização 1** (DIAGRAMA 1) constitui o momento inicial de todo o processo das trocas, quando os próprios produtores, na condição de fornecedores, levam suas mercadorias a São Joaquim e na Pedra praticam a venda no atacado (embora também ocorra no varejo)⁷. A venda no atacado se processa de duas formas: a venda direta, feita na hora em que aparece o comprador, geralmente um comerciante já conhecido do mateiro ou do horticultor, que lhes compra grandes quantidades de folhas para revender; e a venda por encomenda, que consiste no fornecimento, previamente acordado, de grandes quantidades de folhas, cuja entrega é feita diretamente aí ou é despachada para serem

⁷ É o caso do povo-de-santo ou de fregueses populares, que lhes compram poucas quantidades, comparadas as dos comerciantes.

transportadas, por fretistas, para os destinatários em outros locais. Os compradores que aí comparecem são tanto os comerciantes estabelecidos em feiras, mercados e lojas e em bancas de rua (vendedores-ambulantes conhecidos de erveiros/raizeiros), quanto os consumidores comuns, geralmente membros e/ou devotos de religiões afro-brasileiras e/ou populares.

A segunda forma, **comercialização 2** (DIAGRAMA 1), consiste no comércio propriamente retalhista de folhas, isto é, a venda, no varejo ou a retalho, de pequenos molhos que resultam do fracionamento dos molhos originais comprados de mateiros e horticultores, e que é praticado, cotidianamente, nas barracas de outras feiras e mercados, em lojas e bancas de rua. O comércio informal, o pequeno negócio a partir de bancas de folhas, encontra-se espalhado por toda cidade, em áreas nobres como Barra e Graça, em bairros populares – Federação, Engenho Velho da Federação e de Brotas, Nordeste de Amaralina, Liberdade –, e em áreas comerciais do Centro, como Largo 2 de Julho, Forte de São Pedro, Avenida Sete, Relógio de São Pedro, Barroquinha, Baixa dos Sapateiros etc.

Nas transações da Pedra os produtores-vendedores e os carregadores/fretistas são, de fato, os responsáveis pela distribuição e abastecimento das folhas no mercado⁸, sem a presença de atravessadores (DIAGRAMA 2). A esfera do consumo, que ocorre totalmente fora da circulação no mercado, envolve as comunidades religiosas afro-brasileiras (povo-de-santo dos candomblés e outros fiéis/devotos) com suas formas singulares de uso ritual e também uma expressiva parcela da população, principalmente os mais pobres, com suas formas tradicionais de uso terapêutico. Para Marx (2013, p. 228), “a circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades”. Nessa última esfera, as folhas já transitam fora do estado de mercadoria, agora imersas no mundo da religiosidade, propriamente integradas ao sistema da dádiva, sob as formas ritualizadas de oferendas às divindades (os orixás) ou de práticas terapêuticas fitoterápicas tradicionais.

Seguindo a tipologia elaborada por Appadurai (2010, p 31), as folhas, tal como se encontram contemporaneamente inseridas no mercado, podem ser compreendidas como “mercadorias por metamorfose”, na categoria de “coisas destinadas a outros usos que se colocam no estado de mercadorias”. Neste sentido, as folhas, enquanto coisas portadoras de valor de uso (ritual/medicinal) para comunidades religiosas afro-brasileiras e para a população em geral, entram em estado de mercadoria ao serem levadas ao mercado, adquirindo valor de troca para os seus produtores, os

⁸ Gorender (1996) afirma que para Marx, o transporte da mercadoria, bem como sua armazenagem e distribuição, é atividade necessária ao processo de produção ou que o prolonga na esfera da circulação, sendo considerada produtiva.

mateiros e os horticultores que as vendem para outros vendedores que, por sua vez, as revendem para os consumidores. Em seguida, ao serem compradas pelo consumidor final, as mercadorias saem da circulação e efetivam seu valor de uso ao serem consumidas como coisas úteis, na esfera do consumo religioso dos terreiros, onde são submetidas a novas transformações, de caráter mágico, que provocam o avivamento da sua eficácia⁹, do seu *axé*¹⁰, ou na esfera do consumo terapêutico dos domicílios particulares, onde são revestidas de sentidos e significados curativos tradicionais. (Maupoil *apud* BASTIDE, 2001, p. 77).

Sobre o mercado, a produção e a circulação

Quando falamos de mercado, nos referimos a dois sentidos implícitos e diferentes do termo que definem também “dois tipos de entidades: um conceito econômico e uma realidade empírica”, como afirma Meunier (1978, p. 240). Inicialmente, enquanto realidade empírica, o mercado implica um lugar específico, segundo Polanyi (2012, p. 183), “tipicamente, um local aberto, onde as necessidades da vida, em especial alimentos frescos ou preparados, podem ser compradas em pequenas quantidades, em geral por valores predeterminados”. Para Meunier (1978, p. 241), além de designar o local “onde se efectua um certo número de transações”, o mercado é “onde se reúnem todos os que querem ceder, adquirir ou trocar produtos, sob a forma de troca directa ou utilizando moeda”. Assim, no sentido empírico, concreto, falamos de mercado-local, dos mercados públicos de Salvador-BA, a exemplo dos Mercados de São Miguel e de Santa Bárbara, na Baixa dos Sapateiros, dos privados, como o Mercado das Sete Portas, ou dos mercados setoriais, como o Mercado do Peixe (Popular), na Água Brusca, e o Mercado da Pedra, na Feira de São Joaquim.

No segundo sentido, mais abstrato, enquanto conceito econômico, o termo mercado compreende, segundo Polanyi (2012, p. 183), “um mecanismo de *oferta-procura-preço* por meio do qual se realiza o comércio, embora esse mecanismo não esteja necessariamente preso a um local definido nem se restrinja à comercialização de alimentos”. Meunier (1978, p. 240) considera que “na teoria econômica clássica, o mecanismo do mercado caracteriza-se pela interação da oferta e da procura solventes, que determinam as taxas a que são trocadas as mercadorias e, em contrapartida, as decisões de produção”.

⁹ Para Braga (2000), o avivamento das folhas consiste na restituição de suas propriedades mágico-religiosas e medicinais, mediante processos rituais, com emissão de encantações (*ofó*).

¹⁰ *Axé* é o termo iorubá para designar “a força invisível, a força mágico-sagrada de toda divindade, de todo ser animado, de todas as coisas”, equivalente da *baraka* magrebina, do *mana* polinésio e melanésio, da *orenda* dos iroqueses, do *manitu* dos algonquinos (Maupoil *apud* BASTIDE, 2001, p. 77).

No sentido mais abstrato do termo, podemos falar do mercado das folhas em Salvador-BA, cuja configuração envolve um centro de abastecimento das mercadorias (Feira de São Joaquim), a partir do qual são distribuídas por um conjunto de estabelecimentos de comercialização no atacado e no varejo, incluindo a própria Feira e outros mercados e pontos de venda. O mercado das folhas abrange mecanismos específicos de comércio de plantas rituais e medicinais, a saber, *i*) produtores, *ii*) fornecedores, *iii*) transportadores, *iv*) vendedores, *v*) compradores e *vi*) consumidores, além, obviamente, das próprias mercadorias, *vii*) as folhas. A singularidade desse mercado de folhas em Salvador-BA já se insinua na acumulação de funções por parte de alguns dos agentes sociais envolvidos: os produtores da mercadoria, os mateiros e os horticultores são os próprios fornecedores que abastecem o mercado e que, ao mesmo tempo, também desempenham a função de vendedores dessa produção. Aqui, entre a produção e a circulação (troca), não comparece a figura, frequente em muitos mercados, do intermediário, o típico atravessador que açambarca toda a produção antes que essa chegue ao mercado. Na situação de troca mercantil, estes produtores vendem suas mercadorias a quem as queira comprar, sejam compradores estabelecidos em estruturas de comercialização distribuídas em várias feiras e mercados públicos (os chamados barraqueiros), grupos dispersos de vendedores avulsos (os chamados raizeiros/erveiros ambulantes), ou compradores comuns, os consumidores finais, representados pelo povo-de-santo e pela população em geral, usuária de plantas medicinais.

A partir da chegada das folhas ao Mercado da Pedra se iniciam as transações de compra e venda que deflagram o processo de circulação dessas mercadorias. Do ponto de vista dos produtores-fornecedores – os mateiros e os horticultores –, sua atividade mercantil começa com a venda das folhas e termina quando, com o dinheiro da venda, compram outras mercadorias de que necessitam. Para Marx (2013, p. 223) esta é “a forma imediata da circulação de mercadoria”, sintetizada no esquema “(M – D – M), conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar” (DIAGRAMA 5).

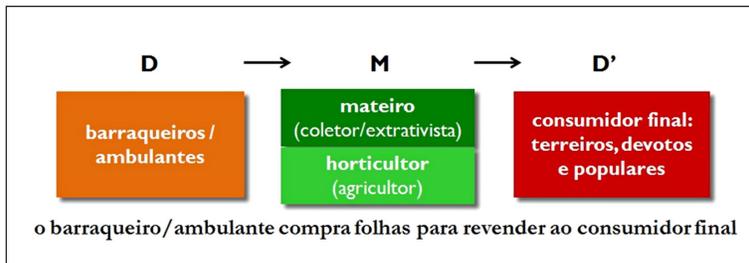
DIAGRAMA 5 – Circulação simples da mercadoria



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Assim, o produtor vende a mercadoria folha, realizando sua troca por dinheiro, tornando-se, a partir de então, comprador de outras mercadorias para satisfazer necessidades, retirando-as da circulação. No primeiro momento dessa circulação, ou seja, no momento da venda (M – D), aparece a figura do comprador que, ao adquirir a mercadoria para (re)vendê-la a outrem, a retira da circulação simples para lançá-la na outra forma, a circulação desenvolvida ou circulação do dinheiro como capital (DIAGRAMA 6).

DIAGRAMA 6 – Circulação desenvolvida (do dinheiro como capital)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

No contexto do mercado das folhas em Salvador, esse comprador é a peça chave na circulação da mercadoria, a partir do Mercado da Pedra, pelo fato de atuar como o elemento que possibilita, por sua atividade de comerciante, a articulação da Pedra com outros circuitos de troca, representados pelas redes de comércio retalhista distribuídas pela cidade, em mercados, feiras e bancas de rua. Em momentos posteriores, ao serem compradas, como valores de uso, essas mercadorias saem da circulação para adentrarem a esfera do consumo, alcançando assim o seu destino de utilidade¹¹.

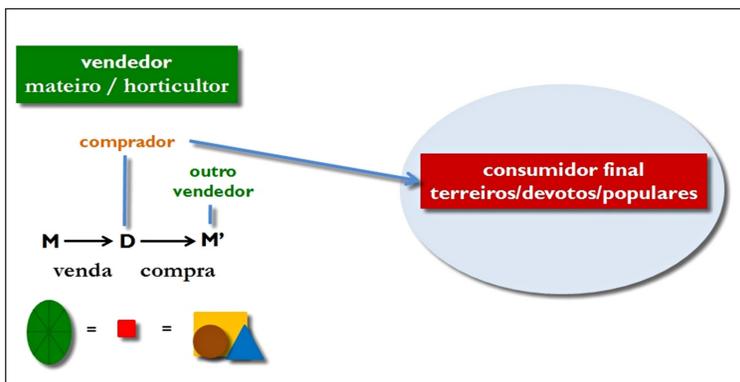
Ainda analisando a primeira forma do circuito de trocas (M – D – M), em seu primeiro movimento (M – D, a venda), observa-se que o comprador a quem o produtor vende suas folhas, pode representar duas categorias distintas de agentes. Primeiro, pode ser o consumidor final da mercadoria (DIAGRAMA 7), para quem esta possui valor de uso, e aí, nesse primeiro momento, se encerra a circulação do produto e o valor de uso tem sua realização efetiva – a folha é consumida como erva sagrada, mágico-religiosa e/ou como remédio fitoterápico natural e este consumo ocorre fora do mercado.

O outro caso é quando o comprador é o comerciante, para quem a mercadoria possui valor de troca, sendo por ele fracionada antes de revendê-la em outros

¹¹ “Na primeira metade de sua circulação, a mercadoria troca de lugar com o dinheiro. Com isso, sua forma de uso sai da circulação e entra no consumo.” (MARX, 2013, pp. 188-189).

mercados. Aqui este agente faz a mediação entre as duas formas de circulação, sendo, neste caso, o representante da circulação desenvolvida, o capitalista que compra mercadoria para (re)vender ($D - M - D'$)¹², realizando nesse circuito a obtenção do mais valor da mercadoria.

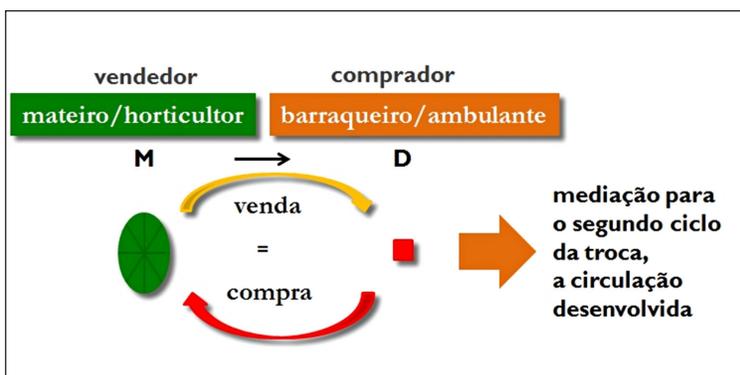
DIAGRAMA 7 – Circulação simples da mercadoria – o consumidor final



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A esfera da circulação simples envolve os agentes sociais produtores da mercadoria folha, – os mateiros e os horticultores – na condição de vendedores e na condição de compradores, os consumidores, representados majoritariamente pelos comerciantes e, secundariamente, pelo povo-de-santo e pessoas comuns.

DIAGRAMA 8 – Circulação simples da mercadoria – o comerciante retalhista



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

¹² “A forma completa desse processo é, portanto, $D - M - D'$, onde $D' = D + \Delta D$, isto é, a quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. Esse incremento ou excedente sobre o valor original, chamo de mais valor (*surplus value*).” (MARX, 2013, p. 227), [grifo do autor].

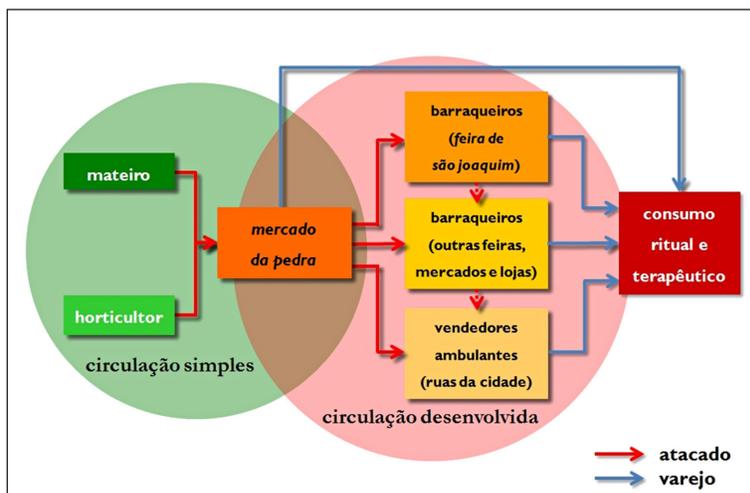
Vê-se aqui a demonstração empírica da metamorfose da mercadoria quando se encontram os “três *personae dramatis*” referidos por Marx (2013, p. 185) envolvidos no processo de circulação que ocorre durante a negociação no Mercado da Pedra: os possuidores de mercadoria (folhas), os mateiros e horticultores que se confrontam, enquanto vendedores, com os possuidores de dinheiro, os comerciantes/barraqueiros, na condição de compradores. Resulta daí a primeira metamorfose da mercadoria: a folha transforma-se em dinheiro. No segundo ciclo do processo da troca que se inicia, o mateiro/horticultor, que era um vendedor no primeiro ciclo, agora, enquanto possuidor de dinheiro, torna-se um comprador de mercadorias de um terceiro vendedor, possuidor de outras mercadorias de que ele necessita, fazendo ocorrer a segunda metamorfose da mercadoria, isto é, a transformação do dinheiro em outras mercadorias. Venda e compra se alternam durante o processo de troca:

Como ponto de chegada da primeira mutação da mercadoria, o dinheiro é, ao mesmo tempo, o ponto de partida da segunda mutação. Assim, o vendedor do primeiro ato torna-se comprador no segundo, onde um terceiro possuidor de mercadorias confronta-se com ele como vendedor.

Os dois movimentos inversos da metamorfose da mercadoria formam um ciclo: forma-mercadoria, despojamento da forma-mercadoria, retorno à forma-mercadoria. (MARX, 2013, p. 185).

Do ponto de vista da circulação dessas mercadorias, ainda usando as categorias de Marx (2013), observa-se, assim, a coexistência e a justaposição de duas esferas que se interpenetram nessa configuração do mercado das folhas em Salvador-BA: a forma simples de circulação e a circulação desenvolvida ou circulação do dinheiro como capital (DIAGRAMA 9). Ou seja, em sua forma simples de circulação, o mercado de folhas contém aspectos de um mercado tradicional, evidenciados pelo padrão de negociação realizado na Pedra, caracterizado pela troca mercantil, ou troca monetarizada, envolvendo os agentes primários da troca, os próprios produtores (mateiros e horticultores) como vendedores e os compradores (comerciantes, devotos e populares, consumidores).

DIAGRAMA 9 – Esferas de circulação de mercadorias no Mercado de Folhas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Em um ambiente de intensa sociabilidade e de interações ancoradas em relações de parentesco, afinidade, amizade e vizinhança, a Pedra acaba por revelar a imersão da atividade econômica, que é a base da sobrevivência daqueles homens e muitas mulheres, no universo da vida social, cultural e espiritual desses agentes do mercado. Seria um exemplo empírico do *embeddedness* (enraizamento social da economia), segundo a formulação substantiva de Polanyi (2012)? O ambiente alegre e festivo da feira, a demanda das folhas orientada pelas práticas rituais das religiões de matriz africana e pelos modos distintos de consumo encontram aqui forte elo de ligação e aproximação com os mercados tradicionais africanos, descritos por Verger e Bastide (1992). O clima comunitário e amistoso do Mercado da Pedra, observável nas relações de cooperação e reciprocidade praticadas pelos produtores-fornecedores, e, especialmente, pelos mateiros, por outro lado, nos faz questionar o caráter de competitividade e concorrência que normalmente se associa ao comportamento (racional e maximizador) dos agentes do mercado. Weber (1999, p. 420), embora se refira à “comunidade de mercado”, enfatiza o seu caráter de estranhamento “já na raiz, a toda confraternização”.

Identifica-se aí no Mercado da Pedra a forma imediata da circulação das mercadorias, uma das “duas formas distintas de ciclos” apresentadas pelo processo de circulação, segundo Marx (2008, p. 119), que corresponde ao primeiro circuito da metamorfose da mercadoria, representado pelo esquema clássico $M - D - M$, mas, simultaneamente, pode-se verificar a mediação do comerciante dono de barraca ou loja do comércio retalhista que dá início ao segundo ciclo do processo de circulação,

a circulação desenvolvida ou a circulação do dinheiro como capital. Arcaico e moderno aí coexistem e evidenciam a singularidade do Mercado da Pedra. Tudo começa na Pedra, provavelmente numa herança de antigos e extintos mercados soteropolitanos, anteriores e contemporâneos da formação do *candomblé jeje-nago*, e se dissemina pelo circuito de feiras, mercados e bancas da cidade.

Conclusão

Neste artigo examinamos a configuração de um mercado em que a cultura e as formas da tradição religiosa afro-brasileiras partilham significados, identidades, práticas cotidianas e normas localmente enraizadas, socialmente construídas por grupos sociais que, embora não constituam uma comunidade *strictu sensu*, o são em situação de convivência e forte interação social, decorrente das alternativas de reprodução social de que se valem, indo ao mercado.

Analisando sua configuração geral, o mercado de plantas rituais em Salvador-BA é composto por duas esferas interdependentes e complementares de circulação de mercadorias, cujas respectivas estruturas têm graus diferenciados de complexidade. Em síntese, pode-se dizer que coexistem, lado a lado, uma esfera de circulação simples de mercadoria, representada, sobretudo, pelas transações de compra e venda realizadas durante a madrugada no Mercado da Pedra, quando os próprios produtores (mateiros e horticultores) vendem folhas **grossas** e **frias** em grandes quantidades a compradores habituais (feirantes, ambulantes e consumidores avulsos), e uma esfera de circulação desenvolvida, representada pela rede de comércio retalhista que envolve comerciantes da própria Feira de São Joaquim e de outras feiras e mercados da cidade, além de comerciantes de lojas e vendedores ambulantes dispersos pela cidade.

Do ponto de vista dos produtores-fornecedores que abastecem o Mercado da Pedra com plantas rituais/medicinais, sua atividade se finda com a venda da mercadoria trazida para seus contumazes compradores que a retiram da circulação simples. A jornada do Mercado da Pedra, na efêmera duração de 3 ou 4 horas, põe em circulação quantidades consideráveis de itens vegetais, cujo processo de apropriação social na natureza, segundo determinações de consumo mágico-religioso e terapêutico, emanadas da esfera das religiões afro-brasileiras, os conduz ao estado de mercadoria¹³, fazendo entrecruzar-se os âmbitos da economia e da cultura.

¹³ No estado de mercadoria, o valor de uso e valor de troca coexistem dialeticamente na folha, que na Pedra é, simultaneamente, bem econômico e simbólico significativo para os agentes sociais envolvidos em sua produção, circulação e consumo.

Quanto à questão do lucro nas vendas (pelo comerciante retalhista), percebe-se que resulta tanto da diferença entre o preço de compra e o de (re)venda, quanto da medida (porção) do produto na compra e na revenda (ao revender a folha, o retalhista fraciona o molho adquirido em até oito pequenos molhos, vendendo-os a um preço três vezes superior ao do molho comprado, produzindo, ao final, um ganho superlativo). Dessa forma, ao explorar as oportunidades de um mercado tradicional, os comerciantes de grandes quantidades contribuem, com suas práticas capitalistas, para a persistência daquele mercado africano (apesar da evidente situação de dependência), e, por conseguinte, asseguram o atendimento das determinações da demanda da tradição religiosa afro-brasileira na contemporaneidade.

Contudo, aquela comunidade de mercado, composta por grupos de indivíduos conhecidos e habituais – produtores-vendedores, consumidores-compradores de grandes e pequenas quantidades de folhas – cria uma estrutura social. De fato, os agentes sociais do Mercado da Pedra se envolvem, a cada jornada, em relações sociais baseadas na confiança mútua, na cooperação, na amizade e na dependência, mais duradouras que o efêmero contrato implícito do ato de compra/venda. A reciprocidade e a solidariedade evidenciadas, por exemplo, nas práticas cotidianas do empréstimo¹⁴ de folhas entre as mateiras, são alguns dos laços sociais tradicionais¹⁵ que, opondo-se à impessoalidade, à competição e à concorrência características do mercado capitalista, segundo a análise weberiana clássica, aproximam-no do contexto dos mercados africanos. A convivência relacional e complementar de estruturas tradicionais e modernas tem, portanto, no Mercado da Pedra, na Feira de São Joaquim, sua expressão singular nas transações envolvendo as folhas de uso ritual e/ou medicinal.

THE CONFIGURATION OF THE LEAF MARKET IN PEDRA IN SALVADOR

ABSTRACT: *This article analyzes the configuration of the ritual / medicinal plants' (leaves) market used in the candomblé of Salvador, from the circulation of these goods as they are produced and commercialized by foragers and horticulturalists who bring them regularly to the Feira de São Joaquim, the city's main distribution center for other circuits of retail commerce (fairs, marketplaces, stores and sale*

¹⁴ Quando compram entre si, mediante empréstimos que visam a atender a encomenda do comerciante-comprador, as mateiras estreitam o vínculo social entre elas. Como fala Helena, mateira de Mapele, "eu compro das colegas, eu ajudo elas, elas me ajuda, é assim." (Entrevista, 2015).

¹⁵ A hegemonia feminina, a importância das relações de parentesco, o etnoconhecimento das plantas e sua transmissão intergeracional pela tradição oral são alguns aspectos convergentes com as matrizes sociais africanas desses grupos sociais.

stands on the streets). The Mercado da Pedra, where large quantities of product are sold wholesale, takes place at dawn, and was the empirical basis for the ethnographic research, that made it possible to understand the social structures and agents involved in the production, distribution and consumption of the leaves that result from gathering (foraging) or harvesting (horticulture), of especially cultivated areas and gardens, as well as from natural areas, mainly the remaining native woodlands in the areas surrounding Salvador and in the interior of the state. The uniqueness of the leave's market in Salvador is revealed, amongst other factors, by the juxtaposition of the two spheres of distribution (simple and developed, as established by Marx) that interlace themselves dynamically, connecting a traditional market (of African making) to the contemporary capitalist market.

KEYWORDS: *Ritualistic/medicinal plants. Market. African-brazilian religions.*

REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. **A Vida Social das Coisas:** as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da UFF, 2010.

BASTIDE, R. **O Candomblé da Bahia:** rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRAGA, J. **Oritamaejí:** o antropólogo na encruzilhada. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2000.

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, K. **O Capital** - Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural/Círculo do Livro, 1996. v. I, Livro Primeiro (O Processo de Produção do Capital), Tomo 1.

MARX, K. **O Capital.** Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. vol. I.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEUNIER, R. Formas da Circulação. In: POUILLON, F. (dir.). **A Antropologia Econômica:** correntes e problemas. Lisboa: Edições 70, 1978. p. 203-252.

POLANYI, K. **A Subsistência do Homem e ensaios correlatos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

VERGER, P.; BASTIDE, R. Contribuição ao estudo dos mercados nagôs do Baixo Benin. In: VERGER, P. **Artigos.** São Paulo: Corrupio, 1992. p. 122-159.

A configuração do mercado das folhas na Pedra em Salvador

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. v. 1.

Recebido em 14/08/2017.

Aprovado em 23/11/2017.

Entrevista/Interview

MODERNIDADE DESSINCRONIZADA: ACELERAÇÃO SOCIAL, DESTEMPORALIZAÇÃO E ALIENAÇÃO: UMA ENTREVISTA COM HARTMUT ROSA¹

*João Lucas Facó TZIMINADIS**

RESUMO: A presente entrevista traz como seu escopo uma apresentação da experiência social e das principais categorias analíticas que compõem a teoria da aceleração social de Hartmut Rosa. De início, as questões conduzem o autor a uma recapitulação dos motivos que o levaram a desenvolver seu interesse pelo problema do tempo na modernidade hodierna, bem como da trajetória intelectual que o guiou a tal interesse. São expostas as consequências daquilo que Rosa diagnostica como uma sociedade de aceleração dessincronizada e destemporalizada, e, com elas, uma nova interpretação do fenômeno da alienação. Reivindicando-se como um herdeiro da teoria crítica da sociedade, Rosa também indica os traços gerais do referencial normativo de seu modelo crítico, examinando as máximas temporais que perfazem o ideal moderno de boa vida.

PALAVRAS-CHAVE: Hartmut Rosa; Aceleração Social; Alienação; Teoria Crítica.

A teoria da aceleração social, do sociólogo alemão Hartmut Rosa, tem sido tomada como tema de grande debate na imprensa e nos meios acadêmicos europeus. Originalmente um pesquisador da teoria política de Charles Taylor, Rosa passou a

* UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - jltziminadis@hotmail.com.

¹ É professor de sociologia teórica e geral no Institut für Soziologie da Friedrich-Schiller-Universität em Jena, diretor do Max-Weber-Kollegs em Erfurt, ambos na Alemanha, e um dos editores da revista internacional *Time & Society*. A obra-chave de sua teoria da aceleração social é *Beschleunigung. Die Veränderung der Zeitstrukturen in der Moderne* (Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade), publicada em 2005.

vincular-se à tradição da teoria crítica frankfurtiana na medida em que se debruçou sobre as condições sociais do mal-estar temporal de seus contemporâneos. Em 2005 publicou *Beschleunigung. Die Veränderung der Zeitstrukturen in der Moderne*, livro no qual lançou os fundamentos de sua tese central, a saber: o processo de modernização, quando lido a partir de sua dimensão temporal, é um processo de aceleração social. No centro de seu argumento encontra-se a evidenciação de um paradoxo fundamental: a despeito do crescente aparato técnico utilizado para a economia de tempo na produção, nos transportes e na comunicação, a sociedade moderna é acometida por uma tendência paralela de escassez temporal. Uma sociedade só pode experimentar aceleração técnica e aceleração do ritmo da vida ao mesmo tempo, quando opera a partir de um princípio de crescimento escalar cego. Daí a derivação mais importante da tese de Rosa: a estrutura da sociedade moderna depende de sua permanente dinamização, o que a projeta para um processo aceleratório infundável. A certo ponto desse processo, num momento de viragem civilizacional, a aceleração social ultrapassou um limiar crítico das estruturas de estabilização dinâmica, conduzindo àquilo que Rosa caracteriza como relações dessincronizadas. A assincronia entre a velocidade dos processos sociais e daqueles aos quais se vincula – os processos naturais e psicológicos, por exemplo – tornou-se tema central do livro que o projetou internacionalmente. Escrito em inglês, *Alienation and Acceleration. Towards a Critical Theory of Late-modern Temporality*, de 2010, é uma tentativa de estabelecer os critérios normativos de sua crítica à aceleração, bem como de resgatar o conceito de alienação, eclipsado junto à primeira geração da teoria crítica. Em sua definição, alienação diz respeito à suspensão das relações entre o indivíduo e o mundo, como resultado da velocidade incompatível às experiências humanas, o que torna a vida social fria e muda. Por fim, em 2016 é lançado *Resonanz. Eine Soziologie der Weltbeziehung*, ao longo de cujas 800 páginas são analisadas as bases culturais da constituição moderna da ideia de boa vida, e cujo objetivo é vislumbrar potencialidades revolucionárias nas formas diversas de relações sociais de ressonância, sistematicamente obstruídas pela lógica de aceleração.

A seguinte entrevista foi realizada durante a visita de Hartmut Rosa à São Paulo, em fevereiro de 2017, para ministrar uma conferência no Encontro Internacional Pensar o Futuro, realizado pelo Serviço Social do Comércio (SESC) da capital paulista. A estrutura e a condução das questões são baseadas em projeto de pesquisa desenvolvido sobre a experiência moderna do tempo na teoria da aceleração social de Rosa, a ser defendido como dissertação de mestrado.

Sr. Hartmut Rosa, a sensação de pressa, urgência, estresse e ansiedade tem sido uma experiência comum. O tempo – nossos amigos e parentes dizem todos os anos – tem transcorrido com o dobro da velocidade que costumava

fazê-lo. Por isso, deve ter sido um empreendimento estimulante desenvolver uma teoria da aceleração social, uma vez que esse é um problema que toca diretamente seus contemporâneos. Como o senhor chegou a transformá-lo em uma questão teórica?

Hartmut Rosa: Acredito que existiram diversos aspectos que me levaram a tal. Um deles foi uma experiência muito pessoal, pois eu vivia em uma zona rural, a Floresta Negra, na Alemanha e, no entanto, ainda como estudante de graduação, passei um ano em Londres, e depois desenvolvi meu doutorado em Berlim. E sempre que voltava à Floresta Negra, tinha a sensação de que o tempo estava diferente, de alguma forma. Eu sentia como se vivesse uma experiência diversa da temporalidade nesses dois lugares, e, assim, comecei a me indagar sobre as causas dessa diferença. Nós costumamos ter a impressão – e de um ponto de vista teórico, isso é interessante – que o tempo é algo dado pela natureza. Mas não, ele é socialmente estruturado. Então comecei a me interessar pela maneira como o tecido social influenciava o meu senso de temporalidade. Um segundo aspecto foi a percepção de que estava sempre com o tempo escasso, que nunca tinha tempo o suficiente. Então notei, assim como você mencionou a percepção de seus amigos e parentes, que a maioria das pessoas compartilhava essa mesma impressão. Sempre dizem que vão bem, mas andam sem tempo. Assim pensei que, se todos estão com o tempo curto, talvez isso não seja um problema pessoal, mas social. E, portanto, comecei a pensar sobre esses problemas mais sistematicamente. Há alguns sociólogos que dizem que essas percepções são apenas jeitos de falar, pois nós temos, objetivamente, mais tempo do que jamais outros tiveram, pois não precisamos trabalhar por longas horas para alcançar certos objetivos de produção etc. Então quis observar como essa aceleração da vida poderia ser provada empiricamente. E quando me deparei com a literatura, descobri que desde o século XVIII sempre existiu alguma ideia de que a história se acelera, nossa sociedade se acelera, nossa vida torna-se mais veloz, e pensei: como eu poderia mensurar essa aceleração e encontrar evidências que a comprovassem? Por fim, o último aspecto que me interessou foi o fato de que, a despeito de toda a tecnologia desenvolvida para nos auxiliar na economia de tempo, quanto mais rápidas são essas tecnologias, quanto mais tempo conseguimos economizar, de menos tempo parecemos dispor. Assim que me interessei pelo problema.

E o senhor poderia descrever o percurso da sua educação como cientista social e os autores que o influenciaram em sua conceptualização da aceleração social?

Hartmut Rosa: Quando iniciei meus estudos, estava em Freiburg, numa universidade próxima à Floresta Negra. Na verdade isso é curioso, pois esse foi o lugar onde Heidegger trabalhou muito – e o lugar de onde venho é muito próximo

de lá. Mas Heidegger não foi a principal fonte do meu pensamento. Eu diria até mesmo que ele só desempenhou um papel negligenciável. Mas lá iniciei meus estudos em teoria política, e havia um professor, Wilhelm Hennis, através de quem tomei conhecimento do pensamento de Max Weber, particularmente de *Ciência como vocação*, e também da Ética protestante. Essa última está muito presente em meu novo livro sobre a noção de ressonância, pois diz respeito ao modo através do qual nos relacionamos com a vida e com o mundo enquanto tal. Portanto creio que Weber foi uma influência muito relevante. Mas então, cheguei à *London School of Economics*, onde li a obra de Charles Taylor, e esse foi um ponto memorável, pois ele é provavelmente minha maior influência intelectual, sobretudo através de obras como *The Sources of the Self*, *The Philosophical Papers*, *Interpretation and the Sciences of Man*, *Neutrality in Political Science*... A partir daí quis desenvolver meu doutorado sobre a obra dele, e foi dessa maneira que cheguei a Axel Honneth, quem introduziu Taylor à comunidade alemã. No início não tinha a intenção de me tornar um teórico crítico, apenas queria trabalhar sobre o pensamento comunitarista e sobre Charles Taylor. No entanto, através de Honneth e seu grupo, acabei entrando na tradição da teoria crítica. Foi nesse ponto que percebi que se eu quisesse entender, a um só tempo, a sociedade contemporânea e também – como Taylor sempre diz – a maneira como nós vivemos, a temporalidade seria uma dimensão de análise central, porque ela é um elemento essencial para a conexão das características estruturais da sociedade aos nossos mapas morais, ao que é importante para nós, nossos julgamentos profundos. Portanto foi através desse caminho que cheguei à teoria da aceleração social, e foi só nesse momento que me tornei um sociólogo, pois antes eu era um teórico da política e filósofo.

Mas quando se toma a tradição da teoria crítica, torna-se evidente que o problema do tempo é um problema genético. Desde Walter Benjamin, por exemplo.

Hartmut Rosa: Eu costumo afirmar – pois hoje ensino alunos de graduação e também escrevi um livro de introdução à teoria social – que a sociologia, como disciplina, teve sua origem justamente na percepção de que a sociedade começou a mover-se, de que havia uma grande dinamização, arditosamente desenvolvendo-se por detrás dos atores. Acredito que seja possível encontrar essa percepção em Tocqueville ou Jean-Jacques Rousseau, mas é certo que se encontre, por exemplo, no *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, quando clamam que tudo o que é sólido se desmancha no ar – o que foi posto como um título de livro por Marshall Berman –, ou na *Ética Protestante* de Weber, ou em Georg Simmel – ele define a modernidade quando olha para a metrópole, como São Paulo, e observa que a diferença entre a cidade moderna e as áreas rurais pré-modernas é a velocidade da vida. Então acredito, por isso, que não se trata de algo peculiar à teoria crítica, pois

que desde a primeira geração de sociólogos a preocupação com o sentido do tempo era algo muito vivo. Mas, por algum motivo, essa preocupação perdeu forças no pensamento social. Então começamos a nos preocupar com a modernidade enquanto racionalização, individualização, diferenciação ou domesticação da natureza. Por isso quis trazer a questão do tempo de novo à tona.

Por falar nisso, o senhor deixou claro em sua obra que, a despeito da percepção de dinamização da vida ser encontrada em inúmeras obras – na literatura, por exemplo –, ela foi teorizada de modo muito pobre pelos clássicos das ciências sociais. Isso significa que, mesmo sendo essa uma experiência geral, que motivou o desenvolvimento da teoria social, não chegou a se transformar em um problema teórico propriamente dito. Por que isso aconteceu?

Hartmut Rosa: Como eu disse, essa percepção pode ser encontrada nos mais variados lugares. Ela está no *Hamlet* de Shakespeare como “the time is out of joint”², mas também em Proust, Goethe, em todos os lugares da literatura, ou em Nietzsche, na filosofia. E também é possível encontrá-la no discurso das ciências sociais nascentes, mas não de um modo teórico. Eu fiquei frustrado de início, mas me surpreendi depois ao descobrir que mesmo em trabalhos teóricos muito sérios havia apenas observações muito vagas sobre o fato da sociedade, a história, a cultura ou nossas vidas estarem acelerando. Ou, como Peter Conrad diz em sua teoria da história cultural moderna: a modernidade diz respeito à aceleração do tempo. Nesse ponto eu me perguntei: o que significa dizer que o *tempo* está acelerando? Isso só faz sentido se você tiver uma concepção muito subjetivista do tempo. Portanto essa era uma questão muito pouco desenvolvida teoricamente, e por isso me interessei em desenvolvê-la. Houve tentativas de fazê-lo dentro da tradição marxista e, portanto, em alguma medida, dentro da tradição da teoria crítica, uma vez que, com Marx, é possível atentar para o fato de que, no fim das contas, toda a economia se resume a uma economia de tempo. E faz muito sentido a observação dessa mercantilização do tempo. Mas só com isso fica uma impressão de que se trata apenas do tempo de trabalho. E, no entanto, eu acredito que se trate de um problema mais geral, até mesmo cultural, da temporalidade moderna. Mas enfim, o que pode ser atribuído a esse déficit teórico? Talvez seja o mesmo problema que eu tive quando comecei a refletir sobre a temporalidade. Eu acreditava que deveria ter uma concepção clara do tempo para pensar a aceleração. Mas quando observei a literatura e tomei as obras de Luhmann ou Giddens, que destacam o tempo como uma dimensão importante, e também Merton, Sorokin e alguns outros, tornou-se certo para mim que eles não tinham uma concepção clara do tempo – Barbara Adam também não a tem,

² Célebre passagem do fim do primeiro ato da tragédia, de difícil tradução. “Como as coisas estão fora dos eixos”, traduziu Péricles Eugênio da Silva Ramos (SHAKESPEARE, 1976, p. 59). Mas é possível traduzi-la, com certa liberdade, como “o tempo está em desencaixe”.

mesmo tendo ela escrito muito sobre o tema. A temporalidade aí, percebi, não é algo nada inequívoco. Nesse ponto, imaginei que se você não pudesse encontrar uma boa definição na sociologia, deveria procurá-la na filosofia – mas ao olhar para a filosofia, tornou-se evidente para mim que aí também o tempo é algo completamente obscuro. Não fica claro se o tempo é algo que está lá fora, na natureza, ou se é algo inerente, ou se existe algo como um tempo absoluto, ou apenas um tempo relativo. No fim das contas, estamos no mesmo lugar onde Agostinho nos deixou: o tempo parece como uma dádiva, algo óbvio, se ninguém nos pergunta o que ele é – mas se alguém o faz, estamos perdidos. Talvez essa seja a razão pela qual não existisse uma boa teoria da realidade temporal na modernidade. Então me dei conta que poderia pensar sobre como e quando a temporalidade se modifica na modernidade, e se torna um problema; que poderia elaborar uma boa definição da aceleração social sem necessariamente ter uma definição clara do que é o tempo. Foi o que fiz.

Uma vez que você reconceitua a modernidade em sua totalidade a partir do conceito-chave da aceleração social, o que há de novo em relação a sua fase atual, isto é, quais as diferenças qualitativas entre a aceleração social encarada por Simmel e a encarada por nós?

Hartmut Rosa: Um outro aspecto do qual me orgulho da teoria da aceleração social é que ela fornece ferramentas para realizar uma distinção clara entre a modernidade tardia e aquilo que chamo de modernidade clássica. Acredito que na época de Simmel, ou na de Marx, o que se apercebeu foi, juntamente à dinamização da sociedade, que ela movia-se para frente. Diria, como Reinhart Koselleck, que houve uma apreensão temporalizada da história. Nos fins do século XIX e início do XX, por exemplo, havia uma forte impressão de que a história possuía uma direção, e todas as teorias da modernização foram elaboradas sobre essa ideia de que a sociedade tornar-se-ia gradativamente mais mercantilizada, judicializada, burocratizada, diferenciada etc. E esse mesmo processo era percebido em relação às vidas individuais, curiosamente. É possível observar que depois do século XVIII as pessoas começaram a abandonar aqueles tipos de vida errática na qual não se sabia ao certo o que o futuro poderia trazer. Começaram a investir, por exemplo, em educação: era necessário ir à escola para que, mais tarde, pudessem arrumar um emprego. Ou, com o desenvolvimento do Estado de bem-estar, surgiu a perspectiva de que por volta dos 60 anos era possível retirar-se da vida laboral. Portanto havia uma ideia muito clara de que era possível projetar o futuro em uma direção adiante – o futuro social e individual. E eu me refiro a essa situação como sociedade de mudanças de ritmo geracional. Isto é, uma situação social na qual quando uma avó fala com seu neto, ela diz: “Olha, criança, na minha época, no meu tempo, fazia muito sentido ser um carpinteiro, mas no seu, talvez não”. Ou: “Na minha época era impensável que dois homens pudessem viver juntos, mas na sua época isso pode ser

aceitável”. Esse ritmo de mudança denota que cada nova geração deverá criar seu próprio mundo, seus próprios empregos, suas próprias estruturas familiares e seus próprios lugares para viver. E hoje, no que eu chamo de modernidade tardia, cuja condensação localizo nos anos 1990, o ritmo das mudanças tornou-se muito rápido para esse tipo de troca geracional: ele alcançou uma velocidade intrageracional. Aqui aquela conversa entre avó e neto, na qual se poderia dizer “meu tempo e seu tempo”, perde o sentido. Ambos poderiam concordar que, *neste exato momento*, o Brasil ou a Alemanha são países democráticos, mas talvez *amanhã* as coisas sejam diferentes. Começa a emergir um tipo de mudança errática e impulsiva, de modo que perdemos a sensação de mover-se para frente. De alguma forma perdemos o senso de futuro. A ideia de progresso foi perdida. A sociologia pode demonstrar que, ao longo de muitas gerações, desde o século XVIII, os pais estiveram convictos de que trabalhariam muito, com o fim de proporcionar a seus filhos uma vida melhor. Mas agora isso mudou. Em grande parte dos países – talvez isso não seja verdade para o Brasil – os pais estão cada vez mais convictos de que fazem tudo o que está ao seu alcance para permitir que seus filhos permaneçam onde estão, para que suas vidas não regridam. E eu acredito que isso começou a mudar realmente por volta do ano 1990, pois os processos de aceleração social ocorrem em movimentos ondulares, e é justamente nesse período que pelo menos três ondas de aceleração se manifestaram. Uma delas foram as revoluções políticas que levaram à queda do Muro de Berlim e do bloco comunista. A Europa do Leste e a Eurásia possuíam uma temporalidade distinta, e a confrontação entre os blocos funcionava como uma barreira de velocidade. Dessa forma, as revoluções políticas significaram a abertura de uma vastidão de terras e populações à lógica da aceleração. Uma segunda onda teve a ver com a reforma dos mercados financeiros no sentido de desregulação e privatização, o que costumamos chamar de neoliberalismo – o que está relacionado em grande medida com a transformação do modo de produção fordista. E, por fim, obviamente, a revolução digital e o advento da internet.

O senhor também apontou que a tendência de pensar que tudo está se acelerando é errônea. E que existem algumas assimetrias, no que tange à capacidade de aceleração, entre sistemas sociais, entre a sociedade e a natureza, entre os indivíduos e a sociedade etc. Quais são as consequências dessa assimetria para o processo de aceleração social?

Hartmut Rosa: O que observo como consequência é o fenômeno da dessincronização. Veja, as tentativas teóricas de captar a aceleração social sempre deixaram a desejar, mas por outro lado, sempre houve a reivindicação teórica de que tudo na sociedade moderna está acelerando – e isso é algo estúpido de se pensar. Pois existem coisas que simplesmente não se pode acelerar, como alguns processos corporais, por exemplo: se você pega um resfriado, não importa quantos comprimidos

you take, you will have to wait for about 7 days to have your health restored. A pregnancy always takes about 9 months, and a day always has 24 hours – there is nothing you can do about it. There are also things that can speed up, but that won't work, and other things that are intentionally slowed down: when people seek rest, with this, they are ready to speed up again in a second moment. Or then there are things like a jam, when everyone wants to go fast and, as a result, nothing moves. But what is important, and I say systematically, is that in my analysis the process of modernization, while a dynamization of the world, leads to a form of social equilibrium based on the phenomenon of dynamic stabilization. This means that modern society can maintain its own structure only through acceleration, growth and innovation, which means that the world as a whole, in its materiality, is under pressure to dynamize itself: people, money, goods and raw materials are in motion. On the other hand, there can be cultural traditions, traditional populations that cannot speed up without being destroyed. The ecological sphere is desynchronized, one time when nature is very slow for the pace of society. Politics can also be desynchronized: democracy is a process that consumes time. But I also believe that there is desynchronization between financial markets and the productive economy: financial transactions can be carried out at the speed of light, but houses, cars and computers cannot be produced at that speed. And, in the end, there is desynchronization between our bodies, our minds and social transactions.

Recentemente, Saskia Sassen publicou um livro chamado *Expulsions* (2014), cujo argumento fundamental defende que o que diferencia a forma atual do capitalismo de sua antecedente é o fato de que, ao invés de integrar pessoas, ela as expulsa. Isto é, uma vez que seres humanos são limitados em suas capacidades de acelerar e gerar lucros, eles precisam ser expulsos em certo ponto. É possível chegar a essa leitura a partir da teoria da aceleração social?

Hartmut Rosa: Eu realmente não tenho certeza quanto a isso. Penso ser verdade o que Marx disse em relação ao fato de que o sujeito de movimento da sociedade capitalista é o próprio capital, e que, portanto, não são os seres humanos que impulsionam o movimento dessa grande roda de hamster que põe tudo sob pressão aceleratória. Mas, ainda assim, eu acredito que esse processo precisa de nossa energia humana, psicológica, e de nosso desejo. Isto é, a sociedade não acelera, inova e cresce por si própria. Portanto mesmo que seja verdade que cada vez menos humanos são necessários, que eles sejam sistematicamente excluídos, ou expulsos, o resultado disso é uma forma acentuada de dessincronização, o que, não obstante, significa que os humanos continuam sendo um problema sistêmico.

Em meu último livro, eu sugiro fortemente a ideia de uma renda básica comum como solução para aliviar o medo de tornar-se dessincronizado – medo esse que é um motor da aceleração social.

É possível dizer que o medo de se tornar dessincronizado é o que leva as pessoas a tomar drogas para trabalhar 24 horas por dia?

Hartmut Rosa: Sim. Mas todos nós fazemos coisas nesse mesmo sentido, até mesmo para nossas crianças: desde que nascem nós as educamos para serem competitivas.

Em sua obra a é possível ler sobre a existência de três motores externos e independentes que impulsionam a aceleração social. Nomeadamente, os motores econômicos (tempo é dinheiro), o cultural (a promessa moderna de aceleração) e o estrutural (temporalização da complexidade). Como eles funcionam e em que medida são independentes?³

Hartmut Rosa: Esta é, na verdade, uma questão difícil. Às vezes eu mudo minha visão sobre esse assunto, mas, de modo geral, por detrás dos motores da aceleração sempre há a lógica da estabilização dinâmica. Muitos colegas me dizem: “O que você quer dizer com isso? Trata-se simplesmente do capitalismo”. E minha resposta sempre é de que não se trata apenas do capitalismo. A competição, enquanto uma norma de distribuição e alocação de recursos, não é completamente dependente do capitalismo. No campo da ciência, por exemplo, aquele que consegue um emprego como professor ou pesquisador é quem oferece a melhor proposta para tal, aquele que é mais competitivo, e não aquele que possui esse ou aquele *status*, ou pertence a essa ou aquela classe. O mesmo ocorre no campo da política, ou no âmbito das relações amorosas. Dessa forma penso que a lógica da competição é algo maior que a lógica do capitalismo, não se trata apenas de um efeito. Portanto, eu diria que a competição é uma das forças motoras da aceleração social, pois que seu critério de medida, sua mensuração, é o número de efetivações por unidade de tempo. Consequentemente, onde quer que exista competição, existe escassez de tempo. Em segundo lugar, e o que eu acho mais importante, é aquilo que chamo de motor cultural. Como disse, a roda de hamster da sociedade de aceleração social não gira por si própria, mas por nós. Somos nós que impulsionamos os moinhos. E também não é apenas a força bruta do capitalismo que nos põe a correr. Existe um certo poder positivo, algum tipo de desejo ou anseio – e essa é uma ideia que pode ser remetida a Heidegger – de evitar a morte; trata-se do medo da morte. As pessoas temem a necessidade de morrer algum dia. Assim, uma maneira de lidar com isso é pensar que não importa que seja necessário morrer um dia, porque a vida

³ Na verdade, no último livro que trata sobre o tema específico da aceleração, *Alienation and Acceleration*, Rosa considera apenas dois motores externos: um social (a competição) e um cultural (a concepção moderna de boa vida). Ele se refere a essa mudança nesta entrevista.

verdadeira começa após a morte. Mas essa ideia não tem mais força em nossa época, mesmo para aqueles que acreditam e para as pessoas religiosas. Com isso, surge a ideia de que, se você viver mais rapidamente, poderá viver duas vidas dentro de uma única. Você poderá ter todas as experiências, amizades, e poderá desenvolver todas as capacidades que possui. E se você puder viver indefinidamente mais rápido, não há mais necessidade de temer a morte. Mas em meu último livro eu defini esse motor cultural de modo um pouco diferente. Eu o defino segundo a ideia de que nós, implicitamente, concebemos a boa vida como algo relativo à expansão do horizonte daquilo que pode ser conquistado, atingido e também entendido. Trata-se do desejo permanente de trazer as coisas para dentro de nosso campo de controle. Eu considero três características fundamentais desse desejo: disponibilidade, alcançabilidade e acessibilidade. Acredito, assim como Max Weber, que exista uma afinidade eletiva entre esses dois motores – nem o motor cultural é uma causa do capitalismo, nem o motor econômico uma causa da cultura. Acredito que ambos se encaixam muito bem, pois nós não somos movidos apenas pela promessa de aumento de nosso escopo, mas também pelo medo de que, se não o aumentarmos, cairemos em um abismo. Basicamente, nossa existência tem se sustentado sobre uma escada rolante em declive: se você não pular para o degrau acima, perderá posição. E, por fim, o terceiro motor diz respeito apenas àquilo que Luhmann chama de diferenciação funcional. Existem cada vez mais e mais arenas em meio às quais devemos correr, e isso leva a uma multiplicação do número de entradas de nossas listas de atividade. Um dos problemas decorrentes disso, certamente para as classes médias, mas válido também para a classe operária, é a explosão do número de coisas que sentimos que devemos fazer – e eu chamo isso de explosão das expectativas legítimas. Mais cedo ou mais tarde as pessoas te perguntarão: por que você não cuida melhor de seus filhos, de seus pais? Por que não faz mais pelo seu trabalho, se informa melhor sobre as notícias? Por que não faz algo em relação a seu *hardware* e seu *software*? Por que não faz algo para seu corpo parecer mais saudável e atraente?

Mas é possível tomar esse último motor como algo independente da lógica da competição capitalista e das promessas e medos culturais da modernidade?

Hartmut Rosa: Na sociologia existe essa grande discussão: é a sociedade capitalista que produz uma estrutura diferenciada para a circulação do capital, ou é a sociedade diferenciada uma estrutura na qual o capitalismo é apenas um modo de produção? Se eu tiver que escolher entre essas duas opções, ficaria com a primeira. Então, por isso, a diferenciação funcional não é completamente independente. Em meu livro *Alienation and Acceleration*, eu resumi as forças motoras da aceleração a apenas dois motores: a competição e à concepção de boa vida, a qual me referi. Mas ainda insisto: não se trata apenas do capitalismo. Como Charles Taylor diz, não podemos entender o que e quem somos de modo independente de nossas auto-

interpretações (isso é algo que os marxistas não aceitariam com facilidade). Por isso que coloquei como subtítulo de meu livro sobre a noção de ressonância, a definição *eine Soziologie der Weltbeziehung*⁴. Não é fácil traduzi-lo, mas trata-se de como experienciamos e nos relacionamos com o mundo enquanto tal. Com isso quero dizer que, apenas no interior de um sistema cultural no qual a ideia central seja a de que é necessário relacionar-se com o mundo a partir do mando, do controle, da capacidade de fazê-lo disponível, alcançável e acessível, o capitalismo pode existir.

É muito interessante que o senhor escreva sobre um diagnóstico do tempo, uma vez que existe um sentimento generalizado nas ciências sociais – na realidade, existe um movimento nessa direção – de que toda tentativa de fazê-lo deva ser vista como problemática. Com o advento da virada linguística, por exemplo, muitas dúvidas foram lançadas sobre as tentativas de tocar qualquer objetividade social.

Hartmut Rosa: Eu sei, e esse é um grande debate, muitas vezes tratado com paixão. Penso que compartilho com a tradição da teoria crítica – e talvez com o marxismo –, com Adorno e outros, algo sobre o qual essa tradição sempre insistiu: existe alguma forma de totalidade, algo que é necessário entender para descobrir o que move uma sociedade ou uma época. Mas sei que existe uma tendência muito forte, em todo o mundo, de pensar que não exista totalidade e nem formações sociais, mas, contrariamente, apenas diferentes grupos que possuem diferentes visões do mundo. Mas então estamos perdidos, e devemos abandonar as ciências sociais como um todo. Porque quando apenas se vê diferença, quando apenas concentram-se sobre as diferenças entre o negro e o branco, a mulher e o homem, a criança e o adulto, perde-se as similaridades. Quando damos uma olhada sobre o desenvolvimento de nossas paisagens, sobre a maneira como produzimos e consumimos, encontraremos vigorosas tendências movendo-se na mesma direção em Beijing, Shanghai, São Paulo, Rio, Nova York ou muitos outros lugares. É claro que se pode argumentar que existem mais similaridades entre as grandes metrópoles do que entre cada uma dessas metrópoles e suas zonas periféricas, ou áreas rurais. Mas ainda assim é possível encontrar aí padrões universais. Eu acredito que seja necessário manter noções formacionais como modernidade, ou talvez distinções entre modernidade e modernidade tardia, ou mesmo sociedade. Quando você observa os fenômenos a partir das minhas lentes, que são os problemas da aceleração da vida, descobrirá que essa é uma característica encontrada em todos os grupos da sociedade. Pode ser que existam algumas populações indígenas no Amazonas que jamais entraram em contato com nossa civilização, mas todas elas estão sob pressão de erosão. Portanto, o que chamo de estabilização dinâmica afeta diferentemente

⁴ Uma tradução possível é: “uma sociologia da relação com o mundo”. Trata-se do livro **Resonanz. Eine Soziologie der Weltbeziehung** (2016).

negros e brancos, pobres e ricos, indígenas, indivíduos operários e indivíduos de classe média – mas afeta a todos. E abandonar a intensão de observar no mundo um fenômeno como a aceleração social tornar-nos-ia realmente cegos. Esse é o motivo pelo qual em meu *Alienation and Acceleration* eu afirmo que o processo de dinamização é um tipo de força totalitária, no sentido que Adorno atribui a essa noção. Por que totalitária? Porque afeta todas as esferas da vida, desde as formas de diversão, trabalho, educação, cuidado, relações de afeto e até mesmo as formas de comunicação. A classe média e as classes mais altas internalizaram a pressão temporal, e a escassez de tempo tornou-se parte de seus *habitus*. E para muitas pessoas da classe trabalhadora, a pressão temporal aparece como uma força externa: são seus chefes quem designa quando e o quê fazer. Ou então são obrigados a trabalhar em três empregos, de modo que precisam correr enlouquecidamente. E para os desempregados, aqueles que foram expulsos, essa força totalitária também é sentida, pois são lançados para um buraco cada vez mais fundo na medida em que perdem a capacidade de acompanhar o ritmo da sociedade, e seu tempo torna-se progressivamente desvalorizado.

E seu diagnóstico do tempo abarca dois diagnósticos distintos, ambos comuns nas análises contemporâneas. Um deles afirma que as coisas estão crescentemente frenéticas, e o outro afirma que nada se modifica significativamente. Um de seus objetivos em *Beschleunigung* é demonstrar como essas duas percepções distintas estão internamente ligadas uma a outra.

Hartmut Rosa: Sim, e isso é bastante interessante. Como disse, na produção cultural moderna, de Rousseau a Shakespeare, de Goethe a Proust, pode-se encontrar a percepção de uma aceleração da vida, mas também existe, nesse mesmo período, o sentimento daquilo que os franceses chamam de *l'ennui* – o que é, de alguma forma, o sentimento de estar entediado pela vida. É possível encontrá-lo em Nietzsche, Benjamin, Adorno e outros, como a ideia do eterno retorno do mesmo. E então é possível encontrar hoje a percepção de que ocorrem muitas mudanças nos *hardwares* que usamos, nos *softwares*, nas interações sociais, mas essas mudanças parecem ocorrer sempre na superfície, e que, portanto, nas profundezas de nossa existência, existe uma certa inércia, uma suspensão, um fim da história. Como discutimos antes, em algum ponto perdemos o senso de progresso, de história, de movimento para frente. Se a velocidade das mudanças torna-se demasiada, perde-se a impressão de que se está movendo em direção a algum lugar, apenas sente-se que existem mudanças erráticas ao redor. Mas existe outra dimensão, que é um tipo de inércia complementar à aceleração – e esta é uma ideia que pode ser encontrada em Paul Virilio –, que diz respeito à lógica escalar que sustenta o sistema de aceleração, ao que eu atribuo a rigidez de uma jaula de aço – para utilizar o termo de Weber. A necessidade de crescimento é permanentemente posta sobre você. Hoje, amanhã

e depois de amanhã, o fato de que devemos crescer, inovar e mudar não muda jamais. E esse é o lado estável da modernidade. Os motores da aceleração estão, eles mesmos, intactos. E isso é curioso, pois no momento em que tudo parece mudar, as pessoas sentem que, a respeito dessa forma de vida, nada pode ser mudado. Por isso gosto da metáfora da bicicleta: se ela se move com velocidade, torna-se muito estável, mas se se move devagar, corre o risco de tombar. Assim, se estamos em um estado de grande velocidade, mantemo-nos estáveis – mas isso significa que passamos a criar grandes perigos, pois uma vez que a bicicleta se choque contra algo, o resultado é desastroso.

E é possível tomar esse problema, que se projeta ao nível da cultura, na dimensão individual? Como o senhor disse, existe uma dialética histórica da temporalização e da destemporalização da vida. Antes de nos tornarmos modernos, nossas vidas eram destemporalizadas, no período clássico da modernidade nossas vidas tornaram-se progressivamente temporalizadas, e agora estamos mais uma vez destemporalizados.

Hartmut Rosa: Nos tempos antigos, por assim dizer, nas várias formas de pré-modernidade, as pessoas basicamente nunca sabiam o que iria acontecer no dia seguinte: talvez houvesse um incêndio, uma seca, uma doença ou qualquer acidente, e eles não saberiam o que viria depois. Assim, em certo sentido, a vida era destemporalizada. Mas desde o começo da modernidade a vida foi sendo temporalizada. Como disse antes, a vida social e individual ganharam um prolongamento linear, de modo que cada geração deveria encontrar seu próprio lugar e desenvolvê-lo. Na modernidade tardia, para muitas pessoas as coisas voltaram a ser como no começo: elas não sabem o que o amanhã trará. Mas existem duas diferenças. Uma delas diz respeito ao fato de que agora as mudanças são endógenas, e não exógenas como um incêndio, uma doença ou uma seca – são produzidas pela própria sociedade. É a lógica da estabilização dinâmica o que faz as pessoas não saberem o que acontecerá amanhã. E a outra diz respeito à retirada sistêmica das seguranças ontológicas. Isto é, no mundo pré-moderno, para muitas práticas cotidianas havia fortes tradições que informavam os procedimentos, você sabia o que fazer e como fazer – você sabia quem você era e o que a sociedade era. É por isso que o tipo de insegurança trazida pelo destemporalização da vida na modernidade tardia é tão diferente daquela vivida pelos pré-modernos.

Mas penso que exista um sentimento crescente, na minha geração, por exemplo, de que é necessário estar ligado a algo eterno, atemporal. É possível observar um interesse crescente dos jovens por astrologia, ou por novas formas de radicalismo ideológico e religioso... Isso pode ser visto como uma resposta à perda de temporalização?

Hartmut Rosa: Em meu *Resonanz* eu digo, basicamente, que a destemporalização da vida está levando à ruína o senso de identidade – talvez não

necessariamente identidade, mas o senso de seu lugar no mundo e de quem você é. Nas sociedades pré-modernas seu lugar no mundo estava determinado antes de seu nascimento, portanto as possibilidades que você teria já estavam claras desde o começo. Questões como a qual espectro político alguém deveria se afiliar; se seria direitista ou esquerdista, simplesmente não eram feitas. E as pessoas também não se perguntavam se eram cristãs, muçulmanas ou hindus, pois isto era uma característica de seus mundos. Na modernidade, sua identidade e biografia são justamente o resultado das escolhas feitas na busca individual de encontrar-se um lugar no mundo. Mas, como dito, na modernidade tardia não é mais possível estar seguro com os mesmos parâmetros que se utilizavam na modernidade clássica. Você pode estar trabalhando como um jovem pesquisador agora, mas em cinco anos pode virar um *designer* ou um político. Você pode viver em São Paulo agora, mas em cinco anos mudar-se para os Estados Unidos, ou para Europa. Você pode viver com Maria agora, mas em pouco tempo isto pode mudar. E você também pode ter votado em liberais na última eleição, mas na próxima votará nos comunistas. Em certo ponto do processo de dinamização, você pode já não encontrar seu lugar no mundo. É cada vez mais necessário utilizar-se de demarcadores temporais para demonstrar o que você é agora, o que você foi da última vez, e o que será num próximo momento. De outra forma, você será obrigado a encontrar algum tipo de estabilidade identitária em alguma sorte de transcendência. É possível tornar-se testemunha de Jeová e dizer com facilidade: tenho minha bíblia e meu Deus, não importa onde vivo, com quem vivo e o que faço para meu sustento. Existem movimentos similares no sentido do fundamentalismo político. Acredito que isso seja explicável pelo sentimento de necessidade de lançar algum tipo de âncora. Neste meu último livro, afirmo a ideia de que a boa vida só pode ser encontrada se levado a sério nosso anseio, nossa aspiração em encetar relações de ressonância em três níveis. Um deles diz respeito ao encontro de relações sociais ressonantes, isto é, relações nas quais uma pessoa tem a capacidade de alcançar e afetar outra, mas apenas de maneira que essa outra pessoa também o tenha. Nós costumamos conceituar a amizade e o amor como relações desse tipo. Mas também, em um outro nível, é possível encontrar a necessidade de uma relação ressonante com as coisas – com os objetos com os quais trabalhamos, por exemplo. E, por fim, a necessidade de ressonância em relação ao nosso estar no mundo enquanto tal. Isso foi dito por Karl Jaspers, William James, Martin Buber e muitos outros que refletiram sobre o que é a religião. É evidente que a religião proporciona a promessa de que, no mais íntimo da sua existência, haja uma relação de ressonância: há alguém que te vê, que te ouve e te ampara, alguém que encontra caminhos para te responder, mesmo que você não entenda o que este alguém diga. Portanto as pessoas buscam por isso, e o encontram não apenas na religião, mas também em nossa ideia de natureza: a floresta, o sopro de vida das

florestas, sua atmosfera etc. Ou oceano, quando, ao balançar-se no movimento das ondas, uma pessoa pode sentir-se conectada ao fluxo da vida, à voz da natureza. Mas também é possível encontrá-lo na arte. E, obviamente, todas as noções exóticas vivem deste lado da ideia de ressonância: “de alguma forma, o movimento das estrelas liga-se a mim...”.

O senhor escreveu que o conceito de ressonância é oposto à ideia de alienação. Mas alienação, enquanto conceito, tem sido visto como algo problemático pelo mesmo movimento nas ciências sociais que vê com maus olhos conceitos como os de sociedade, modernidade etc. O problema que geralmente se levanta em relação à alienação é: o que seria o não-alienado?

Hartmut Rosa: Esse é realmente um problema, e em grande medida é por isso que alienação, enquanto conceito, tenha sido deixada de lado por boa parte da teoria social. Mas, quando escrevi minhas análises sobre aceleração e dessincronização, as pessoas começaram a concluir – quando digo pessoas me refiro aos pesquisadores, mas certamente à mídia também – que eu estava advogando em causa da desaceleração. E isso não é verdade, pois eu não acredito que haja qualquer vantagem em apenas desacelerar e continuar fazendo as coisas exatamente do jeito que já fazíamos. É possível ouvir, sobretudo de políticos, que é necessário haver mais competição, mais incentivos para as agências de crescimento, mas, ao mesmo tempo, de que é necessário aliviar a pressão temporal das pessoas. Ora, acreditar nisso seria estúpido. E a lentidão, por si só, não é nada atrativa. Uma conexão de internet lenta, assim como uma brigada de incêndios ou uma montanha russa lentas não são coisas desejáveis. Assim como a velocidade não é ruim em si mesma, também a lentidão não é um bem incondicional. Esse foi o motivo que me levou a escrever *Alienation and acceleration*, na tentativa de esclarecer que a velocidade só se torna algo ruim quando conduz à dessincronização e à alienação – na verdade, para mim, a alienação é uma forma de dessincronização. De alguma maneira, com alienação eu quero demonstrar um tipo de relação na qual o mundo torna-se mudo para nós. Um caso paradigmático de alienação pode ser observado na síndrome de *burnout*, na qual as pessoas, a despeito de saberem que possuem um bom emprego, de que podem ser bem-sucedidas em acumular dinheiro, amizades, conhecimentos etc., sentem ao mesmo tempo que o mundo em que vivem tornou-se frio, mudo e surdo – e eu tenho conversado muito com médicos e psiquiatras a esse respeito. E quando essas mesmas pessoas olham para dentro de si mesmas, têm o mesmo sentimento; sentem-se alienadas de si, como se tudo em suas vidas estivesse vazio e mortificado. Essa experiência é, para mim, o senso da alienação. O perigo de usar esse termo foi sempre atribuído à necessidade de resvalar-se em algum tipo de essencialização. Por muito tempo tinha-se a ideia de que alienação era algo que se opunha à natureza humana – mas não sabemos efetivamente do que se trata tal

natureza. Com esse sentido alienação pode tornar-se um conceito perigosamente conservador. Até mesmo a noção de autenticidade, em alguma medida; a ideia de que alguém não é alienado quando é autêntico, pode ser problemática. Pois isso significaria que você deve permanecer como está, permanecer fiel às suas tradições etc., e algumas vezes temos uma experiência de não-alienação – ou nos sentimos não-alienados – quando nos deparamos com algo inteiramente novo, algo que nunca fizemos antes. Quando alguém te diz que estava prestes a realizar uma transação, ou qualquer outra tarefa, e se deparou com uma criança na rua, ou viu-se subitamente absorto em uma música, e foi levado, por esse encontro inesperado, a mudar todos os seus planos – isso não é uma expressão de pura e simples autonomia. Então o que é? Por isso, o que oponho à alienação é o estar em contato com algo que realmente te afeta, mas que ao mesmo tempo te permite tocar o lado oposto. Trata-se, portanto de ressonância, como algo que te muda e que não pode ser completamente controlado ou previsível – nunca se sabe quando a ressonância ocorrerá. Portanto, foi a partir da relação de dessincronização, resultante do processo de aceleração social, que busquei recontar o significado da alienação. E na medida em que alienação é o oposto de ressonância, uma noção relacional, não preciso servir-me de qualquer essencialismo.

Então o critério de sua teoria crítica não é autonomia, mas ressonância?

Hartmut Rosa: Meus colegas sempre insinuam que eu devo insistir sobre a ideia de autonomia, o que fiz por um bom tempo. Desde o início aleguei que queria fazer uma sociologia no sentido em que fosse uma sociologia crítica. Não apenas descrever as coisas, mas também observar possíveis patologias ou causas sociais para sofrimentos humanos. Nesse caso é necessário um critério normativo a partir do qual é possível dizer o que é patológico ou que há de errado. Então pensei que teria de observar os critérios normativos que já estão dados na sociedade, e com isso vi que a ideia de autonomia era a grande promessa moderna, mas que a sociedade não a cumpria. E continuo pensando nisso, mas, por outro lado, me dei conta de que o desejo de autonomia é ele mesmo relacionado às causas do processo de aceleração-crescimento-inovação. Os desejos que envolvem a conceptualização moderna de boa vida – disponibilidade, alcançabilidade e acessibilidade – estão intimamente relacionados à necessidade de ser autônomo. Não considero a autonomia como o conceito filosófico derivado de Kant, mas como um conceito sociológico, e nas entrevistas biográficas que conduzo, sempre a encontro no desejo de tomar decisões por si próprio, de desenvolver-se uma voz própria. E acredito que isso é perfeitamente interessante. Mas para uma relação ressonante isso não é o suficiente, pois nesse caso não se trata apenas de estar livre, mas de ser capaz de ser tocado por outro, de ouvir a outro. Por isso diria, basicamente, que o critério normativo da crítica são nossas relações de ressonância. Eu faço duas reivindicações com o conceito de ressonância. Em primeiro lugar, em processos de ressonância você é

transformado em uma determinada direção da qual não se tem completa consciência, por isso não é equivalente a autonomia. E em segundo, ressonância implica em algo elusivo, isto é, não é possível ter certeza em relação a quem ocorrerá, ou quando, bem como não é possível predizer seu resultado. Nosso desejo de controlar as coisas permanentemente – uma vez que concebemos autonomia como o controle do ambiente, do resultado de processos, e como decisões que devem ser tomadas apenas individualmente – é parte do problema, e não a resposta. Autonomia é algo muito importante, mas apenas como um componente normativo.

Ressonância, portanto, não significa uma completa abertura para qualquer forma de relação ou estímulo externo.

Hartmut Rosa: Não. Meu argumento é, basicamente, que se você se mantiver fixado à noção de autonomia, não poderá encetar uma relação ressonante, mas, por outro lado, se você se tornar completamente aberto, não poderá desenvolver-se como uma voz particular. É possível exemplificá-lo a partir da física e da acústica. Imagine que você tenha dois instrumentos musicais, ambos os quais possam entrar em ressonância, como um violão e um piano. O violão, por exemplo, deve estar fechado o suficiente para ser ouvido como um corpo sonoro específico, pois se tornar-se muito poroso e penetrável por qualquer interferência externa, simplesmente não soará. Portanto é necessário manter-se fechado o suficiente para desenvolver sua própria frequência. Mas aberto o suficiente para ser tocado por outro. Essas duas direções compõem a um só tempo a relação de ressonância. Mas uma vez que a experiência do mundo seja a de um lugar perigoso, tendencialmente você buscará fechar-se além do requerido. A lógica de estabilização dinâmica permanentemente cria uma estrutura institucional que pressiona os indivíduos no sentido de serem cada vez mais velozes, eficazes e capazes de controlar seu ambiente... Dessa forma, nosso mundo está devassado de suas qualidades ressonantes.

Então como podemos esperar constituir relações ressonantes em um mundo que sistematicamente bloqueia essa possibilidade?

Hartmut Rosa: Quando escrevi sobre o problema da aceleração, disse que não poderíamos fazer nada como indivíduos. Costumava tomar, em relação a isso, o que disse Adorno: *Es gibt kein richtiges Leben im falschen*⁵. Ainda hoje as pessoas me perguntam o que devem fazer para não viverem tão afoitas, e sempre digo que se trata de um problema sistêmico, que só pode ser tomado politicamente, em conjunto com outras pessoas. Portanto, não se pode resolvê-lo unilateralmente. Em meu livro sobre ressonância não defendo qualquer tipo de receita exotérica para qualquer sorte de *mindfulness*. Mas o que penso nesse novo livro é que o processo de ressonância pode ser estabelecimento a partir de uma via de mão dupla, e uma

⁵ Mínima Moralía, § 18. Na tradução de Gabriel Cohn “Não há vida certa na falsa” (ADORNO, 2008, p. 36).

das mãos diz respeito aos problemas que só podem ser resolvidos coletivamente, politicamente – como sugeri, a criação de uma renda básica incondicional, mas também a nacionalização dos mercados financeiros, ou a taxação global das heranças. Isto é, a transformação da democracia em uma esfera de ressonância. Mas, não obstante, também é possível iniciar um movimento do ponto de vista individual, e pelo menos modificar, ainda que sutilmente, a forma com a qual nos relacionamos com o mundo. Pois todos agem, a todo momento, divididos em duas direções de anseios. A primeira é a da estabilização dinâmica, e a segunda, a direção da busca por relações ressonantes. Quando eu estava sentado em meu escritório em Jena, numa pequena universidade, e recebi o convite para vir para São Paulo, imediatamente senti que aquilo era atrativo para mim – significava alcançar uma escala global em meu trabalho. Significava a possibilidade de expandir meus horizontes de disponibilidade, alcançabilidade e acessibilidade. Mas, não posso esquecer, há um perigo em viajar permanentemente de um país para o outro, de uma cidade para outra – o perigo de acabar não estabelecendo quaisquer relações ressonantes em nenhum lugar. Por isso, penso que podemos, pelo menos, mantermo-nos com mais determinação na direção de estabelecer eixos de ressonância, do que na direção da cega estabilização dinâmica.

***NON-CHRONIC MODERNITY: SOCIAL ACCELERATION,
DE-TEMPORALIZATION AND ALIENATION: AN
INTERVIEW WITH HARTMUT ROSA***

ABSTRACT: *The scope of this interview is to present the social experiences and the analytical categories which comprise Hartmut Rosa's theory of social acceleration. At the outset, the questions lead the author to recall the reasons that lead to his interest in the problem of time in the present modernity, as well as the intellectual path that guided him to such an interest. The consequences of what Rosa diagnoses as a society of de-synchronized and de-temporalized acceleration are exposed and subsequently a new interpretation of the concept of alienation is proposed. Through his claim of being a successor to the school of critical social theory, Rosa also indicates the rough outlines of his critical model's normative referential, examining the temporal maxims that make up the modern ideal of a good life.*

KEY-WORDS: *Hartmut Rosa. Social Acceleration. Alienation. Critical Theory.*

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Minima Moralia**. Reflexões a partir da vida lesada. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

ROSA, H. **Beschleunigung**. Die Veränderung der Zeitstrukturen in der Moderne. Frankfurt am Main: Surkhamp, 2005.

_____. **Alienation and Acceleration**. Towards a Critical Theory of Late-modern Temporality. Malmö/Århus: NSU Press, 2010.

_____. **Resonanz**. Eine Soziologie der Weltbeziehung. Frankfurt am Main: Surkhamp, 2016.

SASSEN, S. **Expulsions**. Brutality and Complexity in the Global Economy. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

SHAKESPEARE, W. **A tragédia de Hamlet**. Príncipe da Dinamarca. Peça em cinco atos. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

Recebido em 02/10/2017.

Aprovado em 11/10/2017.

Resenha/*Review*

RESENHA DO LIVRO *JOGADA POLÍTICA NO ESPORTE: O CONFRONTO ENTRE OS JOGOS POLÍTICOS E OS ESPORTES OLÍMPICOS*

*Quéfren Weld Cardozo NOGUEIRA**

O livro do jornalista Fábio Piperno, *Jogada política no esporte: o confronto entre os jogos políticos e os esportes olímpicos*, publicado pelo SESI-SP em 2016, aborda aquilo que o autor denomina de jogadas políticas ou lances diplomáticos no esporte. Para trabalhar tal assunto, ele elege acontecimentos nos quais ocorreram embates em torno da participação de atletas em eventos esportivos.

O livro é dividido em 17 pequenos capítulos, sendo que os 5 últimos tematizam o boicote aos Jogos Olímpicos. As análises feitas compartilham o entendimento de que o esporte é perpassado por intervenções políticas que atendem determinados interesses ideológicos, maculando assim uma suposta neutralidade do fenômeno esportivo¹. As histórias se distanciam de acontecimentos de maior divulgação midiática e elegem acontecimentos pouco conhecidos do grande público. Segundo o autor, “os fatos que apresentamos ao leitor não são únicos e talvez nem os mais emblemáticos do histórico dessa relação incestuosa entre política e esporte. Mas todos os eventos e personagens destacados se mostram emblemáticos nos momentos aqui narrados” (PIPERNO, p. 13).

Apesar de ser uma obra para o público brasileiro, o livro não trabalha com a relação entre política e esporte no Brasil. Tal questão é levantada pelo prefaciador, Caio Luiz de Carvalho, Ministro de Esportes e Turismo, entre 2001 e 2003. Há aqui uma crítica à gestão ministerial do esporte, que fez do futebol a agenda única do Ministério, após a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo da FIFA em 2014. A culpa para pouca quantidade de medalhas olímpicas para o Brasil

* UFS – Universidade Federal de Sergipe. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. 49100000 - São Cristóvão, SE – Brasil. ufsquefren@gmail.com.

¹ Cf. Tubino (1992), particularmente quando este trata da evolução conceitual do esporte e do seu uso político ideológico.

é colocada nas três esferas do governo, que ainda não assumiram plenamente o esporte como uma questão de Estado. O Ministério do Esporte se tornou mais um Ministério do Futebol, enquanto que um trabalho com o esporte para abranger diversas modalidades e atender toda a população deveria vincular-se ao Ministério e às Secretarias Estaduais de Educação.

Jogada política no esporte é uma obra jornalística que busca provocar emoções com uma quantidade excessiva de adjetivos presentes no decorrer do texto. A leitura me fez lembrar de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* de Lima Barreto, o qual, ao discorrer acerca das matérias jornalísticas sobre as provas de turfe no Rio de Janeiro no início do século XX, coloca: “Não há nada mais enfadonho que uma crônica de corridas. Quem lê, lê todas. Excetuando os dados de momento, são escritas com os mesmos verbos, os mesmos adjetivos, os mesmos advérbios” (BARRETO, s/d, p. 131). De qualquer forma, *Jogada política no esporte* é uma obra que nos ressalta os significados sociais da competição esportiva, cujos resultados avançam sobre as linhas de uma quadra ou campo e abrangem uma ampla conotação política e social. Nesse sentido,

Competir não é brincar, recrear, distrair o tempo, entreter-se; jogar pode significar a simulação de uma atividade competitiva ou um arremedo de competição. O desafio, quando envolve perigo ou risco, não é brinquedo ou jogo. No desafio que arma a competição há é luta e esta se impõe o emprego de atributos culturais. [...] A competição é o jogo levado a sério, e, por isto, não se esgota na epiderme lúdica do homem que se distrai ou se diverte (LYRA FILHO, 1973, p. 17).

O primeiro capítulo do livro, “Os três segundos mais longos do esporte”, destaca a final do Torneio Olímpico de Basquetebol nos Jogos de Munique 1972, quando a União Soviética derrotou os Estados Unidos após polêmicas sobre a cronometragem final da partida e a intervenção de dirigentes no encerramento do jogo. O autor sugere uma conexão entre este acontecimento - juntamente com uma nova derrota americana nos Jogos de Seul 1988 - e o posterior aceite de atletas profissionais como integrantes de uma equipe olímpica de basquetebol.

O segundo capítulo, “O homem branco da foto”, discorre sobre os atletas norte-americanos Tommie Smith e John Carlos, que nos Jogos do México em 1968, ergueram o punho cerrado, envolto em uma luva preta, como forma de protestar contra o racismo nos Estados Unidos – a imagem de Tommie Smith no pódio, neste momento, é capa do livro de Piperno. O medalhista de prata nessa competição dos 200 metros rasos no atletismo, o australiano Peter Norman, mesmo não erguendo o braço, prendeu em seu peito um broche representativo da Olympic Project for Human Rights (OPHR), uma organização de atletas que protestavam contra o

racismo nos Estados Unidos. O relato do livro aborda primordialmente a perseguição aos atletas, desde a expulsão destes da vila olímpica até o ostracismo do australiano quando do seu retorno às competições de atletismo.

O terceiro capítulo, “Sangue nas águas”, versa sobre a rivalidade no polo aquático entre a seleção da Hungria e a da União Soviética, em um momento quando os húngaros resistiam contra a invasão soviética em seu país. O jogo da semifinal entre estas equipes nos Jogos de Melbourne 1956 é apresentado como o desafio de um pequeno país contra o potencial bélico dos soviéticos.

A atuação do mesa-tenista inglês Ivor Montagu, simpatizante do regime comunista chinês sob a direção de Mao Tsé-Tung, é retratada no quarto capítulo “O espião que amava o tênis”. Montagu é apontado como o principal diplomata na aproximação dos Estados Unidos com a China, intermediando um evento que ficou conhecido como Diplomacia Ping Pong. Esse também é o título do quinto capítulo, quando a amizade entre dois atletas - o chinês Zhuang Zedong e o norte-americano Glenn Cowan - produziu imagens que chamaram a atenção do líder chinês e incentivaram um convite para a delegação americana de tênis-de-mesa visitar a China.

Chegando ao sexto capítulo, “A libélula loira da Primavera de Praga”, Piperno escolhe como protagonista a ginasta da Tchecoslováquia Vera Caslavská, que se tornou refugiada após demonstrar simpatia por movimentos liberalizantes do regime comunista. Na decisão do solo, Caslavská teve que dividir a medalha de ouro com uma atleta soviética, após uma intervenção nas notas da fase preliminar. A divisão de um mesmo espaço no pódio por duas atletas de países rivais representou para Piperno a invasão de uma superpotência a um país menor. Anos mais tarde, Caslavská se tornou protagonista na negociação por Petróleo entre a Tchecoslováquia e o México, quando no intermédio das negociações o presidente mexicano José López Portillo solicitou a permissão para que a atleta orientasse a seleção de ginástica local.

O capítulo sétimo, “Conto de fadas na Guerra Fria”, retrata o relacionamento entre o americano Harold Conolly, do lançamento de martelo, e Olga Fikotová, atleta tcheca do lançamento de disco. Após se conhecerem na Vila Olímpica, os dois tiveram problemas para manter um relacionamento. Em um primeiro momento, a permissão para se casarem ocorreu sob a condição de que Fikotová continuasse a defender a Tchecoslováquia de origem, fato que não ocorreu, já que o Comitê Olímpico tcheco comunicou posteriormente que a atleta estava dispensada de representar aquele país.

“Campeão, rebelde e *best-seller*”, título do oitavo capítulo, foca no atleta de levantamento de peso Yuri Vlasov, da União Soviética, e sua amizade com Jim Bradford, dos Estados Unidos, medalhistas de ouro e prata nos Jogos de Roma

1960, respectivamente. Bradford fora convidado por Vlasov para visitar a União Soviética, o que permitiu ao norte-americano entrar em contato com os benefícios que um grande atleta soviético podia receber. Nesse entremeio, Piperno adentra na questão da Doutrina Hallstein, que afirma que a Alemanha é apenas uma e propunha o rompimento com todos os países – menos a União Soviética – que reconhecessem a autonomia da Alemanha Oriental. Tal doutrina foi utilizada em 1961 no Campeonato Mundial de Hóquei para justificar a desistência da Alemanha Ocidental em disputar o quinto lugar com a Alemanha Oriental. Além disso, outros eventos foram atingidos pelos mesmos motivos, como o Mundial de Esqui, realizado em Chamonix, França, que vetou a participação de atletas do leste europeu.

O nono capítulo, denominado “Um coreano feito japonês”, conta a história de Sohn Kee-chung, um coreano inscrito nos Jogos de Berlim 1936 com o nome japonês de Kitei Son, em um período em que a Coreia estava anexada ao Japão. No pódio havia outro atleta coreano, Nam Sung-yong, que acabou se tornando Shoryu Nam. A história desses dois atletas é pano de fundo para discutir a relação dos japoneses com países orientais, especificamente a China e a Coreia. Adiante, a medalha de ouro conquistada no heptatlo por Ghada Shouaa, da Síria, é tema do décimo capítulo, “A campeã de ouro da família Assad”. A conquista de uma mulher síria e cristã é apontada como um símbolo de tolerância em um país de maioria muçulmana.

Em sequência, para tratar da relação de países africanos com o Comitê Olímpico Internacional (COI), Piperno discorre sobre o Burundi, um pequeno país que pela primeira vez participava de uma edição dos Jogos Olímpicos em Atlanta, em 1996. O autor elege no décimo primeiro capítulo, intitulado “Campeão contra a guerra fratricida”, o trabalho de Dieudonné Kwizera, com seu incentivo para que jovens atletas do Burundi participassem dos Jogos Olímpicos. Dentre estes destacou-se Venuste Niyongabo, cujas condições precárias de treinamento o levaram para treinar na Itália, enquanto em sua terra de origem ocorria um conflito interno. Niyongabo acabou se tornando campeão olímpico pelo Burundi na prova de 1.500 metros no atletismo.

“O regime que derrotou o time de Puskás”, o décimo segundo capítulo, faz um relato sobre os acontecimentos em torno do amistoso entre o Flamengo do Rio de Janeiro e o time representante do exército húngaro, o Honved, que contava com o conceituado jogador Ferenc Puskás Biró. O time do Honved fazia uma excursão pela Europa no período em que Budapeste estava tomada pelo exército soviético, e com vários atletas pedindo refúgio em países estrangeiros. O aceite do convite para amistosos no Brasil selou o rompimento de vários atletas com o regime comunista, pois havia então uma pressão para que os jogadores voltassem para a Hungria.

Os cinco últimos capítulos são dedicados aos boicotes olímpicos. O primeiro deles, “Lista Tríplice do boicote a Melbourne”, examina os conflitos em torno dos

Jogos de Melbourne na Austrália em 1956, e as confluências no boicote do Egito, Israel e Líbano, por causa de um conflito causado pelo fechamento pelo Egito do Estreito de Tiran, que liga Israel ao Mar Vermelho. Ainda, por causa da invasão soviética à Budapeste, Espanha, Holanda e Suíça boicotaram os Jogos de 1956. Este capítulo discorre também acerca dos conflitos entre a República Popular da China e o COI, que aceitou a participação de Taiwan nos Jogos Olímpicos, o que fez com que a China se retirasse do evento e só retornasse em 1984, na edição de Los Angeles.

O capítulo seguinte, “O clássico do rúgbi que ofendeu a África”, ocupa-se do incidente provocado pelo time de rúgbi neozelandês quando da disputa de um amistoso contra a seleção da África do Sul, então sob o regime do apartheid - nessa época, as equipes sul-africanas estavam banidas de eventos internacionais. Houve então um pedido por parte de países africanos para o COI excluir a Nova Zelândia dos Jogos de Montreal em 1976. Tendo o pedido negado, 28 delegações principalmente de países africanos deixaram de participar do evento.

O capítulo intitulado “Por quem foram as lágrimas de Misha?” faz alusão ao mascote que na cerimônia de encerramento dos Jogos de Moscou em 1980 derramou uma lágrima, se tornando uma das imagens mais divulgadas de um evento olímpico. Na visão de Piperno, tal lágrima foi fruto do esvaziamento dos Jogos causado pelo boicote de países liderados pelos Estados Unidos, em protesto contra a invasão do Afeganistão pela União Soviética. Em resposta, o capítulo intitulado “Retaliação soviética esvazia Los Angeles” trata do boicote soviético nos Jogos seguintes em Los Angeles, 1984, quando diversos países alegaram motivos como a excessiva comercialização do evento, a ausência de segurança e a propaganda antissoviética para deixarem de participar daqueles Jogos.

O último capítulo lida com “Os boicotes frustrados”, ou seja, os planos de boicotes que não foram levados à frente: a delegação irlandesa cogitou não participar dos Jogos de Londres de 1908; o Império Austro-húngaro ameaçou boicotar os Jogos, caso o COI permitisse a participação da Hungria, Boêmia e da Tchecoslováquia; a tentativa de transferência dos Jogos de Berlim 1936, dada a denúncia das atividades antisemitas e racistas da Alemanha nazista.

De modo geral, em *Jogada política no esporte*, os conceitos utilizados pelo autor não são esclarecidos e não há um referencial teórico para conduzir as reflexões. Há uma vasta bibliografia consultada para a confecção do livro, o que exigiu do autor a capacidade de englobar uma grande quantidade de informações em um número reduzido de páginas. Porém, trata-se uma obra que deve agradar aos que possuem no esporte um tema de interesse e de investigação.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

LYRA FILHO, João. **Introdução à sociologia dos desportos**. Rio de Janeiro: Bloch Editores; 1973. (Biblioteca do Exército, v. 113).

PIPERNO, Fábio. **Jogada política no esporte: o confronto entre os jogos políticos e os esportes olímpicos**. São Paulo: SESI-SP Editora, 2016.

TUBINO, Manoel J. Gomes. **Esporte e cultura física**. São Paulo: IBRASA, 1992.

Recebido em 16/08/2017.

Aprovado em 17/11/2017.

Pareceristas do v.22, nº 42 e nº 43 (2017)

A Revista Estudos de Sociologia agradece a colaboração dos seguintes consultores que emitiram pareceres no ano de 2017:

Ademar Bogo	FASB, Teixeira de Freitas/BA, Brasil
Alfredo Alejandro Gugliano	UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil
André Kaysel Velasco e Cruz	UNILA, Foz do Iguaçu/PR, Brasil
Andréa Borges Leão	UFC, Fortaleza/CE, Brasil
Angela Maria Carneiro Araújo	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Antonio Firmino de Oliveira Neto	UFMS, Aquidauana/MS, Brasil
Antonio José Pedroso Neto	UFT, Palmas/TO, Brasil
Carlos Alberto Bello e Silva	UNIFESP, Guarulhos/SP, Brasil
Christian Edward Cyril Lynch	UERJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Cinara Gomes de Araújo Lobo	MEC, Brasília/DF, Brasil
Claudia Lima Marques	UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil
Dagoberto José Fonseca	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Elaine da Silveira Leite	UFPEL, Pelotas/RS, Brasil
Eleonora Menicucci de Oliveira	UNIFESP, São Paulo/SP, Brasil
Enio Passiani	UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil
Ernelo Schallenberger	UNIOESTE, Toledo/PR, Brasil
Gabriela da Silva Tarouco	UFPE, Recife/PE, Brasil
Gisele Rocha Côrtes	UFPB, João Pessoa/PB, Brasil
Guilherme Simões Gomes Júnior	PUC-SP, São Paulo/SP, Brasil
Jacob Carlos Lima	UFSCar, São Carlos/SP, Brasil
Jamerson Murillo Anunciação de Souza	UFPB, João Pessoa/PB, Brasil
Jefferson Agostini Mello	USP, São Paulo/SP, Brasil
Jorge Alberto Silva Machado	USP, São Paulo/SP, Brasil
Jorge Eremites de Oliveira	UFPEL, Pelotas/RS, Brasil
José Antonio Novaes da Silva	UFPB, João Pessoa/PB, Brasil
Leo Peixoto Rodrigues	UFPEL, Pelotas/RS, Brasil
Luis Felipe Miguel	UnB, Brasília/DF, Brasil
Madel Therezinha Luz	UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil
Marcos Tadeu Del Roio	UNESP, Marília/SP, Brasil
Maria Aparecida Chaves Jardim	UNESP, Araraquara/SP, Brasil

Maria da Gloria Marcondes Gohn	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Maria Fontelas Rosado-Nunes	PUC-SP, São Paulo/SP, Brasil
Maria Ligia de Oliveira Barbosa	UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Maria Orlanda Pinassi	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Mariana Thorstensen Possas	UFBA, Salvador/BA, Brasil
Norberto Osvaldo Ferreras	UFF, Niterói/RJ, Brasil
Odaci Luiz Coradini	UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil
Orlando José Ribeiro de Oliveira	UESB, Vitoria da Conquista/BA, Brasil
Regina Angela Landim Bruno	UFRRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Reinaldo Dias	UPM, Campinas/SP, Brasil
William Santos de Assis	UFPA, Belém/PA, Brasil
Wilza Vieira Villela	UNIFESP, São Paulo/SP, Brasil

Diretrizes para Autores

POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Estudos de Sociologia (RES)** possui periodicidade semestral e aceita artigos, dossiês, ensaios e resenhas inéditos nos campos da Sociologia, Política, Antropologia, ou no campo interdisciplinar das Ciências Sociais, que não estejam sendo apresentados simultaneamente em outro periódico. Ao enviar seu trabalho para a **Estudos de Sociologia**, o(s) autor(es) cede(m) automaticamente seus direitos autorais para eventual publicação do artigo.

A **RES** opera com chamadas temáticas divulgadas pelo Conselho de Redação (**CR**) em sua versão *online*, (<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>). São realizadas de duas até três chamadas por ano simultaneamente com prazos de expiração diferenciados.

Os artigos são aceitos em português, ou em espanhol. Artigos em outros idiomas podem ser submetidos à RES para serem traduzidos em português, desde que sejam originais, ou apresentem autorização de publicação. O CR se reserva o direito de aceitar ou não a proposta para tradução, conforme o tema, a pertinência de sua publicação.

É exigida a titulação mínima de Mestre aos autores que desejem submeter artigos. Os autores que pretenderem publicar artigos com regularidade na **RES** devem aguardar três números consecutivos para tanto.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

A publicação dos artigos recebidos está condicionada à aprovação dos pareceristas *ad hoc*, ou ao cumprimento de suas sugestões. São considerados: originalidade, consistência teórica, clareza na exposição e contribuição científica do artigo. O prazo solicitado aos pareceristas para a emissão de sua avaliação é de três semanas. Os nomes dos pareceristas permanecem em sigilo, assim como os nomes dos autores, que receberão os pareceres com as avaliações, sugestões, ou recusa. Os autores serão informados pelo CR da decisão final sobre os textos aceitos, ou recusados para publicação.

O artigo será aprovado ou recusado pelo **CR** desde que atenda as devidas alterações indicadas pelos pareceristas. O tempo médio entre a submissão, a emissão dos pareceres e a aprovação ou recusa final do artigo pelo Conselho de Redação varia de 3 a 6 meses a partir da data de encerramento da chamada.

Após aprovados os artigos passam por uma minuciosa revisão gramatical realizada por profissionais da área e caso necessário, os autores são consultados para esclarecimento. Isto feito, os artigos seguem para o Laboratório Editorial da FCL/Ar/UNESP que faz a revisão bibliográfica. Nesta etapa os autores são consultados para fazer correções, ou preencher lacunas das referências.

O CR se reserva o direito de publicar ou não trabalhos enviados à redação, no que diz respeito aos itens acima citados e à adequação ao perfil da RES, à temática de cada edição, ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os textos devem ser enviados através do site da revista <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>>, onde são explicados todos os passos para submissão dos artigos, clicando em SUBMISSÕES ON LINE, no menu superior da página.

Formatação

Todos os trabalhos devem ser digitados em *Microsoft Word*, ou programa compatível (o arquivo deve ser salvo com a extensão “doc”), fonte *Times New Roman*, tamanho 12 (com exceção das citações diretas com mais de três linhas e das notas de rodapé), espaço 1,5 entre linhas e parágrafos (exceto para citações diretas com mais de três linhas). As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

Dimensão

Os ARTIGOS deverão ter até 45.000 caracteres com espaços, incluindo título e resumo (com no máximo 150 palavras), palavras-chave (no máximo 5), em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. Os ENSAIOS deverão ter até 30.000 caracteres com espaços, incluindo título, resumo, palavras-chave, em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia, As RESENHAS deverão ter até 15.000 caracteres com espaços, incluindo título, em português e inglês, notas de rodapé bibliografia etc. Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, há no máximo dois anos e, no exterior, no máximo há cinco anos. No rodapé incluir dados do/a autor/a (não ultrapassar três linhas): formação, instituição, cargo, email.

Organização

A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte sequência:

- TÍTULO (centralizado, em caixa alta); RESUMO (no máximo 150 palavras); PALAVRAS-CHAVE (até 5 palavras, uma linha abaixo do resumo), escritas no idioma do artigo); TEXTO;
- TÍTULO EM INGLÊS (centralizado, em caixa alta); ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, exceto para os textos escritos em inglês).
- AGRADECIMENTOS (se houver);
- REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto).

Recursos tipográficos

O recurso tipográfico **Negrito** deve ser utilizado para **ênfases ou destaques no texto**, enquanto o recurso *Itálico* deve ser reservado para *palavras em língua estrangeira e para títulos de obras* citados no corpo do texto. As “aspas” devem ser utilizadas **somente nas citações** de frases de outros autores extraídas de artigos, livros, ou outras fontes, conforme as regras de citações dentro do texto, descritas a seguir. Recomenda-se que o recurso **negrito seja usado com parcimônia**.

Notas de Rodapé

As notas de rodapé devem conter somente informações substantivas, utilizando-se os recursos do *Microsoft Word*, em corpo 10, **não devem ultrapassar três linhas**.

Citações dentro do texto

Nas citações diretas feitas dentro do texto, **de até três linhas**, e entre aspas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo SOBRENOME, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000) assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação da(s) página(s) que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida do número da página. com p. (SILVA, 2000, p.100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a).

Quando a obra tiver dois ou três autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000).

Citações destacadas do texto

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

REFERÊNCIAS

Todas as referências que foram citadas no texto serão indicadas de forma completa ao final do artigo, em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas entre si por espaço 1,5 cm entrelinhas. Não colocar asterisco, traço, ponto ou qualquer marca no início da referência. Exemplos:

Livros: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da obra** (negrito): subtítulo. Número da edição (se não for a primeira). Local de Publicação: Editora, ano de publicação. [IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.]

Capítulos de livros: SOBRENOME do autor, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, Ano de publicação. Número e/ou volume, página inicial-final do capítulo. [ALEXANDER, Jeffrey C. A Importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.23-89.]

Artigos em periódicos: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**, Cidade de publicação, volume, número, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [ZALUAR, Alba. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.71, v.24, p.9-24, out. 2009.]

Dissertações e teses: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da tese:** subtítulo. Ano de defesa. número de folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Dissertação (Mestrado), Tese (Doutorado) – Instituto ou Faculdade, Nome da instituição por extenso, Cidade, Ano. [VAZ, Antonio Carlos. Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos. 2012. 262f. Tese

(Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.]

Artigos em jornais/revistas: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do jornal**, Cidade de publicação, data de publicação (dia mês abreviado e ano). Caderno, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [PIRES, P. A. Vidas Paralelas: reflexos nos espelhos de Sontag e Barthes. **Folha de S. Paulo**, 13 maio 2012. Ilustríssima, p. 4-5.]

Entrevistas: SOBRENOME do entrevistado, Nome. Título da entrevista. [mês abreviado e ano da entrevista]. Entrevistador: Nome do entrevistador na ordem direta. **Nome do jornal/revista**, Local de publicação, página onde aparece a entrevista, dia mês abreviado e ano da publicação. [ALENCASTRO, L. F. O observador do Brasil no Atlântico Sul. [out. 2011]. Entrevistadora: Mariluce Moura. **Revista da FAPESP**, São Paulo, p.10-17, out.2011.]

Eventos: SOBRENOME, Nome do autor. Título do trabalho apresentado. In: NOME DO EVENTO, número de ordem do evento seguido de ponto, ano da realização, Cidade. **Nome da publicação dos trabalhos**. Local da publicação: Editora, ano da publicação. [BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Trabalho domiciliar: uma tarefa para toda a família. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1996, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Ed. UFV, 1996.]

Publicação on-line: SOBRENOME, Nome do autor. Título do artigo/matéria. **Nome do site**, Local da publicação, dia mês abreviado e ano da publicação. Disponível em: <endereço eletrônico completo para acesso ao artigo/matéria>. Acesso em: dia mês abreviado e ano do acesso. [TAVES, R. F. Ministério cota pagamento de 46,5 mil professores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1998. Disponível em: < <http://www.oglobo.com.br/reportagem> >. Acesso em: 19 abr. 1998]

A revista Estudos de Sociologia adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) <<http://www.abnt.org.br>> que devem ser consultadas caso não seja encontrado no presente modelo o exemplo necessário.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
4. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Declaração de Direito Autoral

Os manuscritos aceitos e publicados são de propriedade da Revista Estudos de Sociologia. Os artigos publicados e as referências citadas na revista Estudos de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores.

Política de Privacidade

Os direitos autorais dos textos publicados são reservados à Estudos de Sociologia. Publicações posteriores dos mesmos não são permitidas.



SOBRE O VOLUME

Revista Estudos de Sociologia, v.22 n.43

formato: 16 x 23 cm

mancha: 12,8 x 20,5 cm

tipologia: Times New Roman/11

